



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO
TRÓPICO ÚMIDO
MESTRADO EM PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO.

DÉBORA ALMEIDA CHAVES

**POLÍTICAS PÚBLICAS E AS PEQUENAS EMPRESAS NO CENÁRIO DA
MINERAÇÃO: O SETOR DE GEMAS E JÓIAS DE BELÉM.**

Belém
2015

DÉBORA ALMEIDA CHAVES

**POLÍTICAS PÚBLICAS E AS PEQUENAS EMPRESAS NO CENÁRIO DA
MINERAÇÃO: O SETOR DE GEMAS E JÓIAS DE BELÉM**

Dissertação de Mestrado apresentada com requisito parcial
para a obtenção do Título de Mestre em Planejamento e
Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Armin Mathis.

Belém
2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca do NAEA/UFPA

Chaves, Débora Almeida

Políticas públicas e as pequenas empresas no cenário da mineração: o setor de gemas e jóias de Belém / Débora Almeida Chaves; Orientador, Armin Mathis. – 2015.

257f. : il. ; 29 cm

Inclui bibliografias

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2015.

1. Política pública - Belém (PA). 2. Pequenas e médias empresas - Belém (PA).
3. Desenvolvimento regional - Belém (PA). 4. Gemas (Mineralogia) - Belém (PA).
5. Jóias - Belém (PA). I. Mathis, Armin, orientador. II. Título.

CDD 22 ed. 320.098115

DÉBORA ALMEIDA CHAVES

**POLÍTICAS PÚBLICAS E AS PEQUENAS EMPRESAS NO CENÁRIO DA
MINERAÇÃO: O SETOR DE GEMAS E JÓIAS DE BELÉM.**

Dissertação de Mestrado apresentada com requisito parcial
para a obtenção do Título de Mestre em Planejamento e
Desenvolvimento.

Banca Examinadora:

Data: 30/04/2015

Prof. Dr. Armin Mathis.
Orientador - PPGSTU/NAEA/UFPA

Prof. Dr. Danilo Araújo Fernandes
Examinador interno - PPGSTU/NAEA/UFPA

Prof^a. Dr^a. Rosana Pereira Fernandes.
Examinador interno - PPGGestão Pública/NAEA/UFPA

AGRADECIMENTOS

A Deus por sempre estar comigo, ouvir todas as minhas orações, pelo sustento nas muitas lutas que tive passar para concluir essa dissertação.

A minha família, aos meus pais Pedro e Doraci que sempre estiveram ao meu lado me apoiando e dando o suporte, a medida do possível, para que eu pudesse estudar. Aos meus irmãos Daniele, Daniel e Dayse. A minha vovó Denilda que me ajudou sempre que possível.

Aos meus “ermãos” da turma de mestrado 2013. Porque se não fosse vocês, o que seria da minha vida nesse NAEA? Ádria, Karen, Gil, Kellem, Débora, Geisiane, Amarildo, Rafael, Sâmee, agradeço muito pelo respeito, companheirismo, por dividirmos as nossas angústias e também os nossos momentos de alegrias: nossas merendinhas na hora do recreio, nossos almoços na biboca que nos divertíamos muito. Quero deixar registrado aqui um agradecimento especial as minhas ermãs: Karen e Ádria por sempre torcerem por mim, pelo apoio e carinho. Adoro vocês meus “ermãos”!

A Rebecca Castello pela amizade e por sempre que possível me ajudar para que a minha pesquisa fosse realizada com sucesso, por apresentar o meu artigo [e ter gasto todo o seu inglês] e também pelas caronas - obrigada Rebecca por tudo! A Vallência Gomes, pela amizade, pelos momentos divertidos, as conversas de conforto.

Ao meu amiguinho o Economista Francisco Sérgio Araújo por toda a disposição em me atender fazendo os gráficos dessa dissertação, as dicas importantes e as palavras de incentivo.

Ao Prof. Dr. Eduardo José Monteiro da Costa, por sempre acreditar em mim, pelos e-mails atenciosos que sempre me incentivaram a continuar mesmo com tantas dificuldades. Agradeço muito pelo carinho que sempre demonstrou por mim e pela torcida para que essa dissertação pudesse dar certo. E por um dia ter me dito: “... continue o que você acredita que você pode ser uma referência com a sua pesquisa... [isso já está se tornando realidade!]” O meu muito obrigada por tudo Prof. Eduardo!

Ao meu orientador Prof. Dr. Armin Mathis pelas perguntas simples, porém difíceis de responder que enriqueceram as discussões dessa dissertação.

Aos Professores do NAEA, especialmente ao Prof. Dr. Josep Vidal pela excelente disciplina Avaliação de Políticas Públicas que me conduziu para diversas discussões sobre o papel das políticas públicas. Ao Prof. Dr. Thomas Hurtienne (in memoriam) pela nobreza e respeito com que ministrou as aulas de sociologia. Ao Prof. Dr. Danilo Fernandes por participar da minha banca de qualificação e defesa, pelo respeito a minha pesquisa e as sugestões pertinentes.

Ao Prof. Dr. João Marcio Palheta da Silva por ter me recebido tão bem na disciplina de Estratégias de Desenvolvimento Regional, pelo entusiasmo com para a minha pesquisa, pelas que escrevemos e que ainda vamos escrever juntos e também pelos empréstimos para as minhas viagens. [risos]

Prof. Dra. Marise Morbach, pela excelente disciplina: Estado e Políticas Públicas, que elucidou muitas questões na minha cabeça sobre o comportamento do Estado e a rebatimentos das políticas públicas além de me trazer muitas outras inquietações, e aos meus colegas da turma de mestrado (2014) da Ciência Política que foi muito bom conviver com vocês. [Erika, Gustavo]

A secretária do PPGSTU Daniella Benevides que sempre solicita as minhas demandas, preparando os ofícios à jato para a realização da minha pesquisa. Obrigada Dani!

As bibliotecárias do NAEA Ruthane Saraiva e Rosângela Mourão pelas conversas divertidas, pela formatação da dissertação, pelo apoio nos momentos difíceis – Obrigada Rosângela e Ruth!

A SEICOM, especialmente a Prof. Dra. Maria Amélia Enriquez ao Prof. Dr. Marco Antonio Lima. Por deixarem as portas da SEICOM abertas para mim e por compreenderem a importância de um estudo como este.

A diretora de comunicação da SECULT Sra. Ana Catarina Brito, por compartilhar comigo toda a trajetória inicial do Programa Polo Joalheiro e fornecer materiais para minha pesquisa.

Ao IGAMA na pessoa da sua Diretora Executiva Prof. Rosa Helena Neves, por ter autorizado a realização da pesquisa de campo. A SECTI, SEPOF, SEFA, TCE, por atenderam ao meu pedido de pesquisa, pelos documentos fornecidos e as explicações sobre como se processam as “coisas” no governo estadual.

Ao SEBRAE-Pa na pessoa do gerente de negócios Marcelo Ribeiro pela entrevista e informações sobre a atuação do SEBRAE-Pa junto ao setor de gemas e jóias. Ao CIN/FIEPA pelas informações sobre o Consórcio Jóias do Pará.

Ao MME, especialmente ao geólogo Samir Nahass, pois desde o meu primeiro telefonema não dispensou atenção ao meu estudo, procurando à medida do possível me repassar informações e me direcionar às pessoas que pudessem me ajudar com a minha pesquisa de forma segura. Ao IBGM, na pessoa do José Rubens por atender aos meus e-mails e me repassar informações para a construção da minha pesquisa.

E especialmente aos joalheiros, design, ourives do Polo Joalheiro de Belém: Mari, Marcelo Monteiro, Júlia Mendes, João Amorim, Helena Bezerra, Ramirez Garcia, Marcilene Rodrigues, Lídia Abrahim, Leila Salame, Selma Montenegro, Maria da Conceição Alencar, Argemiro Muñoz, por gentilmente me atenderem e contribuírem com a minha pesquisa, compartilharem comigo sua trajetória de vida na joalheria, seus aprendizados, conquistas e suas expectativas.

Ao CNPQ pela bolsa de estudos que financiou esta pesquisa e me deu a oportunidade de participar de eventos nacionais e internacionais, publicar meus artigos e discutir e ampliar o meu horizonte de pesquisa.

Enfim...essa dissertação foi realizada com a ajuda de muitas pessoas que com sugestões e críticas contribuíram para que tudo fosse realizado com sucesso. Muitas lágrimas rolaram, algumas frustrações, muitos erros e acertos, mas tudo deu certo... Aqui se encerra uma jornada e abri-se outra.... agradeço à todos que direta ou indiretamente contribuíram para que essa pesquisa chegasse ao final.

RESUMO

O presente estudo tem como seu objeto a intervenção do Estado, através das políticas públicas, para um dos setores da economia mineral do estado do Pará. Tomando como recorte empírico o setor de gemas e jóias que se desenvolve na cidade de Belém, em virtude de se apresentar com a melhor organização e estrutura para a realização da pesquisa.

Diante disso formulou-se como problemática: Como as intervenções do Estado, através de suas políticas públicas, impactam no setor de gemas e jóias de Belém e de que forma isto rebate em prol do desenvolvimento regional endógeno? Uma vez que competiria a esse setor contribuir para mudanças quanto a cenário da economia mineral do estado através da verticalização da produção de metais preciosos e gemas encontradas no subsolo paraense. Como objetivo geral procurou analisar como e de que forma as políticas públicas (elaboradas e implementadas pelo Estado) implicam para desenvolvimento do setor de Gemas e Jóias de Belém. Para atingir o objetivo proposto metodologia utilizada esta aportada sob uma abordagem sistêmica, já que tal abordagem proporcionar operacionalizar a investigação de situações problemáticas e formas de intervenções para melhoria de tais situações. Também orientou-se na metodologia sob a ótica da Teoria Sistemas Sociais de Niklas Luhmann, enfatizando a) sistemas autorrefenciados/autopoiéticos; b) observador de 2ª ordem. Quanto ao método a mesma foi qualitativa, com estratégia de pesquisa adotada foi um estudo de caso. (estudo de caso intrínseco), também empregou-se a Pesquisa e Análise Documental. E como técnica de coleta de dados: Entrevistas semi estruturada e Questionário.(com perguntas contingenciadas).

Os resultados encontrados demonstram que mesmo o estado do Pará dispendo de uma política pública setorial para o fomento de desenvolvimento do setor de gemas e jóias, tal ainda não consegue concretizar a ideia seminal de verticalizar a produção mineral e que essa política pública se apresenta como um ciclo vicioso não sendo capaz, ainda, de gerar efetividade de suas ações.

Palavras – Chave: Políticas Públicas. Desenvolvimento Regional. Gemas e Jóias.

ABSTRACT

This study has as its object the state intervention through public policies, for one of the sectors of mineral Pará state economy. Taking as empiric cutting gems and jewelry sector that develops in Bethlehem, because of present with the best organization and structure for the research. Thus was formulated as a problem: How State intervention, through their public policies, impact on gems and jewelry Bethlehem and how this rebate in favor of endogenous regional development sector? Since it would fall to this sector contribute to changes as the scenario of the state's mineral economy through vertical integration of production of precious metals and gems found in Pará underground. As a general objective was to analyze how and how public policies (developed and implemented by the state) approach to development of the Gems and Jewellery sector of Belém. To reach that goal this methodology based from a systemic approach, as this approach provides operationalize the research problem situations and forms of interventions to improve such situations. Also guided on the methodology from the perspective of Social Systems Theory of Niklas Luhmann, emphasizing a) autorrefenciados / autopoietic systems; b) observer 2nd order. As for the method it has been qualitative, with research strategy adopted was a case study. (Intrinsic case study), also employed to search and Document Analysis. And as data collection technique: semi structured interviews and questionnaire (with contingent questions). The results show that even the state of Pará featuring a sectoral public policy for the promotion of development of the gems and jewelry sector, such still can not realize the seminal idea of verticalization of mineral production and that public policy is presented as a vicious cycle not being able also to generate effectiveness of its actions.

Keys Word: Public Policy. Regional Development. Gems and Jewels.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Cadeia Produtiva do Setor de Gemas e Jóias.....	76
Figura 2 - Estados Brasileiros com produção de gemas e jóias.....	78
Figura 3 - Cidades Paraenses com Movimento Joalheiro	85
Figura 4 – Logomarca: Jóias do Pará Amazônia Brasil.....	86
Fotografia 1 – Cursos de Capacitação.....	88
Fotografia 2 – Espaço São José Liberto.....	89
Box 1 - Coletivo Garimpo Design.....	104
Box 2 - Consórcio Jóias do Pará.....	105
Box 3 - Projeto PROCOMPI.....	106

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Valores Orçamentários destinados para o Espaço São José Liberto	Erro!
Indicador não definido.10	
Gráfico 2 – O que faz você atuar no setor de gemas e jóias?	155
Gráfico 3 – Com que frequência participa?.....	152
Gráfico 4 - De quais cursos já participou?	156
Gráfico 5 – Quais principais vantagens de atuar nesse setor?.....	153
Gráfico 6 – Quais os entraves?	15854
Gráfico 7 - Você atua sozinho?	159
Gráfico 8 - Já atuou em conjunto com outros produtores?.....	1606
Gráfico 9 - Qual o seu mercado consumidor?	162
Gráfico 10 - Qual a principal forma de comercialização?.....	163
Gráfico 11 - Você conhece a Marca Jóias do Pará?	159
Gráfico 12 - Se sim, você utilizou essa marca para comercialização de seus produtos?	164
Gráfico 13 - A participação do governo é importante para o setor de gemas e jóias?	165
Gráfico 14 - Como você avalia a atuação governamental para o setor?.....	165
Gráfico 15 – Processo de evolução da atuação do Estado para o setor?	16561
Gráfico 16 - Há vantagens em ter uma política pública para o setor?.....	166
Gráfico 17 - Variação da produção de jóias.....	171

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Critérios de avaliação.....	41
Quadro 2 -	Diferença entre acompanhamento e monitoramento.....	42
Quadro 3 -	Levantamento de Informações junto as Instituições Locais e Nacionais.....	66
Quadro 4-	Levantamento de Informações junto as Instituições Locais e Nacionais.....	68
Quadro 5 -	Método, Estratégia de Pesquisa e as Técnicas Desenvolvidas	74
Quadro 6 -	Características e Conceitos Básicos do Setor de Gemas e Jóias	77
Quadro 7-	Perfil da Indústria Joalheira ano 2013.....	82
Quadro 8 -	Análise SWOT do SEBRAE para o Setor de Gemas e Jóias.....	96
Quadro 9-	Principais características do Setor de Gemas e Jóias de Belém	100
Quadro 10 -	Lojas no Espaço São José Liberto.....	101
Quadro 11-	Lojas Incubadora - Loja UNA.....	101
Quadro 12 -	Valores Orçamentários iniciais destinados ao setor joalheiro – 2001/2003.....	110
Quadro 13 -	Critérios de Avaliação adotados pela SEICOM/PA para a avaliação das Ações para o Setor de Gemas e Jóias. (reduzido)	113
Quadro 142 -	Plano de Trabalho Anual (PTA), com quantitativo de objetivos e ações para o setor de gemas e joias.....	113
Quadro 15 -	Síntese das Avaliações SECTI/ SEICOM dos Planos de Trabalho Anual junto ao IGAMA (2007-2014)	116
Quadro 16 –	Projeções de Impactos do Programa de Gemas e Jóias do Pará	119
Quadro 17 -	Relação de Micro Empresas e a utilização da internet para comercializar seus produtos.	207

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APEX – Programa de Apoio as Exportações

ASJL - Associação São José Liberto.

ESJL – Espaço São José Liberto.

CEFET-Pa – Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará

CIN – Centro Internacional de Negócios

FIEPA - Federação das Indústrias do Estado do Pará.

IBGM – Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos.

IGAMA - Instituto de Gemas e Jóias da Amazônia.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LOA – Lei Orçamentária Anual.

MI - Ministério da Integração Nacional.

MME – Ministério de Minas e Energia

MDIC – Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MPMES - Micro, Pequenas e Médias Empresas

PIB - Produto Interno Bruto

PPA – Plano Plurianual

PTA – Plano de Trabalho Anual

SEPOF – Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças.

SEPROD - Secretaria Estadual de Produção.

SETEPS – Secretaria de Estadual de Trabalho, Emprego, Renda e Promoção Social.

SEICOM - Secretaria de Indústria, Comércio e Mineração

SEMMA - Secretaria Municipal de Mineração e Meio Ambiente de Itaituba

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio as Pequenas Empresas.

SENAI - Serviço Nacional de Apoio a Indústria

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 OS RECURSOS LOCAIS EM PROL DO DESENVOLVIMENTO LOCAL	16
2.1 A contribuição das Pequenas Empresas	Erro! Indicador não definido.
3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O PAPEL DO ESTADO	33
3.1 Políticas Públicas e o seu ciclo	Erro! Indicador não definido.
3.2 A contribuição de Niklas Luhmann	Erro! Indicador não definido.
4 METODOLOGIA	6262
4.1 Abordagem metodológica	62
4.2 Os Processos de pesquisa	63
5 O SETOR DE GEMAS E JÓIAS	76
5.1 O histórico do setor de gemas e jóias de Belém	82
5.2 A avaliação da política pública para o setor de gemas e jóias de Belém	Erro! Indicador não definido.5
5.3 As mudanças institucionais da política pública estadual para o setor de gemas e jóias em Belém	1197
6 ANÁLISE DA PESQUISA	14444
6.1 Tabulação de dados	15555
6.2 Análise das entrevistas	1677
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	17575
REFERÊNCIAS	179
APÊNDICES	191
ANEXOS	209

1 INTRODUÇÃO

O estado Pará, desponta com um dos principais expoentes no que se refere às atividades minerais no país. Tanto que a mineração representa¹ para o estado [em 2010], 26,3 % do Produto Interno Bruto (PIB), no entanto com uma pequena participação na geração de empregos formais, em torno de 3,3% de empregos formais diretos. Isso indica um baixo percentual de empregos e o fraco desencadeamento quanto à geração de renda no estado, frente às possibilidades, que a mineração pode oferecer ao estado do Pará.

Mesmo a mineração sendo responsável por resultados positivos na pauta de exportação do estado, já que é o 2º maior produtor de minérios do país, sua balança comercial é fortemente influenciada pela comercialização de *commodities* energéticas, com baixo processo de verticalização da produção e industrialização.

Também é latente que a mineração no estado do Pará [sempre] estivera marcada pela forte presença do Estado com um dos provedores de infra estrutura, incentivos fiscais e locais para o desenvolvimento de suas atividades. O que tem acarretado em diversas disparidades e desigualdades em seu território.

Logo o Estado tem se comportado com um dos principais agentes de intervenção quanto das atividades minerais. E diante dessa característica, que se definiu como **objeto de estudo** a intervenção do estado, através das políticas públicas, para um dos setores da economia mineral do estado do Pará.

Para tal, tomou-se como recorte empírico o **setor de gemas e jóias** que desenvolve suas atividades na região metropolitana de Belém². Embora a região metropolitana de Belém, não apresente nenhuma atividade de beneficiamento mineral, exibe, porém, um melhor nível de organização e desenvolvimento, comparado á outras cidades com movimento joalheiro no estado do Pará, com empresas formalizadas e ações e parcerias [público e privada] a nível estadual e federal.

A motivação para atentar para esse setor da economia mineral, se baseia em algumas constatações realizadas por instituições públicas e privadas, como IBGM, MDIC e MME, que apontam que o setor de gemas e jóias de Belém é considerado um dos cinco principais aglomerados produtivos do setor no país. E apesar de seu destaque no cenário da joalheria

¹ Informações obtidas no Plano Estadual da Mineração (2014-2030), disponível em: < www.seicom.pa.gov.br >

² O termo região metropolitana de Belém utilizado nesta dissertação, se difere, do aplicado pelo IBGE. Será adotada denominação empregada pelo IGAMA no qual abrange os municípios de Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Izabel e Abaetetuba.

nacional, o mesmo ainda carece de estudos que relacionem os diferentes elos de sua cadeia produtiva e os analisem como podem contribuir o desenvolvimento regional endógeno.

Seguindo nessa direção, emergem alguns fatores e características que são interessantes para pesquisar sobre o setor de gemas e jóias, tais como:

1) É um setor formado constituído por Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMES) e produtores individuais. Em estudos realizados pelo IBGM (2002 e 2007) apontaram quase: 73% das empresas brasileiras do setor joalheiro são compostas por microempresas, 23% de pequenas empresas e 3,9% de médias empresas.

2) Após 1990, observa-se um número de crescentes ações governamentais [tanto a nível federal como estadual] e por diferentes instituições privada em prol do desenvolvimento e fortalecimento do setor. Tendo o estado do Pará a implementação de uma política pública destinada organizar, fomentar e desenvolver esse setor, trazendo em seu bojo estratégias para beneficiar metais preciosos, como ouro e prata, e as gemas dentro do próprio estado, criação de empreendimentos e geração de emprego e renda.

3) A escassez de estudos sobre participação das pequenas empresas no cenário da economia mineral paraense e qual sua contribuição para o desenvolvimento regional, no local onde desenvolvem suas atividades. No caso do estado do Pará, por várias décadas as MPMES que fazem parte da economia mineral do estado, estiveram à margem de ações governamentais, trabalhando de maneira informal e baseando na extração de recursos minerais de forma irregular como os garimpos.

Ademais também ressalta-se o baixíssimo número de estudos na área da economia mineral que tratam de minerais não metálicos e não energéticos, como no caso das gemas, utilizados de forma a contribuir para o desenvolvimento econômico regional, nos locais onde se encontram reservas desses minerais. Visto que esses minerais ainda não se apresentam á nível de industrialização, o que implica que minerais não industriais acabam sendo trabalhados de forma artesanal. Isso, em muito, é reflexo, [de que no Brasil], há uma valorização dos minerais industriais e o domínio de uma escola de formação de profissionais da mineração ainda de pensamento clássico, voltada para a grande mineração dos minerais metálicos e grandes commodities energéticas e não metálicos. (LUZ; LINS, 2005).

Posto estes fatores, observa-se que um setor, como o de gemas e jóias, devido as suas características: pequenos empreendimentos que utilizam recursos naturais [minérios] para sua produção são uma alternativa interessante para viabilizar ações em prol do desenvolvimento local. E nesse contexto, o Estado passa a ser um agente, no qual procura promover ações para

viabilizar que “novos setores” produtivos possam emergir para diversificar o cenário econômico do estado do Pará.

Diante disso construiu-se como problemática desta pesquisa, com base em fatores como as políticas públicas frente à questão do desenvolvimento regional endógeno via de setor de gemas e jóias no estado Pará:

Como as intervenções do Estado, através de suas políticas públicas/ou ações, impactam no setor de gemas e jóias de Belém e de que forma isto rebate em prol do desenvolvimento regional endógeno?

Diante de tal problemática tomou-se com principal objetivo: Analisar como e de que forma as políticas públicas (elaboradas e implementadas pelo Estado) implicam para desenvolvimento do setor de Gemas e Jóias de Belém. E para isso, se especificou em: i) Identificar quais são as principais políticas públicas e suas funções para o setor de gemas e jóias; ii) Verificar o comportamento de toda a cadeia produtiva ordenada da joalheria que frente às políticas públicas que são destinadas ao setor de gemas e jóias; iii) Verificar de que forma interagem os órgãos/ instituições que atuam em prol deste setor.

No qual elaborou-se como hipóteses: i) A falta de alinhamento sistêmico entre os entes federativos (União, Estado) no que tange implementação e desenvolvimento das políticas públicas comprometem o resultado das políticas públicas destinadas ao setor de gemas e jóias; ii) As políticas públicas destinadas ao setor de gemas e jóias ainda não são capazes de acarretar mudanças no cenário apresentado pelo setor e promover o desenvolvimento endógeno uma vez que estas apresentam processos de continuidade e descontinuidade e não levam em conta particularidades específicas da região e a auto-organização do setor; iii) A cadeia produtiva ordenada ainda não é completamente beneficiada pelas ações governamentais, uma vez que o foco das ações esta direcionado apenas as MPMES têm caráter mais mercadológico, e não em estruturar toda a cadeia produtiva.

Marcando o passo, tomou-se como referencial teórico, a questão do desenvolvimento regional endógeno e a importância das pequenas empresas para a construção de tal aspiração econômica. Direcionando-se para o papel das políticas públicas, que são uma das formas, no qual o Estado, procura resolver os problemas que ocorrem no âmbito de sua atuação institucional, trazendo ao enfoque o ciclo das políticas públicas: formulação, implementação e avaliação.

Além das políticas públicas e do desenvolvimento regional endógeno, é preciso compreender como o setor de gemas e jóias se organiza, estrutura e se movimenta, quem faz e não faz desse setor e quais as intervenções, seja pública ou privada, atuam em prol de seu desenvolvimento.

Para isso foi necessário se reportar a história do setor de gemas e jóias de Belém, como ele passou a ser organizado pelo governo estadual, quais as ações empreendidas: com sucesso e sem sucesso, e o que se pode ser observado como resultado ao longo de mais de 15 anos de intervenção.

Isto posto, esta dissertação, está estruturada em 7 capítulos. Além desta introdução, o capítulo dois trará uma breve discussão teórica sobre o desenvolvimento regional endógeno, relacionando-o com o papel das MPMES como agendas na promoção de desenvolvimento. Já o capítulo três enfatiza as políticas públicas como a forma de intervenção, tratando do seu ciclo de ação: formulação, implementação e avaliação. E ainda traz a contribuição da teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann no que se refere a atuação do estado quanto a elaboração das políticas públicas e seus rebatimentos junto a sociedade.

O quarto capítulo trata da abordagem empregada para a construção da análise da pesquisa: sistêmica; Os procedimentos metodológicos executados, como: técnicas de coleta de dados e relatando também os problemas acometidos que interferiram diretamente e indiretamente para os resultados da dissertação.

O quinto capítulo traz primeiramente um breve panorama do setor de gemas e jóias em todo o país e em seguida há o histórico do setor de gemas e jóias na região metropolitana de Belém, com o foco no processo de implementação e desenvolvimento da política estadual, conhecido com Polo Joalheiro do Pará. Em seguida aborda o processo de avaliação da política pública a metodologia utilizada e as implicações acarretadas por tal método. No subtítulo seguinte se tece uma breve análise de algumas implicações e rebatimentos acarretados pela política pública estadual para o setor joalheiro de Belém.

No sexto capítulo traz o estudo de caso com base na pesquisa documental de nos questionários e entrevistas realizadas com os integrantes a cadeia produtiva do setor de gemas e jóias. E as considerações finais e sugestões e implicações fecham essa dissertação no sétimo capítulo.

2 OS RECURSOS LOCAIS EM PROL DO DESENVOLVIMENTO LOCAL³

Este capítulo inicial está estruturado em duas partes: o primeiro enfoca o ramo da teoria da economia regional no qual trata do desenvolvimento regional endógeno e seus desdobramentos. Já a segunda parte enfatiza o papel das MPMES como agentes na promoção de melhorias econômicas e sociais nos locais onde estão instaladas.

Na área da teoria econômica, o enfoque entorno da valorização dos recursos locais, adotando medidas que visem o aproveitamento do potencial de desenvolvimento existente no território: recursos naturais locais, os recursos humanos, infra estrutura e a capacidade empresarial, passou a ser denominado de *desenvolvimento endógeno ou desenvolvimento local*.

Os autores denominados de “clássicos”, dos estudos da economia regional, como François Perroux, Albert Hirschman e Gunnar Myrdal, assim como os contemporâneos como Paul Krugman e Michael Porter têm o consenso de que o desenvolvimento ocorre de forma desigual, pois o mesmo é marcado por dinâmicas espaciais desequilibradas e que os governos possuem um papel importante no que tange a redução desses desequilíbrios, conforme aponta Amaral Filho (2011).

Nesse passo, atenta-se para as análises realizadas por economistas contemporâneos como Krugman e Porter, por sua vez, trazem uma nova abordagem a questão da economia regional, aportando-se em questões como os territórios e suas potencialidades em busca de vantagens competitivas. E que o papel dos governos, agora, diferentemente de como colocado pelos economistas nas décadas de 1950 e 1960, deveriam priorizar setores produtivos e intervir de forma a articular instituições [público e privada] e criar condições para a promoção do desenvolvimento.

Desse modo também é possível inferir que questões, em torno, sobre o que é desenvolvimento, vêm passando por acentuadas transformações ao longo do século XX. Isso, provocado principalmente pelas crises econômicas globais, o declínio de muitas regiões industriais, o surgimento de novos paradigmas de industrialização entre outros fatores que podem ser elencados para balizar tais transformações.

³ Ressalta-se que a teoria do desenvolvimento endógeno apresenta discussões extensas quanto a sua abordagem dentro da Teoria Econômica, porém foi destacado nesse capítulo, apenas, a questão da participação do Estado como agente promotor de desenvolvimento e a participação das Micro e Pequenas Empresas.

Porque o que se entendia, até então, sobre o *desenvolvimento* era baseado na visão de um modelo de crescimento concentrado e propunha contribuir para a distribuição territorial da renda e do emprego mediante a aplicação de incentivos em infraestrutura.

Isso, em grande parte, estava baseado nas concepções neoclássicas, no qual o desenvolvimento era como sinônimo de crescimento. Pois se acreditava que, para atingir determinado nível de desenvolvimento, o crescimento era requisito essencial. Sendo que tal compreensão mudou, haja vista que apontamentos indicam que o crescimento é necessário, porém insuficiente para que o desenvolvimento ocorra.

E quanto à aplicabilidade dos conceitos e estudos apresentados sobre o desenvolvimento regional endógeno, emergiu principalmente no último quartil do século XX, na Europa e espalhando-se para a América Latina. Já seus postulados teóricos, entre outros aspectos, demonstram a resposta do local para os problemas de ordem global.

Na América Latina neste caso, tal teoria se propagou em especial em países como Brasil, Argentina, Chile e México, como uma tentativa de sanar problemas macroeconômicos acarretados pelas crises globais e os fracassos [em especial no âmbito social] de planos [centralizados] de desenvolvimento aplicado nesses países.

Gómez (2002) observa que durante os séculos XIX e XX, muitos estados latino americanos tiveram suas ações de desenvolvimento pautadas em um governo centralizador e autoritário – no qual [todas] as ações eram elaboradas por um governo central. Entretanto tais sistemas políticos se mostraram incapazes de superar a heterogeneidade social e espacial apresentadas por esses países.

E complementa Haldenwang (2002) que a América Latina oferece uma imagem de modernização incompleta. Sendo tal colocação perspicaz quando se observa a centralização em determinados locais de complexos industriais, o que não significa expansão, seja vertical ou horizontal, dos processos produtivos e nem benefícios sociais e econômicos as localidades.

Nesse sentido, entende-se que o “problema fundamental” do desenvolvimento em uma região seja ela *desenvolvida/subdesenvolvida/ou em desenvolvimento* está relacionado à emergência da necessidade de transformar sua estrutura econômica para obter maior autonomia e de reorientar o seu sistema econômico para permitir elevar o nível da qualidade de vida de sua sociedade.

As transformações globais do final do século XX, em especial na década de 1990, tiveram efeitos significativos em países como Brasil. Gonçalves (1994) atenta que as mudanças nas estratégias de desenvolvimento, ocorridas no Brasil, por exemplo, foram em grande parte, em virtude das mudanças no cenário internacional, que acarretaram

especialmente qualidade e na aceleração dos processos produtivos, com a finalidade de alcançarem padrões internacionais.

É assim que a emersão de discussões em torno do desenvolvimento regional endógeno passaram a nortear as idéias, ações e políticas governamentais do Brasil. Focando-se em que uma questão originalmente local busca a inclusão máxima da população local no processo de desenvolvimento.

O desenvolvimento brasileiro sempre teve feição regional. Algumas frações territoriais terminavam por se sobressair às demais, angariando recursos humanos, materiais e financeiros e confirmando a percepção corrente de um país de vastas extensões de terra e escassez de homens. (GALVÃO, 2004, p. 23)

Assim o desenvolvimento sob a ótica do local, esta relacionado à uma resposta que está associada a um contexto de globalização, reestruturação produtiva e crise do antigo padrão de desenvolvimento. Isso representa disputas em torno de alternativas e caminhos, a partir de processos de desterritorialização e reterritorialização para a construção endógena (AMARAL, 1999)

Seguindo nessa linha raciocínio percebe-se a mudança do papel estatal no âmbito econômico, apoiado nesse paradigma de desenvolvimento. O Estado tem um papel ativo, através da implementação de extensos controles e regulação de mercado, criação de políticas públicas com o intuito de alavancar setores produtivos e corrigir as deficiências do mercado.

O que desencadeou no movimento de valorização de atores locais e a criação de ambientes propícios para, por exemplo, as pequenas empresas locais em se engajem em prol do desenvolvimento local. Para Altenburg (2002) tal cenário acarreta em novas exigências de política econômica, para atender a emersão de outras demandas que surgem além de ser uma alternativa realista de integração com o mercado mundial.

Assim uma das maiores contribuições da teoria do desenvolvimento regional endógeno esta em mostrar que os fatores determinantes ao desenvolvimento local são aqueles existentes dentro da região, e não exteriores a ela - como durante vários anos fora entendido.

Neste ponto cabe atentar para algumas colocações e as reflexões teóricas de Baquero (2001) quanto ao desenvolvimento endógeno:

Por fim, o desenvolvimento endógeno, é, antes de mais nada, uma estratégia para a ação. [...] Em suma, o desenvolvimento endógeno ser visto como um processo de crescimento econômico e de mudança estrutural, liderado pela comunidade local ao utilizar sue potencial de desenvolvimento que leva a melhoria da qualidade de vida da população. (BARQUERO, 2001, p. 40, 41)

E o autor ainda elenca o tripé do desenvolvimento endógeno:

Pelo menos três dimensões podem ser identificados nos processos de desenvolvimento endógeno: uma econômica, caracterizada por um sistema específico de produção capaz de assegurar aos empresários locais o uso eficiente dos fatores produtivos e a melhoria dos níveis de produtividade que lhe garantam competitividade; uma outra sociocultural, na qual os atores econômicos e sociais se interagem às instituições locais e formam um denso sistema de relações, que incorpora os valores da sociedade ao processo de desenvolvimento; e uma terceira, que é política que se materializa em iniciativas locais, possibilitando a criação de um entorno local que incentiva a produção e favorece o desenvolvimento[...] (BARQUERO, 2001, p. 42)

E enfatiza ainda que empresariado local deve ser capaz de utilizar de forma mais lógica possível, os recursos humanos e fatores produtivos da região. (BARQUERO, 1988).

Todavia tais explicações não são suficientes para compreender como se realiza o desenvolvimento endógeno. É nesse sentido que se enfatiza dois fatores importantes que contribuem a consolidação de tal teoria, que são: O papel do Estado e suas Políticas Públicas e as Pequenas Empresas. [ver no próximo subtítulo]

Quanto a isso Boisier (2003) infere que o desenvolvimento de um local [região] depende de um conjunto de elementos políticos, institucionais e sociais que podem ser agrupados genericamente sob o título amplo de capacidade de organização social da região.

Outra proposição colocada por Boisier (2003) é observar alguns pontos para que o desenvolvimento possa acontecer, tais como: o papel desempenhado pelo Estado e sua intervenção em prol do desenvolvimento, no qual os governos ao criarem uma atmosfera propícia, contribuem para que as empresas e indústrias possam se instalar, empreender e desenvolver suas atividades a baixo custo, com difusão de inovação e tecnologia, aproveitamento das potencialidades locais, gerando desencadeamentos positivos nos territórios como a geração de emprego, renda, difusão de conhecimento e tecnologia onde desenvolvem suas atividades.

Quanto às proposições colocadas por Boisier, Amaral Filho (1999) atenta que projetos e políticas de desenvolvimento devem estar ligados a algum tipo de vocação da região, como a existência de atividades típicas ou históricas, ou alguma atividade econômica criada pelo planejamento em função da vontade política das lideranças locais ou regionais.

Entretanto o autor ainda ressalta que desenvolvimento endógeno não deve ser visto como um modelo *apriorístico*, nem como um ‘sistema fechado’. Logo a definição a ser dada ao desenvolvimento da região deve vir, antes de tudo, de um certo consenso endógeno à região. E que apesar da literatura sobre o desenvolvimento regional endógeno negligenciar a relação do local ou da região e sua articulação a nível nacional é importante não esquecer de

relacionar o local com a política macroeconômica e o sistema político-administrativo. (AMARAL, 1999).

É nesse sentido que a teoria de desenvolvimento endógeno tem atualmente influenciado decisivamente as prescrições de políticas públicas. Como consequência a escala nacional como centro de decisão é rejeitada, pois esta passa a sofrer redimensionamento de seu poder repartindo com a comunidade local, o que se estima que possuam a capacidade de cumprirem com muito mais eficiência as funções que foram do Estado central.

De acordo com os pressupostos desta cosmologia, todas as comunidades territoriais dispõem de um conjunto de recursos (econômico, humanos, institucionais e culturais) que concretizam as suas potencialidades de desenvolvimento endógeno. [...] o local passa a direcionar suas forças na elaboração e execução de uma “agenda estratégica”, que enseje na construção de ativos locais capazes de: (i) conferirem ao local atributos da velocidade, flexibilidade maleabilidade, modernidade e competitividade; (ii) difundirem uma cultura empreendedora; (iii) propiciarem a confiança mútua entre os agentes; e (iv) tornarem o local atrativo[...] (COSTA, 2010, p. 92)

E coloca Costa (2010) que atualmente isso tem influenciado decisivamente as prescrições de políticas públicas. Nesse sentido procura-se enfatizar, as ações proativas visando é combater a “cultura passiva”, que muitas vezes se encontram em locais, que se contentam em receber os benefícios emitidos pelas políticas públicas dos governos. E complementa Amaral (2011) relacionadas à intervenção pública planejada visando corrigir os desequilíbrios, e tais intervenções requerem uma mudança quanto à postura do Estado como o agente fomentador do desenvolvimento.

Já que a competitividade, embora pouco relevante na teoria econômica regional tradicional, é hoje um ponto estratégico de máxima importância para o desenvolvimento endógeno. Pois as questões como a competitividade deixaram de pertencer apenas ao mundo das empresas para pertencer também ao mundo das regiões. (AMARAL, 1999).

Somente a proximidade pode permitir soluções, pois esses são diferentes de um local para outro, ou de uma região para outras. A proximidade também pode permitir uma melhor avaliação da política pública, pelo beneficiário, já que a ele é permitido interação e oportunidade de cobrança sobre o poder público local. (AMARAL, 2011, p. 47).

Galvão (2004) coloca que o Estado tem um papel especial quanto às políticas públicas para o desenvolvimento regional passam pela mudança de cultura, inovação. E para que a política de desenvolvimento seja eficiente é necessário que haja sinergia entre as ações dos atores e dos demais níveis institucionais e empresariais.

A realização das estratégias de desenvolvimento local requer que os agentes estejam amparados em redes formais e informais, de modo, que as instituições e as organizações que se mostram mais flexíveis e receptivas as mudanças associadas á estratégias de desenvolvimento local. Dessa forma podem ser neutralizados os efeitos negativos associados ao excesso de burocracia das administrações, que seguem no momento da procura do necessário apoio junto às administrações regionais e nacionais. (BARQUERO, 2001, p. 120)

Logo, as políticas públicas, passam a ter um papel fundamental para o desenvolvimento regional endógeno. Uma vez que as políticas públicas são desenvolvidas numa relação entre Estado e a sociedade, no qual perpassam por um processo organizativo e que precisa se articular com diferentes atores, que apresentam interesses e expectativas diversas, ou seja, as políticas públicas são uma forma de regulação ou intervenção na sociedade.

As políticas de “cima para baixo” estão sendo reconvertidas em políticas “de baixo para cima”, e o Estado busca promover a redistribuição espacial da atividade econômica e a redução das diferenças regionais que procuram assegurar o desenvolvimento econômico.

Nessa direção Pellégrini (2011) coloca que o enfoque de desenvolvimento regional endógeno é buscar propostas integrais para o território cujos objetivos virão definidos pelas especificidades de cada região.

A autora também destaca algumas iniciativas que contribuem para o fortalecimento do desenvolvimento regional:

- a) Diversificação produtiva baseada nos recursos endógenos;
- b) Articulação público-privada para promover a inovação produtiva e empresarial;
- c) Apoio e financeiro as MPMES;
- d) Promoção da competitividade sistêmica territorial.

E Pellégrini (2011) ainda enfatiza que o papel do governo é central na consolidação da estratégia de desenvolvimento local. Desse modo, a recomendação é que empresas, regiões e governos devem pensar globalmente, mas agir e intervir localmente. E tendo como ator central o estado, capitalizando recursos articulando e mediando intervenções.

Diante disso tem se propagado, que os governos locais aparecem de forma extremamente relevante ao assumir o papel de indutor da mobilização dos atores locais com parcerias público/privada. E que o desafio na geração de renda deve ser calcado em atividades produtivas localizadas onde existem potencialidades econômicas reais.

Assim um dos paradigmas do desenvolvimento regional é o de tentar sair da armadilha de determinismo econômico - pautado por falso ideal de universalidade.

[...] Há um desafio, portanto que é o de tentar encontrar dinâmicas gerais que se manifestam nos distintos campos do desenvolvimento. [...] o processo de desenvolvimento acaba sendo resultante tanto do ambiente macroeconômico, determinado pelas políticas de ajuste, quanto do ambiente micro institucional, construído através dos modelos de produção, gestão, organização e relacionamento empresarial; e meso-institucional condicionado pela forma de gestão pública da localidade, pela capacidade de governança da comunidade e pelo nível de articulação público e privada. (COSTA, 2010, p. 111).

Costa (2010) enfatiza ainda que as políticas públicas, em escala local, têm que ser elaboradas com o objetivo claro de propiciar a construção de um ambiente adequado para as empresas. No qual no bojo das mesmas haja o apoio a organização do sistema de produção, para a produção de um ambiente adequado a boa relação de empresas.

O Estado passa a ter um “novo” papel no desenvolvimento regional, além da verticalização das organizações públicas e privada como um fator determinante. Na instância local o Estado assume um ponto chave no que se refere a promoção do processo de aprendizagem continuada, interativa e mobilização entre os agentes locais. (AMARAL, 1999; COSTA, 2010).

Nesse sentido cabe atentar á algumas colocações de Galvão (2004), no qual considera que o Estado brasileiro possui uma baixa visão no que tange a questões como inovação, conhecimento e tecnologia. Além da incapacidade de algumas regiões de se apropriar e utilizar conhecimentos inovadores para os setores produtivos, internalizando a maior parte desses conhecimentos é um caminho seguro para o desenvolvimento.

Tomando novamente as colocações de Boisier (2003) o autor pondera que o desenvolvimento é um conceito complexo, multidimensional e construtivista em sua essência. O autor ainda sugere que o desenvolvimento requer, para o seu entendimento, enfoques holísticos, sistêmicos, complexos e recursivos. E que o desenvolvimento não pode ser alcançado por meio de uma somatória de ações e sim por simultaneidades que o façam surgir.

Seguindo este raciocínio, entende-se que o alcance desse objetivo depende da participação dos atores sociais por meio de estratégias da construção de redes e planejamento integrado entre os atores que serão alvos das ações do estado de forma participativa. Esses pressupostos são importantes, pois a concepção de Boisier (2003) enfatiza a participação dos atores envolvidos nas fases de planejamento e gestão; a crença de que a tarefa de promovê-lo não é exclusiva dos governos nacionais, mas que é mais eficaz quando a condução do processo ocorre por meio de outros níveis governamentais.

Aceitando-se que o desenvolvimento é o resultado de um processo de interação e interdependência entre objetos e pessoas, o qual se inscreve no território, a partir da percepção

e ação dos agentes (BOISIER, 2003). Assim as estratégias de desenvolvimento devem estar ligada á um “tipo de vocação” da região, sendo que isso não significa a adoção de vantagens comparativas, mas sim utilizar os recursos e as empresas nessas regiões

Na mesma direção Amaral (1999), coloca que uma estratégia de desenvolvimento, deve ter se munir de ações sistêmicas capazes de criar dinâmicas de crescimento com vários efeitos multiplicadores que se reforçam e propagam de maneira cumulativas que envolvam uma cadeia de atividades interligadas.

Possas (1996) coloca que os fatores políticos e as políticas governamentais afetam a configuração do ambiente econômico no qual as empresas estão inseridas e na formulação de suas estratégias. Desse modo o autor ainda ressalta que muitas das políticas macroeconômicas são desenvolvidas no bojo do fomento e promoção, visando o desenvolvimento de tecnologia, inovação e competitividade das empresas.

Ademais se observa que o Estado não deve se afastar dos setores produtivos, pelo contrário, as políticas públicas são os instrumentos de ajuste. Todavia necessita redefinir seu papel e como as políticas públicas serão implementadas assim como a efetividade destas.

E complementa Boisier (2004) que nem o Estado, nem o capital, nem o setor privado, nem o público, podem de forma isolada, produzir o desenvolvimento, só podem criar certas condições de entorno.

Porter (1999) analisa que o governo não pode criar empresas competitivas, só as mesmas podem realizar tal fato, pois são as empresas que devem trabalhar a mão-de-obra, os recursos disponíveis entre outros. E sustenta ainda que, o governo é sem dúvida um ator principal, mas raramente tem papel principal. Embora o papel do governo na criação e manutenção da vantagem competitiva seja significativo, é, contudo imparcial.

Assim o que se procura é suscitar o compromisso das iniciativas locais empresariais, todavia esse tipo de desenvolvimento requer uma reorientação das estruturas e políticas existentes. Entretanto as políticas públicas não devem causar desequilíbrio local, mas devem caminhar alinhadas com a autonomia política, econômica e cultural.

Entidades de fomento e agências de desenvolvimento, para serem bem-sucedidas na missão de promoção do desenvolvimento de uma dada região, devem investir na criação de redes intra e inter-regionais. Devem ser capazes de promover uma maior integração e/ou cooperação entre diferentes empresas e empreendedores ali presentes e também destes segmentos com clientes, fornecedores, centros tecnológicos entidades de crédito [...]. (VALE, 2007, p. 91).

Observa-se que os autores até aqui mencionados, tratam do desenvolvimento endógeno, não pode ser compreendido com ações isoladas, mas com a interação de diversos

setores da sociedade e a participação do Estado como um agente fundamental para a promoção de desenvolvimento. Visto que cabe ao Estado através de suas ações e políticas públicas solucionar os problemas de ordem social e econômica que ocorrem em seu território, embora não seja exclusividade sua tal atuação.

Costa (2010) assevera que a dinâmica do capitalismo no final do século XX gerou o acirramento do espaço, e a necessidade de progresso tecnológico e de inovação por parte de diversos territórios. Conseqüência disso é o redimensionamento do poder, no qual é delegado aos governos e comunidades locais a estima de terem a capacidade e mais eficiência quanto à regulação dos seus problemas e na busca de competitividade local.

E Sachs (1989) pondera que a endogeneidade não deve, de forma alguma, ser compreendida como um convite à autarquia econômica, à recusa de intercâmbios, nem um retorno incondicional à tradição. Ela conduz a autonomia do processo de definição do projeto nacional e de tomada de decisões, assim como a importância da cultura e da comunicação para a elaboração dos estilos de desenvolvimento.

2.1 A contribuição das Pequenas Empresas

Dentro da abordagem do desenvolvimento endógeno há um destaque a participação das MPMES, como fortes geradores de empregos, renda e competitividade dos setores produtivos.

E devido sua flexibilidade e capacidade empresarial e organizacional, as MPMES estão fadadas a ocuparem um papel de protagonistas nos processos de desenvolvimento endógeno. Pois o primeiro concentra-se no papel das MPMES na geração de empregos, crescimento econômico, diminuição das desigualdades sociais e inovação.

Com base na hipótese schumpeteriana tem sido estudada por diversos autores que apontam para uma correlação positiva entre a incidência da atividade empreendedora e o crescimento da economia, aumento do emprego, diminuição da desigualdade social; desenvolvimento da cadeia produtiva. (SARFATI, 2013)

Nas décadas de 1980 e 1990 ocorreu um crescimento no número de pequenos empreendimentos, e atualmente estes têm um papel muito importante no cenário socioeconômico brasileiro.

Pois, as pequenas empresas se constituem em uma alternativa de ocupação de uma (pequena) parcela da população que quer ter o seu próprio negócio, ou uma alternativa de emprego formal e também informal, em especial para uma parcela da população que possui pouca qualificação profissional e não encontra emprego nas empresas de grande porte.

A importância socioeconômica das MPMES é refletida na escolha estratégica do governo que, através de programas de incentivo às pequenas empresas, modificou a forma de organização da produção, do emprego e do trabalho. Desse modo os programas de apoio às MPMES visam oportunidades de auto-emprego, transferência de iniciativas informais para o setor formal da economia e redução da pobreza através da geração de novas fontes de renda.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2003), mostra em suas pesquisas o “peso” que as pequenas empresas possuem para a economia do país, porém reconhece que não há uma forma unânime para delimitar o conceito de pequenas empresas. Pois diante da possibilidade de observação prática, existe uma variedade de critérios para a sua definição, tanto por parte da legislação, como por parte de instituições financeiras e órgãos representativos, que se baseiam, em critérios de faturamento, número de pessoas envolvidas no negócio ou ambos.

Há de se ressaltar que os problemas quanto à conceituação de pequenas empresas, ocorre de acordo com a finalidade e os objetivos das instituições que promovem seu enquadramento, que pode ser para fins de regulamentação, para obtenção de crédito, ou mesmo, para estudos científicos.

Outra circunstância que influencia a caracterização do tamanho de um negócio é a variação do estágio de desenvolvimento de cada região onde as empresas atuam. Pois uma pequena empresa em determinada região pode ter o papel similar/ou o rebatimento igual ao de uma grande empresa em uma região mais desenvolvida.

Nesse sentido, não cabe a discussão de qual o real perfil das MPMES – tributário ou organizacional - mas sim sua contribuição para o desenvolvimento endógeno. Já que tem um papel vital para qualquer nação porque são elas que absorvem uma grande quantidade de mão de obra e movimentam todos os setores da economia.

Como em vários países, no Brasil, é grande a importância econômica e social das MPMES, já que representam mais de 95% das empresas brasileiras, correspondendo há 28% do PIB e empregando quase 40% da população do país. (IBGE, 2003)

Souza (1993) elenca alguns pontos bastante pertinentes quanto à participação das MPMES no cenário econômico:

- a) a tendência da atuação em conjunto das MPMES;
- b) a participação na geração de emprego e renda – mesmo em momentos de crise;
- c) a iniciativa e a capacidade empreendedora;
- d) a manutenção de certo nível de atratividade econômica em determinadas regiões;
- e) a descentralização das atividades econômicas;

- f) a potencialização da assimilação, adaptação, introdução e as vezes a geração de novas tecnologias de produto e processo.

Esses pontos muitas vezes são utilizados como justificativas, para a inserção positiva ou promissora das MPMES no plano de ação econômica, bem como a elaboração de políticas públicas setoriais, concessão de crédito e a articulação entre as instituições de ensino e de capacitação empresarial.

A valorização das MPMES vêm ao passo, de serem consideradas sinônimo de competitividade e de serem altamente flexíveis, sua capacidade de gerar empregos e de possuir habilidades de constituir aglomerações: sistemas ou arranjos produtivos, distritos industriais ou clusters, redes - e com interligações territoriais podem refletir em resultados locais de forma mais nítida há um curso prazo.

Dallabrida et. al.(2004), observa que desde o final da década de 1970, foi possível acompanhar em algumas regiões da Europa o incremento quanto ao número de MPMES e sua imersão no meio social através da demonstração de criatividade e inovação. O que segundo o autor abriu a oportunidade de discussão sobre a organização produtiva e a explicação dos fatores que contribuem para o desenvolvimento no âmbito espacial fora dos eixos tradicionalmente dinâmicos economicamente.

Isso também corrobora com a colocação de Sutz (2002), que após 1970 se reconhece o surgimento e a consolidação de enfoques a cerca da competitividade de pequenas empresas e nações que fugiam da ortodoxia prevalecente até então.

E observa Katz (2002) que em um cenário de crise e dívidas que marcaram as décadas de 1970/1980 em diversos países, o papel da tecnologia, inovação a partir de MPMES e a foi uma das possibilidades mais viáveis para a mudança de tal cenário.

A outro passo as colocações de Souza e Mazzali (2008), inferem que as pequenas empresas são acentuadamente heterogenias. O que segundo os autores, permite apontar a fragilidade de argumentos a favor de medidas indiscriminadas de apoio, já que muitas dessas medidas são justificadas apenas pelo porte pequeno das empresas. Pois quando se trata de pequenas empresas, não se justifica uma política geral, visto que elas não constituem um bloco único e homogêneo.

Isso implica, que muitas das políticas públicas desenvolvidas para as pequenas empresas no país não levam em conta suas particularidades, o local onde estão instaladas e as dinâmicas econômicas e sociais que as permeiam, ainda são vistas como um “bloco homogêneo”.

Vidal (2011) comenta que quando se examina as teorias contemporâneas atuais sobre as MPMEs, estas muitas vezes representam uma visão simplificada e inadequada. Uma vez que se desconhece a origem das MPMEs, e se referem a elas como uma parcela da economia informal.

Kosacoff (2002) coloca que há, portanto a necessidade de novos conceitos para pequenas empresas, mas orientados para o mercado, associando-se a instituições público-privado, desenvolvimento de mercados para os serviços empresariais, com uma maior orientação entre os clientes e as instituições públicas.

Sachs (2003) atenua que o principal objetivo das políticas de públicas voltadas à consolidação das MPMEs deve estar em direcioná-las ao desenvolvimento de uma competitividade genuína.

Vidal (2011) traz importantes contribuições quando coloca que as MPMEs, embora tenham sido valorizadas a partir dos meados do século XX são sumamente importantes na estrutura produtiva das regiões. Entre as suas múltiplas vantagens aponta-se o fato de poderem tomar decisões rápidas e se adaptarem melhor ao mercado e de se comunicarem melhor.

Em que pesem os benefícios econômicos e oportunidades oferecidas, as MPMEs continuam a ser intrinsecamente ligada às altas taxas de insucesso e desafios problemáticos. Todavia os teóricos do desenvolvimento têm trazido maior atenção a partir da perspectiva de que pequena empresa tem recebido pouca atenção por parte da comunidade de pesquisa. O que tem despertado interesse de pesquisadores, a fim de reconhecer sua importância a nível local e da economia nacional. (GASKILL, 2001)

Sengenber e Pike (2002) colocam que políticas públicas para o desenvolvimento não podem ser medidas via melhorias individuais das empresas - como pressupõem muitas das políticas públicas de promoção para as MPMEs. Os autores ainda ressaltam que as mesmas precisam ser elaboradas e planejadas para todo um setor produtivo, visando à dinamização econômica coletiva do local onde as MPMEs estão localizadas.

Assim a inserção econômica das MPMEs no ambiente concorrencial atual demonstra que estas representam uma parte importante em diversos setores produtivos no Brasil, mas como uma de suas partes integrantes, sua competitividade depende em grande parte da forma como interagem com outras empresas do mesmo segmento e com empresas de outros elos das cadeias que integram.

É quanto isso que o governo tende a substituir a função de assistir de maneira direta as MPMEs, com a oferta centralizada de serviços e incentivos para promover o desenvolvimento

dos mercados a partir das necessidades de demanda. Esta é uma nova modalidade de intervenção pública, no qual assiná-la ao mercado um papel estratégico com a instituição que governa assina por recursos disponíveis para fomentar a competitividade.

Todavia grande parte destas ações não tem entidades suficientes para configurar uma estratégia de reconversão produtiva. No qual emerge um novo papel para as instituições públicas e privadas vinculadas ao desenvolvimento.

Para que haja setores produtivos competitivos são necessárias bases completas produtivas. Para que possam competir devem ser o resultado de um processo de elaboração de uma cadeia produtiva e articulada e eficiente. Pois é difícil para as MPMES se fortalecerem se não houver recursos financeiros e infraestrutura.

Um ponto a ser destacado sobre a trajetória das MPMES na economia brasileira é que estas só passaram a ter destaque no país a partir da década de 1990 [de forma descontínua], no qual se discutiu na “Agenda Nacional” pontos para o crescimento e desenvolvimento das MPMES, com o intuito de acompanhar os países desenvolvidos, que desde a década de 1960 já as tomavam com uma das suas principais fontes de desenvolvimento econômico regional.

Arbix (2011) atenta que até a década de 1990, o foco das políticas públicas era a formação de grandes empresas; políticas de fomento às MPMES tinham caráter assistencialista, pois seu fomento era visto muito mais como uma necessidade social do que uma opção viável de desenvolvimento isso devido o conceito de economia de escala predominante até então, fato este que limitou as políticas públicas de apoio às MPMES.

Vidal (2011) chama a atenção que nesse período no qual o país discutia os rumos da globalização, os novos empreendimentos seriam bons aliados para reverter à concentração de grande capital e atenuar o problema do desemprego. Pois segundo o autor, o país ainda vive dos resultados das grandes corporações. E como percebe que ainda não há elaboração de políticas públicas efetivas em defesas das MPMES, apesar de iniciativas recentes, entretanto tímidas.

Vidal (2011) ainda atenta que se ignorou, não voluntariamente, mas provavelmente em razão da própria estrutura da economia brasileira, o fato de que as MPMES: a) São grandes geradoras de emprego; b) Contribuem para o crescimento da economia; c) Reduzem a vulnerabilidade e choques externos.

Diniz (2002) observa que muitas das políticas e ações elaboradas e planejadas pelos governos na década de 1990 tinham com principal objetivo o fomento e promoção do desenvolvimento de novas tecnologias, inovação produtiva, através das MPMES.

Complementando a idéia de Diniz, Pereira (1998), infere que as MPMES vivem limitações. Pois para o autor, o problema da sobrevivência destas não reside no seu tamanho ou na escala de produção, mas na dificuldade de enfrentarem sozinhas suas fragilidades nas áreas de tecnologias, de financiamento, de desenvolvimento de novos mercados, etc.

E o IBGE (2003) aponta como os principais problemas das MPMES: Baixo investimento em inovação e tecnologia, baixo nível de terceirização, alto índice de sonegação fiscal, presença de proprietários com laços familiares, centralização do poder decisório, não há distinção da pessoa física com a pessoa jurídica, baixo volume de capital empregado, contratação de mão de obra direta, dificuldade de acesso á financiamento de capital de giro, utilização de intensa mão de obra não qualificada e sem qualificação.

Pois isoladamente, as MPMES encontram barreiras que as impedem de conseguir seus objetivos, como dificuldades de acesso a financiamentos (isso acontece principalmente porque elas não oferecem garantias frente às exigências crescentes dos bancos e demais instituições financeiras, ou devido aos elevados custos no processamento de pequenos empréstimos); dificuldades de acesso a tecnologias (que na maioria das vezes representa altos custos) e acesso aos mercados - pois isoladamente não têm condições de levar seus produtos a mercados mais amplos ou de obter contato com fornecedores.

Após o ano de 2000 há novos direcionamentos de planos nacionais voltados para as MPMES com ações integradas. Isso demonstra que o Estado brasileiro compreendeu que as MPMES podem ser principal mola impulsadora da redução das desigualdades sociais, podendo ser utilizadas como um vetor importante para a continuidade do crescimento com o aumento de renda expectativa de novos empregos em locais.

O pequeno empresário procura, em geral, oportunidades em setores nos quais encontra menos entraves para entrar e das quais já tem conhecimento, ao invés de procurar metodicamente oportunidade de máximo lucro. [...] A pequena empresa típica opera em um só local, e às vezes, em dois ou três, e se restringe a um único mercado. É muitas vezes de mão de obra intensiva. Dispõe provavelmente de pouco capital, tem um valor líquido baixo tende a vida curta. Em virtude da limitação de seus recursos de capital seus prazos de investimento são curtos. (SOLOMON, 1989, p. 49).

Para Solomon (1989) as MPMES não são um setor isolado, esta é a razão pela qual sua importância econômica. Tanto que o autor ainda ressalta que as MPMES proporcionam uma janela para as forças elementares do livre mercado. Da mesma forma como Souza (1993) afirma que as MPMES não estão à margem do sistema capitalista, pelo contrário, que as

mesmas precisam ser integradas a economia nacional em prol de dinamismo e diversidade produtiva.

A capacidade da pequena empresa de continuar sendo uma força complementar vigorosa na economia do futuro é, naturalmente, determinada pela evolução das condições do ambiente econômico. [...] A pequena empresa desempenha algumas funções econômicas que a grande empresa não é capaz de desempenhar ou evitar. (SOLOMON, 1989, p. 388-389).

Além disso, Solomon (1989) observa que as MPMES apresentam algumas características como: i) Desenvolve atividades com baixa intensidade de capital e com alta intensidade de mão de obra; ii) Melhor desempenho nas atividades que requerem habilidades a serviços especializados; iii) Muitas vezes opera em mercados pouco conhecidos ou instáveis ou atende a uma demanda marginal flutuante; iv) Esta mais perto do mercado e responde rápido e inteligentemente as mudanças.

As pequenas empresas, no conjunto, desempenham muitas de suas funções mais salutares por via indireta - e muitas involuntariamente: absorve dos choques dos períodos de baixa e de incerteza na conjuntura econômica, desempenha muitas tarefas menos compensadoras. [...] Embora se constitua numa força complementar na economia, a pequena empresa opera a partir de uma posição desconfortável de desigualdade. (SOLOMON, 1989, p. 14-15).

Essas características são consideradas pelo o autor como vantagens para a competição no mercado, uma vez que as MPMES procuram se instalar em locais onde há pouca concorrência e assim conseguem atingir outros mercados que a grande empresa ainda não consegue chegar, os produtos e serviços são especializados e há um contato direto com os consumidores que as fazem ser mais perceptíveis às tendências do mercado e do cenário macroeconômico.

Nesse sentido a emerge a necessidade da formalização de empresas visando a produção de trabalho decente, com a oferta de garantias trabalhistas e previdenciárias. Visto que as MPMES são um alicerce importante para a população de baixa renda e desenvolvimento de atividades produtivas dirigidas para o mercado. Elas precisam também se adequar a legislação vigente no país.

Tanto, que especificamente nas duas últimas décadas, se tem observado, que o governo brasileiro tem criado/incentivado programas e ações, seja via governo federal ou por meio dos governos estaduais e municipais, que tentam promover a/ou (re)inserção destes trabalhadores autônomos no âmbito de uma economia regulada.

Todavia no caso de países como o Brasil, se tem avançado lentamente no plano de políticas públicas a nível regional, visando formalizar os pequenos empreendedores e na geração de dinamismo, o que acarreta na deficiência das pequenas empresas. (VIDAL, 2011).

Contudo ainda permanecem ausentes de representatividade e de políticas fortes que estejam sintonizadas com seus interesses. E ao mesmo tempo, que as MPMES representam importantes agentes no desenvolvimento econômico regional, também não participam de forma ativa e nem influenciam sobre a formulação de políticas públicas quanto à promoção de desenvolvimento local.

Outra questão no que tange que também é pertinente atentar é a exportação via as MPMES através dos consórcios. Essa questão foi muito enfatizada nos anos de 1990 e 2000 pelo governo federal como uma das alternativas para a aquisição de divisas para o país e isso traria ao consórcio inovação e a inserção de tecnologia.

Uma vez que as empresas ao exportarem estariam competindo com os mais diversos tipos de produtos, com grau maior ou menor de tecnologia, inovação, qualidade entre outros, o que acarretariam em uma mudança produtiva visando competitividade.

Nesse sentido a formação de consórcio de exportação tem sido apoiada e fomentada por instituições governamentais brasileiras, como Agência de Promoção à Exportação (APEX), Ministério da Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Secretaria do Comércio Exterior (SECEX), Câmara do Comércio Exterior (CAMEX), Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX), entre outros.

Para estas instituições, os consórcios de exportação são vistos como o modo de entrada mais adequado e eficiente para a inserção das MPMES no mercado internacional, e, portanto, poderão contribuir diretamente para o desenvolvimento da capacidade exportadora das empresas consorciadas e de seus respectivos setores.

Desde o final de 1997, com a criação da Agência de Promoção de Exportação e Investimentos (APEX-Brasil), os consórcios de exportação, no Brasil, tem sido um importante instrumento na internacionalização de empresas. Visando à exploração dos benefícios advindos da internacionalização e compreendendo a escolha do modo de entrada no território estrangeiro como uma decisão estratégica, muitas empresas optam por constituir redes de cooperação empresarial na forma de consórcios de exportação.

A internacionalização se mostra uma alternativa atraente e necessária, no que tange à competição mundial, para as pequenas empresas. De acordo com Dias (2002), os principais motivos que levam uma pequena empresa a entrar no mercado externo são: a diminuição da dependência dos mercados internos, o aumento das receitas operacionais, uma maior rentabilidade da empresa e melhoria da qualidade e da competitividade do produto.

Porém, para as pequenas empresas, o processo de internacionalização é mais complexo, em comparação com as grandes organizações devido às dificuldades peculiares

que elas apresentam, por exemplo: fabricação de produtos com nível de qualidade aceitável nos mercados externos, falta de tempo para gerenciar as atividades internacionais, falta de informação adequada para se desenvolver no mercado externo, barreiras burocráticas, dificuldade em encontrar intermediários no exterior (agentes de exportação, representantes, empresa comercial) etc.

Para a APEX Brasil (2003), o consórcio de exportação é um nome fantasia que descreve o agrupamento de empresas com interesses comuns, reunidas em uma entidade estabelecida juridicamente.

Minervini (1997) coloca que a atuação conjunta das empresas em consórcio de exportação proporciona uma série de vantagens como: (1) desenvolvimento da cultura exportadora e redução do “custo da inexperiência”, aprendendo em conjunto; (2) maior facilidade em obtenção de crédito para investir no melhoramento da qualidade, dos processos produtivos, da promoção de ingresso nos mercados, da capacidade de produção; (3) aumentar o poder de barganha junto a fornecedores, clientes, e entidades governamentais; (4) redução dos custos unitários do produto e das despesas de exportação; (5) desenvolvimento de uma marca própria, mais forte; (6) aumento das margens de lucro; (7) acumulação de conhecimentos na área de marketing internacional.

Muitas empresas têm a noção de que os laços de cooperação são importantes para capacitá-las a responder aos desafios impostos pela globalização e a conquista de novos mercados.

E para as MPMES, a melhor solução para a penetração em novos mercados seria através das redes organizacionais, cooperativas, associativismo e os consórcios.

Assim os consórcios de exportação têm se mostrado como uma saída estratégica para a dinamização das MPMES em diversas regiões do país, pois diversifica a pauta de exportação e insere benefícios de forma coletiva as empresas que fazem parte do consórcio.

3 AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O PAPEL DO ESTADO

Conforme já tratado no capítulo anterior, o Estado tem um papel importante no que tange ao desenvolvimento regional endógeno. Assim esse capítulo traz o enfoque das políticas públicas e qual o papel do Estado na busca soluções dos problemas sociais e econômicos.

Para isso será necessário abordar o ciclo das políticas públicas enfatizando a avaliação. Pois através da avaliação se verifica os resultados/ou produtos esperados pelos governos, pela sociedade, pela economia entre outros segmentos interessados. Além demonstrar a racionalidade de Estado, ao verificar as motivações e conseqüências em intervir para solucionar problemas.

Ainda no que tange a avaliação, serão apontados as diferenças, entre acompanhamento, monitoramento e avaliação - pois ainda existe muita dificuldade em estabelecer procedimentos metodológicos que apreendam os resultados das políticas públicas e que possibilitem dizer por que determinadas políticas foram, ou não, exitosas e por que chegaram, ou não, a certos resultados. Assim como o resultado da avaliação se aplica aos conceitos de eficácia, eficiência e efetividade.

Entretanto serão utilizados para tecer a discussão inicial neste capítulo alguns autores institucionalistas⁴, pois os mesmos apresentam estudos pertinentes que balizam alguns fatores apresentados pelo recorte empírico escolhido para a pesquisa.

Todavia a discussão a ser realizada será sobre a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann para a compreensão da elaboração, implementação, expectativas e resultados das políticas públicas.

Não há em momento algum a finalidade de realizar qualquer comparação ou incursão teórica quanto a essas duas linhas de estudo, há apenas a intenção de apresentar conceitos em um sentido mais amplo e dar uma nova perspectiva de análise sob a comunicação dos sistemas sociais.

Diante dessa breve explicação, expõem-se algumas colocações a respeito do conceito de políticas públicas.

⁴ **Institucionalismo** é o enfoque dado pelas Ciências Sociais para explicação da sociedade através de suas instituições. O estudo das sociedades pode ser feito através de diferentes abordagens. Uma delas conta com a adesão de muitos intelectuais e é utilizada há muito tempo para compreensão e explicação das interações que ocorrem entre os indivíduos. Essa explicação tem como foco a ação e influência de instituições formais e informais na vida humana. Nesse contexto, as instituições políticas ganham expressivo destaque, com ênfase para o papel do Estado. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/sociologia/institucionalismo/>>/ Com adaptações. Acesso em 20 Jan. 2015.

Secchi (2010) argumenta que: “o termo política pública esta relacionado a uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Para o autor a política pública apresenta-se como uma intencionalidade e resposta a um problema entendido como relevante coletivamente.

Logo compreende-se, que as políticas públicas dizem respeito a um conjunto de decisões e ações necessárias para que a sociedade possa se desenvolver. E que são formuladas e implementadas pelos governos através de um conjunto de forças: da sociedade e até mesmo as forças de mercado.

Souza (2007) e Marques (2013) contribuem com as seguintes definições sobre políticas públicas e porque estudá-las, sintetizadas em:

- a) A política pública permite distinguir entre o que o governo pretende fazer e o que, de fato, faz;
- b) A política pública envolve vários atores a níveis de decisão, embora seja materializada nos governos, e não se restringe a participantes formais, já que os informais também são importantes;
- c) A política pública é abrangente e não se restringe a leis e regras;
- d) A política pública é uma ação intencional com objetivos a serem alcançados;
- e) A política pública, embora tenha impactos de curto prazo, é uma política de longo prazo;
- f) A política pública envolve processos subseqüentes após da decisão e proposição, ou seja, implica também implementação, execução e avaliação;
- g) Trata de um conjunto de ações implementadas pelo Estado e pelas autoridades governamentais em um sentido amplo;

Souza (2007) traz uma análise interessante no que se refere definições de políticas públicas. Porque mesmo que minimalistas, tais definições, guiam o olhar para o lócus onde emergem as preferências e idéias se desenvolvem, isto é, os governos. E que mesmo optando por abordagens diferentes, as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema: comportam vários ‘olhares’.

É importante também atentar que cada momento histórico/ou situação, produz, no contexto da inter-relação entre a produção econômica e questões sociais envolvidas, à emersão dos interesses dos grupos dominantes, ideologias entre outros fatores que corroboram para se tornem referencia para elaboração e a operacionalização das políticas públicas.

Políticas públicas repercutem na economia e na sociedade, daí o porque qualquer teoria da política pública precisa também explicar inter-relações entre o Estado, política, economia e sociedade. (SOUZA, 2007, p. 69)

Entretanto as políticas públicas, como resultantes da atividade política, geralmente, envolvem mais de uma decisão e requerem diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas (RUA, 1998). Desse modo é necessário entender que a política pública por se tratar de uma atividade política, logo depende da dinâmica da realidade política que é construída por distintos atores sociais com correlações de forças e interesses em jogo.

Compreende-se então que o papel do Estado é primordial na institucionalização de políticas públicas e isto está atrelado a dois fatores: 1) a noção de Estado e; 2) aos diferentes papéis assumidos pelo Estado em relação à sociedade e ao mercado. Nesse sentido Cristo (2003) demonstra que a partir de 1990 há uma mudança quando a configuração das políticas públicas, o que para o autor, o Estado desenvolve diretrizes estratégicas na busca eficiência, produtividade e capacidade de resposta dos governos.

E ainda Cristo (2003) complementa o pressuposto de que o Estado é um formulador de políticas públicas e detentor de instrumentos de planejamento, admitindo também que o Estado e o mercado coordenam os sistemas econômicos.

Para Arretche (2007) a formulação das mais diversas políticas públicas no país, vêm sendo reflexo das pressões exercidas pelo mercado diante do Estado que se intensificaram após 1990, o que demandou uma mudança na postura de atuação do Estado frente aos setores produtivos, econômicos e sociais do país.

Desde então o Estado teve que reorganizar seu foco de atuação de maneira a consolidar e estabelecer políticas públicas frente aos efeitos esperados sobre o comportamento dos atores envolvidos em suas decisões políticas e os mercados. Logo observa-se a importância das políticas públicas como instrumento de mudanças sociais e econômicas no país.

É quanto a isso compreende-se o enquadramento teórico das políticas públicas e sua importância diante de fatores como a dinamização econômica em prol do desenvolvimento em regiões periféricas, por exemplo.

Isso é algo latente em regiões como a América Latina, com suas disparidades e desigualdades crescentes ao longo do século XX. Motivo do qual há os mais diversos estudos sobre a questão da intervenção do estado como um agente de mudança esses cenários.

[...] América Latina, ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de equacionar minimamente a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e de promover a inclusão social de grande parte de sua população. Respostas a este desafio não são fáceis nem claras ou consensuais. Elas dependem de muitos fatores externos e internos. No entanto o desenho das políticas públicas e as regras que regem suas decisões, elaboração e implementação, também influenciam os resultados dos conflitos inerentes às decisões sobre política pública. (SOUZA, 2006, p. 21)

Nesse sentido cabe uma breve reflexão, sobre os estudos sobre políticas públicas, [seja sua implementação ou avaliação], visto que é algo recente nos países latino americanos.

Uma vez que os primeiros relatos sobre tal temática surgem na década de 1970 e são enfatizados com a crise de 1980. Pois nesse período se realizaram análises, e não apenas investigações sobre as características gerais das políticas nesses países, mas o que trouxe a luz os atores, interesses e processos presentes em cada política, o entendimento das relações entre o Estado e seus cidadãos, construindo assim um conjunto de conhecimentos sobre o que se produz de políticas públicas no país. (HOCHMAN; ARRETCHE; MARQUES, 2012).

Um dos problemas que permeiam, questões sobre as políticas públicas, no sentido de promoverem o desenvolvimento, é que o Estado brasileiro esta alicerçado na ausência histórica de políticas e ações voltadas a melhoria das condições socioeconômicas de sua população. Em um país como o Brasil, marcado por profundas desigualdades regionais, a demanda em torno da formulação de políticas públicas, apresentam um papel fundamental em busca de auxílio e superação das desigualdades e minimizar os conflitos sociais.

O que sem dúvida marca o país é a forte disparidade e desequilíbrio na distribuição de renda e recursos. Sendo a desigualdade regional, apesar de ser combatida, principalmente nas últimas décadas, ainda é um problema a ser enfrentado pelos governos a nível local e nacional.

É nesse contexto que se dissemina o enfoque na formulação de políticas públicas setoriais – que consistem basicamente em um foco “mais específico” na intervenção do Estado em setores sociais ou produtivos – foco dessas políticas esta em reduzir ou extinguir problemas acarretados por desequilíbrios acarretados pelo mercado, por processos históricos e entre outros.

Todavia nem toda política pública setorial surge das demandas apresentadas pelos setores específicos como os produtivos, por exemplo.

[...] políticas setoriais entraram para a agenda de pesquisas em políticas públicas, em um esforço de abrir ‘caixa preta’ do funcionamento do Estado Brasileiro, pelo exame das características instituições de suas políticas, tendo a estrutura interna do Estado, de suas bases sociais e de seus fundamentos doutrinários [...] (HOCHMAN; ARRETCHE; MARQUES, 2012, p. 14)

Em virtude do intenso processo de inovação e experimentação de programas governamentais, baseado na autonomia dos governos, trouxe a oportunidade aberta de participação nas mais diversas políticas setoriais, gerando a possibilidade de acesso à segmentos tradicionalmente excluídos, além de apresentar inúmeras modalidades de representação de interesses. O que despertou não apenas uma enorme curiosidade sobre os “micros” mecanismos de funcionamento do Estado brasileiro, como também revelaram grande desconhecimento sobre sua operação e impacto efetivo. (ARRECTHE, 2003).

Na mesma direção é necessário atentar que fatores como desequilíbrios e desigualdades [embora não sejam os únicos] também desencadeiam uma série de mudanças na postura do Estado no que se refere as políticas públicas e seus rebatimento quanto produção de mudanças. Carvalho (2005) coloca que as políticas públicas têm sido designadas com algum tipo de ação governamental que apresenta reflexos na sociedade ou em partes dela.

3.1 A política pública e seu ciclo

O ciclo da política pública é um ciclo deliberativo formado por vários estágios e construindo um processo dinâmico e de aprendizado.

Pois quando se trata de políticas públicas há várias perguntas a serem feitas: Como os governos definem suas agendas? Por que algumas questões entram na agenda política enquanto outras são ignoradas? Quem participa dos processos de decisão? Como se realiza o processo de formulação da política pública?

Para essas questões as respostas apresentadas são: i) focalizar o problema – quando se assume o problema e se decide o quê fazer para resolver o mesmo; ii) resposta aos problemas através das ações políticas, no qual se constrói a consciência coletiva para enfrentar o problema – isso implica em gerar coalisões, negociação e persuasão com diversos atores políticos; iii) focalizar os participantes [os visíveis e os invisíveis] que definem as alternativas a serem tomadas. As respostas colocadas demonstram a “criação” de uma lógica causal que há a possibilidade da formulação das políticas públicas e sua entrada na agenda de governo.

Faria (2003) explica que há um crescimento de estudos sobre políticas públicas no país, ocorreu em virtude da diversificação e complexificação do processo de formulação e implementação de políticas públicas.

Assim entra em operação o processo de Formulação da Política Pública, no qual se transforma um problema em solução ou em alternativas. Levando em conta os modos de ações, intervenções e as estratégias que sustentem tais ações como: estudos técnicos, conflitos, previsão, coordenação, construção de coalizões, propaganda, persuasão entre outros. Além da legitimação de que tal política pública irá resolver tais problemas, o que consiste em inscrever a solução num quadro normativo.

Entende-se aqui que o ciclo das políticas públicas comumente ocorre por meio de uma abordagem seqüencial. Sendo tal modelo promove a separação das políticas públicas em fases: formulação, implementação e avaliação (SECCHI, 2010). E simplificado em etapas da seguinte forma:

- a) Formulação é composta pelos processos de definição e escolha dos problemas que merecem a intervenção estatal, produção de soluções ou alternativas e tomada de decisão;
- b) A implementação se refere à execução das decisões adotadas na etapa prévia;
- c) A avaliação consiste na interrogação sobre o impacto da política.

Sob a ótica de Faria (2013) a implementação em um sentido mais amplo significa: executar algo, um plano, programa ou projeto – colocar em prática por meio de providências concretas. Portanto à colocação em prática da decisão formulada, envolve necessariamente planos de ação que definam recursos, aloquem pessoal, designem regras á serem cumpridas. O que denota que a implementação de políticas públicas não é apenas um processo de meramente executar um plano pré-estabelecido.

E Faria (2013, p. 10) ainda a define como:

- a) Conexão entre a expressão da intenção governamental e os seus resultados na prática;
- b) Entre as expectativas da política e os resultados percebidos da política;
- c) Acontece entre o estabelecimento de uma intenção aparente, por parte do governo, de se fazer algo, ou deixar de fazer algo e os seus impactos.

Lotta (2012) contribui ao inferir que implementação das políticas públicas, têm um assumido um papel compartilhado, isso induz que o foco das políticas públicas não apenas

ligado ao mais ao governo, e que outras necessidades e setores da sociedade também afetam direta ou indiretamente a implementação.

Bem como o processo de implementação dispõe de uma dinâmica no tempo, portanto mutável, é preciso também levar em consideração a comparação entre os tempos distintos. (PEREZ, 2001 p. 71)

Todavia é possível considerar que desde o início, tais ações poderiam ter poucas chances de ser bem-sucedidas, de realizar as metas propostas ou de gerar quaisquer resultados não demandaria nenhum tipo de explicação especial. Já que cabe observar que existem muitas dificuldades na implementação, seja por um processo que envolve incertezas, seja porque existem políticas muito complexas (PIRES, 2009; CONDE, 2008). Por isso o processo de implementação envolve mecanismos legais e recursos financeiros. É dessa aplicação de recursos públicos que, tantas vezes, decorrem os debates e embates entre grupos sociais ou mesmo, entre teorias.

Conde (2008) levanta uma questão interessante: a *comunicação*, para o desencadeamento das ações propostas nas políticas públicas. Quando a isso, o autor coloca que quando o enfoque vem “por cima”, é preciso que ocorram, também, duas condições de comunicação: a primeira é a coordenação vertical entre quem “ordena” e quem implementa “por baixo”; a outra é a horizontalidade entre os próprios implementadores que operam as ações no dia a dia. E também chama atenção para os *programas*, em via de regra, são principal forma de ser observar de “forma concreta” a implementação de uma política pública. em via de regra, distribui competência no nível local entre atores diferentes.

Quando o enfoque vem “por cima”, é preciso que ocorram, também, duas condições de comunicação: a primeira é a coordenação vertical entre quem “ordena” e quem implementa “por baixo”; a outra é a horizontalidade entre os próprios implementadores que operam as ações no dia a dia.

Independente da perspectiva – “por cima” ou “por baixo” – a análise a ser feita deve ser em conjunto e/ou em separado observando as questões organizacionais (considerando os tipos de organização e como funcionam), o processo em si de implementação (suas fases e etapas envolvendo diferentes aspectos), os conflitos manifestos e latentes (considerando as estratégias dos atores envolvidos) e a dimensão política (como se estruturam parâmetros de poder nas e entre as organizações envolvidas, bem como suas relações com o poder político local, regional e/ou federal). (CONDE, 2008)

Chegando agora etapa de **avaliação**, depara-se também com alguns questionamentos: Por que as políticas públicas não apresentam os resultados esperados? Onde e aonde estão os recursos destinados a resolverem os problemas?

Tratar desses questionamentos é mostra o quanto é importante auferir os resultados das ações, planos e políticas públicas – ou melhor avaliá-las.

No ciclo das políticas públicas, a avaliação deve ser uma atividade permanente que acompanha todas as fases da política pública, desde a identificação do problema da política até a análise das mudanças sociais advindas da intervenção pública.

A avaliação pode subsidiar: o planejamento e formulação das intervenções governamentais, o acompanhamento de sua implementação, suas reformulações e ajustes, assim como as decisões sobre a manutenção ou interrupção das ações. É um instrumento importante para a melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão e do controle sobre a efetividade da ação do Estado, bem como para a divulgação de resultados de governo.

Além do caráter de mensuração objetiva de resultados, a avaliação possui também aspectos qualitativos, constituindo-se em um julgamento sobre o valor das intervenções governamentais por parte dos avaliadores internos ou externos, bem como por parte dos usuários ou beneficiários. A decisão de aplicar recursos públicos em uma ação pressupõe a atribuição de valor e legitimidade aos seus objetivos, e a avaliação deve verificar o cumprimento das metas estabelecidas.

Entretanto, avaliação de políticas públicas no Brasil é incipiente e recente, não se constituindo por sua vez numa tradição ou prática sistemática corrente. Embora se reconheça em documentos oficiais e científicos o papel da avaliação. Porém tal reconhecimento, mesmo que formal ainda não se traduz conforme, em algumas regiões do Brasil, em processos de avaliação sistemáticos e consistentes que subsidiem.

Até 1970 são poucos relatos e estudos empíricos a avaliação. Sendo que a avaliação aquela época era realizada com base em modelos racionalistas derivados de cálculos de custo-benefício e do desenvolvimento de técnicas e correlacionando a formulação de desenhos gerais das políticas com seus resultados, tanto nos termos de eficácia [resultados pretendidos], eficiência [análise econômico-financeira comparativa] e efetividade [impacto sobre o problema a ser resolvido].

Por isso que as políticas públicas ainda não conseguiram entrar em discussões em países como o Brasil. Bem como os processos de continuidade e descontinuidade são um traço típico da condução de políticas públicas no Brasil.

E em virtude de uma cultura fortemente personalista, em que inúmeros programas de governo estão embasados mais na figura de um governante. O que acarreta em um planejamento com inúmeros programas e políticas governamentais sofrem de continuidade quando acabam os mandatos daqueles que a iniciaram.

A garantia da eficácia de uma política pública depende da solução dos problemas que afetam dada coletividade e que a demandaram - da percepção dos beneficiários – que nesse caso, é um importante indicador ou indício da eficácia das políticas públicas, pelo menos do ponto de vista deste.

Para Arretche (2001), é possível distinguir três critérios de avaliação de políticas públicas: eficácia, eficiência e efetividade.

Quadro 1 – Os Critérios de avaliação.

	Consiste em :	Contribui com:	Problemas quanto:	Outras considerações
Eficiência	Em uma relação entre o esforço empregado na implementação e os resultados alcançados. É uma dimensão do resultado. Adequação entre o Plano e sua execução.	Com a necessidade de dar respostas urgentes através de métodos mais sofisticados. Sua contribuição esta ligada mais a escassez de recursos públicos e a racionalização do gasto.	É uma tipologia negligenciada. Pois a eficiência possui dificuldades quanto à determinados objetivos, em especiais os sociais quanto a mensuração de como gastar para obter os resultados esperados.	Um das tipologias mais utilizadas no Brasil no pós 1990. Com o foco na redução de gastos públicos e maximização das estratégias das organizações públicas.
Eficácia	Fazer as coisas certas. É uma dimensão do processo de desenvolvimento e implementação.	É a mais utilizada para a avaliação das políticas públicas. Isso porque é a mais factível e menos custosa de ser realizada. como a relação entre os objetivos e instrumentos explícitos de um programa e os resultados efetivos. A avaliação pode ser feita através das metas propostas e as metas alcançadas ou os instrumentos previstos para implementação e os	Na obtenção de confiabilidade e veracidade das informações obtidas e acerca do funcionamento concreto da política pública a ser analisada.	É a tipologia utilizada frequentemente para demonstrar o fracasso ou sucesso da política pública.
Efetividade	Um exame de relação entre a implementação de um determinado programa e os seus impactos/resultados, sucesso/fracasso no que se refere a mudança nas condições dos atingidos pelo programa sob avaliação.	É mais que um simples análise de políticas públicas – uma vez que o ponto chave é o a causalidade sobre tal política em particular. Além de ser necessário distinguir entre os produtos e os resultados da política.	Problemas quanto a obtenção de informações sobre os programas e populações analisadas. Isso ocorre devido ao isolamento e as interferências das variáveis, dificuldades operacionais sobre os custos financeiros e organizativos envolvidos.	No Brasil há uma pobreza quanto aos estudos sobre a efetividade de políticas públicas devido as dificuldades em estabelecer a causalidade.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Arretche (2001); Faria, (2001).

Aqui cabe ressaltar as colocações de Alaharja e Helgason (2000), ao deixar claro que a avaliação é um mecanismo de *feedback* e consulta para os governos. Porém nem todo o *feedback* é uma avaliação, bem como mecanismo como: monitoramento, acompanhamento, auditoria, revisões, referem-se às atividades avaliativas e não a avaliação em si.

Em continuidade a questão da avaliação, Antero (2008) traz sua contribuição ao mostrar que existem diferenças entre avaliação, monitoramento e acompanhamento: *i)* avaliação: é uma análise discreta; *ii)* monitoramento é uma análise contínua e processual; *iii)* acompanhamento: não é um processo interativo que gera informações superficiais. O autor ainda explica que a avaliação trata de uma situação passada e que o monitoramento busca detectar as dificuldades que ocorrem durante a programação para corrigi-las oportunamente e que ambos precisam ser complementares para que os resultados pretendidos possam gerar aprendizagem coletiva e tomada de decisões.

Quadro 2 – Diferença entre Acompanhamento e Monitoramento

Acompanhamento	Monitoramento
Não é um processo interativo.	É uma ferramenta de gestão interativa e proativa.
As informações são superficiais e nem sempre são analisadas.	Utiliza informações com a profundidade necessária e os dados são sempre analisados.
Os resultados raramente são compartilhados e pouco utilizados.	Divulga as descobertas feitas e fornece insumos qualificados para o planejamento.
É realizado de forma mecânica, para cumprir exigências.	Os resultados são utilizados para o aperfeiçoamento do trabalho de equipe e para a tomada de decisões.
Visto como controle, fiscalização.	É uma atitude gerencial e gera a aprendizagem organizacional.
Utilizado comumente no sentido meramente físico-financeiro, para cumprir com determinações burocráticas/legais. [emanada dos órgãos de controle].	Tarefas Referentes ao Plano de Execução.
A forma como é realizada é que vai influenciar a possível avaliação posterior.	Processo contínuo durante a execução
	Identifica o progresso do Trabalho quanto a plano de trabalho
	Atitude Gerencial
	Remenda o ajuste dos planos, condições operacionais e correção dos rumos.

Fonte: Elaborado pela autora com base em Antero (2008) apud Rua (2005); Faria (2001); Lobo (2001).

Assim a avaliação de políticas é ir além de verificar aspectos quantitativos em um determinado período, mas sim os resultados obtidos frente aos objetivos planejados. Ademais a avaliação deve procurar trazer à tona a possibilidade dos gestores públicos, e até mesmo a sociedade, descobrir, de que forma os recursos são aplicados e quais os resultados alcançados.

Portanto, o processo de avaliação apresenta mais que um *feedback* das ações do governo, mas um instrumento de modo a auxiliá-lo na gestão eficiente dos recursos.

Desta forma, Alaharja e Helgason (2000) comentam que a avaliação deve ser vista como um mecanismo de melhoria no processo de tomada de decisão, a fim de garantir melhores informações, sobre as quais eles possam fundamentar suas decisões e melhor prestar contas sobre as políticas públicas.

Assim, observa-se que o uso apropriado dos resultados das avaliações não constitui tarefa fácil. A questão da utilização das avaliações deve tornar-se uma preocupação relevante tanto dos avaliadores, formuladores de políticas públicas e cidadãos, pois, do contrário, as avaliações constituirão apenas um universo de promessas que não chegam a se realizar (ALAHARJA; HELGASON, 2000).

Para Weiss (1998) a avaliação seria “a estimativa sistemática da operação e/ou dos resultados de um programa ou de uma política (*policy*), em comparação com um conjunto de parâmetros implícitos ou explícitos, como forma de contribuir para o aprimoramento do programa ou política”.

E a autora ainda entende que a utilização e o uso dos resultados das avaliações devem servir para a tomada de decisão nos programas avaliados. Pois as avaliações são responsáveis por apontar recomendações sobre os processos ou os resultados de um programa, os avaliadores esperam que essas recomendações sejam aplicadas ao programa avaliado para modificá-lo, estendê-lo ou até finalizá-lo.

Já Cohen e Franco (2007) argumentam que a avaliação não deve ser julgada como auto-suficiente, uma vez que faz parte do processo de planejamento da política, mas sim que esta permite a definição entre diferentes projetos/programas tendo por base sua eficácia e eficiência.

Silva (1999) coloca que o motivo primaz do interesse pela avaliação é a preocupação com a efetividade das ações e o segundo motivo é entender o que leva os programas a alcançarem os resultados apresentados, e para tanto se analisa a dinâmica da atuação dos programas e projetos. Isso significa em apreciar os efeitos atribuídos a ação do governo. Logo considera-se a avaliação como uma atividade normativa, pois seja de forma individual ou coletiva, os avaliadores agem em função de quadros de referências, de seus valores e normas, de suas percepções.

Porém a avaliação pode ser um “problema” para os governantes, executores, gerentes de programas/ projetos porque os resultados podem causar constrangimentos públicos. As informações e resultados das avaliações podem ser usados para criticar os governos, da mesma forma que, em caso de “boas notícias”, os governos podem usá-las para legitimar as próprias políticas, como ganho político, etc.

3.2 A contribuição de Niklas Luhmann

Neste subtítulo emprega-se a teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann⁵ para discutir o papel das políticas públicas, quanto um instrumento de intervenção do Estado.

Entendeu-se nessa discussão sobre políticas públicas que Luhmann tem muito a oferecer para a reflexão teórica uma vez que dispõe de categorias com abordagens ‘inovadoras’ para analisar os tal questão. Contudo, a teoria luhmaniana tem sido pouco utilizada com essa finalidade.

Dentre as várias categorias desenvolvidas por Luhmann, serão abordadas inicialmente: o sistema, a autopoeisis e o sentido, que são os conceitos principais apropriados e elaborados pelo autor para a construção de sua teoria dos sistemas sociais. (SCHÄFFER, 1992; RODRIGUES; NEVES, 2012).

Ademais se desdobram outras categorias desenvolvidas por Luhmann que ajudam a compreender e ampliar o horizonte sobre a intervenção e o comportamento do estado e seus governos, e aos estudos de políticas públicas. Relaciona-se com:

1) O ciclo da Política Pública:

a) Formulação e Implementação: Decisões e Alternativas; Acoplamento Estrutural; Sistemas Funcionais (político e econômico); Código Binário e a Dupla Contingência.

b) Avaliação: Observador de 2ª ordem; Expectativas.

2) Intervenção e Comportamento Estado: Tempo e as Organizações.

O primeiro passo a ser dado é entender a concepção de Luhmann sobre a sociedade. No qual o autor infere que a sociedade é um **sistema social que se produz e se reproduz em si mesmo**, sendo a operação que gera e mantém o sistema é a **comunicação**. Todas as realidades sociais, qualquer grau, são pré-formada por formas específicas de comunicação que define sobre os outros. (LUHMANN, 1992 tradução nossa)

Luhmann compreende a sociedade como um sistema não há lugar para os homens – pois os homens são o entorno da sociedade.⁶ E estes deixam de ocupar centralidade da sociedade, mas sim, o seu entorno, o que justifica dizer que a ação social é resultado sistêmico

⁵ Niklas Luhmann (1927-1998) foi um sociólogo alemão. É considerado um dos mais importantes representantes da sociologia alemã atual. Adepto de uma teoria particularmente própria do pensamento sistêmico, Luhmann teorizou a sociedade como um sistema autopoietico.

⁶ A idéia apresentada por Luhmann, não significa que não haja homens na sociedade. Pois a sociedade como sistema social é um sistema comunicacional (enfoque de pesquisa e análise) é a comunicação. Nesse sentido o ser humano não constitui objeto de pesquisa para entender a sociedade. Pois Luhmann trata o ser humano com o sistema psíquico.

de comunicações ou ligações. O que contrapõe o pensamento tradicional no qual a sociedade é formada de indivíduos. (LELLEMANT, 2004).

No contexto atual da discussão, isto não quer dizer que a sociedade é um todo constituído de partes e capaz de se impor em face dos interesses particulares das partes. [...] Mas a abordagem teórica dominante se situa hoje na distinção entre sistema e seu meio ambiente e, por conseguinte, em uma diferença produzida pelos próprios sistemas. [...] [...] a sociedade seria um sistema capaz em todas as suas operações de distinguir um lado interior (onde se fazem as operações) e um lado exterior. E ainda que o sistema não possa operar a não ser sobre a face interior da sua fronteira, dado que cada tentativa de ultrapassar a fronteira mediante as suas próprias operações. [...] Os sistemas capazes de auto-observação deverão portanto obrigatoriamente copiar no interior do sistema a diferença do interior e do exterior.[...] (LELLEMANT, 2004, p. 148-149)

Após isso, apresentam-se os conceitos fundamentais de Luhmann:

1) O sistema:

O sistema na teoria luhmanniana é distinto de conceito “clássico” de sistema. No qual o sistema é aberto, interage e sofre influência do seu ambiente, causando modificações em sua estrutura. E se apresenta com: *input* → processos → *output* → *feedback* (positivo e negativo).

A distinção trazida por Luhmann se baseia na divisão essencial: um sistema e o seu ambiente (sistema/entorno) e isso orienta a formação dos limites dos sistemas. No qual o sistema tem seu limite, sua fronteira, sendo que todas as suas operações ocorrem na parte interna dessa fronteira. Essa noção de sistema leva Luhmann a descrever, representar, conhecer algo como unidade e não as partes dessa unidade. (RODRIGUES; NEVES, 2012)

O esquema input/output se dirige, em contrapartida á relação mais específica entre sistemas e sistemas no meio. [...] de tal modo que não é o meio que pode decidir quais fatores determinantes propiciam intercâmbio, mas somente o sistema. O sistema possui, então, uma autonomia relativa, na medida em que a partir dele próprio pode-se decidir o que deve ser considerado como output, como serviço, como prestação, e possa ser transferido a outros sistemas. (LUHMANN, 2009, p. 63).

Assim a concepção de sistema esta ligada ao seu limite/fronteira, que limitando a quantidade de elementos dentro do sistema, reduz a complexidade formada por uma infinidade de elementos. Partindo dessa perspectiva, a teoria luhmanniana, declara inócua a tradição do pensamento sistêmico tradicional quando destitui de importância o conceito *input / output*. Pois nem todo o input irá se transformar em output.

2) Autopoiesis e Autorreferência

Para Luhmann o sistema é autopoietico, autoreferenciado e operacionalmente fechado. (CORSI, et.al.1996; RODRIGUES; NEVES, 2012; TORRES e RODRIGUES, 2003 tradução nossa).

Beyme (1991) coloca que Luhmann como um dos sociólogos pós modernos do século XX, traz algo interessante e ao mesmo tempo um avanço quanto aos estudos sobre a teoria dos sistemas. Esse avanço é causado, pelo fato de Luhmann apresentar como categoria analítica: **a autopoiesis**, como uma forma de explicar a complexidade social da sociedade pós- moderna.

Quanto ao autopoiesis, Luhmann apreende tal conceito da biologia de Muturama e Varela⁷ e o amplia para analisar a sociedade. E com isso compila tal conceito, a fim de compreender de um modo específico de operações que se realizam apenas no interior do sistema – sendo a operação do sistema social é a comunicação – que se reproduzem com base em outras comunicações, reproduzindo assim a unidade do sistema, isso de forma intencionada. (CORSI, et.al, 1996 tradução nossa).

Cabe atentar que o autopoiesis é um fenômeno circular e sua autonomia é uma forma específica dos seus componentes reconhecerem os mesmo elementos que formam o sistema social, ou seja, os que são criados no próprio sistema. (TORRES e RODRIGUES, 2003 tradução nossa).

A **autorreferência** [a referência a si próprio] é uma operação com capacidade de articulações subseqüentes – significa ter a capacidade de prosseguir sua operação e descartar/excluir as operações que não lhe pertencem. Devendo ser capaz de diferenciar o que é próprio do seu sistema (suas operações) e o que esta no seu entorno. Sendo a sua observação realizada através do auto contato. (LUHMANN, 2009; CORSI, et.al., 1996 tradução nossa)

Com isso evoca o relativo **fechamento operacional** que garante a autonomia do sistema, no qual indica que as operações que levam a produção de novos elementos dependem do que foi realizado anteriormente dentro do próprio sistema - não necessita trazer de fora nada que lhe seja estranho.

Esse fechamento refere-se especificamente ao fechamento das operações que os componentes do sistema estabelecem entre si, isso significa que são processos relativos ao sistema através que se enlaçam e determinam limites do próprio sistema. Porém o fechamento

⁷ Humberto Muturana e Francisco Varela, biólogos chilenos, que trouxeram o conceito de autopoiesis: refere-se a capacidade de auto processamento dos organismos vivos , ou seja, um sistema autopoietico é aquele que pode criar a sua própria estrutura e os elementos se compõe.

do sistema é também uma condição para a sua abertura. (RODRIGUES; NEVES, 2012; CORSI et.al. 1996 tradução nossa)

E a combinação entre o fechamento operacional e a abertura cognitiva se apresenta como essencial para que os sistemas mantenham-se em funcionamento e assegurem sua existência por meio da diferenciação em relação ao seu entorno.

Com base nisto, os sistemas autopoieticos têm de *interpretar* o ambiente em que estão inseridos, *reagindo* a partir da *produção interna* de condições para a sua permanência/sobrevivência no meio em que está inserido (sem perder sua identidade).

Isso reporta ao fator da autonomia do sistema. Que pode ser interpretada como um conjunto de operações sistêmicas de se ‘dobram’ por si mesmas, de modo que as etapas e os momentos dessa operação adotam uma circularidade que se retroalimenta, visando alimenta a si mesmo. (RODRIGUES; NEVES, 2012)

Esse fechamento é à base da autonomia do sistema. Ou em outras palavras, nenhum sistema pode atuar fora das suas fronteiras. É válido ressaltar que o conceito da *autopoiesis* em nenhum momento vem negar a importância do meio para o sistema, pois, lembrando, sem meio não há sistema. *Autopoiesis* refere-se à autonomia, o que não significa autarquia. (MATHIS, 1998, p. 4)

É nessa perspectiva que a sociedade se auto descreve. Assim é importante compreender que os sistemas selecionam as informações do seu entorno e se orientam conforme a referencia de estruturas previamente estabelecidas – sendo a operação do sistema, como uma máquina histórica, no qual todas as mudanças devem partir de estado atual em que se encontram. (LUHMANN, 2009)

3) O Sentido

O sistema, através do fechamento operacional seleciona as informações, e opera sua comunicação com base no seu **sentido/significado** (Sinn).

Schäfer (1992) interpreta sentido em Luhmann como um termo que não se refere a fatos concretos, reais, mas indica a ordem de forma a experiência humana. E complementam Rodrigues e Neves (2012) que o sentido determina o horizonte operativo dos sistemas sociais, o que indica uma diferença que traz consigo o outro lado de sua forma, ou seja, o sentido é o meio que canaliza a diferenciação binária (positivo/negativo), e o lado da forma indicado e selecionado é aquele que faz sentido.

Desse modo o sentido na teoria de Luhmann refere-se à *alguma coisa* a um observador. O sentido, então, é o mecanismo seletivo específico de sistemas sociais e

psíquicos. Ele é reflexivo, observa a si mesmo e usa a diferença entre seleção e horizonte, o pano de fundo a partir do qual foi feita a seleção. (SCHÄFER, 1992).

O sentido é uma representação da complexidade. Não é uma imagem ou um modelo de complexidade usado pelos sistemas de consciência (sistema psíquico), ou pelos sistemas de comunicação. É simplesmente uma nova e poderosa forma de enfrentar a complexidade, na inevitável de estarmos propensos a realizar permanentemente uma seleção. (LUHMANN, 2009, p. 241)

Posto esses conceitos iniciais, caber a atentar, que Luhmann coloca que a sociedade é formada de subsistemas sociais, ou mais conhecidos como **sistemas funcionais**.

Isso significa que a sociedade é formada de vários sub sistemas, [sistemas funcionais] tornam-se distintos diante da elaboração de uma estrutura própria de comunicação.

Todo o sistema funcional desenvolve a sua própria função. Nenhum sistema pode entrar em outro, ou mesmo em caso de emergência ou sob o pretexto de ajudar a sua integração. Se a crise do governo, a ciência não pode ajudar com a sua verdade. A economia pode influenciar a ciência com o dinheiro, mas apesar de todo o dinheiro, ele não pode produzir a verdade. Coeficiente de irritação crescente, assim, em toda a sociedade reflete aumento dependências recíprocas contemporâneas e interdependências. (LUHMANN, 1992, p. 18 tradução nossa).

Cada sistema funcional tem um código próprio com que filtra, processa e constrói comunicação. Esses códigos se desenvolvem de forma binária – código binário - o que consistem em observar o positivo/ negativo, o sim/não, o que fixa os valores que podem oscilar permanentemente e possibilidade de construção sob a realidade total.

Desse modo os sistemas funcionais se diferenciam em diferentes sistemas sociais, ou como coloca Luhmann, que esses sistemas são autopoieticos e cada um possui código especializado tais como: sistema funcional político, econômico, educação, ciência, tecnologia.

Logo todo sistema funcional, tem a sua função na sociedade, uma identidade própria, e como sistemas autopoieticos as performances input/output não tem efeitos sobre eles, já que podem de forma isolada regular a seleção realizada pelo sistema.

[...] cada sistema funcional tem sua versão específica do mundo, e consegue no máximo observar que existem no seu meio - nos outros sistemas funcionais - visões diferentes do mundo. A unidade da sociedade se constitui como poli-contextualidade dos mundos específicos dos sistemas funcionais. (MATHIS, 1998, p.16)

A diferenciação da sociedade se dá em uma base de uma igualdade funcional dentro dos sistemas e uma desigualdade funcional entre os sistemas e os seus ambientes. (LUHMANN, 1995, p. 110)

É preciso que fique claro duas características dos sistemas funcionais: 1) que esses sistemas funcionais se fecham para lidar com a complexidade do mundo, caso contrário provavelmente não sobreviveriam. Desse modo o fechamento dos sistemas é apenas operacional, já que, para evoluir, precisam interagir com o ambiente; 2) Todos os sistemas sociais lidam com a dupla contingência, alias eles se formam para resolver o problema da dupla contingência⁸. Pois os sistemas sociais surgem por uma situação de dupla contingência – pois a contingência não apresenta nenhuma certeza, a formação de sistemas, regula a incerteza e estrutura as possibilidades de comunicar-ser a partir da indeterminação. (CORSI et.al., 1996 tradução nossa)

Alvarez (2003) complementa que os sistemas funcionais no momento em que se recolhem a sua reprodução autopoietica, começam a compreender a si mesmo. E assim um sistema funcional é aquele que alcança o seu fechamento operacional, isso significa que o sistema se interessa por aquilo que é próprio do sistema: o sistema político pela política, o sistema econômico pela economia e assim por diante. Enquanto os outros sistemas funcionais do seu entorno percebem somente como ruído irritante e maléfico ao sistema.

Assim aparece um dos problemas da autopoiesis representada na relação entre os sistemas uns para os outros. Logo os problemas da sociedade tornam-se policêntricos – ou seja, os problemas estão presentes nos sistemas funcionais. E isso também significa que não há mais uma “hierarquização dos sistemas sociais” – sob essa ótica não existem sistemas sociais mais importantes que outros.

Ainda no tocante dos sistemas funcionais, cabe, em especial, destacar o **sistema econômico e o sistema político**.

No que tange o destaque do sistema econômico, Luhmann (1989) coloca que o sistema econômico que tem sido cada vez mais priorizado dentre aos demais sistemas funcionais. Atualmente, a economia é um sistema dentro da sociedade que está relacionado com o dinheiro, focalizando exclusivamente questões relativas ao preço e aos ganhos monetários.

Luhmann (1989) acredita que o sistema econômico, como um sistema, realiza uma operação autônoma, e não considera as demais dimensões dos outros sistemas, sendo isto uma condição para a sua expansão em detrimento de consequências ambientais para a sociedade.

⁸ A contingência significa a possibilidade de um acontecimento que tem como fundamento a incerteza de que pode ou não acontecer. Isso gera uma dependência entre as respectivas necessidades e possibilidades: Alter depende que se ative Ego, e vice versa. Sendo Alter e Ego pessoas ou grupos. (CORSI et.al., 1996 tradução nossa; LUHMANN, 2009).

Ademais, por ser uma operação autônoma, a economia não conversa com outros sistemas, como por exemplo, a política, o que dificulta o pensamento e ação em cadeia (LUHMANN, 1989).

Porém, Luhmann (1989) ressalta que o sistema econômico é regido pelo seu próprio tempo, o que significa que os sistemas funcionais da sociedade possuem temporalidades distintas.

E ainda alerta o pilar econômico vem se sobressaindo dos demais e impondo suas operações. Neste sentido, o autor salienta a necessidade dos sistemas se comunicarem, ocorrendo à transmissão mútua das necessidades de sobrevivência de cada um, transparecendo ao sistema econômico os interesses de todos, levando desta forma, a uma igualdade de valores em lugar do destaque econômico, caso contrário, este continuará a se sobressair, podendo resultar na insustentabilidade de todos os sistemas, inclusive do econômico, que depende dos demais para sobreviver.

Passando ao sistema funcional político - onde os governos desenvolvem suas atividades. Corsi et.al.(1996) atentam que o sistema político alcança autonomia somente após a identificação de um poder capaz de aceitar decisões vinculantes.

[...] o sistema político da sociedade moderna não pode ser entendido em termos de uma autoridade central cuja adequação ou inadequação pode ser observada pelas pessoas. (LUHMANN, 1995, p. 87).

Galindo (2004) atenta que para Luhmann, o sistema político é um sistema parcial da sociedade que se diferencia por funções. Assim é necessário explicar qual é a função específica deste sistema, no qual Luhmann coloca que não há dúvidas que a função social de um sistema político é a tomada de decisões coletivas.

Luhmann também faz referência ao sistema político em geral e não ao Estado, particularmente, o qual é visto como um sistema de decisões organizadas diferenciando o interior do sistema político. (GALINDO, 2004). Com isso entende-se que o Estado para Luhmann consiste em uma organização e uma forma na qual o sistema político tomar suas decisões e mantém suas relações de poder.

Nesta mesma direção Kunzler (2004) infere que o Estado não é a mesma coisa que o sistema político, mas sim um subsistema de um único sistema político no sistema social global. Assim compreende-se que o sistema político, não é apenas territorial, mas sim uma rede de comunicações. Dentro do sistema político, o Estado, que é um subsistema de decisões organizações, delimitado por limites territoriais, [os limites territoriais consistem em uma divisão secundária do sistema político]. O Estado que facilita a função da política.

[...] Pois bem, o sistema político reduz a complexidade do ambiente, ou seja, mantém uma ordem na sociedade, uma vez que suas decisões são obedecidas por todos. [...] é possível compreender que a função do sistema político é emitir decisões coletivamente vinculantes. As decisões políticas são comunicações do sistema que podem ser aceitas ou recusadas pelo ambiente. [...] (KUNZLER, 2004, p. 133)

E a autora ainda comenta que as decisões políticas podem ser aceitas pelo ambiente, assim como o sistema político pode aceitar ou recusar comunicações do ambiente. Portanto o sistema político seleciona do ambiente as informações necessárias para que o ambiente continue obedecendo às decisões políticas.

E que o Estado tem um papel decisivo na atuação como agente do progresso e do desenvolvimento e seu sistema político é um subsistema da sociedade mantido por uma ligação horizontal e o estado se constitui como um semi-soberano sendo limitado pela autonomia dos subsistemas sociais. (MATHIS, 1999). E ainda, o Estado é visto pela sociedade como o responsável por atender a todas as demandas.

Logo o Estado dentro do sistema político é definido como uma organização delimitada através de confinamento territorial que facilita a função do sistema. Assim a função assinalada pelo Estado é a de ajudar o sistema político na concessão de um fim. E conclui Luhmann que o sistema político não é o mais importante para a sociedade, mais o que quaisquer outros sistemas, pois está longe de haver um centro de direção da vida social. (GALINDO, 2004 tradução nossa).

Com base nessa explanação, pode-se questionar: Por que o sistema político é “irritado” pelo sistema econômico? Se ambos sistemas funcionais são autopoieticos, por que em muitos momentos observa-se que a política faz o que é interessante para a economia?

A resposta para tais questões pode ser encontradas no **acoplamento estrutural** desses sistemas funcionais. Luhmann também se apodera desse conceito de Maturana, no qual há a relação entre um sistema e a adaptação há seu entorno, mas sem perder sua autopoiesis. (CORSI et.al, 1996 tradução nossa)

O acoplamento estrutural não determina a partir de fora que acontece nos sistemas relacionados, mas tais sistemas podem irritar reciprocamente cada um dos sistemas envolvidos, de modo que tais irritações possam ser selecionadas, autoreferencialmente, como elementos inovadores na rede de processos autopoieticos própria. (RODRIGUES; NEVES, 2012, p. 94)

Porém Rodrigues e Neves (2012) atentam para o fato de que acoplamento estrutural não deve ser entendido como um planejamento dos sistemas funcionais envolvidos ou como uma espécie de fusão estrutural, pois todos os sistemas continuam fechados sobre a sua estrutura.

[...] a) o acoplamento não está ajustado à totalidade do meio, mas somente a uma parte escolhida de maneira altamente seletiva; b) apenas um recorte efetuado no meio está acoplado estruturalmente ao sistema, e muito fica de fora [...] mediante ao acoplamento estrutural, o sistema desenvolve, por um lado, um campo de indiferença e, por outro, faz com que haja a canalização de causalidade que produz efeitos que são aproveitados pelo sistema. (LUHMANN, 2009, p. 131-132)

Com base nisto, entende-se, por exemplo, o acoplamento estrutural entre o sistema político e econômico é através dos impostos (sistema fiscal), que justifica socialmente a retirada de recursos financeiros da economia para manter (economicamente) o sistema político.

Outro exemplo que pode ser apresentado com forma de acoplamento estrutural entre a economia e a política é que o sucesso pode se transformar em voto nas próximas eleições, e na economia o sucesso se reflete em atividades econômicas mais intensas com aumento de geração de excedentes que possam ser absorvidos pela política através do sistema fiscal.

É nesse sentido entende-se que o Estado se comporta como um “agente” ativo para os sistemas funcionais e através da intervenção. No qual o sistema funcional político toma sobre si a função de solucionar problemas e o faz com a formulação de políticas públicas.

Isso posto é possível tecer as aplicações dessas e outras categorias luhmannianas relacionada o ciclo das políticas públicas.

As políticas públicas são a forma pacífica de resolução dos problemas apresentados pela sociedade. Ou também podem ser entendidas como uma forma de intervenção no qual se procura romper com o processo de causa/efeitos em determinados setores da sociedade.

Porém nem todos os problemas emanados pela sociedade para seus governos, se tornam políticas públicas. Assim cabe questionar, por exemplo, por que o sistema político atenta para algumas questões e outras não? Ou melhor, porque alguns problemas de ordem social ou econômica são alvos de políticas públicas, por parte dos governos?

A resposta á esses questionamentos, são explicados por Luhmann, com base na seleção das informações para o processo de comunicação, que no caso pode ser entre o sistema político e algum outro sistema de seu entorno.

O que acontece, é que há uma abertura mínima deixada pelo sistema para que possa observar seu ambiente e selecionar as informações que serão utilizadas em suas comunicações [as operações básicas dos sistemas sociais]. Com já tratado anteriormente, para Luhmann cada sistema é fechado diante do contexto exterior, mas deixa uma margem de indeterminação para a realização de operações.

Logo os problemas de ordem social ou setorial, poderão ser ou não ser “atendido” pelos governos, uma vez que o através que, o sistema político sendo autopoietico e operacionalmente fechado, também realiza seleção de informações do meio e de outros sistemas como a economia, educação, cultura entre outros, e com cabe nessa seleção é que o mesmo pode agir, podendo ou não acarretar em ações visando a resolução de tais problemas.

É com base nisso entende-se que o sistema político observa seu ambiente e seleciona os dados para transformá-los em informação [com base na sua heterorreferência] e que assim pode agir para a formulação e implementação de políticas públicas [com base na sua autoreferência]

Entende-se o fazer/não fazer políticas públicas, esta ligada seleção que o sistema político: aceitar ou negar informações do entorno do sistema. Pois quando o sistema nota um dado/acontecimento no seu entorno e o transforma em informação [através da sua autoreferência – onde o passado, sua história se faz presente]. Isso segundo Izuzquida (1990), quando há a negação de alguma informação, significa a diferença/ seletividade de questões ligadas a história e ao tempo, o que pode rebater em mudanças sociais e políticas. [uma informação pode ou não ser confirmada/ aceita (através de uma próxima comunicação) e comunicado para um outro sistema que se encontra no entorno do sistema]

Assim quando se demanda algo ao sistema político, o mesmo está ativando a sua heterorreferência – o que Luhmann (2009) coloca como tomar como referência o que esta externo ao sistema.⁹ Todavia o mesmo precisa conviver constantemente com a complexidade do mundo e com seus ruídos [perturbações], já que essa complexidade não pode ser abarcada em sua totalidade.

Kunzler (2004) chama atenção ao fato de que o ambiente pode irritar o sistema, o que o leva à auto reproduzir-se, e que essa irritação é um estímulo à autopoieses do sistema, sendo que isso faz parte do sistema. E a autora ainda comenta que Luhmann afirmou:

[...] que as irritações se dão sempre pela diferença e inicialmente a partir de diferenciações e comparações com estruturas (expectativas) internas aos sistemas. [...] Algumas possibilidades do ambiente irão chamar a atenção do sistema, ou seja, irão irrita-lo. (KUNZLER, 2004, p. 128).

⁹ A Heterorreferência diz respeito ao fato que o sistema leva em consideração na sua decisão/comunicação uma antecipação do impacto de sua comunicação (a reação do outro) - o componente estratégico da comunicação. A autorreferência diz respeito a memória interna, as estruturas formadas no passado, sendo assim, é responsável pela maneira de observar o mundo afora.

É nesse momento, que se consegue compreender a formulação da política pública por parte do sistema político, no qual através da irritação o mesmo ativa sua autorreferência e procura alguma alternativa para solucionar os problemas a ele demandados.

A próxima etapa do ciclo da política pública é a implementação. E para que essa etapa ocorra é necessário atentar para um fator: planejamento. Pois o processo de implementação não poder ser desenvolvido de forma aleatória, sem previsão e metas a serem alcançadas em um determinado período de tempo.

Pois nessa etapa do ciclo das políticas públicas, é onde se observa a elaboração de planos de trabalho, alocação de recursos humanos e financeiros, que são aplicados de forma racional em busca do objetivo/ou resolução do problema no qual foi emanada a política pública.

Porém Luhmann chama a atenção para o fato de que as irritações do ambiente quando captadas pelo sistema e que dependendo do grau de irritabilidade ocorre a mutação suas próprias estruturas. (CORSI et.al., 1996 tradução nossa).

É a partir do imprevisível, e não do planejado, que os sistemas evoluem. Desse modo a evolução do sistema se nutre da complexidade do ambiente que cria constantemente possibilidades inesperadas para ele.

Nesse processo, no entanto, não existe um agente externo que modifica o sistema: é ele mesmo que o faz para sobreviver no ambiente, por meio da autopoiese. Porém, vale retomar e reforçar a ideia de que a evolução do sistema não ocorre de forma isolada: ela depende das irritações (manifestações ou informações) do ambiente. Só elas podem levá-lo a mudar suas estruturas.

[...] um sistema só é capaz de evolução, e sê-lo-á sempre, quando determinados problemas internos se agravam a tal ponto que já só podem resolver-se com a ajuda de modificações estruturais. Isso não quer dizer que os problemas produzam as suas próprias soluções. [...] Significa sim que só quando surge uma problemática suficientemente determinada, dependente da estrutura e com possibilidades de solução muito limitadas, se esboçam soluções suficientemente específicas de tal maneira que as meras casualidades, as condições passageiras e os ambientes adequados podem atuar favoravelmente. (LUHMANN, 1995, p. 129)

O sistema social luhmanianna, estaria indicando abolir a conservadora questão da intervenção ou planejamento social, pois, segundo Luhmann, a sociedade não dá margens para os seres humanos escolherem suas estruturas ou finalidades.

Luhmann também trabalha com a ideia de que os sistemas evoluem conforme as relações existentes no seu próprio sistema. E ainda insiste em afirmar que a evolução não detém o crescimento dos sistemas. (NEVES; NEVES, 2006).

Isso pressupõe que para a evolução do sistema, o mesmo precisa uma nova articulação para se transformar em um sistema funcional diferenciado. Sendo esta transformação não aceita um plano pré-determinado.

Para Luhmann isso implica em: na sociedade muitas coisas são planejadas, mas isso não garante que os efeitos ocorram conforme pretendido, o que o leva o autor a concluir que o sistema evolui quando desvia do planejamento, quando não reage da mesma forma, quando não se repete. A evolução não pode ser planejada, ela se nutre dos desvios da reprodução normal. (KUNZLER, 2004)

E complementando a idéia apresentada por Kunzler (2004), Araujo e Waizbort (1999) comentam nenhuma sociedade até agora foi capaz de organizar a si própria, logo nenhuma sociedade pode ser planejada. Isto não é só para dizer que o planejamento não alcança seus objetivos, ou que tem conseqüências não-atencipadas ou que seus custos excederão sua utilidade. O planejamento não pode substituir a evolução.

Pois uma sociedade planejada é impossível porque a elaboração e implementação de planos sempre têm que operar como processos dentro do sistema social. O que entende-se nesse ponto é que a tentativa de planejar a sociedade criará um Estado no qual o planejamento e outras formas de comportamento existem lado a lado e regem um ao outro.

Os planejadores podem usar uma descrição do sistema dentro do sistema. [...] O sistema não estimulará reações para o fato de incluir a sua própria descrição e desse modo falsificará a descrição. Planejadores, então, terão que renovar seus planos, [...] Eles podem tentar o planejamento reflexivo, levando em conta reações à sua própria atividade. [...] Tudo isso não impede que os planejadores sejam ativos e a atividades sejam planejadas.[...] Dentro de sistemas sociais organizados, as chances são relativamente grandes de que atividades sejam desenvolvidas como esquematizadas. Isso não significa necessariamente que os efeitos ocorram conforme pretendidos. E certamente não significa que a sociedade se desenvolva numa direção planejada. (ARAUJO; WAIZBORT, 1999, p. 192-193)

Com base nos pressupostos de Luhmann, o planejamento não leva em conta as tensões e conflitos que existem dentro dos sistemas fechados – uma vez que sua seleção é realizada através de hetero referencia de um sistema focal a ser alvo da intervenção. Embora as considerações de Luhmann sejam incompletas trazem à tona a reflexão à respeito de como o Estado através de suas relações de políticas, de poder e econômica, impactam na vida dos cidadãos.

Pois a sociedade espera benefícios através do planejamento. Visto que a elaboração de planos visa à redução de incertezas.

Com base nisto compreende-se que o processo de implementação pode passar por desvios quanto ao seu processamento, sendo isso ocasionado tanto pelo sistema focal da política pública como pelas organizações que as implementam.

Pois toda a política pública tem sua formulação e implementação ligado a uma organização, como por exemplo, secretaria estadual, ministério entre outras organizações que função de participar na comunicação política, ou seja, atuam quanto ao ciclo da política pública

Nesse ponto é necessário compreender que as organizações são um dos tipos de sistemas autopoieticos que tem uma forma distinta de reprodução comunicativa. Pois as organizações se comportam indiferentemente dos motivos individuais de seus componentes.

Rodrigues e Neves (2012) colocam que todas as organizações se reproduzem por meio de um tipo específico de comunicação: a decisão [sua operação básica]. No qual a decisão tem um papel fundamental, pois é através dela se seleciona quem faz/não faz parte da organização e como podem participar das decisões.

As organizações também se contrapõem há outros sistemas sociais, pois é o único sistema social que tem a capacidade de se comunicar com sistemas do seu entorno. Desse modo entende-se que os sistemas funcionais como a política e a economia, por exemplo, também passam a comunicar em forma de decisões e assim é possível que se comuniquem com outros sistemas.

[...] esta comunicação direta com outros sistemas não se dá no plano do sentido e nem no plano do código binário de sistemas sociais específicos. A comunicação direta, reafirma-se, dá-se somente na dimensão das decisões, pois a decisão é uma comunicação que pertence a mais de um sistema organizado e por isso é passível de ser exportável entre organizações, sem que interfira na autopoiesis do sistema social. (RODRIGUES e NEVES, 2012, p. 66).

Sobre a decisão é preciso que fique esclarecido que, Luhmann (1997) coloca que decidir é diferente de agir. O que contraria a idéia clássica que decidir é um processo de reflexão para a ação. Pois as decisões são complexas e precisam de uma correlação de ponto por ponto de ações. Já que para o autor as decisões se diferenciam das ações, por um ponto distinto em relação a sua identificação e por uma forma diferente de enfrentar a contingência.

Assim as decisões não têm a identidade no desenvolver de um determinado acontecimento, senão a eleição entre várias possibilidades (alternativas) que só se documenta na alternativa escolhida.

Entenda-se que alternativa é tudo aquilo que se pode decidir, e só pode ser valorada se puder ser tomada uma decisão. Então decisões são portanto o resultado de uma tematização da contingência, mais sensível ao contexto das ações. Sendo que as decisões geram e trocam expectativas (LUHMANN, 1997).

E Luhmann (1983) ainda assevera que comportamento seletivo pode formar estabilizadas expectativas, com relação ao mundo circulante. Isso significa que o comportamento do outro não pode ser tomado como fato determinado, ele tem que ser expectável em sua seletividade, como seleção entre outras possibilidades.

Sob as condições de dupla contingência, portanto, todo o experimentar e todo o agir social possui uma relevância: um nível das expectativas imediatas de comportamento, na satisfação ou no comportamento daquilo que se esperava de outro. (LUHMANN, 1983, p. 48)

A segurança nas expectativas depende, assim, essencialmente do mecanismo de comprometimento (LUHMANN, 1983 p. 98)

Um sistema observa a contingência dela em volta na forma de expectativa, ou transformando desta forma. Qual é a realidade externa absolutamente indeterminada e imprevisível torna-se algo internamente que o sistema possa entender e usar. Assim a comunicação não se realiza simplesmente com base na expectativa de cada um dos participantes que tem a seletividade do outro: é necessário que cada um possa esperar o que o outro espera dele. (CORSI, et.al. 1996 p. 80 tradução nossa.)

Corsi et. al.(1996) também observam que as expectativas podem ser frustradas. Quanto a isso coloca que:

Em situações de maior complexidade quando a expectativa é algo incerto, no entanto, é essencial que esperar decepções. A decepção de expectativas tem um papel importante, permitindo tratar surpreendente o que acontece no ambiente, nomeadamente em situações de dupla contingência: um sistema pode transformar um indeterminados decepções complexidade e, portanto, enfrentam situações diferentes presentes em seu ambiente. A decepção é evidente nos referendos de uma expectativa à realidade externa, realidade cuja distúrbios de alimentação pode ser apreendido precisamente através decepções. (CORSI et.al. 1996, p. 81, tradução nossa)

Em complemento a Corsi et.al.(1996), Luhmann (2009) colocam que o problema da expectativa esta ligado ao que se espera do futuro, assim a estrutura do sistema esta se referindo ao futuro. Pois o passado são acontecimentos já resolvidos pelo sistema, e assim as expectativas dão a sistema elasticidade para o seu comportamento do futuro.

[...] Portanto, é preciso explicar a expectativa como o resultado de uma espécie de familiaridade concreta com o mundo, que deixa de ser definida com contornos

perfeitamente exatos. Mediante as expectativas, percebemos que os contextos de sentido, relativamente invariáveis, possibilitam-nos alcançar fins concretos, quando unimos passado e futuro. (LUHMANN, 2009, p. 330)

A questão das expectativas, esta também relacionado aos resultados, aos produtos, as mudanças – isso foi eficiente? Foi efetivo? É aquilo que se espera da intervenção, seja por parte de quem opera a política pública como por quem a recebe.

Quanto por exemplo, uma política pública não atende aos resultados esperados pelo governos, em especial quanto a sua efetividade, isso pode ser explicado através de um outro conceitos abarcado na teoria luhmanniana: a improbidade da comunicação. Os fatores que contribuem para a improbidade da comunicação, isto é realização do último passo da comunicação que é a compreensão são:

- a) dificuldade do entendimento profundo do outro (alter), visto o isolamento do si mesmo (ego), num contexto tendente ao complexo e ao inóspito;
- b) improbabilidade dos resultados da comunicação chegarem a outros receptores não presentes no ato de troca original; e
- c) o conteúdo seletivo da comunicação dificilmente ser incorporado pelo receptor.

Chegando à última etapa do ciclo da avaliação das políticas públicas, emerge outra categoria analítica de Luhmann: Observações de observações ou observador de 2ª ordem.

Com base nessa categoria é necessário esclarecer que:

- a) a observação é realizada de acordo com o código (diferenciado e binário) utilizado pelo observador, ou seja, as observações realizadas pelos sistemas variam conforme a “visão de mundo” do sistema que observa;
- b) Há diferenças entre a auto-observação e as observações externas, pois apresentam pontos diferentes de observação, seja em 1ª ou 2ª ordem;
- c) Os observadores, seja o de 1ª ordem como o de 2ª ordem, possuem um “ponto cego” no processo de observação, o que não permite ver completamente o sistema como um todo.

O importante a destacar é que a observação de 2ª. ordem realiza-se sobre um observador e implica em focalizar as distinções empregadas por um observador.

Informações sobre ele se originam de observações feitas por um observador. Uma observação significa uma “diferenciação de uma forma de dois lados (algo é isso e não aquilo) e a designação de um lado” (LUHMANN, 1995, p. 8). Cada observação pode ser considerado como uma diferenciação, dependendo, portanto, da posição do observador.

O observador de primeira ordem vive em um mundo que parece provável e verdadeiro. Em contrapartida, o observador de segunda ordem percebe a improbabilidade de observação de primeira ordem, o que afeta a modalidade do que quer que parece ter sido dado como o “certo” ter a possibilidade de ser diferente.

Assim como unidades que se diferenciam e se constituem, não pelo que as caracteriza, mas a partir da observação e da consciência dos elementos que não lhes pertencem. Ainda, se os sistemas definem-se a partir dos seus limites em relação aos seus ambientes, há, portanto, uma interdependência entre sistema e ambiente, de maneira que sistemas não poderiam, em princípio, realizar operações fora de suas fronteiras.

A observação depende da posição, o que inviabiliza o observador soberano, imune aos efeitos da observação (RODRIGUES; NEVES, 2012). Pois o observador vê, claramente e sem dúvida nenhuma, que a construção de uma realidade circunstancial só pode ser atribuída a suas próprias escolhas e distinções. Estas, quando observadas em cada momento de tempo, podem ser consideradas uma consequência da operação anterior ou como uma condição da operação seguinte.

Sob a compreensão de Luhmann isso pressupõe o desenho de uma fronteira através da qual o observador pode observar algo (ou a si mesmo como um outro), e é responsável por a incompletude, em virtude do fato de que o ato de observar, junto com a diferença de a observação de que a constitui, escapa observação. Portanto observação se baseia em um ponto cego que lhe permite ver algo (mas não tudo).

A realidade total de um sistema autopoiético não pode ser compreendida através da observação externa, nem da auto-observação. (LUHMANN, 2009, p.164)

[...] o conceito de observação de segunda ordem é pensar que se trata de uma observação que se realiza sobre um observador. A exigência do conceito consiste em delimitar que não se observa a pessoa enquanto tal, mas somente a forma pela qual ela observa. Observação de segunda ordem significa focalizar, para observá-las, as distinções empregadas por um observador. (LUHMANN, 2009, p. 168)

A observação de segunda ordem observa apenas *como* outros observam. O observador de primeira ordem se concentra no que ele observa, experiências e age dentro de um horizonte de informação relativamente escassa. Ele pode ser confundido por algumas coisas e procurar explicações quando suas expectativas ir insatisfeito; esta, porém, é a exceção e não a regra e acontece de acordo com a sua capacidade de processar informações. O observador de primeira ordem vive em um mundo que parece provável e verdadeira. E já o observador de segunda ordem percebe a improbabilidade de observação de primeira ordem.

Quando se observa os observadores, é completamente normal, que se considerem seus interesses, por exemplo, se trata de explicar em um dado caso de prescindir o quê observam e em quê diferenças, baseado explicita ou implicitamente sua observação. Por tanto a exclusão dos interesses do conhecimento tem que ser anulada. Por outra parte, a idéia que se baseia na exclusão de interesses, não foi simplesmente um erro. Os interesses podem especificar e por conseqüência distorcer a observação, a descrição, adquirir conhecimento, sobretudo pode limitar demasiado o campo da aplicação e da capacidade de ligação (quer dizer o que simboliza a verdade) (LUHMANN, 1996, p. 76-77, tradução nossa)

As observações de 2ª ordem pressupõem que se distingue o observador do observado, isso significa uma diferenciação distinta a que ele mesmo usa. Por outro lado, este tipo de observação só é possível, se as observações por observações realmente ocorrem. Já que o observador de 2ª ordem tem o poder de fazer uma ligação com as observações de 1ª ordem.

Luhmann (1996) coloca que a observação de 2ª ordem, não possui uma hierarquia, ou seja, uma posição mais alta do observador. Porém o interesse esta relacionado à uma diferenciação específica do mundo que observa a sim mesmo. Não existe um ponto de observação privilegiado.

Com isso, admite-se que a observação constrói uma realidade temporal, ou seja, uma realidade atravessada pelo tempo, no qual ela mesma requer á seu próprio tempo para poder orientar-se.

A observação de 2ª ordem, traz algo interessante no que refere a avaliação da política pública expressa por Luhmann (2009) demonstra que em muitos casos, a política pública apresenta muitas queixas quanto ao seu processo de implementação. Pois o Estado (governo) ao intervir em qualquer setor produtivo não levam em conta a esse setor tem a sua autopoiesis e que seleciona as informações conforme a sua função e sentido.

Logo isso implica que mesmo estudos e diagnósticos, traçado em um plano de observador de 1ª ordem, podem não ser percebidos pelos sujeitos da política pública em sua totalidade.

É nesse sentido que presencia-se a falta de efetividade das ações governamentais, bem como as criticas quanto ao que foi planejado e desenvolvido e os resultados alcançados. Pois isso acarreta em inúmeras repetições de ações em prol de resolver um problema por um determinado tempo - que isso pode até mesmo extrapolar o período eleitoral, por exemplo - e mesmo assim o problema não ser resolvido.

Assim o processo de avaliação pode ser entendido como informações, que selecionadas pelo sistema político, podem ser utilizados como parâmetro ou até mesmo base de mudanças, em busca de solucionar os problemas e contribuem para a tomada de decisão,

na medida em que promovem o conhecimento da ação concreta do Estado, procurando oferecer alternativas para agir sobre o sistema político.

É preciso que fique claro, que a avaliação da política mede os resultados de uma política, ou seja, encerra um ciclo. Porém isso não significa que o que foi auferido na avaliação irá desencadear em melhorias ou uma nova estruturação da política pública.

Em outras palavras, a avaliação pode não acarretar na irritação do sistema político e até mesmo do econômico, devido ao fato que a avaliação como prática não é tema nem programa na comunicação política.

Outro ponto que tange a avaliação esta ligada ao tempo. E isso pode ser muito bem compreendido quando observam-se os problemas que são emanados para o sistema político e como esse sistema precisa dar uma resposta para a sociedade no período de 4 anos.

A pressão do tempo é tão poderosa que desliza por todas as fendas da realidade social, e chega até a inverter a hierarquia de valores segundo o qual o individuo ou as organizações se orientam. [...] A dimensão do tempo se tornou fundamentalmente na tomada de decisões que têm por objetivo a racionalidade. (LUHMANN, 2009, p. 226 - 227)

Porém Luhmann (2009) infere que há um tempo específico relativo, pois cada observador possui um tempo diferente, dependendo da operação com a qual esta constituído. Isso significa que o tempo é um mero constructo do observador. Assim o tempo esta situado na perspectiva do observador, é uma operação que se realiza de modo concreto.

Logo entende-se que o tempo consiste em uma operação que se realiza de forma concreta e devido a ser uma observação acarreta na utilização de uma distinção (LUHMANN, 2009). Assim o tempo emerge somente no momento em que se coloca em jogo uma distinção. Portanto distinções só podem ser efetuadas por um observador, logo a distinção pode ser feita sobre a temporalidade. A diferença do antes/depois, passado/futuro desempenha um papel fundamental, pois eles só existem graças ao presente.

4 METODOLOGIA

Com a finalidade de atingir o objetivo proposto dessa dissertação, elencam-se nesse capítulo os procedimentos metodológicos adequados para esse fim. E além de atingir o objetivo, se faz necessário compreender como se processou o desenvolvimento da pesquisa, justificando sua abordagem, métodos, procedimentos e técnicas utilizados para a construção da dissertação.

Para isso elaborou-se um quadro sucinto sobre o método empregado, a tipologia e técnica de pesquisa aplicada – ver páginas 74 e 75.

Em seqüência e ciente da limitação que implica a escolha da abordagem a metodologia, esta dissertação usou como aporte a **Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann**.

4.1 A Abordagem Metodológica

Optar pela abordagem sistêmica traz consigo a oportunidade de operacionalizar a investigação de situações problemáticas e as intervenções para melhoria de tais situações. Além de procurar entender da maneira apropriada a complexidade, as interligações e interações que implicam sobre o objeto de estudo em questão, como: a alteração dos relacionamentos entre as variáveis que compõem o sistema certamente causaram uma mudança no comportamento dos que são observados. E desse modo, ao modificar uma parte do sistema, pode-se, por exemplo, verificar que tipo de alteração o sistema como um todo sofrerá. Assim a idéia trazida por essa abordagem esta ligada à intervenção e à ação.

Todavia é preciso que fique claro, que ao se tratar de sistema, isso não significa tratar de um conjunto de componentes.

Um dos pontos relevantes para opção dessa abordagem, esta ligada a busca de entender a **estrutura do sistema** que consiste na forma como se relacionam todos estes elementos do sistema, seu **comportamento e movimentação** que seria a evolução do que é observado: as pessoas, as organizações a política entre outros.

E ao tomar como aporte a Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann, traz uma importante contribuição metodológica no sentido de compreender fundamentalmente a **comunicação**, ou melhor, como os sistemas sociais tecem sua comunicação com o sistema focal [o setor de gemas e jóias].

A comunicação, é o elemento constituinte dos sistemas sociais, é mais do que uma mensagem ou uma informação: é o modo como o sistema se organiza, e faz sentido apenas em seu interior (NEVES, 2014). Pois discussão fundamental colocada por Luhmann é que os sistemas sociais são sistemas comunicativos capazes de reproduzir-se a partir da comunicação, e não relacionando experiências de reciprocidade entre seres humanos.

Isso implica dizer que sistemas se comunicam com sistemas. E que papel do ser humano/indivíduo, embora não descartado por Luhmann, é tratado como um sistema psíquico que pode se acoplar a outros sistemas formando sistemas sociais. Em outras palavras por meio dessa base teórica observa-se *o sistema* e não os atores que o compõem em suas individualidades.

Pois para Luhmann (2009) as pessoas não fazem parte da sociedade (sistema, objeto de observação), mas de seu ambiente (fora do sistema [o externo ao sistema] que contém o observador), sendo essa separação cria uma *dificuldade* analítica, ou seja, perceber os fenômenos sociais situando-se “*fora*” dos sistemas sociais.

Aqui cabe um breve esclarecimento quanto ao sistema em Luhmann, para ele o sistema existe! E não é apenas uma categoria analítica ou metodológica, logo isso leva a emersão de questões em torno do surgimento, forma, composição, localização espaço-temporal. (RODRIGUES; NEVES, 2012; SCHÄFER, 1992)

Ademais a teoria luhmanniana é interessante para a compreensão: de implicações/consequências da intervenção do Estado nesse setor; Como ocorre seu processo de evolução; Os pontos negativos/ positivos apresentados, sob a ótica dos joalheiros e do governo estadual; Os entraves/vantagens que se desenvolveram ao longo da trajetória da organização, desenvolvimento e fomento do setor.

Para tal o primeiro passo realizado é o de definir o sistema, ou seja, o sistema e o seu entorno com base em suas fronteiras. Pois a fronteira do sistema define as variáveis que pertencem ao sistema e as que pertencem ao seu meio ambiente. Sendo que é através de sua fronteira, é que o sistema interage com seu meio ambiente, trocando material, energia e informação.

Assim a limitação do sistema é de fundamental importância para a condução da pesquisa e a compreensão do que faz/não faz parte do sistema. Pois algumas informações e dados demonstram disponíveis pelo sistema focal, nem sempre refletem o que faz parte do setor e como o mesmo opera sobre a sua própria complexidade.

Para tal se colocou em relevo algumas categorias, analisadas por Luhmann que contribuíram para a análise da pesquisa, tais como: (CORSI et.al.1996; LUHMANN, 2009; RODRIGUES; NEVES, 2012)

a) Sistemas autopoieticos/autorreferenciados: O postulado colocado por Luhmann, concebe o sistema como “fechado”, pois através desse concepção é que entende-se que nenhum sistema opera fora dos seus limites. Logo isso implica que as operações que levam a produção de novos elementos no sistema dependem das operações anteriores do mesmo sistema. E o seu fechamento acarreta em distingui-lo em relação ao seu entorno. (sistema/entorno).

Assim o sistema autoreferenciado produz e reproduz elementos que o constituem, sob do ponto de vista de suas operações internas. Isso significa que realiza suas operações de um modo específico somente no seu interior, ou seja, suas próprias comunicações - se reproduzem e se auto produzem em seu interior- com elementos interligados como unidade de função.

Os sistemas autoreferenciados possuem um código binário próprio que oscila entre o negativo/positivo, o que reflete no seu processo de comunicação em selecionar o que faz ou não parte de seu sistema.

b) Observador de 2ª ordem: É o que Luhmann infere em observar o que o observador observa, através de suas próprias referências, seleções, ou seja, como o observado compreende a sua própria realidade, visto que esta construída sob bases operacionais distintas, da referência da comunicação.

No que se refere a categoria dos sistemas autopoieticos/autoreferenciados, Luhmann (2009) coloca que a comunicação é a operação básica do sistema, logo é por meio da comunicação que o sistema realiza suas seleções do meio ambiente e também realiza suas “irritações” do mesmo.

Com base nisso compreende-se que as intervenções, sejam aquelas realizada pelo Estado, instituições privadas [parceiras do setor], instituições de ensino e outras formas de intervenção, provocam irritação no sistema focal. Uma vez que esse sistema possui a sua própria referencia que é distinta das demais instituições que permeiam o setor de gemas jóias.

Kunzler (2004) chama também atenção ao fato de que o ambiente pode irritar o sistema, o que o leva à auto reproduzir-se estimula à autopoieses do sistema. Quanto a isso, Kunzler (2004) comenta que Luhmann afirmou:

[...] que as irritações se dão sempre pela diferença e inicialmente a partir de diferenciações e comparações com estruturas (expectativas) internas aos sistemas.[...] Algumas possibilidades do ambiente irão chamar a atenção do sistema, ou seja, irão irritá-lo.(KUNZLER, 2004, p. 128)

Quanto a necessidade de observar o setor de gemas e jóias, ou melhor, compreender como ele se observa e observa os outros sistemas. Para isso foi utilizado, o que Luhmann chama de observador de 2ª ordem/ ou observador do observador.

Em suma, a observação de 2ª ordem permite detectar os limites que o sistema focal [no caso o setor de gemas e jóias de Belém], manter-se dentro de um ambiente e definir os códigos e as lógicas que o sistema em foco usa para processar internamente as informações contidas em seu ambiente e para se comunicar com outros sistemas ao seu redor.

A observação de 2ª ordem é a alternativa é a que melhor satisfaz o desejo de “enxergar” o que não é visto numa observação de primeira ordem. E se busca evitar a situação de definir o que é o setor de gemas e jóias por meio das instituições que atuam junto ao setor ou por conceitos pré estabelecidos.

Além disso, ao utilizar a observação de 2ª ordem, trouxe a possibilidade se questionar, por exemplo, as inúmeras “queixas” apresentadas pelos joalheiros, as discussões das ações governamentais, geração de empregos, aprendizado entre outros aspectos que são apresentados e auferidos pelo setor joalheiro.

No âmbito da observação de 2ª ordem, também permitiu avaliar como determinados sistemas sociais (tipo organizacional) se utilizam do mesmo instrumental de categorizações para observar outros sistemas. Isso implica em dizer, porque, por exemplo, por que certas ações de âmbito nacional para o setor de gemas e jóias geram os resultados esperados e outras não.

Todavia cabe ressaltar, que mesmo delimitando essas duas categorias da teoria luhmanniana, no decorrer da pesquisa emergiram outras categorias como: interação, sentido, tempo, aprendizagem - que mesmo não entrando nesse aporte metodológico serão brevemente abordadas no capítulo 6 – Análise da Pesquisa.

4.2 Procedimentos de construção da pesquisa.

O primeiro passo realizado a foi o contato com as instituições locais [governamentais e privadas] que estão relacionadas com atuação junto ao setor. Sendo que esses contatos foram realizados via telefone, correio eletrônico e até mesmo pessoalmente, visando providenciar basicamente duas ações: 1) o agendamento de entrevista; 2) solicitação de

documentos e atualização de dados¹⁰. Ao mesmo tempo foram contactados via correio eletrônico ou telefone, as instituições ligadas ao governo federal e outras privadas fora do estado do Pará.

Esse primeiro passo se mostrou muito problemático e ao mesmo tempo revelador. Pois várias instituições que são mencionadas como agentes integrantes de apoio ou parceiras do setor de gemas e jóias, seja a nível nacional ou com sub-sedes no Pará, não tinham informações sobre o assunto, salvo exceção o IBGM. Ou quando, disponível, as informações e dados estavam desatualizados ou tinham o foco apenas em APL minerais, e até mesmo se deparou com respostas negativas e o desconhecimento quanto ao tema de pesquisa.

Com base no quadro 3 a execução da pesquisa também esbarrou em dificuldades de ordem cronológica, uma vez que as respostas demoraram em média 10 dias para retorno e os telefonemas não traziam informações concretas sobre com quem falar sobre o setor de gemas e jóias.

Quadro 3 – Levantamento de Informações junto as Instituições Locais e Nacionais.

INSTITUIÇÃO	INFORMAÇÃO	QUEM REPASSOU
MDIC	As informações sobre o setor de gemas e jóias são apenas aquelas disponíveis no site do ministério. Tem o foco de ações apenas em APL. Não dispõem de nenhuma ação específica sobre a cidade de Belém.	Diretoria de APL
MI ¹¹	Só atua através de contratos com municípios e não dispõe em seus arquivos nenhuma ação realizada em Belém.	Diretoria de Desenvolvimento Regional.
MME	Só dispõe de um breve relatório de ações a serem desenvolvidas em parcerias com os governos estaduais para a consolidação de APL Minerais. Não dispõe de informações para o setor de gemas e jóias.	Departamento de Transformação Mineral
DNPM/PA	Não tem nenhuma informação sobre o setor de gemas e jóias em Belém. Apenas uma publicação de 2006 que trata do setor no Brasil.	Departamento de Economia Mineral
FINEP	Não tem nenhuma informação sobre o setor de gemas e jóias em Belém. Embora já tenha firmado convênio com o governo do estado do Pará nos anos de 2005/2006.	Fale Conosco ¹²
MCT	Não tem nenhuma informação sobre o setor.	Fale Conosco
MINC	Só dispõe de informações sobre o Brasil Criativo.	Fale Conosco
IBGM	Dispõe de informações em seu site.	Fale Conosco/Diretoria de Informações e Marketing.
TCE/PA	Prestação de contas do IGAMA	4ª Corregedoria de Contas

Fonte: Elaborado pela autora (2014).

¹⁰ Foi realizada a atualização dos dados/informações, pois a autora já dispunha de informações de anos anteriores

¹¹ O MI é uma das instituições citadas pelo SEBRAE como um das principais parceiras a nível federal, nos anos de 2007-2011. Sendo que as ações destinadas ao setor joalheiro de Belém tinham o foco em melhorias dos processos produtivos. Todavia do contato com o MI o mesmo não dispunha dessas informações em seus arquivos.

¹² O contato inicial realizado através do fale conosco foi direcionado para a área competente, sendo informada posteriormente de forma negativa as informações solicitadas.

A nível local foram realizadas entrevistas¹³ com: 1) Secretária de Estado da SEICOM; 2) Diretoria de APL da SEICOM; 3) Diretoria de Planejamento da SEPOF; 4) Diretora Executiva e Diretoria Comercial do IGAMA; 5) Gerente de Negócios do SEBRAE; 6) Coordenadora do Programa de Exportação do CIN/FIEPA¹⁴; 8) Diretora de Cultura da SECULT. Já a nível nacional, instituições como o IBGM através do Diretor de Marketing e Diretora de Documentação e a Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia (DTTM/SGM/MME), sendo essas duas últimas realizadas via correio eletrônico.

No qual elaboração dos roteiros de entrevista, foi tratada de forma diferenciada conforme as funções ocupadas pelos entrevistados. Pois de cada uma das instituições supracitadas se necessitava de um tipo de informações, apesar de as questões terem praticamente o mesmo foco.

As entrevistas tinham um roteiro com perguntas abertas com questões que buscavam compreender o papel dessas instituições, em um aspecto cronológico, quanto a sua atuação junto ao setor de gemas e jóias. Além de obter dados e informações primárias e secundárias (documentos). Com média de tempo um período de 1h, no qual foram explanadas a função de cada instituição e como se processa/ou processou sua ação de cada instituição para o setor em prol do desenvolvimento do setor¹⁵.

A pesquisa e análise documental foram realizadas com base nos documentos fornecidos pelas instituições supracitadas e outros obtidos através de arquivos disponíveis em páginas de busca na internet, *homepages* das instituições dessas instituições e documentos pessoais de algumas pessoas envolvidas com o setor. Sendo neste momento, houve uma preocupação com relação veracidade dessas informações.

Cabe destacar também que foram tomados como “documentos” os catálogos da Pará Expojóias Amazônia Design e outros catálogos que foram desenvolvidos pelas OS: ASJL e IGAMA, pois estes dispõem de informações quanto as ações desenvolvidas pelo SEBRAE-Pa e o discurso proferido pelo governo estadual quanto a sua atuação junto ao desenvolvimento do setor de gemas e jóias no estado do Pará. Tendo esses documentos como recorte temporal entre os anos de 1999 à 2014.

¹³ Sendo essas entrevistas realizadas entre os meses de janeiro e setembro de 2014 e uma em janeiro de 2015.

¹⁴ O CIN/FIEPA foi contactado para pesquisa, devido sua ação junto ao Consórcio Jóias do Pará.

¹⁵ Algumas informações foram gravadas e outras apenas anotadas no caderno de campo da pesquisadora.

Quadro 4- Procedimentos da Pesquisa Documental.

Instituição	Qual e que tipo de Documento?	Modo do Documento	Forma de Obtenção
SEICOM	Relatórios de Avaliação das Ações do Polo Joalheiro. Plano de Trabalho Anual ao IGAMA	Impresso e Informações Oraís.	Via Ofício e Entrevista com diretoria de APL. Informações sem acesso público
SECTI	Relatórios de Avaliação das Ações do Polo Joalheiro. Plano de Construção da Metodologia de Avaliação, dos anos de 2007-2011.	Impresso. Arquivos da SECTI	Via Ofício. Informações sem acesso público.
SEPOF	Planos Plurianual (PPA) do Estado do Pará no período de 1995 à 2014. Leis Orçamentárias Anuais (LOA) no período de 1995 à 2014. Relatórios de Avaliação do PPA do Estado do Pará dos anos de 2005; 2006; 2011	Impresso e On-line - disponível na <i>homepage</i> da SEPOF.	Via Ofício. Entrevista com Diretoria de Planejamento. Informações disponíveis no site da instituição.
IGAMA	Planilha com dados quantitativos do IGAMA.	Digital enviado via correio eletrônico.	Via Ofício. Informações sem acesso público. Documentos com erros de cadastro.
IBGM	Relatórios, informes e dados sobre a situação do setor de gemas e jóias no Brasil.	Impresso e Digital. Disponível na <i>homepage</i> do IBGM	Disponível ao Público. Solicitações realizada e recebidas via correio eletrônico.
SEBRAE	Relatório do Diagnóstico Participativo Setorial para o Setor de Gemas e Jóias de Belém.	Impresso	Disponível mediante a solicitação via ofício. (Documento Confidencial.)

Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

Ressalte-se o que levantamento documental junto SEFA/ SEPOF/ SEICOM/ SECTI/ IGAMA foi dificultado devido a falta de sistematização de dados e informações sobre o setor joalheiro. Isso reflete, parcialmente, na relativa importância que o setor apresenta para a economia local. Sem contar a pouquíssima articulação entre as secretarias.

Sem contar no fato de que as instituições locais apresentam dificuldades em arquivar documentos que comprovem ou apresentem os resultados de suas ações, seja em bibliotecas institucionais, como em arquivos ou banco de dados eletrônicos, o que acarreta em dificuldades em realizar verificações e avaliações sistemáticas à um traço cronológico mais amplo do que um período governo [4 anos].

Outro fato que merece destaque são as dificuldades de informações organizadas e comprovadas sobre o setor de gemas e jóias em todo o país. Embora o IBGM tenha sido muito eficaz no repasse de dados e informações, o mesmo também apresenta a dificuldades quanto, a obtenção de dados sobre a realidade do setor em todo o país.

Partindo para as técnicas de pesquisa adotadas: questionário e entrevista, descreve-se:

A estrutura do questionário foi elaborado com base nas instruções de Babbie (2003) e Duarte (2010) se apresenta em 5 blocos de perguntas: [ver apêndice]

a) 1º bloco: Sobre Você - compreende as 3 primeiras questões, que tem como objetivo identificar quem esta sendo pesquisado, qual a posição que ocupa na cadeia produtiva ordenada do setor, qual o porte de seu empreendimento e qual a motivação que o fez atuar junto ao setor joalheiro.

b) 2º bloco: Sobre a sua atividade – compreende 3 questões que procuram verificar as facilidades e dificuldades enfrentadas por quem faz parte o setor de gemas e jóias, além de procurar saber se há a atuação de forma conjunta visando ganhos coletivos.

c) 3º bloco: Sobre os parceiros do setor – compreende 2 questões que procuram saber quais parceiros do setor joalheiro, e se são conhecidos por quem faz parte dele na cidade de Belém – o objetivo dessa perguntar foi verificar a repercussão dos parceiros documentados nas instituições governamentais são mesmo atuantes junto ao setor.

d) 4º bloco: Sobre suas estratégias de mercado – compreende 4 questões que procuram saber sobre o mercado consumidor, se tem conhecimento de quem compra os seus produtos, sua forma de comercialização e se o mesmo se beneficia da marca Jóias do Pará que foi desenvolvida pelo governo estadual para a comercialização das jóias produzidas por quem faz parte das ações do Polo Joalheiro.

e) 5º bloco: Sobre as ações do estado para o setor - compreende 5 questões no qual procurou verificar a percepção que há por parte da atuação dos governos quanto ao setor, no qual o pesquisado podia fazer sua avaliação das ações além de expor suas expectativas.

Embora o questionário elaborado apresente-se como um modelo longo e com muitas perguntas contingenciadas, procurando saber o por quê de tais respostas e os critérios para tais afirmações. Isso foi necessário para um melhor alinhamento com a abordagem metodológica e também a escassez de dados primários e atualizados quanto a realidade apresentada pelo setor de gemas e jóias de Belém.

Sendo esse questionário direcionado aos microempresários que são cadastrados junto ao IGAMA e são alvos das ações do governo estadual.

Neste ponto cabe uma breve explicação quanto a formulação de outro questionário que foi direcionado aos integrantes que fazem parte do Coletivo Garimpo Design. [ver anexo] Uma vez que essa “associação” se mostra como uma nova configuração no setor de gemas e jóias em Belém. Esse questionário assemelha-se ao questionário aplicado aos demais participantes do setor, todavia se apresenta com 9 questões. Sendo, que infelizmente, só houve

a resposta de apenas dois questionários, que foram utilizados para explicar como essa associação informação de designer, ourives e artesãos se comporta e quais as expectativas futuras de sua atuação.

No que se refere ao roteiro de entrevista aplicado, segundo as orientações de Duarte (2010) a entrevista pode ser classificada como semi estruturada, elaborada com 15 questões abertas. Instrumentos de coleta: Anotações sobre as observações dos entrevistados; Gravação – pois possibilitou o registro integral e segurança da fonte.

Todavia foram elaborados roteiros de entrevistas específicos direcionados no sentido de obter informações mais detalhadas essas configurações organizacionais que se desenvolvem no setor joalheiro de Belém. No qual destaca-se:

a) *Gerente do Consórcio de Exportação Jóias do Pará, visando uma melhor compreensão de como se processou a formação e consolidação do consórcio, já que o Consórcio Empresarial Jóias do Pará é destacado como um “*Case de Sucesso*”. [ver apêndice]

b) * O Proprietário da Escola Rahma, uma vez que esta escola esta localizada no Mezzanino de ESJL e deve ser uma referencia na formação de mão de obra para atuar no setor de gemas e jóias em especial na parte de ourivesaria e lapidação. [ver apêndice]

As respostas obtidas nos questionários foram tabuladas, quanto ao número das freqüência das respostas, para isso serão elaborados em gráficos [em pizza] com a finalidade de uma melhor apresentação das respostas inferidas pelos participantes da pesquisa. Sendo essa tabulação realizada através do *Software Microsoft Excel 2007*.

Em atenção as colocações de Duarte (2010), a seleção dos informantes deve levar em conta que os participantes tenham envolvimento com o assunto, disponibilidade para falar.

Logo a amostra selecionada para a realização das entrevistas e da aplicação dos questionários, esta ligada a significação e à capacidade que as fontes têm de dá informações - pois mesmo um pequeno número de pessoas adequadamente selecionadas, pode fazer um relato bastante consistente sobre a temática abordada. Sem contar na importância de obter informações que possam dar visões e relatos diferenciados sobre os mesmos fatos.

Sendo que a validade e a confiabilidade no uso da técnica de entrevista esta estritamente ligada à três questões: i) seleção dos informantes capazes de responder à questão de pesquisa; ii) uso de procedimentos que garantam a obtenção de respostas analíticas;iii) a descrição de resultados que articule consistentemente as informações obtidas com o referencial teórico elaborado.

O contato com participantes cadastrados junto ao IGAMA no “Programa Polo Joalheiro de Belém” se deu através do contato pessoal com os mesmos em visita no local entre os meses de Novembro/2014 à Janeiro/2015.

Sendo que foram direcionados os questionários e entrevista apenas aos proprietários das microempresas, uma vez que estes estão ligados diretamente com a questão da política pública e possuem uma trajetória de atuação no setor joalheiro – não sendo necessário direcionar esforços da pesquisa para os funcionários das lojas e oficinas de produção. Quanto as técnicas de pesquisa – sob a ótica da teoria dos sistemas sociais - o roteiro de entrevista e os questionários foram os instrumentos para a observação de 1ª ordem.

Nesse ponto, é necessário uma breve explicação no que tange a questão de população e amostra. Em virtude de problemas quanto ao registro quantitativo junto ao IGAMA¹⁶: formas de localização e de contatos [número de telefone e correio eletrônico] reduziu o quantitativo da possível amostra da pesquisa. Já que só puderam ser contactados as microempresas que atuam no ESJL e alguns poucos microempresários e empreendedores individuais da Loja UNA.

Isso acarretou, mesmo que indiretamente, na redução de “novas visões” sobre o sobre o setor – embora a amostra tenha sido de qualidade quanto ao repasse de informações.

Mesmo com esses problemas, foram contactados com o envio de carta de solicitação de participação na pesquisa [ver apêndice 1] por correio eletrônico um quantitativo de 33 empreendedores que estão cadastrados na Loja UNA. Sendo: 7 Microempresas (ME), 15 Design (6 MEI; 1 ERELI; 8 Informais), 8 Ourives (ME sendo 1 contactado pessoalmente) – restante do quantitativo não foi possível saber qual a sua atuação na cadeia produtiva, por falta de informações junto ao IGAMA.

Quanto as Micro Empresas e MEI que têm lojas no espaço São José Liberto foram convidadas para participar da pesquisa 13 (sendo 11 Micro Empresas; 1 MEI e 1 Consórcio de Exportação) dos 13 empreendimentos locados. No qual foram contactadas em empresas pessoalmente – 11 Micro Empresas, 1 MEI, 1 Consórcio e foram contactados via correio eletrônico 2¹⁷ micro empresas.

¹⁶ Aqui cabe uma observação quanto ao contato com os empreendedores da Loja UNA, que alguns endereços de correio eletrônico, só foram possíveis de serem encontrados devidos os mesmos terem acesso a redes sociais como *Facebook*, *Twitter*, *Linked*. E nos próprios sites e blogs que esses empreendimentos possuem.

¹⁷ Essas micro empresas foram contactadas via correio eletrônico em virtude de seus proprietários estarem fora da cidade de Belém no período da pesquisa.

Em resposta a solicitação, com disponibilidade para participar da pesquisa obteve-se: Loja UNA – 5 empreendedores (4 microempresas e 1 design); Lojas do ESJL - 10 micro empresas e 1 MEI.

Após isso foram aplicados pessoalmente e via correio eletrônico um total de 14 questionários e 14 entrevistas – isso resultou no retorno de: 1 questionário apenas [via correio eletrônico]; 2 entrevistas apenas [o roteiro de entrevista foi enviado por correio eletrônico]; 7 questionários e entrevista [sendo 6 realizadas pessoalmente e 1 via correio eletrônico].

Houve por parte dos integrantes do setor joalheiro o maior interesse em conceder entrevista ao invés de preencher os questionários. Esse interesse ocorreu em especial para que eles pudessem contar a sua trajetória pessoal e profissional e mostrar através da pesquisa acadêmica que a joalheria paraense tem sua arte e que mesmo apresentando dificuldades quanto a questões mercadológicas os mesmos conseguem auferir emprego e renda. Sendo que os questionários e entrevistas presenciais foram realizados no ESJL.

Outra forma de coleta de dados/informações primárias consistiu na **observação** no período de realização da pesquisa no ESJL. Esse procedimento foi tomado frente ao tempo que a pesquisadora passou no ESJL. No qual teve a oportunidade de visitar as lojas, ver o tipo de produto comercializado, o comportamento dos consumidores, visitantes e dos turistas que freqüentam o local.

Sendo que tal procedimento mostrou a pesquisadora algumas atitudes particulares do setor joalheiro: como o atendimento, perfil do que é produzido conforme o proprietário da lojas, perfil de clientes e o dos visitantes do ESJL, além disso ter proporcionado conversas informais que agregaram mais informações sobre a realidade cotidiana do setor joalheiro.

Esse procedimento segundo McDaniel (2003), quanto a sua abordagem foi uma observação de não estruturada, no qual a pesquisadora realizou observações e simplesmente fez anotações sobre o comportamento dos observados, sem depender do que elas dizem ou deixam de dizer – todavia isso implicou que certas intenções e questões que surgiram ao longo da observação não puderam ser totalmente esclarecidas.

Também é necessário elencar alguns fatores que geraram entraves e problemas quanto ao repasse de informações para a pesquisa:

- 1) O medo/receio por parte dos entrevistados em tecer críticas sobre a atuação do governo estadual e a OS, uma vez que estão alocados em um espaço que é mantido com recursos governamentais.

Isso ficou claro quanto tanto nas respostas do questionário como na gravação das entrevistas. Pois muitas respostas foram dadas de forma bastante objetiva e como “ensaiadas”,

além da falta de interesse em explicar, comentar e aprofundar as respostas quanto dos questionamentos. Houve vários momentos de contradição de informações, quando por exemplo, ao inferirem que ao estarem em um local seguro, estrutura, turístico e ao mesmo tempo comentarem tem problemas quanto a comercialização de seus produtos, devido a baixa circulação de pessoas no ESJL.

Esses fatores são muito bem explicados por Duarte (2010), no qual o autor aborda que muitas das vezes, o local onde as entrevistas são realizadas podem causar a retração quanto ao repasse de informações, ou até mesmo respostas incoerentes.

2) Observou-se também que poucas microempresas utilizam a *internet* para a divulgação de sua loja e produtos – seja através de sites, blogs, páginas em redes sociais entre outras ferramentas disponíveis para tal. Sem contar na deficiência quanto a utilização do correio eletrônico, que se apresentou como uma barreira para a confirmação da participação da pesquisa.

Porém, quando questionados sobre o fato de não utilizarem tais instrumentos, foi relatado o receio, medo, insegurança e pouco manuseio com a internet [falta de uso]. Uma vez que trabalham com metais preciosos e não dispõem de nenhuma segurança “pessoal” para a proteção de seu patrimônio e de seus produtos.

Ainda no tocante da utilização da internet, realizada através de sites de busca (Google.com/ Yahoo.com/ Uol.com.br) verificou-se que das microempresas do ESJL apenas 2 microempresas dispõem de site para a apresentação de seus produtos [não utilizam o site para comercializar seus produtos] e 2 microempresas com blog. Na Loja UNA apenas 2 microempresas tem site. E o Consórcio Empresarial que tem site para a comercialização de jóias: <http://joiasdopara.com.br/>.

Algumas microempresas, design e ourives que atuam na Loja UNA e até as que têm loja no ESJL dispõem de páginas em redes sociais com Facebook, Linked, Blogs que na maioria das vezes esta desatualizada quanto aos produtos comercializados e a também não dispõe de modo de contato.

3) A elaboração do questionário foi baseada em dados das pesquisa documental. Porém quando de sua aplicação houveram várias indagações e questionamentos quanto o porquê de terem sido elencadas tais alternativas, já que muitas delas já não são mais perceptíveis com a realidade atual do setor. Em especial as do bloco 1 e 2 no que tange a motivação para atuar no setor e os cursos oferecidos para qualificar o setor.

Quadro 5 - Método, Estratégia de Pesquisa e as Técnicas Desenvolvidas

Natureza do método	Consiste em..	Foi utilizado por que?	Contribuiu como?
Qualitativo	Compreender por meio do pesquisador as relações entre: as pessoas, dados e informações obtidas através de observações nos lugares ou processos no qual os fenômenos são estudados, ou seja, consiste na compreensão de um evento no ambiente onde o mesmo ocorre. (GODOY, 1995a, 1995b; MARTINS, 2004). Na visão de Denzin e Lincoln (2006), no qual o método qualitativo consiste em contribuir para situar e localiza o observador no mundo.	alcançar uma compreensão qualitativa das razões e motivações. deve-se ao fato de que os métodos qualitativos são particularmente necessários tendo em vista a falta de informação e outras pesquisas disponíveis para ser utilizadas como aporte de análise para outras pesquisas. Colocação esta muito pertinente quando se analisa o recorte empírico e ao lócus de pesquisa, que carecem de diversas informações quanto à realidade vivenciada pelos joalheiros.	Explicar claramente a escolha dos indivíduos para as entrevistas, como foram coletados os dados da entrevista e feitas as anotações de campo, entre outras questões levantadas no decorrer da pesquisa.
Delineamento da Pesquisa			
Pesquisa Documental	Esse delineamento no escopo da pesquisa consiste em obter (materias) documentos que não receberam tratamento analítico e foram examinados e reexaminados. O que permitiu o estudo de fatos com os quais não se pode estabelecer alguma forma de contato por motivos atemporais. (MARCONI; LAKATOS, 2005; GIL, 1999).	Obtenção de Dados Primários e Secundários das ações, indicadores e resultados apresentados pelas secretarias governo do estado do Pará(apenas as ligadas ao setor de gemas e jóias); Por instituições privadas ligadas ao setor.	Para a avariguações e comparações das informações, métodos de avaliação da política pública e discursos das instituições ligadas ao setor e o governo do estado do Pará frente a realidade apresentada pelos joalheiros.
Análise Documental	Consiste em uma série de operações que visam estudar e analisar um ou vários documentos para descobrir as circunstâncias sociais e econômicas com as quais podem estar relacionadas. (RICHARDSON, 1999?)	Serviu como um resumo de idéias e com a finalidade de extrair, sumarizar e sistematizar dados e informações contidas nos documentos selecionados. (GÜNTHER, 2006)	a análise documental foi empregada sob a ótica da teoria dos sistemas sociais. a análise documental permite a possibilidade oferecer indícios sobre as “visões” dos seus autores/ou instituições (ou sistemas sociais). Uma vez que através desses documentos é possível identificar as distinções que foram usadas para olhar o mundo fora do sistema que identificar também o sentido construído dentro do sistema.

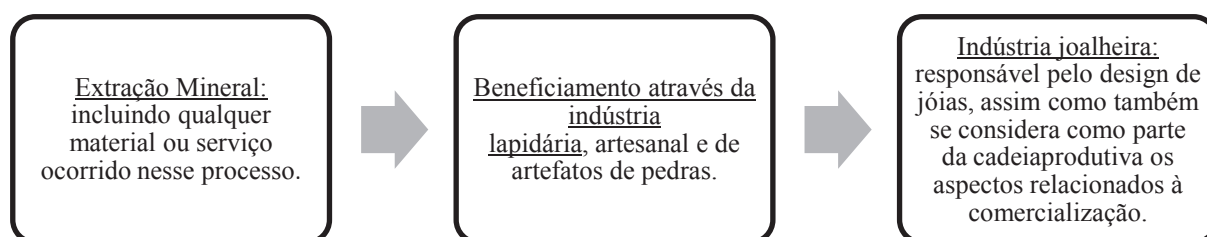
Estratégia de Pesquisa			
Estudo de Caso	uma investigação empírica, que procura investigar um fenômeno contemporâneo em profundidade baseado em seu contexto/vida real, espacialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. A profundidade e o detalhamento de informações obtidas por meio do estudo de caso são praticamente impossíveis de serem alcançados mediante outro método de pesquisa. (YIN, 2010).	No qual o objetivo da pesquisa não é construir teorias, mas compreender os aspectos intrínsecos de um caso em particular. Como coloca Chizzoti (2008) ao observar que os estudos de caso procuram explorar, um caso singular, bem delimitado e contextualizado em tempo e lugar para obter informações específicas.	Resultou em um estudo aprofundado relacionando o tempo, história e trajetória.
Técnicas de Pesquisa			
Questionário	técnica de investigação composta de questões apresentadas por escrito, no qual tem por objetivo conhecer a opinião, interesses e expectativas e situações vivenciadas pelos pesquisados. (GIL, 1999). E quanto a sua classificação as questões elaboradas nos questionários serão questões fechadas e contingenciadas pois fixam e limitam as alternativas para o informante escolher sua resposta e também contingentes, com o intuito de saber o que pensam a respeito de determinada questão. (BABBIE, 2003; MARCONI; LAKATOS, 2005)	Por ter a praticidade de ser utilizado sem a influência do pesquisador. Embora limitante, por permitir ao pesquisado revistado formular as respostas, além de se obter uma idéia melhor acerca do que ele realmente pensa.	Para a verificação de questões ligadas a vida pessoal, mercado consumidor, parcerias e expectativas futuras.
Entrevista	Um instrumento de pesquisa deve-se ao fato de que há muitos dados e informações que não são obtidos através de fontes secundárias.	Para averiguar e determinar a opinião dos "fatos", além de conhecer o que as pessoas pensam ou acreditam que os fatos sejam; Conduta do passado, atual e do futuro e que terá no futuro, conhecendo a maneira pelo qual se comporta em variação ao tempo e determinadas situações. (MARCONI; LAKATOS, 2005) E para o levantamento de dados no contexto da pesquisa, será obtido através de dados verbais com o foco centradas num problema, tipo: entrevista centrada no problema. (GÜNTHER, 2006)	Utilizado na obtenção de informações não documentadas e na compreensão da realidade dos joalheiros, suas experiências profissionais junto ao setor joalheiro de Belém. Elucidar discursos proferidos pelo governo do estado quanto a história passada e atual situação do setor.

5 O SETOR DE GEMAS E JÓIAS

O início desse capítulo foi elaborado visando a melhor compreensão sobre o estudo em questão, seu recorte empírico e o lócus de estudo escolhido para essa dissertação. Elencando algumas características quanto a estrutura e organização do setor de gemas e jóias isso a nível nacional e local.

O ponto de partida é entender como se estrutura a cadeia produtiva do setor de gemas e jóias. Baseado nas informações do Instituto Brasileiro de Gemas e Metais¹⁸ (IBGM, 2005), o primeiro elo da cadeia produtiva do setor de gemas e jóias é a extração mineral, incluindo qualquer material ou serviço ocorrido nesse processo; o segundo elo é caracterizado pelo beneficiamento através da indústria lapidária, artesanato e de artefatos de pedras; e o terceiro elo é a indústria joalheira, responsável pelo design de jóias, assim como também se considera como parte da cadeia produtiva os aspectos relacionados à comercialização.

Figura 1 - Cadeia Produtiva do Setor de Gemas e Jóias



Fonte: IBGM, 2005.

A referida cadeia está incluída entre os setores, considerados mais dinâmicos da economia brasileira, sendo alvo de diversas ações governamentais pautadas em questões tecnologia e inovação. Além de ser considerada prioritária pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior¹⁹ (MDIC).

Antes de dar continuidade a questão da cadeia produtiva é importante destacar e esclarecer alguns conceitos que irão nortear certas características lócus de pesquisa.

¹⁸ O IBGM é uma instituição privada sem fins lucrativos fundada em 1977, atuando em 23 estados brasileiros em parceria com instituições de classes ligadas ao setor joalheiro. Sendo o IBGM uma referência na América Latina no que se refere a pesquisa, design e comercialização de jóias.

¹⁹ Maiores informações disponível em: < www.desenvolvimento.gov.br >

Quadro 6 - Características e Conceitos Básicos do Setor de Gemas e Jóias.

Gemas: Possuem propriedades como cor, brilho, dureza, raridade, pureza etc.) geralmente depois de serem talhados e lapidados adorno pessoal. (HURLBUST; SWITZ 1979).
<i>Quanto a classificação das Gemas.</i>
Gemas Naturais > São inteiramente formadas pela natureza, podem ser de origem inorgânica (minerais, como o diamante) ou orgânica (animal, como pérola, ou vegetal, como âmbar). Aplicam-se aqueles materiais naturais que possuem ditames de moda atrativos para serem usados como incrementos para a peça
Gemas Sintéticas > São produtos fabricados pelo homem, independentemente do método utilizado. Suas propriedades físicas, químicas e estrutura cristalina correspondem essencialmente às das gemas naturais e, com elas, podem ser confundidas.
Gemas Artificiais > são produtos criados e fabricados pelo homem, sem ter um correspondente na natureza. O mais conhecido é a zircônia cúbica, que imita diversas gemas, particularmente o diamante.
Pedras Semipreciosas > No passado, quatro pedras eram classificadas como preciosas (diamante, rubi, safira e esmeraldas) e as demais erroneamente como semipreciosas, por terem preços inferiores. Atualmente, não se usa mais essa denominação, pois diversas pedras, como o topázio imperial, a alexandrita, a água-marinha e a turmalina Paraíba, possuem hoje preços similares e, em alguns casos, até maiores do que as chamadas pedras preciosas.
Pedras Coradas > Para evitar serem chamadas de semipreciosas, que pode depreciá-las, criou-se uma denominação internacional de pedras de cor ou coradas, que seriam todas as gemas, menos o diamante, que seria incolor (embora o diamante colorido seja cada vez mais usado e valorizado).
Pedras Brasileiras > Por ser o Brasil o mais diversificado produtor de pedras coradas, comumente essas são também chamadas de pedras brasileiras.
<i>Atividades relacionadas à Joalheria.</i>
Jóias: São adornos pessoais produzidos com minerais metálicos como ouro e prata e platina desconsiderando, desta maneira qualquer outro adorno que não os contenha. (IBGM, 2011). Embora outras instituições considerem jóias folheados de metais preciosos e imitações (bijuterias). Quanto ao tipo de jóias de acordo com sua reprodução: <ul style="list-style-type: none"> • Jóia Exclusiva: pode ser produzida até 12 vezes; • Jóia Industrial: pode ser produzida em larga escala; • Jóia de autor: peça única.
Joalheiro: 1 O que trabalha em jóias; 2 Negociante de jóias.
Lapidário: 1 Ato ou efeito de lapidar. 2 Suplício do apedrejamento. 3 Lapidagem.
Lapidação- 1. Ato ou efeito de lapidar. 2. Facetar e polir pedras preciosas.
Ourives- 1. Artífice que trabalha ouro e prata. 2. Vendedor de objetos de ourivesaria.
Ourivesaria: 1. Arte do ourives. 2. Oficina ou estabelecimento de ourives.
Cravador: 1. O que crava. 2. Engastador de pedras preciosas

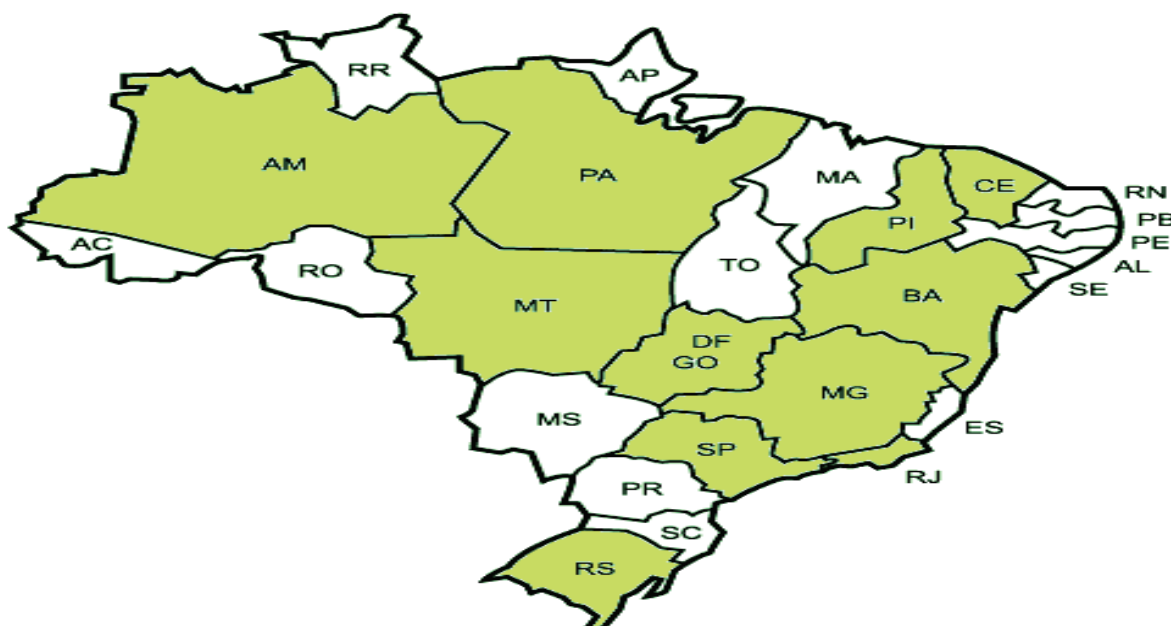
Fonte: Informações do dicionário Aurélio (on line); Informe IBGM ano 2011. Guia do Museu das Gemas, Jóias e Artesanato do Pará (2002?). Elaborado pela autora.(2014)

Após essa breve explicação é possível atentar para a prioridade dada a esse setor. No qual deve-se muito, ao fato do Brasil ser um país com grande potencial para a fabricação de artesanatos em pedras e jóias, além da diversidade gemológica e de produção aurífera espalhada em grande parte de seu território. Com base em informações e mapa elaborado pelo

IBGM que existem no país, pelo menos 11 estados que com produção de jóias, bijuterias e afins.

Em uma visão panorâmica o IBGM, MDIC e o SEBRAE [nacional], apontam que o setor joalheiro apresenta-se composto de MPMES com destaque principalmente a estados com Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pará, com um alto percentual de informalidade quanto aos que integram a cadeia produtiva ordenada do setor.

Figura 2 – Estados no Brasil com produção de gemas e jóias



Fonte: IBGM/MDIC (2005)

Com a finalidade de dinamizar e fomentar o setor, foram idealizadas no início da década de 1990 a criação de Polos Joalheiros em cidades do Brasil onde havia produção de jóias. Sendo os polos joalheiros formados em sua grande maioria, por micro e pequenas empresas, visando contribuir para a geração de emprego, exportações, abastecimento do mercado interno e desenvolvimento do local onde estão inseridos.

O intuito da criação desses polos joalheiros deve-se ao fato, deles representarem um importante fator de desenvolvimento local/regional devido, principalmente, às sinergias formadas pela integração de produtores de matéria-prima, prestadores de serviços, fabricantes e comerciantes. No qual através da estruturação de micro e pequenas empresas a obtenção de ganhos de competitividade por meio de estratégias de fortalecimento da cadeia produtiva de gemas e jóias (IBGM, 2005).

No final da década de 80, as incertezas políticas e econômicas prejudicaram o consumo de jóias enquanto o ouro como ativo financeiro prosperava como opção de investimento atraente. A demanda de jóias começou recentemente a demonstrar potencial de crescimento à medida que a economia se tornou mais estável, passando a demanda de ouro como investimento a perder força.

O setor de joalheria no Brasil passou, desta forma, a ser responsável pela maior parcela de consumo industrial de ouro, à semelhança do que ocorre no resto do mundo, sendo que o valor do mercado interno de jóias de ouro, a nível de indústria, foi da ordem de apenas US\$ 540 milhões em 1995.

Entretanto, representantes do setor apontam que persistem problemas estruturais básicos, como a informalidade e a tributação elevada. (BNDES, 2001, p. 3)

Além disso, houveram outros fatores contribuíram para o incremento de ações para o setor de gemas e jóias:

a) processo de exportação dos minérios no país *in natura* – o que fica nítido que os muitos minerais não tem seu beneficiamento no país, em especial, as gemas e vem sendo exportados em estado bruto ou com baixo processo de industrialização. Pois com a exportação *in natura* se exporta também empregos que poderiam ser gerados no beneficiamento desses metais preciosos e gemas no próprio local onde estão tais recursos.

b) setor mineral brasileiro, mesmo tendo uma composição significativa de MPMEs, grande parte delas ligada ao setor de gemas e jóias, ainda carece de referências e dados e qual o perfil de produtividade de cada empreendimento na balança comercial do país, visto que grande número destas MPMEs atua na informalidade.

No que tange o problema da informalidade, a busca de formalização dos segmentos da cadeia produtiva o setor no país, o IBGM através do seu Conselho de Administração em parceria com o SEBRAE e outras instituições de ensino e pesquisa e associações de classe, desenvolveram ações visando reduzir a informalidade que permeia o setor de gemas e jóias em todo o Brasil. Um exemplo disso esta no “Programa Sou Formal, Sou legal.”

O Programa “Sou Formal, sou Legal²⁰” constitui-se em uma estratégia de combate à informalidade reinante na cadeia de produção da indústria joalheira no Brasil.

Ser formal, neste sentido, não significa apenas abrir uma empresa e pagar os impostos. Muito mais do que isto, significa interagir com a comunidade, respeitar o meio ambiente, registrar adequadamente os funcionários, etc.

O IBGM e as entidades de classe a ele filiadas optaram, assim, por construir uma cartilha de perguntas e respostas, discorrendo sobre por que devemos formalizar nossas atividades comerciais no setor de jóias, gemas e bijuterias. (CARTILHA SOU FORMAL, SOU LEGAL, 2007, p. 1)

²⁰ Esse programa teve sua cartilha de informações lançada no ano de 2007.

Tal programa vem se desenvolvendo nos últimos sete anos e procura proporcionar informações e os meios adequados para o cumprimento das exigências administrativas e fiscais para que reduza significativamente a informalidade de toda a Cadeia Produtiva de Gemas e Jóias.

Porém o próprio IBGM, assume que não é fácil deixar para trás décadas de informalidade e sonegação de impostos - visto que isso também perpassa pelo cliente final que muitas vezes compra as jóias sem nota fiscal e com valor baixo do real. Sendo a questão da informalidade esta entre as prioridades do IBGM desde década de 1980.

Ademais é necessário ressaltar, a atuação do IBGM de forma decisiva no apoio ao trabalho das entidades estaduais no esforço e sucesso de redução do ICMS nos estados em estados produtores de jóias como: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Pará, Rio Grande do Sul e Mato Grosso.

Todavia a produção de gemas quanto a de jóias no o país, é marcada pela presença maciça de empresas de pequeno porte, que trabalham, muitas vezes, de maneira desorganizada e não se orientam adequadamente para o mercado que atendem. (CARVALHO et. al. 2014.).

Segundo o IBGM, a característica básica das MPMES do setor joalheiro, é ter seu gerenciamento familiar. E sendo sua imensa maioria enquadrada no Sistema SIMPLES²¹ de tributação, já que a carga tributária no Brasil é uma das maiores do mundo. E a grande concentração das empresas do setor joalheiro no SIMPLES deve-se aos benefícios da diferenciada de tributação, entretanto isso também acarreta faturamento limitado.

Ou seja, existe uma enorme janela de oportunidades para as micro e pequenas empresas do segmento de gemas e joias, mas é preciso prepará-las. É por meio da capacitação que tornaremos os pequenos negócios brasileiros mais competitivos, contribuindo, assim, para a ascensão social de muito mais famílias e o desenvolvimento contínuo e mais justo do Brasil. (BARRETTO, 2013, p. 12)

E o IBGM ainda aponta que a informalidade e o descaminho ainda são grandes devido, também em decorrência da alta carga tributária incidente sobre o setor. Embora seja perceptível um esforço crescente por diversas instituições para a formalização de empresas em todo país.

Todavia o setor apresenta como principais entraves: 1) a indústria de lapidação ainda é precária; 2) falta de mão-de-obra qualificada o que acarreta a procura de serviços terceirizados

²¹ Simples Nacional é um regime compartilhado de arrecadação, cobrança e fiscalização de tributos aplicável às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

no exterior, como no caso da lapidação gema brasileira acaba tornando-se jóia em outros países e perde o nome do Brasil como território de origem. (IBGM, 2010).

Ademais, também observa-se que os diversos segmentos de sua cadeia produtiva não têm contado, de uma maneira geral, com suporte de crédito adequado, necessitam substancialmente mais capital de giro do que fixo, e devido à alta informalidade não têm tido acesso reduzido às linhas existentes e, normalmente, se auto-financiam.

Mesmo com dificuldades quanto a formalização, o setor joalheiro apresenta crescente competitividade, com produtos de melhor qualidade e preços competitivos, principalmente em relação ao design que procura incorporar a diversidade das pedras brasileiras.

Outra questão colocada pelo IBGM é a necessidade de um consenso, que para seguir crescendo e atendendo ao mercado interno como ao mercado externo de forma competitiva, setor joalheiro no país, precisa apostar em inovação em toda a cadeia produtiva.

Embora parte desse caminho já esteja sendo trilhado pela indústria joalheira e de folheados, que tem investido em importação de máquinas, equipamentos, ferramentaria e insumos.

O SEBRAE e o IBGM trazem informações, que após o ano 2000, em que pese às dificuldades de mercado, a indústria joalheira tem apresentado expressivas melhorias em seus padrões de qualidade e competitividade, inclusive no desenvolvimento do design - estilo próprio, explorando símbolos da cultura, fauna e flora nacionais, além da utilização da variedade das pedras preciosas e matérias-primas existentes no país.

Para isso é necessário também que nas principais cidades do Brasil possam desenvolver ações mais específicas conforme a demanda do setor em cada localidade, buscando assim aproveitar os recursos locais e o potencial dos profissionais - coloca o IBGM como uma das possíveis soluções para melhorias na produção joalheira do país.

É preciso destacar o potencial de crescimento das exportações da indústria joalheira como gemas lapidadas, jóias e folheados. O IBGM traz em vários dos seus boletins informativos, que após 1990, há a ênfase na questão da exportação, frente a apresenta qualidade quanto a produção de jóias e preço que podem ser competitivos no mercado internacional. (IBGM, 2010). Tanto que o Programa Setorial do IBGM em parceria com a APEX tem mostrado dados significativos quanto a promoção do setor em diversas cidades do Brasil.

E finalizando essa explanação inicial, apresenta-se a pesquisa realizada pelo IBGM no ano de 2013²², junto à 261 indústrias, sendo 101 empresas produtoras de jóias, 63 de folheados, 56 bijuterias e 41 de gemas e artefatos de pedra. Constatou-se que:

Quadro 7– Perfil da Indústria Joalheira ano 2013.

Tempo de atuação das empresas	68% têm mais de 10 anos de atuação
Regime tributário	90% estão inseridas no sistema tributário do SIMPLES
Filiação de Classe	65,5 % estão filiadas a alguma entidade de classe setorial.
Terceirização	63% das empresas não terceirizam a produção; e 72% que fazem a terceirização optam por tal procedimento para a redução de custos.
Quanto a exportação	21% das indústrias exportam; 90% das gemas e apenas 8,3% das jóias.
Capacidade produtiva	74% não utiliza a sua capacidade produtiva.
Aquisição de maquinário	41% das empresas compraram máquinas no ano anterior.
Mão de obra	Média de 17 funcionários, sendo 82% deles utilizados na produção; E 74% das empresas possuem equipe própria de design.
Problemas no processo de produção e demandas de capacitação	Acabamento, modelagem, e design (produção) e comércio exterior e técnicas de vendas (treinamento e capacitação)
Dificuldade na Produção e Comercialização	Tributação Excessiva, Concorrência das Exportações e Contrabando e Dificuldade atingir o mercado externo.
Utilizam processos Informatizados	Para as áreas de vendas, administração, estoque.

Fonte: Boletim Trimestral de Informação da Cadeia de Gemas, Jóias, Bijuterias Relógios e Afins. Ano 20. Abr – Jun. IBGM, 2014 (com adaptações). Elaborado pela autora.

5.1 O Histórico e as Características do Setor de Gemas e Jóias de Belém

Partindo agora especificamente para o setor de gemas e jóias de Belém, observa-se que as primeiras ações por parte do governo estadual em relação a mudança do cenário da mineração desenvolvida no estado do Pará datam por volta de 1988²³, no qual tinham o intuito de acompanhar as atividades extrativistas e garimpeiras no estado do Pará.

²² Nesta pesquisa foram pesquisadas apenas duas microempresas no estado Pará, sendo que 60% dos pesquisados estão localizadas estado de São Paulo.

²³ Esta informação esta no Plano Estadual da Mineração (2014-2030). Disponível em www.seicom.pa.gov.br. Embora não haja relatórios e outras pesquisas no tange a questão.

Entretanto é somente em 1995, que nasce a *Política de Desenvolvimento Mineral no Estado do Pará*, voltada para o desenvolvimento sustentável e descentralizado, pautado na observância às vocações regionais e suas peculiaridades, através da conexão do sistema tecnológico estadual dos diferentes arranjos produtivos regional, visando atender às principais demandas das regiões paraenses e fortalecer os vínculos entre as instâncias representativas das sociedades locais do governo e do setor produtivo estadual. (CHAVES, 2011).

É importante também destacar que o estado do Pará dispõe de reservas de ouro e prata, com identificação de 256 ocorrências tipos de gemas como o cristal de rocha, como ametista, opala, citrino e outras gemas, como um importante produtor de ouro com reservas estimadas em 300 toneladas. (IBGM, 2005).

Embora dados tão significativos quanto ao seu potencial mineral, o estado do Pará ainda é marcado pela exportação *in natura* de sua produção mineral. Sendo que tal situação foi desencadeada por décadas de atividades minerais pautadas na indústria extrativista que se expandiram de forma horizontal e não vertical da produção mineral. A esse passo, Silva (1996) demonstra que o estado do Pará, até 1980, exportava somente dois produtos minerais (bauxita e caulim) e que após 1990 com enfraquecimento do oligopólio mineral houve a necessidade de diversificação tecnológica de forma a garantir a permanência no mercado. (CHAVES, 2012)

Desse modo há uma tentativa por parte do governo de modificar o cenário apresentado ao longo de décadas, da indústria mineradora extrativista para a indústria mineradora de beneficiamento – assim emerge a questão em torno da verticalização mineral²⁴ como uma solução para a mudança do cenário econômico do estado do Pará, sendo essa uma das principais diretrizes do programa de governo Almir Gabriel (1995-2002).

No período do governo Almir Gabriel (1995-2002) se inicia de fato alguma intenção ao setor de gemas e jóias no estado do Pará. Tudo começa no ano de 1997²⁵, quando ocorre um pedido da Secretaria Municipal de Mineração e Meio Ambiente de Itaituba (SEMMA) para a Secretaria Estadual de Trabalho, Emprego e Promoção Social (SETEPS) para cursos de capacitação de ourives no município.

Logo o governo estadual observou que tal proposta poderia desencadear em outras ações que vinham ao encontro das diretrizes do governo estadual: geração de emprego e renda e verticalização da produção de ouro e gemas. Sendo assim, mais do que oferecer uma oficina

²⁴ Na década de 1990 o Brasil convertia apenas 75% do ouro produzido em ouro e o estado do Pará isso era inferior à 1%. Dôssie ASJL, 1999 ?

²⁵ Essas informações iniciais foram repassadas oralmente por A.C.P.B.

de capacitação para os ourives do município de Itaituba, a SETEPS esboçou um plano para trabalhar com toda a cadeia produtiva da joalheria.

Para isso a SETEPS contactou o IBGM em Brasília, que indicou à secretaria a conhecer o Polo Joalheiro de Brasília para que a secretaria pudesse compreender como se estrutura e funciona o setor de gemas e jóias. Após essa visita, a SETEPS buscou parceria com a SEICOM (devido à questões minerais) e o SEBRAE-Pa (por sua *expertise* junto ao empreendedorismo), pois tais instituições seriam os principais suportes para o planejamento e expansão das ações governamentais para todo o estado Pará com a criação de Polos Joalheiros no Estado do Pará.

No ano de 1998, amplas reuniões nas cidades de Belém, Itaituba e Marabá, uma vez que estas cidades tinham potencial para o desenvolvimento de pólos joalheiros. Sendo que nessas reuniões foram chamadas as mais distintas instituições que pudessem contribuir em questões relacionadas à matéria-prima, mão de obra, pesquisa e tecnologia para o setor de gemas e jóias, visando assim contribuir com a organização, fomento e desenvolvimento desse “novo” setor econômico do estado.

O intuito da realização dessas reuniões foi para ouvir as demandas de quem desenvolvia atividades no setor joalheiro. E assim foram formados Grupos de Trabalho, com Planos e Ações para as atividades a serem desenvolvidas no decorrer dos próximos anos.

Para que o setor de gemas e jóias pudesse integrar a cadeia produtiva do setor mineral, nesse mesmo ano, o governo do estado e a iniciativa privada iniciaram a promoção de ações para qualificar mão-de-obra. Bem como “ativar” os setores, empresarial, fiscal, tributário e de marketing. Para isso contou com a forte articulação no âmbito nacional de instituições como IBGM, COOPERGEMAS e Associação dos Joalheiros e Relojoeiros do Estado do Rio (AJORIO).

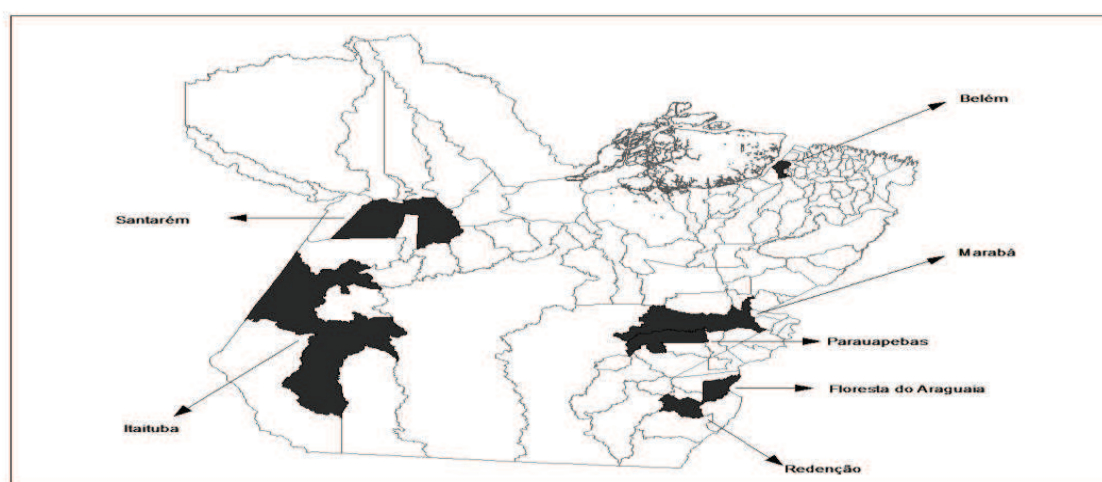
E com base nesses esforços iniciais, o governo estadual apresenta o **Programa Estadual de Desenvolvimento de Gemas e Jóias do Pará** que ficou conhecido como *Programa Polo Joalheiro do Pará* – que foi incluso no PPA 1998 - com dotação orçamentária via SETEPS e SEICOM, destinado a atender a todos os produtores de jóias do estado que se concentram na região Metropolitana de Belém e nas cidades de Marabá e Itaituba.

Devido à isso, é que ano de 1998 é considerado o marco inicial quanto ao setor joalheiro no estado do Pará. Pois as ações iniciadas no governo Almir Gabriel (1995-2002), foram de fundamental para o fortalecimento do setor de gemas e jóias no Estado do Pará. [opinião compartilhada por designers, ourives, artesãos, representantes de entidades de classe e demais profissionais da cadeia produtiva de gemas e jóias], pois é nesse período de governo,

que se tem pela primeira vez à atuação[concreta] do estado em prol do fomento e desenvolvimento de um setor da economia mineral do estado formado por produtores informais.

No ano seguinte, em 1999, foi iniciada a implantação do Polo Joalheiro do Estado do Pará que envolveu as cidades de Belém, Itaituba e Marabá. E sendo posteriormente incluída a cidade de Floresta do Araguaia, pois a mesma também dispunha de recursos minerais como gemas e seria outra importante cidade na região sudeste do estado para ter ações do governo estadual.

Figura 3 - Cidades Paraense com Movimentos Joalheiros.²⁶



Fonte: Elaboração Geógrafa Karen Nogueira.

E ainda em 1999, foi criado um conceito de produto, ou seja, produzir uma jóia paraense: o que ficou conhecido com *Jóias do Pará*. Uma jóia que possui uma identidade local e cultural, um produto que pudesse agregar a biodiversidade local como sementes, cascas de frutas, cerâmica entre outros componentes que pudessem agregar valor as jóias.

Para isso emerge a criação de uma “Escola de Joalheria do Pará” juntamente com a concepção do Polo Joalheiro no estado, voltada para a valorização da jóia artesanal e da cultura da Amazônia, sendo que essa característica marcou, uma das diretrizes dessa política pública.

²⁶ O referido mapa mostra as cidades que foram mapeadas pelo governo estadual por possuírem atividades joalheiras. Sendo a cidade de Santarém mapeada pelo governo federal.

Figura 4 Logomarca Jóias do Pará Amazônia Brasil.



Logomarca: Jóias do Pará Amazônia Brasil.

É um Muiraquitã de ouro, que se tornou o símbolo do Programa Polo Joalheiro do Pará.

Foi confeccionada pelo Arquiteto Erivaldo Araújo Jr.

Ano de 1999.

É nesse sentido, o setor de gemas e jóias foi visto como uma das possíveis alternativas de diversidade produtiva da mineração nas cidades onde houvesse movimentos joalheiros. Podendo também contribuir na promoção de desenvolvimento regional através da criação de emprego e renda nos locais onde desenvolvem suas atividades, embora possua baixa tecnologia capacidade de organização produtiva e de comercialização, além da dificuldade de aquisição de matérias-primas oriundas de fontes locais. (CHAVES, 2012; 2014)

Todavia o setor de gemas e jóias que se desenvolve no estado do Pará é reflexo das atividades minerais que se desenvolvem no estado, e que vem historicamente se organizando sob a influência direta da atividade garimpeira do ouro. Sendo que este setor está especialmente localizado, nas regiões do Tapajós, sul do Pará e na capital Belém. E nos últimos anos apresenta sua estrutura produtiva organizada em torno das ações destinadas pelo governo do estado do Pará.

Pinto (2012)²⁷ contribui ao observar o histórico e o comportamento do setor na cidade de Belém.

Até 1997, não se ouvia falar nem tão pouco havia registro expressivo sobre a existência de um Setor Joalheiro estruturado, porém, ao caminharmos pelas ruas de Belém, nesse período em especial, no Centro Comercial de Belém, observávamos alguns pontos comerciais intitulados popularmente de “portinhas”, onde se lia “conserto e solda de jóias”, mais escassamente em alguns pontos eram confeccionadas alianças e ainda mais raramente anel de grau. (PINTO, 2012, p.29)

²⁷ Rosangela Gouveia Pinto é professora e pesquisadora da Universidade do Estado do Pará, tendo como seu principal foco de estudo o design de jóias. Sendo referenciada nos estudos sobre design e produção na joalheria paraense além da expressiva contribuição na elaboração de cursos de capacitação na área de design e produção de jóias para o Espaço São José Liberto.

Com a necessidade de saber em que situação se encontrava o setor joalheiro no estado do Pará, foi realizado também em 1999, um diagnóstico de preliminar do setor no qual foram coletados dados através de questionários desenvolvidos pelos técnicos do SEBRAE/SETEPS/SEICOM. A pesquisa se desenvolveu com 85 unidades produtivas, sendo 52 em Belém, 9 em Marabá e 24 Itaituba.

No qual se elevaram as seguintes características: i) 85 eram oficinas de ourivesaria e 18 tinham joalheria; ii) empregavam um total de 197 pessoas nas unidades produtivas; iii) índice de informalidade em torno de 96%; iv) a tecnologia era defasada em 77, 38% , isso ligado a questão de qualidade e produtividade; v) falta de capital de giro em 90,59%; vi) falhas nas linhas de crédito para investimentos com 90,48%; vii) tributação excessiva para 40% das unidades produtivas.

Apesar dessa riqueza, o setor joalheiro paraense era, até 1997, um dos menos expressivos, com baixa produção, caracterizada por métodos ultrapassados, ambientes de trabalho com sérios riscos à saúde dos ourives e seus ajudantes, informalidade, equipamentos defasados, peças sem nenhum diferencial, já que utilizavam cópias dos modelos desenvolvidos por outras escolas de ourivesaria e as próprias idéias dadas por seus clientes. Faltava capacitação técnica e de comercialização, os ourives não possuíam capacitação formal e o conhecimento era transmitido de forma empírica. (SEBRAE, 2004, p.1)

Esta colocação também complementa o fato, de os governos estaduais proferem o discurso que o setor joalheiro na região metropolitana de Belém foi um setor produtivo “criado” pelo governo estadual, pois até o início da década de 1990 inexistiam informações sobre o setor.

Como complemento as ações para o setor de gemas e jóias, no ano 2002, foi realizado o estudo denominado *Diagnóstico do Setor Joalheiro do Estado do Pará: Belém, Ananindeua e Marituba*, realizado pela SECTAM, que procurou examinar a situação em que se encontravam os produtores de gemas e jóias, conhecer os processos produtivos, recursos humanos, as instituições de apoio e o destino da produção e outros aspectos.

Foi constatado nesse diagnóstico que 75% das empresas eram informais e quando relacionado ao seu tempo de existência tinham, à época, em média 15 anos de atuação e de caráter familiar em 82,76 %. Compravam ouro, prata e paládio no município de Belém e as gemas na região sudeste do Brasil – tendo um consumo médio/mensal de metal de 4.5 kg.

Outras informações levantadas mostravam a dificuldade de obter matéria-prima de forma legal e que a jóias eram vendidas conforme o seu peso (sem levar em conta o trabalho empregado). O mercado consumidor era 98% de cliente final, com baixíssimo processo de divulgação. Tinham interesse em cursos na área de design, cravação e estamparia - sendo que

dos cursos oferecidos pela SETEPS, SEBRAE, SENAI E CEFET-PA apenas 17,2% participaram de tais cursos de capacitação.

Fotografia 1 – Cursos de Capacitação



Fonte: Mensagem do Governo, 2000.

No ano de 2001, foi iniciada a adaptação para instalar a sede física do Polo Joalheiro do Estado do Pará, (no desalojado presídio São José), que se tornou Espaço São José Liberto (ESJL), que foi inaugurado em 11 de outubro de 2002 durante o segundo mandato do ex-governador Almir Gabriel.

E em novembro de 2001, na cidade de Belém, há o lançamento da Primeira Coleção de Jóias paraense como produto concreto desse setor, o que deu visibilidade aos produtores de jóias e marcou a trajetória da produção joalheira do Pará²⁸.

O estabelecimento do **Polo Joalheiro no Espaço São José Liberto** na cidade de Belém, passou a ser o espaço de referência para comercialização e pesquisa, consolidando a visibilidade desse programa como uma política pública estadual voltada para o beneficiamento da produção aurífera e das gemas dentro do próprio estado.

Sendo que o ESJL foi concebido como um plano de utilização no qual cotinha: Museu de Gemas e Metais Preciosos do Estado do Pará; Laboratório Gemológico; Núcleo de Informações; Oficinas de Produção; Central de Comercialização.

²⁸ A primeira Coleção de Jóias do Pará, contou com a participação de designer do Rio de Janeiro (Irina Aragão) e de profissionais que atuavam na área de desenho, arquitetura, artes plásticas para comporem os modelos a serem apresentados como o produto das ações iniciais desenvolvidas pelo governo estadual.



Espaço São José Liberto, comporta o Polo Joalheiro do Pará, Casa do Artesão além de ser um complexo turístico da cidade de Belém.

Fotografia 2 - Espaço São José Liberto.



Fonte: IGAMA (2013)

Quanto ao Espaço São José Liberto se faz necessário algumas informações peculiares quanto a estrutura e organização do mesmo: [mais detalhes ver anexo A]

1) O Espaço São José Liberto é o local que abriga o Polo Joalheiro de Belém. Sendo alocado neste lugar por uma estratégia de planejamento urbanístico, desenvolvido pelo governo estadual durante os anos de 1999-2005 (nos governos PSDB), no qual tinham como finalidade utilizar espaços históricos e naturais da cidade de Belém com ênfase no turismo e comércio.

Tendo em sua estrutura física atual um conjunto de 5 espaços para lojas – 1 Ilha de Ourivesaria - 1 de Lapidação e Escola Rahma. Sendo que esses espaços são divididos entre os microempresários, ou seja, em cada loja há de duas à três microempresas locadas. A ilha de lapidação hoje esta locada para uma MEI e a Ilha de Ourivesaria comporta 2 microempresas e 1 MEI. E a Casa do Artesão que comercializa artesanato de produtores regionais.

2) O IBGM (2005) comenta que o mesmo é considerado um marco na joalheria paraense e um exemplo pioneiro para a joalheria brasileira por ter sido um dos locais que

conseguiu agregar em um mesmo espaço história, cultura, arte e o comércio de jóias e artesanato local.

3) Possui uma escola de formação profissional na área da ourivesaria, joalheria básica e avançada e cravação: *Escola de Joalheira Rahma*²⁹ que esta localizada no mezanino do ESJL.

Essa escola existe desde instalação do Polo Joalheiro no ESJL, sendo uma das principais formadoras de mão de obra para o setor joalheiro. Um aspecto relevante a ser destacado é o fato de que esta escola é resultado da iniciativa privada que procurou investir em formação profissional. No qual um produtor, ligado ao São José Liberto, obteve financiamento no Banco do Brasil e estruturou a escola a fim de que a mesma pudesse contribuir com a formação de mão-de-obra capacitada, na descoberta de talentos e na geração de novos empreendedores para atuarem em oficinas de ourivesaria, ou como empreendedores/microempresários.

A Escola Rahma atende a todo o tipo de pessoa interessada em aprender o ofício da ourivesaria. Sendo que esta escola possui o apoio institucional das ações governamentais e da OS que atuam[e atuaram] junto ao setor. Não possui o repasse de recursos via governo estadual uma vez que é uma escola privada – porém oferece cursos para a qualificação profissional via convênio com a OS e outras instituições privadas e públicas.

Todavia a mesma apresenta uma baixa divulgação quanto as suas atividades, o que gera o desconhecimento no âmbito local quanto a sua finalidade e também a entrada de novas profissionais para o setor.

4) A Loja UNA – é uma loja localizada no ESJL na qual comercializa-se jóias de vários produtores que estão cadastrados junto ao “programa”. Essa loja é uma “vitrine” de oportunidade comercial para pequenos produtores, design e até mesmo microempresas de comercializam seus produtos no ESJL. As jóias colocadas a venda na Loja UNA são avaliadas quanto a seus aspectos físicos e gemológicos, e ficam em regime de consignação, sendo 25% do valor da peça retido para a OS.

5) A denominação dada aos integrantes da cadeia produtiva é de **produtores**. (ALMEIDA, 2010). O IGAMA coloca segundo seus registros, conforme à área de atuação da

²⁹ Informações apresentadas foram obtidas através do IBGM (2005), página da rede social Facebook/Rahma Joalheria e entrevista com o proprietário da Escola Rahma – Ramirez Garcia. Ver roteiro de entrevista em apêndice.

seguinte forma: ourives/produtor; design/produtor; design; ourivesaria – sendo que isto pode estar ligado a um produtor que pode ser um design MEI, como uma Micro Empresa.

5) No ano de 2004 foi criada a Pará Expojóia Amazônia Design, única feira na região norte de produção joalheira - uma promoção Governo do Estado do Pará e apoiado pelo IBGM e SEBRAE-Pa. Tal evento permitiu que o Programa oferecesse ao mercado uma jóia com identidade própria, de beleza e qualidade reconhecidas. Sendo período do evento realizados cursos, workshops e palestras sobre as tendências atuais da joalheria. Além dos produtores, utilizarem os catálogos criados pelas OS e o SEBRAE-Pa como um novo instrumento de comercialização e propaganda de seus produtos.

6) No ano de 2014, o ESJL passou a integrar o roteiro turístico oficial da Paratur, como um dos pontos turísticos a serem visitados na cidade de Belém. Contando com informações no site da instituição.

Chagas (2012) comenta que depois da criação do Polo Joalheiro houve a necessidade de “mudar as jóias”, que até então eram apenas réplicas de jóias de revistas produzidas pelos ourives locais. Foi necessário a criação de um produto novo que tivesse uma identidade joalheira local – e para isso foi promovido oficinas de criação de jóias para que pudesse haver concepção de uma “jóia paraense” que pudesse ser reconhecida tanto a nível local como nacional.

Uma das alternativas para tal foi a utilização do imaginário amazônico a fim de proporcionar e estimular o senso estético e descrever através das jóias os elementos presentes na realidade amazônica.

Pinto (2012) traz a caracterização da jóia local como Jóia Artesanal, ou a chamada jóia feita à mão, no qual se agregam gemas naturais ou sintéticas e ainda agregam-se sementes, palhas, fibras, madeira, cerâmica.

A inserção de temáticas regionais na jóia enquanto produto produzido de forma artesanal ou semi-industrial, consolidou-se no Estado do Pará, pois já se conta com uma produção joalheira considerável, incentivada por projetos de qualificação e eventos como feiras e exposições. (PINTO, 2012, p. 40)

Anteriormente à implementação do Pólo Joalheiro, também não havia um “desenho organizacional” definido quanto as funções dos joalheiros, a inexistência da conscientização sobre a importância do design – isso porque os papéis de cada uma dentro do seu negócio era indefinido: pois o joalheiro era ao mesmo tempo lojista, ourives, designer, vitrinista, designer gráfico e contador - o que demonstra o quanto a cadeia produtiva do setor era desestruturada.

O principal desafio foi estabelecer um padrão de qualidade entre as unidades produtivas, compatíveis com as exigências do mercado e de forma diferenciada. Os produtores de jóias não iriam se restringir a produzir quaisquer jóias ou a reproduzir o *design* de outras escolas de ourivesaria, mas criar peças com identidade regional, baseadas nas referências culturais amazônicas e associando aos metais preciosos materiais orgânicos, como sementes. Com isso, seria possível criar uma marca própria, apoiada na cadeia produtiva local integrada, composta por ourives, lapidários, *designers* e artesãos. Para isso, uma das prioridades do plano foi promover a qualificação técnica e de comercialização, envolvendo cem pessoas. (SEBRAE, 2004, p. 5)

É perceptível que desde a criação desse programa, houve uma elevação quantitativa e qualitativa dos produtos e serviços oferecidos pela cadeia produtiva da joalheria, fruto de todo um esforço coletivo dos atores que desempenharam papel essencial na área da joalheria. O intuito foi acompanhar a indústria joalheira nacional nos aspectos relacionados às inovações tecnológicas e organizacionais favorecendo uma inserção no mercado nacional e global de maneira competitiva. (PARÁ, 2002).

Ainda Chaves (2011, 2012) observa que o Programa Estadual de Desenvolvimento do Setor de Gemas e Jóias do Pará e até mesmo as ações que atualmente são destinadas pelo governo do estado ao setor joalheiro paraense, são consideradas uma **peculiaridade** no que se refere ao setor de gemas e jóias no Brasil. Pois o estado do Pará é o único no país, que possui uma política pública destinada a verticalizar, transformar, beneficiar a produção mineral isso a fim de organizar, capacitar, formalizar os produtores além de fortalecer a cadeia produtiva do setor joalheiro paraense, atender as [todas] demandas da joalheria paraense além fomentar a comercialização através da isenção de tributos.

Mas a expansão do Pólo Joalheiro vai além da sua abrangência territorial, o que significa atender a um número maior de paraenses, seja qualificando quem já está na atividade, seja dando oportunidade para outras pessoas obterem um emprego ou uma fonte de renda. (SEBRAE/PA, 2004, não paginado).

Desde a implementação do Polo Joalheiro no ESJL, o governo estadual, adotou a gestão da política pública via Organização Social³⁰, visando assim a comercialização, flexibilidade e dinamismo as ações a serem desenvolvidas.

Assim no ano de 2002, a gestão das ações do Programa foram transferidas à Associação São José Liberto (ASJL), entidade especialmente criada com o objetivo de potencializar o desenvolvimento do Polo Joalheiro em Belém. Para tal atribuição a ASJL

³⁰ A adoção por parte do governo estadual em “delegar” a gestão programas governamentais para as OS esta ligado ao fato do estado não poder comercializar, conforme disposto na CF/88. Logo o objetivo das OS é o de fomentar comercialmente esses espaços públicos, bem como promover ações mercadológicas, melhorias nas infra-estruturais nos espaços onde desenvolvem atividades. E que através do contrato de gestão há a garantia de recursos para suas atividades sem dependerem de dotação orçamentária anual.

recebeu do Governador do Estado a qualificação de Organização Social (OS), o que lhe permitiu acesso aos recursos públicos destinados a tal ação.

Para execução das atividades previstas foi elaborado um Contrato de Gestão, cuja responsabilidade pelo acompanhamento e fiscalização ficou a cargo da SEICOM. Tendo esse contrato de gestão o objetivo fomentar a organização e integração de ourives, lapidários, produtores de embalagens de jóias e produtores de artesanato.

E em 2007, ocorreu a mudança na administração do ESJL passando da ASJL para o Instituto de Gemas e Joias da Amazônia (IGAMA). Este instituto tem/tinha por objetivo qualificar o setor joalheiro, promovendo cursos de capacitação e palestras para ourives e designers do programa. Portanto, dando continuidade às ações já realizadas pela antiga ASJL e promovendo novas ações como consultorias em design, comunicação visual, vitrines, embalagens e gestão empresarial.

Em abril de 2012, a partir de certame público, o IGAMA ganhou novamente a concorrência para administrar o ESJL pelo período de dois anos, a contar da data de assinatura do novo Contrato de Gestão ocorrida em 10 de maio de 2012.³¹

O IGAMA³² é uma OS, que está qualificada pelo governo do estado do Pará, que desde maio de 2007 é responsável pela manutenção e gerenciamento do Espaço São José Liberto - Polo Joalheiro.

A OS apresenta as seguintes diretrizes e ações a serem desenvolvidas (IGAMA,2011):

- A) Fomentar a organização e apoiar processos de produção e gestão das unidades produtivas e seus respectivos empreendedores/segmentos da cadeia produtiva de gemas e metais;
- B) Potencializar iniciativas de fomento a comercialização como feiras, lançamento de coleções, exposições de jóias, design e artesanato;
- C) Desenvolver um processo de gestão democrática em conjunto com os segmentos produtivos e instituições envolvidas no Programa;
- D) Fomentar a realização de ações integradas às áreas de turismo, cultura, eventos, design, artesanato, ciência e tecnologia, geração de trabalho e renda, economia em conjunto com o primeiro, o segundo e o terceiro setor, possibilitando o funcionamento articulado do Espaço São José Liberto e sua visibilidade.

³¹ Informações dos relatórios de avaliação da SEICOM anos de 2012/2013. Ver mais detalhes sobre esse processo no subtítulo 5.3.

³² Informações obtidas no site do IGAMA. Disponível em< <http://espacosaojoseliberto.blogspot.com.br>>

Todavia cabe deixar registrado alguns esclarecimentos quanto a atuação do IGAMA e o Espaço São José Liberto:

- 1) O IGAMA além de promover ações para o setor de gemas e jóias, também é responsável pelo fomento de ações para a comercialização de produtos artesanais produzidos de forma sustentável;
- 2) Promover eventos que fomentem o segmento de moda e design.
- 3) Manter o Espaço São José Liberto como um dos pontos turísticos da cidade de Belém, dispondo de visitas técnicas e de pesquisa.

Em continuidade das ações do governo estadual, entra em pauta a questão tributária. Pois as jóias como produto supérfluo tinha tributação de 25% no ICMS. Assim como forma de fomento, através um acordo setorial, o governo estadual no ano de 2002 elaborou dois Decretos Leis³³ que incidem diretamente no setor de gemas e jóias:

1) Decreto Lei N° 5375/02 – que institui o tratamento tributário aplicável ao segmento industrial joalheiro, relativo ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS).

Os artigos desse decreto estadual tratam do diferimento³⁴ do ICMS, quanto a aquisição de matéria prima, incidente nas saídas internas destinadas à indústria joalheira e ao artesanato mineral, que promovam o processo industrial no estado. Tais como: I) Materiais gemológicos naturais, sintéticos e artificiais; II) Metais Nobres [ouro, prata e platina]; III) Materiais utilizados como ligas; IV) Demais insumos produzidos neste Estado.

Sendo que esta lei infere que tal tratamento diferenciado de tributação desde a compra de materiais primas e industrialização que sejam operacionalizadas no próprio estado para inscritos em forma de associação ou cooperativa. Assim como a isenção de ICMS, para as

³³ A legislação paraense apresenta desde 1988 alguns decretos leis que tratam da isenção de ICMS para o fomento de setores produtivos no estado. Todavia após o ano 2000 há o crescimento de incentivos fiscais para setores compostos de MPMEs e que precisavam de dinamização econômica no estado. Todavia, a SEFA e a SEICOM não apresentam informações e dados sistematizados sobre os impactos de tal isenção para o setor joalheiro no estado. Sendo ambos decretos leis para poderem ser utilizados, pelos joalheiros, necessitam de inscrição junto ao Fisco Estadual.

³⁴ O diferimento do ICMS ocorre quando o lançamento e/ou pagamento do imposto incidente sobre determinada operação ou prestação e que são transferidos para uma etapa posterior de comercialização, industrialização, prestação, uso ou consumo. O lançamento diferido é efetuado no momento em que se realiza a operação ou prestação subsequente, com as respectivas mercadorias ou serviços. O pagamento diferido, deve ser recolhido na mesma data prevista para o pagamento normal do imposto e pelo estabelecimento que encerrou a fase do diferimento.

saídas internas de artefatos da produção joalheria, bem como a importação de insumos que não sejam produzidos no estado, maquinários e equipamentos para a indústria joalheira.

2) **Decreto Lei N.º 5.497/02** – baseado na política de verticalização mineral com o objetivo de agregação de valores, geração de empregos diretos e indiretos. No qual reduz o ICMS para 12% as saídas internas da produção joalheira. Sendo esse decreto lei também opcional, e só podendo ser utilizado por empresas inscritas junto a SEFA.

A assinatura dos Decretos no 5.375, de 11 de julho de 2002, e no 5.497, de 12 de setembro de 2002, pelo governo do Estado, representou mais uma vitória: com o primeiro decreto, a tributação cobrada sobre a circulação de mercadorias e serviços sobre a atividade joalheira, que era de 25% (ICMS), uma das mais altas do Brasil, com a medida passou a ter isenção total (de ICMS) para todas as fases da cadeia produtiva nas operações internas e 5% para as operações interestaduais; já a assinatura do segundo decreto baixou o ICMS de 17% para 12% para a comercialização de jóias no Estado.

As mudanças na tributação estimularam a formalização de grande número de empresas que atuavam na informalidade. (SEBRAE, 2004, p. 10).

Sendo tais decretos considerados pioneiros no país, no que tange ao fomento do setor. Esta constatação é dada quando se observa, junto ao IBGM, que o estado do Pará foi um dos primeiros estados brasileiros a atender para a necessidade de isenção tributária para o setor joalheiro com a finalidade de seu crescimento e desenvolvimento.

Cabe ressaltar que tais decretos foram resultados das demandas iniciais para a formação do Polo Joalheiro, mas só foi em 2002 que os mesmos foram implementados como uma das ações que prol da competitividade do setor. Todavia esse benefício fiscal é desconhecido pelos participantes do programa e ainda carece de explicações quanto à seus abatimentos junto a SEFA-Pa.

Outro ponto de destaque, que esta relacionado aos diagnósticos elaborados pelo governo estadual, se refere a questão do crédito para o setor, que foi um dos pleitos realizados pelo integrantes do setor de gemas e jóias junto à instituições financeiras e o governo estadual.

Sendo essa uma das ações que fracassaram quanto ao desenvolvimento da política estadual. Chaves (2011) comenta que os bancos públicos (BANCO DA AMAZÔNIA, BANPARÀ, CAIXA, BANCO DO BRASIL, BNDES) não dispunham de linha de crédito para o setor até então, e que mesmo com as reuniões no ano de 2001 e outros demandas ao sistema financeiro, isso não foi possível observar a formação de uma linha de crédito específica para o setor. E que atualmente contam apenas recursos girando no máximo em

torno de R\$ 5.000.00 para MPMES de forma generalista – esse valor não consegue suprir as demandas para a aquisição de maquinário e inserção de novas tecnologias para o setor.

Partindo para as características dos integrantes do setor, o SEBRAE/Pa (2004) e o Instituto Acertar (2004) apontaram que o número de beneficiados superou a marca de 300 pessoas, entre ourives, lapidários, artesãos, *designers* e produtores de embalagens, envolvendo toda a cadeia produtiva, só em Belém, sendo 930 pessoas envolvidas na atividade, incluindo as demais cidades como Parauapebas, Floresta do Araguaia e Abaetetuba.

E nos anos seguintes também é perceptível o crescimento no número de beneficiados, a inserção de novos integrantes na cadeia produtiva, isso em virtude do crescimento no número de cursos e oficinas técnicas, mercadológicas e organizacionais o que acarretou na melhor organização dos processos produtivos, gestão: organizacional, mercadológica e financeira, ações essas consideradas um passo importante para o desenvolvimento para o setor.

Ademais também há de ressaltar a articulação com parcerias público/privadas com: SENAI/PA e o SEBRAE/PA, responsáveis respectivamente pela capacitação no âmbito produtivo, gestão e formação empreendedora.

Merecendo destaque o SEBRAE-Pa que atuou junto desde o início das ações estaduais para a organização, estruturação e desenvolvimento das ações de 1998 até 2006 com ações pontuais. Contudo no ano de 2007, com o desenvolvimento do Projeto de Gemas e Jóias no âmbito nacional, o SEBRAE-PA passa a atuar como parceiro do Programa Estadual de Gemas e Metais Preciosos do Pará. O que garantiu o financiamento contínuo de capacitação e acesso ao mercado por meio de cooperação técnica e executiva.

Em 2007 com base no Projeto Nacional de Gemas e Jóias, desenvolve em Belém o projeto setorial: PROJETO GEMAS E JÓIAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM,

Sua atuação estava balizada no tripé: Gestão – Mercado - Tecnologia e Inovação – sendo essas ações desenvolvidas no período de 3 anos. Tendo como diretrizes nacionais: 1º ano: Associativismo; 2º ano: Tecnologia e Mercado; 3º ano: Mercado (adequar-se para participar de feiras e eventos relacionados ao setor.)

Para operacionalizar este projeto, o SEBRAE-Pa precisou realizar um Diagnóstico Participativo Setorial, Tendo como base de operação: Gestão Estratégica Orientada para Resultados (GEOR), no qual traz em seu bojo de trabalho a análise de Matriz SWOT³⁵ como

³⁵ O SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*) é uma técnica de análise foi elaborada pelo norte-americano Albert Humphrey, durante o desenvolvimento de um projeto de pesquisa na Universidade de Stanford entre as décadas de 1960 e 1970. E tem sido difundido e empregado em diversas organizações como uma

uma das formas de operacionalizar tal projeto. Cabe ressaltar que esse projeto setorial restringiu-se a região metropolitana de Belém e foi desenvolvido entre os anos de 2008/2011.

Esse diagnóstico realizado pelo SEBRAE-Pa contou com a participação de 24 pessoas [proprietários de microempresas] que atuam no setor joalheiro em Belém, sendo esse documento de pesquisa o mais atualizado e abrangente realizado. Pois muitas informações e dados apresentados pelo setor datam do início de 2000.

Com base nesse diagnóstico emergem duas observações: 1) o setor joalheiro em Belém passou por um lento processo de evolução quanto a ganhos financeiros e produtivos; 2) há a recorrência de problemas como: falta de crédito, tecnologia, mão de obra qualificada.

E para que o setor de gemas e jóias possa despontar como um setor produtivo dinâmico, o SEBRAE-Pa aponta a necessidade de profissionalismo, pois foi detectado muito amadorismo na condução dos empreendimentos. Além de ser importante estimular as práticas de cooperação, para superar o individualismo, favorecendo a obtenção de conquistas para o setor.

Quadro 8 – Análise SWOT do SEBRAE para o Setor de Gemas e Jóias.

Análise do Ambiente Interno	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
Design Prazos Equipe de produção Banco de Dados de Clientes Diversidade de Produtos Espaço de Referência para Comercialização Profissionais Competentes Qualidade dos Produtos	Organização Social Escassez de Mão-de-Obra Qualificada Organização Administrativa e Operacional Recursos Financeiros Cadastro de Fornecedores Divulgação Insumos de Baixa Qualidade Fluxo de Clientes
Análise do Ambiente Externo	
Oportunidades	Ameaças
Linhas de Crédito Parcerias Institucionais Espaço Físico: São José Liberto Participação em Feiras e Eventos Calendários de Eventos Política de Exportação Política Pública para o Setor	Acesso a Tecnologias (máquinas e equipamentos) Impostos (fornecedores) Burocracia Concorrência Preço Guias de Turismo (comissões)

Fonte: SEBRAE-PA (2008)

alternativa nas análises ambientais das organizações [interno e externo], na busca de um melhor posicionamento estratégico e na melhoria dos processos produtivos e financeiros.

A partir de 2012 o SEBRAE-PA não possui nenhuma ação ou projeto específico para o setor joalheiro em Belém, pois segundo a instituição o projeto encerrou o seu ciclo, e houveram outras demandas [prioritárias] para a instituição, que participa de ações apenas quando solicitada.

Outra instituição de destaque é a Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA), em especial quanto sua atuação na formação do Consórcio Jóias do Pará e na a viabilização das exportações de jóias.

A FIEPA esteve no *hall* de instituições que se envolveram nas ações iniciais em prol do desenvolvimento do setor joalheiro, pois tinha o foco em promover a exportação das jóias paraenses, mas se distanciou do setor nos anos seguintes.

Porém no ano de 2010, foi acionada pelo SEBRAE-Pa para contribuir com um novo dinamismo para o setor, e assim desenvolveu cursos de capacitação empresarial e de exportação o que proporcionou acesso às informações e aos conhecimentos adicionais às empresas.

Estes conhecimentos foram sendo incorporados ao longo de mais de 1 ano de cursos, e num primeiro momento trouxe o desligamento de algumas microempresa, o que a FIEPA traduz em aprendizado – e com o passar dos meses as competências foram sendo adquiridas, e após as cada exportação e participação em feiras internacionais, tem levado o grupo a obter eficiência.

Outra questão que merece destaque quanto ao histórico do setor, esta ligada à exportação das jóias – que embora seja uma atividade presente em diversas localidades produtoras em todo país, os joalheiros em Belém não acompanhavam a mesma lógica.

No caso do setor joalheiro de Belém exportações passaram ser realizadas após o ano de 2004, com demandas restritas. Mas não foi perceptível nenhuma ação por parte dos joalheiros e nem das OS para a prática da exportação das jóias. As mesmas ocorriam de forma esporádica para países com Estados Unidos, Espanha e Portugal. (CHAVES, 2011).

E as parcerias, com as Instituições de ensino superior como a Universidade do Estado do Pará (UEPA), Instituto de Ensino Superior da Amazônia (IESAM) e Faculdade de Estudos Avançados do Pará (FEAPA), Universidade da Amazônia (UNAMA) e Faculdade do Pará (FAP) através de seus cursos de design, moda, e os da área da computação, são apontados pelo IGAMA como uma importante fonte de qualificação técnica para o setor joalheiro.

Com destaque ao curso de design. Pois a qualificação em cursos superiores também se faz presente por meio do estudo de *design* de jóias tendo como referência a Universidade do Estado do Pará.

No que tange a comercialização das jóias no Espaço São José Liberto, todas as peças a serem comercializadas, passarão por um “controle de qualidade”. No qual as jóias, deverão ser devidamente experimentadas e que não causem riscos aos consumidores, assim como uma avaliação no laboratório gemológico para autenticar a natureza das gemas e a pureza do metal.

Ainda quanto aos procedimentos de avaliação, comercialização e exposição das jóias o regulamento do IGAMA, deixa claro, que as jóias precisam serão vendidas como Jóias do Pará.

E que a caracterização do produto Jóias do Pará será considerada baseada nos seguintes elementos:

- a) Design: design regional, sendo 70% local e 30% universal. A produção deverá ser 100% local e artesanal.
- b) Produção: a jóia deverá ser produzida no estado do Pará, com a valorização da mão de obra local.
- c) Qualidade: esta ligado ao design inovador, acabamento, cravação, uso de metais como ouro e prata, uso de material auto-sustentável que promovam a inovação tecnológica na joalheria.

E para a comercialização nos do Espaço São José Liberto e na loja UNA, são apenas comercializadas gemas naturais, sendo vedado o uso de gemas sintéticas, exceto se for por encomenda e que o cliente tenha ciência de que esta adquirindo uma peça sintética. Além da necessidade de informações e certificação das jóias e gemas comercializadas – seja gema mineral ou orgânica – no qual será necessário informar os cuidados sobre a manutenção das peças.

A forma de inserção³⁶ nas ações destinadas aos joalheiros, ocorre através do contato com o IGAMA solicitando sua participação nas ações desenvolvidas por este e pelas instituições parceiras. Após isso é realizada uma visita na unidade produtiva, a fim de verificar atendimento aos requisitos determinados pelo IGAMA, podendo o mesmo ser podendo ser pessoa física ou jurídica.

Para tal é necessário que o produto apresente características como: a) Precisar ter sua unidade produtiva no estado do Pará; b) Ênfase no design regional – agregação de signos e

³⁶ Essas informações foram repassadas em entrevista com a diretoria do IGAMA. Todavia no decorrer da pesquisa documental foi encontrado junto ao TCE/PA no Regulamento do Instituto de Gemas e Jóias da Amazônia (2007) que forneceu melhores esclarecimentos quanto aos procedimentos adotados para inserção de novos integrantes nas políticas públicas.

ícones amazônicos; c) Atender a critérios de qualidade: design inovador, acabamento, cravação, uso de material alternativo, materiais sustentáveis, polimento e limpeza.

Ainda quanto a forma de inserção é necessário explicar que após inseridos nas ações governamentais não há período de permanência definido, podendo usufruir das ações até quando a for possível. Pois até hoje nenhum participante foi excluído das ações.

E quanto as características do processo produtivo da joalheria, a montagem das jóias, é um procedimento que não é realizado apenas por uma só pessoa. Sendo os processos de cravação, lapidação ou a aplicação da *incrustação paraense*³⁷ na maioria das vezes é realizada por terceiros – o que agiliza a produção e reduz o custo total de produção da jóia.

É nítido que esta ocorrendo um processo de transição onde a de pequena escala (10 peças) para larga escala (acima de 100 peças), no entanto, não deixando de ser confeccionada a mão. (ACERTAR, 2004).

A jóia paraense nasceu com o objetivo de ser executada dentro de um processo industrial que, portanto, necessita de um aparato tecnológico, mão de obra qualificada, estrutura física, apoio financeiro e facilidade na aquisição de matéria prima, que em comparação com outros locais do mundo como a Itália, ou mesmo São Paulo [...]

[...] podemos caracterizar a joia paraense como um objeto que nasceu nas mãos de artesãos, portanto objeto da artesanaria, com um forte conteúdo estético voltado a temática regional local, com aspiração de chegar a um objeto industrial sem, no entanto perder suas características originais. (PINTO, 2012, p. 19-20).

Quanto ao tipo de metal utilizado, a liga mais utilizada entre os produtores é a de ouro amarelo com 57% e em seguida a liga de prata com 36%. E as peças mais produzidas são³⁸: anel, pendente e o brinco. (ACERTAR, 2004). Todavia observa-se [atualmente] que são comercializadas no ESJL maior quantidade de produtos de prata – Ag 950 (Prata de Lei – composta de 95% de prata e 5% de outros metais) isso deve ao alto valor do ouro, o que acarreta também no alto valor de venda, logo a prata e de fácil comercialização e também de aceitação ao consumidor local.

Embora também possa ser observado a fabricação e comercialização de biojóias, ou a utilização de materiais vegetais com os metais. Quanto a isso vale destacar que mesmo o produto possua mais elementos orgânicos, ele pode ser considerado uma jóia em virtude da aplicação de metais preciosos nos fechos do adorno. (CHAVES, 2011; ABRAHIM, 2007; CHAGAS, 2009).

³⁷ A incrustação paraense é uma técnica para adornar jóias com características da cultura paraense. Sendo o processo de incrustação pode fazer com que uma peça fique bem valiosa. Mais detalhes sobre a incrustação paraense ver Abrahim (2007).

³⁸ Informações Acertar, 2004. Não apresenta-se mais informações sobre o perfil produtivo do setor.

E nas pesquisas realizadas por Chagas (2009) e Henrique (2010), as *designer* apontam outros aspectos produção joalheira em Belém: *i*) lenta de transição de artesanal para semi-industrial; *ii*) a crescente presença de design e capacitação. O crescimento, bem como a afirmação e importância do designer. Pois os ourives estão percebendo a necessidade de trabalhar em parceria com o designer.

Observa-se também uma evolução sobre os aspectos “projetos” de criações, que anteriormente eram aleatórias, sem uma preocupação com o ciclo de vida do produto entre outros fatores. Todavia ainda percebe-se que no ESJL a comercialização de projetos de joias desenvolvidos por designers ainda é em pequena quantidade.

Ademais o IBGM vem trazendo nos últimos anos, em seus relatórios, informações promissoras quanto ao setor joalheiro, pois o estado do Pará esta despontando como um novo polo de industrialização joalheiro. Embora, de fato, o Estado do Pará ainda não possua uma indústria joalheira e sua produção é predominante artesanal³⁹.

Embora haja um crescimento da atividade joalheira, a extração de ouro ainda é realizada por garimpos [atividade declinante] e a aquisição de insumos, ferramentas e equipamentos para a fabricação de jóias e lapidação também são, em sua quase totalidade, adquiridos de fornecedores da região centro sul com destaque para São Paulo e Minas Gerais. Pois no Pará ainda não existem conhecimentos tecnológicos locais suficientes que assegurem a melhoria contínua dos processos produtivos e dos produtos. (CHAVES, 2011).

Aqui cabe uma breve explicação quando a lapidação, que é a parte da cadeia produtiva mais comprometida do setor de gemas e jóias de Belém, devido a carência de profissionais e o alto custo de maquinário, sem contar na falta de interesse de novos entrantes para o setor. Todavia o processo de lapidação de gemas é um dos que mais gera empregos diretos na cadeia produtiva, pois uma oficina de lapidação pode gerar em média 20 empregos.

³⁹ A produção joalheira em Belém é caracterizada como artesanal devido a forma como a jóia é produzida. Sendo tal característica enfatizada pelo IGAMA.

Quadro 9- Principais características do Setor de Gemas e Jóias de Belém.

Grau de informalidade das empresas.	Elevado
Grau de informalidade da mão de obra.	Elevado
Dificuldade na aquisição de maquinário.	Elevado
Produção.	Artesanal e Semi-industrial
Importância para a Economia Local.	Relativa
Característica do Empreendimento.	Predominância de estabelecimento não formalizado (pessoa física)
Profissional envolvido no processo produtivo.	Predominância de Ourives
Material das Jóias.	Predominância de Ouro e Prata.
Dificuldade na Aquisição de insumos.	Sim
Forma de aquisição de matéria-prima (ouro e prata).	Na própria região de produção, comprado em gramas em período curto de aquisição.
Principais Dificuldades Comercialização e Produção.	Falta e dificuldades à linha de crédito e capital de giro; Falta de assistência técnica; Baixo nível de capitalização; Ausência de estratégias de comercialização; Falta de pesquisas.

Fonte: Costa (2004); Instituto Acertar (2004) [com adaptações]. Elaborado pela autora. (2011)

Mesmo com essas informações, se observa o crescimento no quantitativo da cadeia produtiva ordenada no setor joalheiro em Belém. Em 1999 era apenas 1 microempresa, em 2004 passou para 13 microempresas e em 2011 sua cadeia produtiva ordenada apresenta os seguintes quantitativos: 53 Ourives, 03 Lapidários, 03 Cravadores, 39 Design e 33 Microempresários. No ano de 2014, essa mesma cadeia apresenta os seguintes quantitativos 47 Microempresas, 144 ourives, 5 Lapidários, 18 Cravadores, 42 Design. (SEDECT, 2011; CHAVES, 2013, IGAMA, 2011/2014).

A política do governo do Pará para o setor mineral, na qual está inserido o Pólo Joalheiro, foi muito importante, com ações como as alterações efetuadas na legislação tributária para o setor, proporcionando às unidades produtivas a saída da clandestinidade. Em 2001, 24% das unidades produtivas que estavam no programa já haviam sido formalizadas. (SEBRAE, 2004, p. 11)

Isso remete a questão da formalização de ourives, lapidários, design que atuam junto no setor joalheiro de Belém. Se no ano de 2000 havia apenas 1 empreendimento formalizado, no ano de 2004, mais de 45% dos empreendedores já haviam se formalizado.⁴⁰

Os quantitativos se apresentam registrados junto ao IGAMA (2014)⁴¹:

⁴⁰ Essas informações podem ser encontradas no catalogo Expojóias Pará Amazônia Design ano 2004.

⁴¹ Mais detalhes ver anexo 5, com a relação de empresas conforme o registro no IGAMA.

Quadro 10 - Lojas no Espaço São José Liberto.

Micro Empreendedor Individual	08
Sociedade Empresarial Limitada	04
Consórcio de Sociedade	01
Total	13 lojas

Fonte: IGAMA, 2014. Elaborado pela Autora.

Quadro 11 - Lojas Incubadora - Loja UNA

Micro Empreendedor Individual	23
Sociedade Empresarial Limitada	03
Empresa de Responsabilidade Limitada	01
Produtor Informal	18 – sendo esses divididos em: 13 design/produtores; 4 ourivesaria; 1 lapidação.
Total	44 participantes

Fonte: IGAMA, 2014. Elaborado pela Autora.

Esses quantitativos demonstram algumas mudanças na configuração produtiva do setor, como a formação de MEI e a utilização de outras empresas do ramo da joalheria para a produção em larga escala de algumas peças. Sendo estes mapeados apenas esse ano pelo IGAMA no ano de 2014, no qual apresentam os seguintes quantitativos: 6 Ourivesaria (MEI); 1 fornecedor de prata (MEI); 1 Produtor/Design(Sociedade Empresarial).

Após 2010, se observa mudanças quanto a configuração e auto organização do setor joalheiro em Belém.

Uma delas está ligada ao crescimento da presença de design provenientes de instituições de ensino superior e de outros profissionais ligados à área da arquitetura e educação artística que também se interessam pela produção de jóias. E no tocante aos designers, os mesmos no ano de 2013 formaram uma espécie de “associação” para a comercialização e exposição de seus produtos.

Pois o Garimpo Coletivo Design, como uma configuração produtiva tem o sentido de fomentar a ação desse profissional a cadeia produtiva ordenada da joalheria e trazer para próximo do setor outros atores como marceneiros, azulejeiros, e pesquisadores de gemas naturais e aproveitamento de resíduos para serem empregados na joalheria paraense.

Box 1 – Coletivo Garimpo de Design

Criado em 2013 por doze designers de joias e acessórios de moda que fazem parte do Programa Polo Joalheiro do Pará, o Coletivo Garimpo de Designers Paraenses. Com peças exclusivas e artesanais, marcas conceituadas, alto padrão de qualidade e design contemporâneo fazem do Coletivo Garimpo um novo olhar sobre o design de joias, através da valorização da cultura local, do comprometimento social e respeito ao meio ambiente.

A primeira exposição do grupo, realizada ano passado no mesmo local, reuniu todos as marcas que integram o Coletivo: Bárbara Müller, Beta Freitas, Celeste Heitmann, Erivaldo Junior, Ivam Silva, Ivete Negrão, Lídia Abraham, Marcilene Rodrigues, Michele Eguchi, Mônica Matos, Nilma Arraes e Rosa Castro.

O Coletivo Garimpo de Designers Paraenses é um movimento de novos valores para o mercado de joias, promovendo novas oportunidades e o fomento da economia colaborativa, forma de organização econômica baseada no compartilhamento de recursos - que se apoia em dois pilares: o consumo colaborativo e a produção colaborativa. A iniciativa tem como foco a valorização do setor de joias do Pará como referência em design regional de olhar contemporâneo.

Com experiência e destaque nacional e internacional em eventos e feiras da área, os doze designers de joias e acessórios de moda que formam o grupo uniram-se com a proposta de potencializar e movimentar o setor em Belém.

Fonte: IGAMA. Disponível em www.espacosaojoseliberto.blogspot.com.br – com adaptações.

E no ano 2010, através da parceria entre SEBRAE, CIN/FIEPA, SEICOM e alguns joalheiros, o setor conta com a formação de um consórcio empresarial de exportação, denominado: *Consórcio Jóias do Pará*.

Sendo este consórcio uma das iniciativas mais promissoras tomadas pelo microempresários do setor joalheiro de Belém até então.

Pois embora o consórcio seja restrito apenas a algumas microempresas que atuam no pólo joalheiro, o mesmo vem obtendo resultados expressivos quanto a divulgação e participação em eventos e feiras nacionais e internacionais. E qual espera-se dele um incremento fomento comercial e tecnológico das jóias produzidas no estado.

Box 2 - Consórcio Empresarial Jóias do Pará.

O Consórcio de Jóias do Pará foi iniciado em novembro de 2010, através do Projeto de Internacionalização de Empresas realizado entre o SEBRAE/PA, Centro Internacional de Negócios (CIN) da Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA) em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportação e Investimentos (APEX – Brasil) e o Instituto Brasileiro de Gemas e Jóias e Metais Preciosos (IBGM).

Esse consórcio se baseou no Programa de Exportações do IBGM, que desde 1998, atua junto ao setor joalheiro em todo o país e que tem como objetivo inserir o setor joalheiro brasileiro no cenário internacional, com a exportação de jóias e artefatos de pedra.

A formação do consórcio Jóias do Pará foi estimulado devido a constatação do grande potencial do setor e da necessidade de diversificação da cadeia produtiva. O início das atividades foram selecionadas 10 microempresas, que eram as mais antigas em atuação no setor em Belém. Depois esse quantitativo reduziu para 6 microempresários, depois 3 microempresários. Mas com os bons resultados obtidos pelos 3 microempresários que permaneceram no consórcio, houve o retorno de 6 microempresários, e atualmente o consórcio é composto de 7 microempresas: Amazonita Art & Modas, Amorimendes da Amazônia, DaNatureza, Jod Joias, Joiartmiro e Ourogema.

Durante o processo de consolidação do consórcio foram demandados cursos e treinamentos voltados para a área de exportação. Ao total foram oferecidos 10 cursos, como: Despacho aduaneiro, Formação de Preços, Negociação Internacional, Logística e Transporte Internacional, Aspectos Financeiros do Comércio Exterior, Plano de Negócios Internacional e Marketing Internacional. Além de curso na área comportamento empresarial, pois era necessário uma mudança no perfil dos joalheiros paraense, além da compreensão da necessidade de atuarem em conjunto para sua manutenção quanto as comercialização no exterior.

Um ponto importante quanto a consolidação do consórcio foi a oportunidade de exposição das jóias na Feira JSI/Miami, em 2011, no qual os joalheiros paraenses puderam perceber o potencial competitivo que as jóias produzidas no estado tinham frente à certos concorrentes no mercado internacional. Sem contar com o aprendizado obtido pelos que os joalheiros

A Missão JIS/Miami - USA, que fomentou a participação de empresas brasileiras de joias em feiras e eventos internacionais.

A primeira participação, os empresários paraenses fizeram apenas prospecções de negócios, apresentando seus produtos aos norte-americanos e pesquisando a preferência de mercado. Apenas Maria de Nazaré Paixão Cardoso (proprietária da empresa Amazonita, em sociedade com José Raimundo Cardoso, seu marido), João Amorim e Marcelo Monteiro participaram desta edição do encontro. Em 2012, voltaram a Miami para expor peças e fechar negócios. Em setembro do mesmo ano, o Consórcio abriu uma empresa americana em Miami, a CN APEX BRASIL MIAMI F.

Do início do projeto até agora, cerca de R\$ 250 mil foram investidos apenas pelos integrantes do Consórcio, que já começam a dar a contrapartida nos projetos – informa João Amorim atual presidente do Consórcio.

A formação do Consórcio Empresarial de Joias do Pará, se consolida como vontade dos produtores de joias que participam da Política Pública Estadual criado e mantido pelo Governo do Estado desde 1998, por meio da SEICOM, é um passo significativo para que as Joias do Pará, por meio do mercado norte-americano, ultrapassem novas fronteiras.

O Consórcio Jóias do Pará, desde sua fase de sua formação até o momento da exportação dos produtos, contou com o apoio das instituições supracitadas. E vem despontando como um *Case* de sucesso quanto aos setores produtivos no estado do Pará.



Fonte: Agencia Pará; Entrevista com o CIN. Elaborado pela autora. (2014)

E a última participação institucional esta sendo realizada para o setor é a do Instituto Evaldo Lodi (IEL/PA) através do PROCOMPI⁴²(Programa de Apoio a Competitividade das Micro Empresas).

O PROCOMPI é um programa que objetiva elevar a competitividade das empresas industriais de menor porte, por meio do estímulo à cooperação entre as empresas, à organização do setor e ao desenvolvimento empresarial e territorial.

E tem como pressupostos estratégicos: Fortalecimento das micro e pequenas indústrias no contexto de seu território e do setor produtivo; atuação em ações coletivas; maior integração com outras instituições, induzindo ao desenvolvimento sustentável.

E financia projetos setoriais e em Arranjos Produtivos Locais (APLs), com público alvo de no mínimo 25 empresas industriais de micro e pequeno porte (critério de faturamento da Lei Geral das MPE). Com projetos que visem: 1) Formar núcleos setoriais que estimulem a cooperação entre as empresas, para discussão e enfrentamento dos problemas comuns; 2) Atender a ações estruturantes no APL; 3) Atender a ações específicas priorizadas pelos empresários. Os projetos são executados pelas Federações Estaduais de Indústria, em parceria com o SEBRAE local.

Box 3. Projeto PROCOMPI.

Fortalecimento das micro empresas do setor de gemas, joias e acessórios de moda localizadas na Região Metropolitana de Belém.

Sector: Mineração

Estado: Pará

O projeto visa possibilitar o fortalecimento e o aumento da competitividade das micro empresas do setor de gemas, joias e acessórios de moda visando a conquista de melhoria da qualidade e agregação de valores inovativos dos produtos gerados para ampliação de mercado interno e externo.

Resultados do Projeto

- Aumentar o faturamento em 10%;
- Aumentar a produtividade em 10%;
- Aumentar a carteira de clientes em 10%;
- Implementar 1 produto ou processo em cada empresa.

Gestão do Projeto: IEL/PA - Instituto Evaldo Lodi do Pará

Site: <http://www.iel-pa.org.br/>

Gestão do Projeto: SEBRAE/PA - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas/ Pará

Site: <http://www.sebrae.com.br/uf/para>

Responsável: *Maria de Jesus Barbara Afonso*

Fonte: PROCOMPI. Disponível em: < www.procompi.com.br >

⁴² Procompi é um programa de apoio à competitividade das micro e pequenas indústrias, resultante de uma parceria entre a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) nacional, e está operando desde 1998. Mais informações em: <http://procompi.cni.org.br/portal>.

5.2 A Avaliação das Ações para o Setor de Gemas e Jóias.⁴³

Esse subtítulo foi elaborado para tratar especificamente da avaliação das ações governamentais desenvolvidas pelo governo do estado do Pará em prol do desenvolvimento do setor de gemas e jóias do estado. Sendo esta parte da pesquisa realizada totalmente com base nas entrevistas realizadas com as instituições estaduais que atuam junto ao setor e aos documentos obtidos na pesquisa documental.

Um fator a ser inicialmente destacado é a falta de transparência e prestação de contas quanto ao que se refere as ações, recursos orçamentários destinados ao setor joalheiro em Belém ou em qualquer outra cidade no estado do Pará. O que fere as normativas da administração pública brasileira como a Lei da Transparência (Lei Complementar 131/2009 e Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011.), além da Lei Estadual que trata especificamente das OS (Lei nº 5.980, de 19 de julho de 1996; Decreto Lei Nº 3.876, de 21 de Janeiro de 2000).

Em levantamento documental realizado junto a SEPOF/Pa, no que se refere as informações sobre como o setor joalheiro esta inserido no PPA do estado do Pará, deparou-se com dificuldades para o acesso via *homepage* oficial da instituição, em especial na obtenção de dados e informações sobre ações planejadas e os valores repassados para o setor de gemas e jóias entre os anos de 1995 – 2001.

Outras instituições que atuam junto ao setor como SECTI, IGAMA e SEICOM apresentam dificuldades quanto à sistematização cronológica, em especial sobre o inicio das ações para o setor [entre os anos de 1995 a 2001]. E após 2002, apresentam-se muitas informações desalinhadas e descontínuas.

Uma importante observação a ser feita se refere as mensagens do governador para a Assembléia Legislativa do Estado do Pará, destaca que o setor joalheiro esta entre as prioridades do governo e até mesmo frente à outros setores produtivos uma vez que esse setor apresenta informações positivas quanto ao seu desenvolvimento. [ver apêndice]

Começando pela verificação do PPA 2004-2007⁴⁴, intitulado “Novo Pará” sob o governo de Simão Robison Jatene (PSDB), o setor de gemas e jóias é agraciado com um programa que tem a nomenclatura de: Programa Polo Joalheiro. Com o objetivo de: *Dinamizar o setor produtivo de jóias, gemas e artefatos minerais, agregando valor à cadeia e*

⁴³ Esse subtítulo é uma versão ampliada do artigo: Política Pública na Mineração no Estado do Pará: o que esta sendo avaliado?, que faz parte dos Anais do XVII SEMEAD/USP (2014).

⁴⁴ Inicia-se a verificação documental após o ano de 2004, pois o PPA 2000/2003 não foi encontrado para análise. Embora conste que no mesmo havia ações para o setor de gemas e jóias.

beneficiando os segmentos sociais envolvidos. E dentre suas ações consta as de: Dinamização e Potencialização da Cadeia Produtiva do Setor; Funcionamento do Espaço Comercial e Turístico; Promoção de Eventos de Educação Profissional. Tendo como indicadores de avaliação: Produção de Jóias Mensal e o Número de Ocupações Diretas. Sob a responsabilidade da extinta Secretaria Especial de Estado de Produção (SEPROD). Tendo como Órgão Executor: Secretaria Executiva de Indústria, Comércio e Mineração (SEICOM).

No tocante ao programa, Ala-Harja e Helgason (2000, p.8), entendem por programa, um conjunto de atividades organizadas para realização dentro de cronograma e orçamento específicos do que se dispõe para a implementação de políticas, ou seja, para a criação de condições que permitam o alcance de metas políticas desejáveis. E que este termo pode comportar atividades relativamente menos abrangentes ou programas de amplo escopo.

E sucesso de um programa de governo depende das habilidades e competências das organizações públicas em implementá-lo, bem como da relação entre as variáveis controladas e não controladas (governabilidade), previsíveis ou não, relativas à disputa de poder. (RUA, 2005)

No PPA 2008-2011 intitulado “Construindo o Pará de Todas e Todos” sob o governo de Ana Júlia Carepa (PT) o setor deixa de ter um programa e passa a contar com ações dos Programas Desenvolve Pará e Programa Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento - programas estes ligados a extinta Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia (SEDECT). Tendo quanto os objetivos: *Fortalecer a comercialização de gemas, jóias e artesanatos e induzir processos e produtos inovadores (Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento) e Induzir a implementação de um “Galpão Produtor” de jóias em Belém; Formalizar a cadeia produtiva de extração e comércio de gemas e metais preciosos; viabilizar a interiorização do Projeto São José Liberto (Programa Desenvolve Pará).*

Nesse PPA 2008-2011 observa-se algumas mudanças no incremento de novas diretrizes para o setor de gemas e jóias e a inserção de novas cidades: Redenção e Floresta do Araguaia, para serem alvos do governo estadual, embora já tenham sido mapeadas anteriormente. E se passou a ter o foco em questões ligadas a tecnologia, inovação, novos pólos joalheiros [além do que existente em Belém] e criação de APL de Gemas e Jóias no estado do Pará.

Quanto ao PPA 2012- 2015, intitulado “Pacto pelo Pará” sob o governo de Simão Robison Jatene (PSDB), o setor continua a ser alvo de ações do governo estadual, ingressando

agora no Programa Pará Competitivo, ligado a área de Desenvolvimento Econômico e Incentivo à Produção. Sob a execução da SEICOM e IGAMA. Tendo como ações:

a) Ampliação dos Mercados de Jóias e Artesanato.

Objetivo: Possibilitar as diversas formas de comercialização da produção joalheira.

b) Inovação Tecnológica da Cadeia Produtiva de Gemas e Jóias.

Objetivo: Aprimorar o desenvolvimento dos processos de produção da joalheria artesanal paraense e a atualização técnica dos segmentos.

c) Manutenção do Contrato de Gestão do Espaço São José Liberto – Polo Joalheiro.

Objetivo: Repasse de recursos para a gestão do Espaço São José Liberto – Pólo Joalheiro.

d) Gestão do Espaço São José Liberto.

Objetivo: Assegurar a manutenção e o funcionamento do Espaço São José Liberto, para a sua promoção turística e cultural.

Observou-se com base nos PPA que o setor joalheiro sempre está ligado área de produção, emprego e renda, no qual há ações para implementação de tecnologia e inovação com a finalidade de gerar competitividade ao setor joalheiro.

De acordo com a SEPOF a mudança de programa para ações no PPA, ocorreu, em virtude desse setor não apresentar uma quantidade demandas suficientes para ter um programa, além da necessidade do setor joalheiro se integrar à programas co-relacionados com suas atividades.

Além disso, SEPOF informa que o setor de gemas e jóias é posto no PPA (2012/2015) como um setor de oportunidades, motivo no qual o mesmo esta inserido no Programa Pará Competitivo.

A inserção do setor neste programa esta relacionado ao resultado de uma análise SWOT realizada com base nos sistemas produtivos do estado. Embora não tenham sido apresentados relatórios ou explicações que coloquem setor joalheiro como um setor de oportunidades.

Ainda foi possível observar, quanto ao PPA, que o setor de gemas e jóias se apresenta de forma isolada, pois embora faça parte de programas com amplitude no fomento da economia do estado o mesmo não apresenta nenhuma articulação com outros setores produtivos, visando vantagens e aprendizado coletivo. Assim como não há ações [efetivamente comprovadas] para outras cidades do que possuem movimento joalheiro atualmente.

No que tange aos relatórios de avaliação do PPA disponíveis pela SEPOF [há apenas alguns relatórios disponíveis] do PPA (2004-2007) traz informações sobre os resultados auferidos pelo setor [ver apêndice]. Já no PPA (2008-2011) apresenta-se apenas os recursos repassados para a manutenção do Espaço São José Liberto e o fortalecimento da cadeia produtiva de gemas e metais preciosos.

Entretanto as informações desses relatórios não se apresentam de forma contínua, os dados são discrepantes e desorganizados com quantitativos com valores altíssimos quanto à utilização de recursos minerais, comercialização e número de cursos e atendidos, sendo esses quantitativos e valores não são verificados e confirmados pelas executoras das ações no que se à efetividade das informações repassadas. O que demonstra a falta de clareza ao ponto de informar quem esta sendo beneficiado pelas ações frente aos valores disponíveis no orçamento.

Quanto a questão da avaliação, cabe atentar para o papel da SEPOF/Pa, que embora esteja, indiretamente entre as instituições que atuam próximo ao setor, a mesma se coloca apenas como uma instituição que coordena as ações do governo estadual, a mesma não sabe explicar com exatidão os procedimentos de avaliação bem como o que representam os quantitativos do PPA.

Assim como os relatórios de revisão do PPA [no qual utiliza-se a metodologia do PCDA⁴⁵], não trazem informações claras sobre como reavaliar o PPA. Bem como o GPará é alimentado com base nas informações do IGAMA – que são sempre boas informações - não a verificação se os dados repassados são fatídicos.

Ainda sobre o GPará, acusa que há um crescimento quanto as receitas próprias do IGAMA, isso indiretamente pressupõe, que esta havendo resultados positivos quanto aos eventos e serviços ofertados no ESJL.

Tais informações apenas exprimem, que na realidade, só existe um “monitoramento”/acompanhamento dos recursos orçamentários via GPará. Não há informações sobre como são elaboradas as metas e parâmetros para o planejamento das ações para o setor e quais são os beneficiados que constam nos quantitativos apresentados no PPA pela SEPOF/Pa.

Uma colocação a ser inferida é o fato da SEICOM desconhecer que o setor de gemas e jóias, ser posto como um setor de oportunidades quanto ao PPA e a realização de uma análise SWOT para a constatação do mesmo.

⁴⁵ O PDCA (Plan, Do, Control, Action) é uma modelo gerencial desenvolvido na década de 1930 por Edward Deming nos Estados Unidos e tem como principal objetivo gerar a melhoria contínua nos processos produtivos, vem nos últimos anos permeando as atividades de administração pública brasileira como um dos instrumentos para o planejamento e as ações desenvolvidas pelo Estado.

Passando à verificação das LOA e no que se refere aos valores orçamentários, só foram encontrados dados após o ano de 2001, com os valores orçamentários divididos em duas secretarias estaduais: SETEPES e SEICOM com o foco na geração de emprego/renda e trabalho e na verticalização mineral respectivamente.

Quadro 12 - Valores Orçamentários destinados ao setor joalheiro – 2001/2003.⁴⁶

ANO	SECRETARIA	FUNÇÃO	OBJETIVO	VALOR
2001	SETEPES	APOIO A GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA	FOMENTO A IMPLEMENTAÇÃO DE PÓLOS JOALHEIROS	R\$ 153.000,00
	SEICOM	VERTICALIZAÇÃO MINERAL	IMPLANTAÇÃO DO POLO JOALHEIRO	R\$ 51.900,00
2002	SETEPES	APOIO A GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA	FOMENTO A IMPLEMENTAÇÃO DE PÓLOS JOALHEIROS	R\$ 300.000,00
	SEICOM	VERTICALIZAÇÃO MINERAL	IMPLANTAÇÃO DO POLO JOALHEIRO	R\$ 10.000,000
2003	SETEPES	FOMENTO AO TRABALHO	FOMENTO A IMPLEMENTAÇÃO DE POLOS JOALHEIROS	R\$ 320.000,000
	SEICOM	VERTICALIZAÇÃO MINERAL	FOMENTO A IMPLEMENTAÇÃO DE POLOS JOALHEIROS	R\$ 11.800,000

Fonte: Leis Orçamentárias Anuais do Estado do Pará. Disponível em: www.sepof.pa.gov.br. Elaborado pela autora (2014).

No período de 2005-2014, as ações para o setor estão sub-escritas como ações finalísticas, enquadradas no orçamento da seguridade social. (fonte de receita 0101 – recursos provenientes do Tesouro do Estado⁴⁷ e como natureza de despesa 335041). E entre suas finalidades estão as de organizar, fomentar e dinamizar o setor de gemas e jóias além de manter o Espaço São José Liberto na cidade de Belém.

Com base nessa sub-inscrição demonstra que os governos do estado do Pará, têm esse setor de gemas e jóias de forma prioritária para o desenvolvimento econômico e na promoção da mudança no perfil de vida dos agentes envolvidos. E se apresentam de forma crescente no decorrer dos anos visando garantir as ações para inicialmente para a organização do setor e depois para seu desenvolvimento e fomento do setor. Entre 2005 - 2011 há um crescimento anual em torno de $\pm 10\%$ com base no ano anterior e com os valores repassados ao setor. Porém nos anos seguintes (2012-2014) existe uma redução no valor dos repasses.

⁴⁶ Não foi encontrado os valores orçamentários para o ano de 2004.

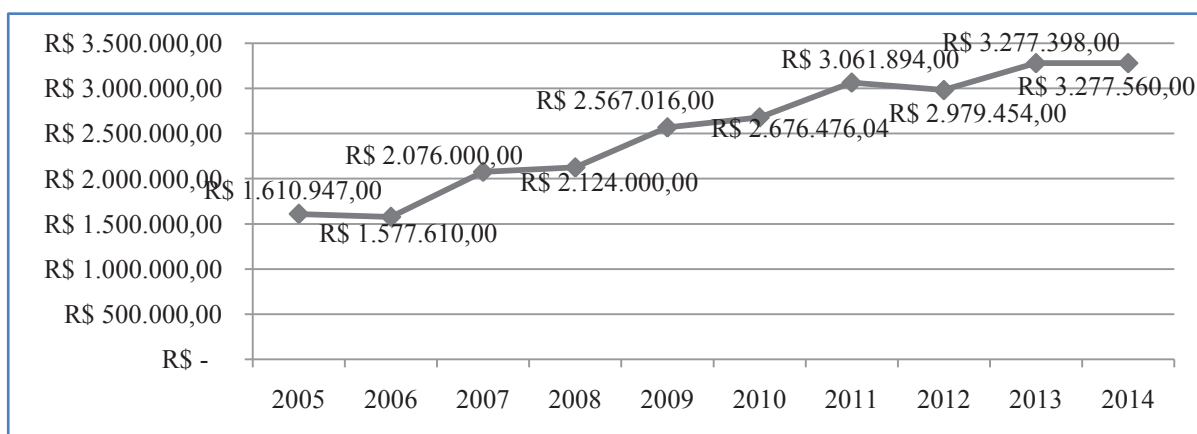
⁴⁷ O Tesouro do Estado – são recursos provenientes da tributação realizada pelo Estado, no qual o mesmo retorna aos cidadãos com ações em prol de sua melhoria de vida.

As LOA possuem direcionamentos com expressões como: Organizar, Fomentar, Dinamizar – o que na prática não significa a auferir resultados no determinado período. Bem como não foi encontrado nenhum documento que demonstre que tais finalidades foram cumpridas.

Ainda observou-se nas LOA que as mesmas não apresentam todos objetivos, metas físicas e valores contidos nos PPA. O que gera diversas dúvidas quanto ao repasse de recursos e sua finalidade, uma vez que os Planos inferem entre três e quatro ações na LOA encontra-se apenas valores para uma ação.

O gráfico 1 demonstra os repasses anuais efetivados a manutenção do Espaço São José Liberto conforme o contrato de gestão firmado entre ASJL e SEICOM (2002-2006); IGAMA e SEICOM (2007-2011); IGAMA e SEICOM (2012-2014).

Gráfico 1- Valores Orçamentários destinados para o Espaço São José Liberto.⁴⁸



Fonte: Leis Orçamentárias Anuais do Estado do Pará. Disponível em www.sepof.pa.gov.br. Elaborado pela autora e pelo Economista Francisco Sérgio Araújo. (2014)

Partindo especificamente para a verificação da forma de avaliação da política pública para o setor de gemas e jóias, encontrou apenas pesquisas e diagnósticos [e não avaliação] sobre a situação do setor após 1999.

a) Nos anos de 1998-2003, foram encontrados apenas dois estudos denominados: Diagnóstico Preliminar do Setor Joalheiro do Pará, datado do ano de 1999 realizado pela SETEPS/SEBRAE/SEICOM – que abrangeu 85 unidades produtivas nas cidades de Belém, Marabá e Itaituba.

⁴⁸ Valores das Leis Orçamentárias Anuais do Estado do Pará, no que se refere aos recursos destinados a extinta Associação São José Liberto e ao IGAMA. Disponível em < www.sepof.pa.gov.br>.

E o Diagnóstico do Setor Joalheiro do Pará: Belém, Ananindeua e Marituba do ano de 2002, realizado pela SECTAM que verificou e identificou as unidades produtivas na região metropolitana de Belém.

b) No ano de 2004, já sob a direção da ASJL, foram realizadas duas pesquisas através do Instituto Acertar para verificar:

1) O perfil sócio demográfico do setor nas cidades de Belém, Itaituba, Parauapebas, Floresta do Araguaia, Abaetetuba, Marabá e Municípios de diferentes regiões do Pará, elencando pontos como: características dos empreendimentos, desenvolvimento tecnológico empresarial e pessoal, capital humano envolvido nas atividades da joalheria, associativismo e cooperativismo.

2) O perfil do mercado consumidor de jóias nas cidades de Belém e Ananindeua. Essas pesquisas foram realizadas com a metodologia empregada pelo Instituto Acertar, e não sendo possível identificar os critérios adotados na metodologia empregada e nem seus desdobramentos quanto as ações desenvolvidas após 2004, assim como não apresentam os valores orçamentários empregados nas atividades e a resultados quantitativos e qualitativos de tais ações.

Porém, no ano de 2005, o IBGM traz informações que a ASJL formulou o PLANO DE TRABALHO DO PÓLO DE GEMAS E JÓIAS (2005/2006), em estreita parceria com representantes dos diversos elos da cadeia produtiva do Setor – ourives, design, produtor de embalagens, lapidário e instituições privadas. No qual a OS estava consciente de era preciso estruturar, cada vez mais, as relações institucionais com parceiros estaduais e nacionais.

Nesse cenário, foram firmadas parcerias com entidades, como o IBGM, e como os Ministérios do Desenvolvimento, da Indústria e Comércio Exterior, de Minas e Energia, da Ciência e Tecnologia, do Turismo e da Integração, foram consideradas essenciais para o desdobramento de novas ações.

Desta forma, conforme assinalado pela direção do ASJL, “as ações e atividades apresentadas no Plano refletem as reais necessidades dos produtores, empresários e demais profissionais que vêm empreendendo esforços para buscar a sustentabilidade de seus negócios, visando principalmente sedimentar a marca Jóias do Pará Amazônia-Brasil nos mercados local, nacional e internacional, e dessa forma viabilizar economicamente seus empreendimentos e suas conquistas alcançadas durante esses oito anos de Programa”. (IBGM, 2005, p. 68; 69)

Ainda na mesma publicação do IBGM, Programa Polo Joalheiro apoiava 150 oficinas/ourives e três empresas de embalagem [localizadas em Belém, Ananindeua e Marituba]; 50 lapidários/oficinas de artesanato mineral em Floresta do Araguaia, 10 oficinas

/ourives, 1 indústria de embalagem em Parauapebas e 30 oficinas/ourives de Itaituba. E com apenas 13 empreendimentos formalizados.

O que demonstra que desde a implementação até o ano de 2006, as ações executadas no Polo Joalheiro foram direcionadas à capacitação dos produtores e a organização da produção e comercialização – sendo esta última, a atividade que mais recebeu investimento e atenção durante este período, além das articulações com atividades turísticas.

Quando da mudança de governo e de gestão das ações governamentais para o setor, no 2007, emprega-se uma metodologia de avaliação, desenvolvida pela extinta SEDECT, a fim de verificar os resultados, eficiência e efetividade das ações desenvolvidas pela OS IGAMA.

No contrato de gestão constam como objetivos específicos as seguintes ações (ano 2007):

- a) Fomentar a organização dos agentes da cadeia produtiva de setor de gemas e jóias e do artesanato, possibilitando a interação com outros agentes produtivos e financeiros;
- b) Estimular o desenvolvimento da produção através da profissionalização; artesanato;
- c) Fomentar a pesquisa e a difusão de novas tecnologias;
- d) Apoiar e promover ações que favoreçam a comercialização no âmbito local, regional, nacional e internacional;
- e) Potencializar a utilização do Espaço São José Liberto – Jóias e Artesanato do Pará através de ações integradas com as áreas de cultura, turismo e desenvolvimento econômico;
- f) Desenvolver o gerenciamento do Espaço São José Liberto, de modo a assegurar a manutenção patrimonial e a gestão de recursos humanos e financeiros buscando a eficiência administrativa.

Ao analisar tal metodologia, depreende-se com: i) A formação de uma comissão de avaliação implementada na extinta SEDECT e que continuou com a SEICOM; ii) Elaboração de um Plano de Trabalho Anual (PTA) direcionado ao IGAMA; iii) A verificação do emprego dos recursos orçamentários. Sendo tudo pautado no Contrato de Gestão firmado entre o governo do Estado e a OS.

Aqui é necessário atentar que Contrato de Gestão é o objeto que operacionaliza as ações, por parte da contratada: das atividades e serviços de gestão, apoio à produção e comercialização de gemas, jóias, artesanatos e demais atividades desenvolvidas no ESJL.

E cabe à Comissão Mista acompanhar periodicamente o desenvolvimento das atividades e os resultados obtidos pela OS contratada, principalmente, no que se refere à aplicação dos recursos; tanto os repassados pelo Estado, como as outras receitas auferidas

pela OS, a partir da exploração do espaço, bem como verificar se estes recursos estão sendo direcionados à finalidade com que foi concebido o ESJL.(SEICOM, 2012 – relatório de avaliação).

O quadro 13 representa a forma de avaliação [realizada pela SEDECT e continuada pela SEICOM] para mensurar resultados para o setor de gemas e jóias. Sendo este processo de avaliação pautado em três eixos: Capacitação, Gestão e fomento tecnológico; Comercialização e promoção de gemas e jóias e artesanato; E Manutenção do Espaço Polo Joalheiro São José Liberto. No qual se verifica os quantitativos apresentados frente às metas traçadas em cada um dos eixos, baseado nisto auferem-se a pontuação que variando de 1-4.

Quadro 13- Critérios de Avaliação adotados pela SEICOM/PA para a avaliação das Ações para o Setor de Gemas e Jóias. (reduzido)

EIXO13	INTERVALOS DE RESULTADOS ALCANÇADOS PARA CADA EIXO.	PONTUAÇÃO PARA CADA EIXO, CONFORME META ALCANÇADA.
1- Capacitação, Gestão e Fomento Tecnológico.	Acima da meta proposta	4
2- Comercialização e Promoção de Gemas e Jóias e Artesanato.	Entre 85% e 100% da meta proposta.	3
3- Promoção e Manutenção do Espaço Cultural, Comercial e Turístico São José Liberto.	Entre 70% e 84,99% da meta proposta.	2
	Menos que 70% da meta proposta.	1

Fonte: SEICOM/PA – com adaptações. Elaborado pela autora (2014)

Quadro 14 - Plano de Trabalho Anual (PTA), com quantitativo de objetivos e ações para o setor de gemas e jóias.

EIXO	NÚMERO DE OBJETIVOS	NÚMERO DE AÇÕES
1- Capacitação, Gestão e Fomento Tecnológico.	8 objetivos	16 ações
2- Comercialização e Promoção de Gemas e Jóias e Artesanato.	5 objetivos	17 ações
3- Promoção e Manutenção do Espaço Cultural, Comercial e Turístico São José Liberto.	3 objetivos	16 ações

Fonte: SEICOM/PA - com adaptações. Elaborado pela autora (2014).

A metodologia empregada foi desenvolvida pela extinta SEDECT, tinha/ e ainda tem como objetivos:

EIXO I - a) induzir o aperfeiçoamento de máquinas e equipamentos para a produção; b) difundir o junto as micro empresas e unidades produtivas profissionalização gerencial e até mesmo tecnologia mineral; c) induzir a formação de especialistas designer que possam desenvolver produtos com a capacidade de atender as exigências do mercado consumidor; d) estudos que gerem indicadores de qualidade e produtividade para a melhoria de produtos e ações voltadas para competitividade dos produtos a nível nacional e internacional; e) estimular a proteção dos Direitos de Propriedade Intelectual dos produtos e marcas colocadas no mercado pelo setor.

EIXO II – a) Realizar Pesquisas de Mercado sobre o mercado consumidor [local,nacional e internacional] das jóias e socializar junto as micro empresas e unidades produtivas; b) Apoiar as mostras e atividades de divulgação de jóias em eventos específicos, atividades culturais e turísticas buscando promover esses produtos junto ao grande público; c) Elaborar e Organizar informações de interesse das unidades produtivas e empresas para atender exigências da exportação; d) Fortalecer a imagem do Estado do Pará como produtor de gemas e jóias com design próprio e diferenciado; e) Articular as atividades de promoção de produtos e calendário.

EIXO III – Manutenção do ESJL e pagamento de encargos trabalhistas.

É importante atentar que as ações destinadas ao setor de gemas e jóias são gerenciadas diretamente pelo IGAMA. No qual compete a SEICOM apenas a avaliação das metas propostas no PTA.

Posto essas informações, pode-se observa-se que a avaliação realizada, segundo a tipologia de avaliação pode ser classificada, conforme Antero (2008): segundo o momento em que se realiza em Avaliação *ex post*. E complementam Ala-Harja e Helgason (2000, p. 7) esse tipo de avaliação é conduzida, freqüentemente, quando o “programa” já está implementado há algum tempo (avaliação *ex post*) para o estudo de sua eficácia e o julgamento de seu valor geral. Essas avaliações são tipicamente utilizadas como meio de assistir a alocação de recursos ou na promoção de mais responsabilidade.

Com base nessa metodologia, observa-se que a função da avaliação é somativa uma vez que o modelo de avaliação desenvolvida procura fornecer um feedback dos resultados obtidos pelo setor para a SEICOM.

Os recursos repassados, conforme consta nas LOA são utilizados para a realização do Eixo III, pois o Eixo I e II que tratam especificamente da comercialização de produtos e dos cursos de capacitação não competem ao Estado executar, para tal são utilizadas as receitas extra-orçamentárias - receitas estas que consistem no arrendamento e aluguéis, celebração de convênios firmados entre o IGAMA e instituições de apoio aos setores produtivos como SEBRAE, participar de Editais para obtenção de recursos para os cursos de capacitação, promoção de eventos entre outros.

Compete a OS apresentar à SEICOM as ações realizadas, os quantitativos e resultados auferidos ao longo do ano. E assim a SEICOM, através dos critérios adotados classifica e pontua as ações conforme o nível dos quantitativos alcançados, e quanto maior a pontuação, mais eficaz são os resultados. [isso segundo a avaliação da SEICOM].

A adoção desse modelo procura, indiretamente, pressionar a OS para que a mesma possa propor ações e dinamizar o setor em um espaço curto de tempo, visando à obtenção de resultados mais significativos junto ao setor.

Um dos motivos desse pressionamento, está relacionado, ao fato de que 50% do orçamento da SEICOM ser destinado ao pagamento do contrato de gestão.

Sendo essa uma das justificativas para a cobrança de resultados positivos quanto a atuação da OS. Assim como a inserção no setor em diversas ações ligadas a questão da competitividade, inovação, tecnologia e procurando alinhar o setor com as ações de promoção e fomento de instituições como o IBGM, MDIC, MINC, MME.

E a SEICOM⁴⁹ aponta ainda que as ações empreendidas pela OS ao longo de seus quase 8 anos a frente da gestão do ESJL e do “Programa Polo Joalheiro” tem mostrado claramente, que não consegue ultrapassar a etapa embrionária da implantação do programa, uma vez que a OS não apresenta a aquisição de maquinário, tecnologia, parceria em busca de inovação e industrialização do setor – conforme se apresentava as diretrizes do programa.

Os relatórios de avaliação da SECTI/SEICOM (2007-2014) infere-se algumas informações relevantes quanto a esse modelo de avaliação. Diante disso é possível inferir.(ver quadro sintetizado da avaliação).

⁴⁹ Informação contida em Relatório de Avaliação SEICOM, 2013.

Quadro 15 - Síntese das Avaliações SECTI/ SEICOM dos Planos de Trabalho Anual junto ao IGAMA (2007-2014)

Pontos Positivos	Pontos Negativos
A OS consegue cumprir o contrato de gestão de forma eficaz.	Embora apresente superávit dos exercícios financeiros, ainda não consegue ter autonomia financeira para a realização das atividades do programa, o que acarreta na dependência dos recursos do governo do Estado.
Entre os anos de 2007/2009 e de 2012/2014 apresenta superávit quanto ao seu exercício financeiro;	Ausência de comprovação do quantitativo de pessoas que participam dos cursos – uma vez que se apresenta um quantitativo elevado de participantes, não sabe informar o perfil e quantos ingressaram no setor como novos profissionais. Todavia percebe-se que os cursos e os participantes estão declinando.
Apresenta crescimento quanto aos produtos avaliados e comercializados na Loja UNA e Casa do Artesão.	Ainda não conseguiu avançar em tecnologia e inovação e nem apresenta parcerias para a área de pesquisa visando sanar esses gargalos. Mantém a idéia de jóias artesanal e nicho de mercado – o que ao mesmo tempo diferencia o produto mais eleva o seu preço, o que compromete a competitividade a nível local, e nacional.
Firmado a cooperação com a Paratur e Agencias de Viagens para divulgação do ESJL.	Apresenta ações voltadas para o turismo de forma tardia em 2012. Todavia há um crescimento quanto a participação de grupos culturais e artísticos para a maximização do espaço e atração de pessoas.
Participação em Eventos e Feiras Internacionais.	Problemas na elaboração de Plano de Marketing – o que compromete as vendas dos produtos e a divulgação das Microempresas que estão no ESJL. O ESJL não dispõe de um canal de vendas e nem divulga os produtos e serviços oferecidos.

Fonte: Elaborado pela autora (2014), com base nos relatórios de avaliação entre os anos de 2007-2014.

No que cerne a questão da avaliação, também chama a atenção a utilização da imprensa local, através de suas atividades jornalísticas, como comprovação das ações realizadas pelas OS que gerem [geriram] o ESJL.

Nos relatórios de avaliação sempre constam em anexo matérias de jornais como O Liberal e Diário do Pará, os de produções audiovisuais de telejornais, no qual realizam eventos ou então divulgam eventos realizados pela OS com a finalidade de atrair pessoas para o ESJL.

Utilização da imprensa se apresenta como uma das formas de mostrar a imagem de um espaço turístico e comercial aberto a toda população, no qual podem além de visitar um espaço climatizado com segurança e limpeza, comprar jóias e artesanato local com preço

“acessível”. A imprensa neste caso é utilizada, mesmo que indiretamente, como um instrumento de avaliação e uma expressão de que são realizadas atividades no ESJL.

Diante disso, verificou-se que não houve nenhum processo de aprendizagem por parte da SEICOM e do IGAMA quanto aos resultados obtidos por esse método e nem os critérios de avaliação. E tampouco como esses critérios são elaborados a fim de gerarem novas ações para a mudança econômica e social do setor.

O que na prática reflete a “avaliação” não é direcionada para a política pública – o “Programa Polo Joalheiro do Pará” - e sim para a OS que o gerencia a política pública e o ESJL.

O exposto até então demonstra que a política pública para um setor da economia mineral do estado do Pará, não é de fato avaliada! É apenas acompanhado os recursos orçamentários e o cumprimento das metas anualmente – sendo que nem todas as ações são realizadas e não existe a participação dos integrantes da cadeia produtiva da joalheria como colaboradores para a implementação das ações – isso compromete em muito o resultado final, bem como eleva o número de queixas e o insucesso das ações empreendidas.

5.3 As mudanças e rebatimentos da política pública estadual para o setor de gemas e jóias em Belém

Após explanar sobre o histórico do setor de gemas e jóias e o processo de avaliação de da política pública estadual, coloca-se em relevo nesse subtítulo os processos de mudanças e os rebatimentos ocorridos ao longo do desenvolvimento do Polo Joalheiro. Sendo essa construção baseada novamente na pesquisa documental e também nas entrevistas realizadas com as secretarias estaduais e instituições locais e as de nível federal.

Para melhor compreensão os apontamentos serão divididos quatro partes: 1º) O processo de formulação, implementação, desenvolvimento e os rebatimentos ao longo da trajetória histórica; 2º) O gerenciamento da política pública por Organização Social; 3º) Mudanças nos discursos políticos, denominações e nas diretrizes para o setor de gemas e jóias; 4º) O papel das instituições que atuam junto ao setor.

1º) O processo de formulação, implementação, desenvolvimento e rebatimento ao longo da trajetória histórica política pública.

Essa primeira parte foi estruturada para mostrar o desenrolar do ciclo da política pública para o setor de gemas jóias no estado do Pará. Embora o lócus de estudo tenha se

restringido à Belém, se faz necessários algumas considerações para compreender porque essa política pública teve grande parte de seus esforços nessa cidade.

Sob o traço histórico, o setor de gemas e jóias passou a ser organizado em algumas cidades paraenses, em decorrência das ações governamentais dos anos de 1990. Já que até essa década não havia qualquer dado ou informação sobre como se desenvolvia as atividades de ourives, joalheiros e lapidários de gemas.

O que torna fatídico o papel que o governo estadual exerceu [e ainda exerce] na quanto o principal agente condutor no que se refere as diretrizes e ações em prol do desenvolvimento desse setor.

Os diagnósticos realizados pelo governo estadual, para a formulação e implementação da política pública em prol do setor de gemas e jóias, trouxeram consigo a emersão de várias demandas e a necessidade de resolvê-las para que a política pública pudesse se concretizar.

Logo a primeira questão a ser levantada, quanto da formulação e implementação da política pública é o tempo. Pois essas etapas processaram de forma “rápida” por parte do governo estadual.

Pois as primeiras ações que foram realizadas pela SETEPS, SEICOM, SEBRAE/Pa em um período de pouco mais de um ano (maio de 1998 à junho de 1999) e contaram com a parceria do IBGM, SEBRAE/DF e Geo-Gemas Consultoria.

A instalação do Polo Joalheiro também em um período curto de tempo (1999/2001), sendo este consolidado apenas na cidade de Belém.⁵⁰

Em um primeiro momento foi consolidação a infra-estrutura de apoio, através de ações básicas oferecidas ao setor, tais como: (PROGRAMA ESTADUAL DE GEMAS E JÓIAS DO PARÁ, 2002)

1) Apoio Produtivo:

- a) Laboratório Gemológico (parceria SEICOM/CEFET/Pa) – 1º Laboratório da Amazônia à integrar-se na Rede de Laboratórios IBGM;
- b) Núcleo de Informações sobre Gemas e Jóias (parceria Câmara Setorial de Gemas e Jóias e SENAI/Pa) – Captar e difundir informações tecnológicas e comerciais.

2) Projeto de Imagem Global - Logomarca:

- a) Criação da Marca Jóias do Pará (parceria SETEPS/CEFET-PA/SENAI-PA/UEPA/SEBRAE-Pa/ SECTAM/ SEICOM). Contou com a consultoria da AJORIO.

⁵⁰ No decorrer da pesquisa não foram encontrados dados, informações e documentos que expliquem quais os motivos para a não instalação dos Polo Joalheiros nas cidades de Itaituba e Marabá no início dos anos 2000.

3) Primeira Coleção de Jóias de Design Amazônico. (SETEPS/CEFET-Pa/SENAI-Pa/UEPA/SEBRAE-Pa/SECTAM/SEICOM). Contou com a consultoria da AJORIO.

a) Equipe de trabalho composta de alunos do curso de desenho de jóias do CEFET-Pa, arquitetos e artistas plásticos locais. Com a produção de 200 desenhos, dos quais foram selecionados 40 para a confecção das jóias.

A jóias foram confeccionadas por 6 empresas paraenses: Belém: Amazon Jóias, JR Jóias, Filigrana, Fábio Jóias; De Marabá: Amsterdam Jóias; De Itaituba: COORPERJAN.

4) Projeto da Central de Comercialização de Gemas/Jóias e Artesanato.

a) Projeto de restauração e adaptação do Presídio São José (parceria SECULT/SETEPS/SEICOM/SEBRAE-Pa).

Plano de Utilização: Museu de Gemas e Metais Preciosos do Estado do Pará; Laboratório Gemológico; Núcleo de Informações; Oficinas de Produção; Central de Comercialização.

Quadro 16 - Projeções de Impactos do Programa de Gemas e Jóias do Pará.

Político	Econômico	Social	Tecnológico	Ecológico
Projeção do Pará nos cenários nacional e internacional do setor joalheiro.	Incremento na arrecadação tributária.	Qualificação e absorção de mão-de-obra especializada.	Transferência de Know-how nacional e internacional.	Preservação Ambiental assegurada com indústrias não poluentes.
Indução do setor para a economia formal.	Geração de rendas e divisas.	Redução do Índice de Desemprego e de Marginalidade.	Disponibilidade de máquinas e equipamentos modernos.	Valorização dos Recursos Naturais brasileiros.
	Agregação da população economicamente ativa.		Atuação do Pará como centro amazônico de difusão de tecnologia.	
	Aumento no fluxo de turistas e ampliação no número das pequenas empresas.			

Fonte: Programa Estadual de Gemas e Jóias, 2002. (Dossiê) Elaborado pela autora (2014)

E a SEICOM foi acelerando o passo para a obtenção de resultados para continuar no PPA (2004-2007), para que as ações desenvolvidas até então, pudessem apresentar algum resultado econômicos e sociais. Quanto a isso cabem algumas observações:

- a) Grande parte das ações foram destinadas para cidade de Belém, uma vez que a cidade dispunha de melhor infra estrutura, já que possuía instituições para capacitação e mercado consumidor mais ativo. Deixando outras cidades como Itaituba, Marabá, Parauapebas, Floresta do Araguaia e Redenção com ações/atividades pontuais, o que acarretou na não instalação de um Polo Joalheiro nessas cidades.
- b) As projeções inferidas pelo governo estadual, [quadro 16] não foram cumpridas em sua totalidade. Em especial as das áreas social, tecnológica e ecológica. Já que essas áreas ainda hoje não saíram de uma projeção. Atenta-se aqui especialmente para questão ecológica que em momento algum quanto da implementação do programa Polo Joalheiro, se apresentou uma pesquisa ou até mesmo diretrizes em torno da preservação ambiental no que se refere as extração de metais preciosos e gemas.

As questões apresentadas, também ratificam o porquê de não haver o despontamento de joalheria em outras cidades que possuem recursos minerais que também poderiam contribuir para a mudança no cenário da mineração.

Tanto que se encontra nesse mesmo PPA, que o Programa Polo Joalheiro tem como indicadores: Produção de jóias mensal, Número de ocupações diretas e indiretas. Refletindo que o setor de gemas e jóias já estruturado precisava apresentar os resultados quanto as ações empreendidas antes de 2002.

Ainda no tocante da formulação e implementação, é importante recordar, que inicialmente as ações por parte do governo do estado, passaram pela desconfiança de muitos ourives/joalheiros, sobre como governo estadual, poderia gerar oportunidades para um setor até então excluído de qualquer ação por parte de instituições seja pública ou privada.

O programa trabalhou com pessoas que estavam, na sua maioria, havia mais de dez anos na atividade, fazendo jóias da maneira que tinham aprendido, sem nunca terem participado de cursos. Foi um início desafiado até mesmo para os produtores que mobilizaram a categoria.

Em contrapartida, havia a confiança de que o sonho de desenvolver o setor joalheiro e, futuramente, de criar uma indústria de jóias que apresentasse características da cultura e do folclore paraense poderia ser realizado. (SEBRAE, 2004, p. 14).

Porém, os que aceitaram fazer parte dessa ação do governamental, tiveram que passar por mudanças muito bruscas em um curto período de tempo entre os anos de 1998/2001 em especial ligado à fatores a produção, mercado e capacitação empresarial. Pois foi identificado via diagnósticos do SEBRAE/SEICOM/SETEPS nesse período, que era preciso conhecimento sobre gestão e organização social.

O principal desafio foi estabelecer um padrão de qualidade entre as unidades produtivas, compatíveis com as exigências do mercado e de forma diferenciada. [...] As oficinas e cursos especializados tiveram início em 1998. A idéia que se defendia era que se deveria começar do “zero”, como se as pessoas nunca tivessem ouvido falar em produção de jóias. Os estudos foram voltados para uma produção diferenciada, afinada com a cultura do Pará. (SEBRAE, 2004, p. 6 ; 7)

O SEBRAE-Pa no ano de 2004, relata que os cursos tinham o foco de capacitar os ourives na cidade de Belém. Pois não foi levado em consideração, tanto pela SETEPS como o SEBRAE-Pa o conhecimento empírico apresentado pelos ourives.

O que em um primeiro momento acarretou em problemas quanto ao aprendizado e a inserção desses “ourives amadores” e transformá-lo em um “ourives profissional”. Ademais dos cursos de ourivesaria, foram oferecidos quanto da implementação da política pública cursos na área de desenho técnico e design com o foco na produção de jóias e embalagens.

Nesse contexto observa-se foram elaboradas a Missão e Visão de Futuro, que foi posta ano 1999, para o Programa Estadual de Gemas e Jóias do Pará (PARÁ. SETEPS, 1999, não paginado):

a) Missão:

Proporcionar meios para a organização de profissionalização no setor de gemas, através da educação e desenvolvimento empresarial, buscando a construção de uma identidade setorial, sua auto-sustentação e credibilidade no mercado.

b) Visão de futuro:

Tornar o Polo Joalheiro do Estado do Pará referência regional nos mercados nacional e internacional em qualidade e produtividade, com marca, consolidada, apoiada em uma cadeia produtiva integrada, privilegiando a internalização de benefícios no Estado.

c) Diretrizes:

1. Manter os diversos atores que participam do Programa de Desenvolvimento de Gemas e Jóias do Pará, permanentemente articulados visando a sua sustentabilidade, integrando programas, fomentando núcleos produtivos e outros.
2. Estimular o desenvolvimento de um processo ordenado de profissionalização do Setor.
3. Fomentar a criação de espaços que integrem produtos e serviços baseados na cadeia produtiva do setor, que sejam referências tanto para produtores quanto para o mercado e outros segmentos.
4. Estimular a manutenção de um padrão de qualidade dos produtos, capaz de assegurar sua identificação no mercado global.
5. Estimular a criação e manutenção de uma política de marketing capaz de sustentar a imagem do Setor no mercado.
6. Promover o desenvolvimento da capacidade empreendedora do Setor.
7. Fomentar a pesquisa e a difusão de novas tecnologias no Setor.

E após 2007, já com a consolidação do gerenciamento da política pública por OS, as ações do governo do estado apresentam como Objetivos Estratégicos (Contrato de Gestão IGAMA, 2007 sem paginação):

Contribuir para o fortalecimento e organização da capacitação produtiva do setor de gemas e jóias e artesanato mineral nas áreas de design, inovação, qualidade, gestão, capital humano e social, comercialização;

Gerenciar o Espaço São José Liberto visando assegurar sua manutenção patrimonial e a gestão de recursos humanos e financeiros sob a lógica gestora de cunho participativo, ético e transparente;

Implementar ações de cooperação técnica e parcerias visando ao desenvolvimento de inovação tecnológica, formação técnica e suporte laboratorial, as atividades relativas ao setor de gemas, jóias e artesanato mineral;

Apoiar e promover ações que estimulem a comercialização da produção local do setor de gemas e metais preciosos nos planos local, regional, nacional e internacional;

Promover articulações do Programa de Desenvolvimento do Setor de Gemas e Metais Preciosos e dos Polos joalheiros instalados (Espaço São José Liberto e outros) na cadeia produtiva turismo;

Apoiar e promover ações que estimulem a comercialização no Espaço São José Liberto da produção paraense de artesanato.

E como diretrizes:

Ampliar espaços que integram produtos e serviços baseados na cadeia produtiva do setor, que sejam referências tanto para os produtores quanto para o mercado e outros segmentos;

Contribuir para o desenvolvimento da pesquisa e difusão de novas tecnologias referidas ao setor de gemas e metais preciosos;

Desenvolver um processo de gestão democrática em conjunto com os agentes sociais e instituições envolvidas no programa;

Fomentar ações integradas às áreas do turismo, cultura, artesanato ciência e tecnologia, geração de emprego e renda, economia em conjunto como primeiro, segundo e terceiro setor, possibilitando funcionamento articulado de Espaço São José Liberto.

Observam-se poucas mudanças quanto aos direcionamentos estratégicos para o desenvolvimento do setor entre os anos de 1999-2007. E neste ponto que cabe atentar que para outra questão importante: processos eleitorais/mudanças de governo.

Conforme já apresentado, as ações para o setor de gemas e jóias foram iniciadas no governo Almir Gabriel (PSDB) e consolidadas no governo Simão Jatene (PSDB), com a inauguração do Espaço São José Liberto. Em 2007 continuaram com do governo de Ana Júlia Carepa (PT).

É interessante atentar para forma de gestão da política pública e as diretrizes estratégicas. Pois as ações do governo estadual e o ESJL continuaram a ser geridos por OS. E as diretrizes estratégicas sofreram poucas alterações de uma gestão de governo para outra.

O retorno de Simão Jatene (PSDB) no ano de 2011, as ações passam a ter foco em Arranjos Produtivos, ou seja, a formação de um Arranjo Produtivo Local de Gemas e Jóias na cidade de Belém e a retomada de implementação do Polo Joalheiro nas cidades de Itaituba e Parauapebas.

Logo, o processo de continuidade dessa política pública nos PPA é algo que merece atenção. Pois esta é a única política pública setorial do estado do Pará que permanece ativa por 4 períodos de governos e de forma prioritária – pois mesmo com a mudança de governo PSDB e PT - não foi encerrada. E mesmo ao longo de 4 PPA, muitos dos problemas apresentados quando a sua formulação ainda não foram sanados, além de tal política apresentar um excelente discurso político os governantes estaduais, quanto a sua atuação em prol da mineração no estado do Pará.

Conforme verificado no subtítulo anterior (5.2): a avaliação das ações do governo estaduais são na verdade baseadas nas atividades empreendidas através da gestão da OS. Não foi observado que o processo de avaliação apresente alguma aprendizagem para a OS e para as secretarias. Assim como não apresenta impacto, punição ou reformulação das diretrizes quanto aos desdobramentos de tal política.

O que fica nítido então é que todas as mudanças que ocorreram nas diretrizes e objetivos estratégicos estão relacionados apenas as mudanças de governo, e não como decorrência de aprendizado com o processo de avaliação. Isso permite afirmar que a avaliação desta política pública, consiste em uma mera formalidade normativa quanto ao controle dos recursos públicos.

Quanto a isso Ala-Harja e Helgason (2000, p. 5) contribuem:

A avaliação de programa pode ser definida como uma análise sistemática de aspectos importantes de um programa e seu valor, visando fornecer resultados confiáveis e utilizáveis.

A avaliação de programa deve ser vista como mecanismo de melhoria no processo de tomada de decisão, a fim de garantir melhores informações aos governantes, sobre as quais eles possam fundamentar suas decisões e melhor prestar contas sobre as políticas e os programas públicos. Não se destina a resolver ou substituir juízos subjetivos envolvidos na tomada de decisão, mas permite um certo conhecimento dos resultados de um dado programa — informação que pode ser utilizada para melhorar a concepção de um programa e sua implementação.

Chaves (2014) atenta para outros problemas quanto a avaliação. Sendo um deles, está relacionado com a falta de participação de atores regionais (governos municipais, empresários

e sociedade local) quanto aos processos de formulação de políticas de desenvolvimento regional, o que acarreta em deixar o Estado agir sozinho na construção da política pública.

E a autora ainda contribui que a forma como o Programa Polo Joalheiro, vem sendo conduzido e gerido, indica um ciclo vicioso, que não consegue atuar necessariamente nas causas dos principais problemas enfrentados pelo setor, como aquisição de matérias primas de fontes locais, tecnologia, formação de novos empreendimentos e investimentos.

Fato esse que remete as considerações de Secchi (2010) e Weiss (1998) no qual as políticas públicas devem ter por finalidade resolver problemas e a extinção do programa. O que significa dizer que programa da forma como é gerido se estenderá por vários anos e provavelmente não alcançará sua missão seminal.

A sua prioridade frente à outros setores produtivos, fica nítido na mensagem do governador que profere a importância do setor para a economia do estado e também pode ser observado, através dos valores repassados para o contrato de gestão, que é superior à muitas ações destinadas á outros setores produtivos do estado, em especial aos com foco em APL⁵¹.

É nesse sentido que compreende-se a maior cobrança por resultados e redução de custos por parte da SEICOM, pois o alto valor do contrato de gestão, implica em um alto custo unitário por integrante do setor, sem contar no baixo quantitativo de novos integrantes, o que demonstra a falta de eficiência e efetividade das ações até agora empreendidas.

E por último também não foi observado, por parte de nenhum dos integrantes da cadeia produtiva do setor de gemas e jóias o conhecimento quanto as diretrizes estratégicas, aos programas do qual fazem parte no PPA ligados ao desenvolvimento de tecnologia e inovação, e de competitividade e até mesmo o de pertencerem à um setor de oportunidades para a economia estadual e muito menos seu processo de avaliação.

2º) O gerenciamento da política pública por Organização Social.

Uma particularidade apresentada por esta política pública esta relacionada ao seu gerenciamento por uma Organização Social. Isso ocorreu, com uma estratégia de governo quanto do seu processo de desenvolvimento. Visando a possibilidade de poder através dessa nova forma de gestão na administração pública alavancar e dinamizar o setor gemas e jóias, o artesanato e o turismo na cidade de Belém.

⁵¹ Mais informações sobre valores, acesse: www.sepof.pa.gov.br em Planos Plurianuais.

Para compreender o que é uma OS e qual o seu papel diante de uma política pública, é necessário atentar para Reforma do Estado⁵²/ou a Reforma da Gestão Pública, implementada a partir de 1995 no Brasil. Essa reforma trouxe consigo algumas mudanças institucionais e na forma de gestão por parte do Estado. Entre as quais, destaca-se as Organizações Sociais - OS.

As Organizações Sociais (OS) são conceituadas como um modelo de organização pública não-estatal destinado a absorver atividades publicizáveis mediante qualificação específica, ou seja, tratam-se de pessoas jurídicas de direito privado - “organizações particulares”.

As OS na maioria dos casos são constituídas por instituições/associações civis sem fins lucrativos, que não são propriedade de nenhum indivíduo ou grupo e estão orientadas diretamente para o atendimento do interesse público.

Esse modelo de gestão, na administração pública, embora represente uma inovação institucional para o governo, não institui uma nova figura jurídica, mas que atuarão fora da administração pública.

Mesmo com a adoção de OS, o Estado continuará a fomentar as atividades desses serviços competitivos ou não-exclusivos e exercerá sobre elas um controle estratégico: demandará resultados necessários ao atingimento dos objetivos das políticas públicas. Esse modelo de gestão tem como propósito central "permitir a descentralização de atividades no setor de prestação de serviços não-exclusivos, nos quais não existe o exercício do poder de Estado”.

Mas obedecendo a uma nova condição, o controle “a posteriori” dos resultados de desempenho estabelecidos no **Contrato de Gestão**, que é o instrumento que regulará as ações das OS, já que o mesmo é um compromisso de resultados, assinado pela entidade pública não-estatal, qualificada como tal.

No contrato de gestão consta o objeto, as metas (e seus indicadores globais e específicos), obrigações, responsabilidades, recursos, cessão dos bens públicos, mecanismos de avaliação de resultados e penalidades – define-se também o propósito de atingir os objetivos das políticas públicas, como a melhoria da gestão com ênfase no melhor atendimento ao cidadão-usuário.

⁵² Não será alvo de discussão os desdobramentos da Reforma do Estado no país. Apenas observa-se que esse modelo que se implementou da administração pública brasileira, procurou contribuir para a formação no Brasil de um aparelho de Estado forte e eficiente, entre suas várias ações, esta o foco em uma dimensão institucional-legal, voltada à descentralização da estrutura organizacional do aparelho do Estado através da criação de novos formatos organizacionais, como as agências executivas, regulatórias, e as organizações sociais. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/rgp.asp>

O Contrato de Gestão deve ser tornado público, assim como a conclusão das avaliações de desempenho institucional, como forma de ser acompanhado e avaliado, pelo o órgão ou entidade da área de atuação em que esteja inserido o objeto social da entidade e a supervisão dos poderes Legislativo e Judiciário quanto pela sociedade.

Outros pontos a serem destacados quanto as OS:

a) O foco de suas ações esta pautado em um modelo de Gestão por Resultados, pois a OS é fiscalizada quanto aos resultados alcançados, ou seja, pelo cumprimento dos objetivos e metas do Contrato de Gestão;

b) A gestão da OS não é fiscalizada pelo órgão supervisor [Tribunal de Contas] quanto à seus procedimentos administrativos, contábeis e financeiros;

c) A OS está sujeita apenas às prerrogativas da Lei 9.637/98 (lei federal que regulamenta a gestão das OS, caso não haja legislação específica a nível estadual) e às obrigações estabelecidas no Contrato de Gestão;

d) A qualificação institucional como OS se dará mediante Decreto – e como qualificada, a entidade denominada OS estará habilitada a receber recursos orçamentários do Estado para administrar suas atividades;

e) Não recebe recursos orçamentários. Não é uma unidade orçamentária. Recebe recursos via contrato de gestão. A LOA prevê, no orçamento do órgão supervisor, os recursos para pagamento do contrato de gestão.

Pode complementar a remuneração dos servidores cedidos, desde que não seja com recursos públicos (provenientes do Contrato de Gestão).

Através das Organizações Sociais, o Estado redimensiona o seu tamanho, permitindo maior participação das iniciativas da sociedade civil, descentralizando seu poder e tornando-se mais eficiente, além de reduzir seus custos. Portanto, a atividade desempenhada pela Organização Social deve ser feita com ênfase ao cidadão, que necessita da prestação deste serviço, e de forma clara, transparente e objetiva.⁵³

No Estado do Pará, incidem três decretos Leis no que tange as Organizações Sociais:

- 1) Lei nº 5.980, de 19 de julho de 1996, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organização Social, institui e disciplina o Contrato de Gestão, e dá outras providências.
- 2) Lei Nº 6.079, DE 16 de Outubro de 1997. Altera a Lei nº 5.980, de 19 de julho de 1996, que dispõe sobre as entidades qualificadas como organizações sociais.

⁵³ Texto Elaborado com base em SALGADO, V. A. .ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, OSCIPS E SERVIÇOS SOCIAIS AUTÔNOMOS: QUAL A DIFERENÇA? MPOG, 2012.

- 3) E o Decreto Lei N° 3.876, de 21 de Janeiro de 2000 – Regulariza a qualificação das OS e dá outras providências.

No bojo desses decretos encontram-se algumas informações importantes quanto a atuação das OS junto ao governo estadual.

- a) As condições para a qualificação da OS - Lei N° 3.876, de 21 de Janeiro de 2000.

Art. 2° - O responsável pela outorga da qualificação verificará a adequação dos documentos citados no artigo anterior com o disposto nos arts. 2° e 3° Lei n° 5.980, de 19 de julho de 1996, devendo observar:

I - se a entidade tem a finalidade prevista no art. 2° daquela Lei;

A Lei n° 5.980, de 19 de julho de 1996 trata da qualificação como:

Art. 2°. São requisitos específicos para que a entidade privada se habilite à qualificação como Organização Social:

I - comprovar o registro de seu ato constitutivo, dispondo sobre: a) natureza social de seus objetivos na respectiva área de atuação; b) finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades; c) obrigatoriedade de, em caso de extinção, o seu patrimônio, legados e doações que lhe forem destinados, bem como os excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, serem incorporados ao patrimônio do Estado ou ao de outra Organização Social, qualificada na forma desta Lei;

E da perda da qualificação

Art. 4° - [...]

Parágrafo único - A perda da qualificação dar-se-á mediante decisão proferida em processo administrativo, instaurado na Secretaria Especial de Estado de Governo, de ofício ou a pedido do interessado, ou judicial, de iniciativa popular ou do Ministério Público, nos quais serão assegurados a ampla defesa e o contraditório.

- a) As finalidades: (grifo nosso)

Art. 6° - Para fins do art. 1° da Lei n° 5.980, de 19 de julho de 1996, entende-se como prestação de serviços sociais:

[...]

VI - a promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza;

VII - a experimentação não lucrativa de novos modelos sócio-produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito;

[...]

IX - os estudos e pesquisas, desenvolvimento de tecnologias alternativas, produção e divulgação de informações e conhecimentos técnicos e científicos que digam respeito às atividades mencionadas neste artigo.

Parágrafo único - Para os fins deste artigo, a dedicação às atividades nela previstas configura-se mediante a execução direta de projetos, programas, planos de ações correlatas, por meio de doação de recursos físicos, humanos e financeiros ou, ainda, pela prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgão do setor público que atuem em áreas afins.

- b) A Prestação de Contas: (grifo nosso)

Art. 9° - Para efeito do disposto no art. 11, § 1°, da Lei n° 5.980, de 19 de julho de 1996, entende-se por prestação de contas relativa à execução do Contrato de Gestão a comprovação, perante o órgão supervisor, da correta aplicação dos recursos

públicos recebidos e do implemento do objeto do Contrato de Gestão, mediante a apresentação dos seguintes documentos.

I - relatório sobre a execução do objeto do Contrato de Gestão, contendo comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados;

II - parecer e relatório de auditoria, nos casos previstos no art. 14;

III - balanço patrimonial, incluindo os extratos bancários;

IV - demonstração das origens e aplicações de recursos;

V - demonstração das mutações do patrimônio social;

V - demonstração das mutações do patrimônio social;

VI - notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário.

§ 1º As prestações de contas anuais serão realizadas sobre a totalidade das operações patrimoniais e resultados das Organizações Sociais.

Art. 10. O Contrato de Gestão poderá ser celebrado por período superior ao do exercício fiscal.

[...]

Art. 13. São recursos financeiros das entidades de que trata esta Lei:

I - os recursos que lhes destinar o Poder Público, na forma de respectivo Contrato de Gestão;

II - as receitas originárias do exercício de suas atividades;

[...]

IV - rendimentos de aplicações de seus ativos financeiros e outros pertinentes ao patrimônio sob a sua administração;

V - outros recursos que venham a lhes ser destinados.

Art. 14. A Organização Social deverá realizar auditoria independente da aplicação dos recursos objeto do Contrato de Gestão, nos casos em que montante de recursos for maior ou igual a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais).

Art. 15. O órgão estadual superior deverá avaliara e monitorar a execução do Contrato de Gestão.

Art. 16. A Organização Social fará publicar na imprensa oficial do Estado, no prazo máximo de trinta dias, contados a partir da assinatura do Contrato de Gestão, o regulamento próprio para a contratação de obras e serviços, bem como para compras com empregos de recursos provenientes do Poder Público, observados os princípios estabelecidos no caput do art. 10 da Lei nº 5.980, de 19 de julho de 1996, remetendo cópia para conhecimento do órgão estatal parceiro.

Como já relatado no sub título 5.1, as ações do governo estadual para o setor de gemas e jóias foram gerenciadas por Organização Social. Quanto a institucionalidade da política pública, observa-se que seu gerenciamento foi inicialmente realizado pelas secretarias estaduais [primeiro setor] e depois por OS [terceiro setor].

A primeira OS a gerir essa política pública foi a ASJL com data de abertura 03/10/2002 sendo criada especialmente pelo governo estadual para tal finalidade, tendo com presidente a ex- primeira dama do estado Srª Socorro Gabriel.

A ASJL ficou responsável pela gestão do Programa Polo Joalheiro, conforme o PPA (2004-2007) e também pela manutenção do ESJL. Sendo desqualificada no ano de 2008, com base Decreto nº 1.082, de 24 de junho de 2008⁵⁴.

⁵⁴ Não foi possível encontrar a no decorrer da pesquisa o contrato de gestão da ASJL.

Com a mudança de governo, no ano de 2007, o ESJL passa a ser gerenciado por outra OS, o IGAMA, através do Contrato de Gestão nº 001/2007, assinado no dia 15/06/2007, no qual tinha prazo de vigência de 4 anos, 7 meses e 16 dias à contar desta data.

Após o vencimento do contrato de gestão do IGAMA em dezembro 2011, a SEICOM estendeu o contrato gestão [através do termo aditivo nº 08 e termo aditivo nº 09] para mais 5 meses (até 10/05/2012) para dar continuidade as ações já desenvolvidas.

Em fevereiro de 2012, [Portaria N°005/2012/SEICOM - 19/02/2012] é criada a Comissão Mista de Avaliação formada por profissionais da área da economia, geologia, contabilidade, jurídica para avaliarem o contrato de gestão ainda vigente, assim como a elaboração de novo certame para a contratação de nova OS para gerenciar o ESJL.

Após a criação da comissão mista, foi realizado o Processo Seletivo Simplificado para a escolha de nova OS para gerenciar o ESJL, gerenciamento, por meio de contrato de gestão, do ESJL, dando como vencedor do certame o único habilitado, ou seja, o Instituto de Gemas e Jóias da Amazônia (IGAMA). [Publicação nº 364876 – Diário Oficial do Estado do Pará, 12/04/2012]

Após o processo de licitação o IGAMA ainda conta com a prorrogação do contrato de gestão por mais 1 ano (08/05/2014 -07/05/2015 – Contrato SEICOM 001/2012) [Publicação nº 683166 - Diário Oficial do Estado do Pará 08/05/2014].

Enfatizar a questão do gerenciamento por OS e como isso se processou ao longo dos últimos 12 anos, é algo que traz a tona várias informações e constatações interessantes quanto: gestão, avaliação e resultados da política pública e a amplitude de seu rebatimento.

A gestão por OS é algo que diferencia essa política pública das demais com a mesma finalidade de desenvolvimento econômico para o estado. Pois a competência da OS esta fundamentalmente relacionada com a questão de dinamizar socioeconomicamente o setor, isso significa gerenciamento do ESJL com a sua intersectorialidade (turismo, cultura, artesanato e pólo joalheiro) com a realização de ações mercadológicas e de propaganda para maximizar o número de visitantes da cidade de Belém para conhecer o ESJL e que estimulem o consumo através da participação em eventos setoriais e de promoção da joalheira a nível local, nacional e internacional.

Porém, a questão da comercialização é contestada por parte do IGAMA. Já que a mesma se exime da questão relacionada à comercialização e divulgação da produção joalheira que ocorre junto aos participantes da política pública. Pois o seu papel é o de garantir a manutenção do ESJL conforme consta no PPA.

E quando questionada sobre o seu papel quanto a política pública, delega a questão de “política pública” para a SEICOM, já que compete a essa secretaria ações me prol da facilitação de aquisição de matéria-prima, benefícios fiscais e creditícios.

Todavia, há um contrato de gestão que infere a OS diversas obrigações, e uma delas esta relacionada a promoção de cursos de capacitação, comercialização[motivo o qual o governo delega suas funções a fim de que possa comercializar] e garantir a sustentação de recursos para o dinamismo econômico do setor.

Cabe trazer a recordação que, uma das ações desenvolvidas pelo IGAMA no período de 2007/2011- no qual a OS constatou que o ESJL tinha uma baixa frequência de visitantes e logo também do consumo dos produtos – foi a de divulgar o setor de gemas e jóias à nível local, nacional e internacional.

Para isso empreendeu esforços junto ao SEBRAE-PA e ao Hangar Feiras e Eventos da Amazônia, para colocar a produção joalheira nos mais diversos eventos e ações. Isso foi realizado para que o setor joalheiro pudesse participar dos mais diversos eventos e mostrar aos consumidores locais que os produtos comercializados no pólo joalheiro de Belém, tem preço acessível a mercado local e qualidade em sua produção. Todavia, essa tentativa não apresentou resultados significativos.

Bem como não foi perceptível por parte da OS nenhuma ação para implementação de Plano de Marketing, criação de algum meio de comercialização como *homepage* com plataforma e-commerce (B2B) ou até mesmo a participação em Feiras Comerciais para divulgar e comercializar o que é produzido pelo setor.

Ainda no cerne a institucionalidade da política pública, observa-se que os beneficiários da mesma, são na verdade os clientes da OS. Pois as relações entre a OS, o governo do estado e aos participantes do setor de gemas e jóias se realiza através de relações contratuais, no qual o governo estadual paga para execução das ações [da política pública] para a OS, a fim de obter resultados econômicos e sociais para seus cidadãos.

Após isso, há de se levantar alguns questionamentos quanto a adoção de tal estratégia de gerenciamento de política pública sob de a gestão por OS. Que embora possa parecer ser vantajoso para o governo do estado se distanciar de políticas setoriais e deixar sua dinâmica para o setor privado, visando e focar-se em questões mais emergentes, isso não o isenta de criticas quanto a sua atuação.

Logo o primeiro questionamento a ser levantado, esta relacionado ao ferimento da Lei nº 5.980, de 19 de julho de 1996 e Lei Nº 3.876, de 21 de Janeiro de 2000 no que se refere a qualificação da OS. Pois ambas as OS que geriram a política pública não apresentavam

atividades pregressas com relação as atividades da joalheria quando ao seu pedido de qualificação junto ao governo estadual.

Porém cabe uma breve explicação quanto a ASJL que foi a primeira OS a gerir a política pública. É que a mesma foi qualificada como OS em virtude de o setor de gemas e jóias ser recente na economia do estado e as atividades desenvolvidas tanto pela presidente e diretora da OS davam sustentação para tal qualificação. Sendo que sua criação é assumida pelo governo estadual, como uma das formas de garantir a dinâmica do setor em Belém.

Porém a mesma explicação não cabe ao IGAMA, pois quando a mesma foi qualificada como OS em 2007, o setor de gemas e jóias já estava estabelecido e no seu pedido de qualificação não consta nenhuma atividade pregressa quanto a atuação junto à qualquer atividade de economia mineral ou relacionada a geração de emprego e renda. Tanto que sua abertura consta com data de maio de 2007 mesmo mês que foi qualificada como OS.

Isso deixa implícito que as OS são “criadas” pelos governos estaduais para o gerenciamento dessa política pública. Porém é preciso atentar que tal situação ocorre, em virtude de não ser criada uma atmosfera propícia para o interesse e fomento de outras instituições para atuarem junto ao setor.

Isso esta na verdade acarretando na hegemonia da mesma instituição no gerenciamento das ações do estado. Já que o próprio governo estadual não apresenta um direcionamento futuro na mudança do modelo de gestão, assim como não irá encerrar uma política pública da economia mineral do estado, frente aos discursos e imagem que a mesma passa para a sociedade - de uma política pública que procura mudar o cenário discrepante da mineração no estado do Pará.

O segundo questionamento é o da falta de autonomia financeira, que ainda não conseguiu ser atingida pelo IGAMA. Pois conforme consta no contrato de gestão [nº 01/2007 e nº 01/2012] a mesma deveria gradualmente obter ter autonomia financeira para sua atuação junto as atividades contratadas.

E mesmo a OS não apresentando ao longo de 9 anos de gestão do ESJL não alcançou autonomia financeira, esse modelo de gerenciamento ainda é utilizado e não há nenhum direcionamento por parte do governo estadual em encerrar tal modelo de gestão. Assim como não foi observado nos documentos de avaliação qualquer sanção ou punição quanto à falta de eficiência e efetividade do IGAMA, há apenas recomendações sem verificações de que tais recomendações foram atendidas.

3º) Mudanças nos discursos políticos, denominações e nas diretrizes para o setor de gemas e jóias.

A trajetória das ações dos governos estaduais para o setor de gemas e jóias é outro ponto que precisa ser discutido para fim de compreender como os governos estaduais se comportaram e traçaram suas ações e quais os impactos na situação atual e futura.

A esse passo, primeira colocação a ser inferida é que o setor de gemas e jóias, não foi criado pelo governo estadual, conforme o mesmo profere. Foi apenas organizado e alvo de intervenção pelo governo estadual, após 1997.

Pois muitos joalheiros que hoje são participantes dessa política pública já exerciam suas atividades em diversas cidades do estado, seja de forma individualizada ou em cooperativas e associação de joalheiros. Exemplo disso, é que na cidade de Belém, havia a Câmara Setorial de Gemas e Jóias da Associação Comercial do Pará e a Cooperativa dos Joalheiros do Pará: Amazon Jóias (desde 1999). Sendo essas informações constatadas pelo próprio governo estadual no início dos anos 2000, logo seu papel de “criador de setor econômico” não cabe em seu discurso quanto ao setor de gemas e jóias em nenhuma cidade do estado do Pará.

Logo é importante ratificar que as atividades joalheiras são desenvolvidas sob a existência de minérios como ouro e prata e das gemas e podiam ser lapidadas e comercializadas de forma artesanal ou agregadas as jóias produzidas manualmente, para atender demandas pontuais de clientes locais. O que já dá um indicativo que há mercado consumidor para jóias no Pará.

Os discursos proferidos e documentados pelo governo estadual entre os anos de 1995-2006 [quando se refere ao setor joalheiro], as colocações estão diretamente ligadas à duas questões principais: a verticalização mineral e da geração de emprego e renda, enfatizando as cidades de Itaituba, Marabá e Belém.

As colocações sobre a verticalização mineral estavam relacionadas ao desenvolvimento da cadeia produtiva, ou seja, o beneficiamento de gemas e os metais na produção de jóias e outros utensílios de artesanato mineral. E que no decorrer dos anos atingiriam um processo de industrialização de produção.

Porém, a questão da verticalização foi colocada em segundo plano no decorrer de seu desenvolvimento, elevando mais os fatores da criação de microempresas, capacitação na área de negócios e design.

Atentando para os partidos políticos que estiveram no comando do governo estadual entre 1998-2014, cabe uma breve explicação que: quando a formulação, implementação da política pública foi realizada pelos governos PSDB que tinham como foco a criação de uma indústria joalheira e o envolvimento do setor com outros setores produtivos do estado, podendo ser um dos expoentes quanto ao cenário da mineração do estado. Já quando da chegada do PT ao poder no ano de 2007, há a ênfase em torno de pontos como tecnologia, inovação e novos investimentos para elevar a qualidade da produção do setor.

Mas o que foi possível observar é que mesmo com a mudança de governo, não houve mudanças quanto a dinamismo produtivo e econômico do setor, que ainda continua com produção artesanal com baixa industrialização e aquisição de tecnologia, não possui linhas de crédito e qualquer outro incentivo ou estímulo além das ações do governo estadual.

Porém, observou-se que, em especial, no governo do PT (2007-2010), que há a ênfase por parte do IGAMA, na produção joalheira artesanal, no qual se prioriza a idéia de uma jóia artesanal voltada para um nicho de mercado⁵⁵.

Isso em outras palavras vai de encontro com a proposta inicial da política pública que era de futuramente o estado do Pará possui uma indústria joalheira, competitiva e com tecnologia e inovação.

Tanto que no decorrer da pesquisa não foi apresentado pelo IGAMA, nenhum estudo ou pesquisa que comprove que ao priorizar tal forma de produção traz vantagens financeiras, econômicas ou mercadológicas para aos clientes da política pública. Na verdade tal estratégia causa um engessamento da produção e a baixa divulgação do que é produzido a nível local.

Seguindo o passo, observa-se que decorrer dos anos a idéia seminal da política pública: atuar em toda a cadeia produtiva do setor de gemas e jóias, foi sendo distorcida.

Tal distorção pode ser muito bem compreendida quando se verifica, por exemplo, os discursos registrados nos catálogos do Pará Expojóia - Amazônia Design. Esse evento foi o resultado das ações desenvolvidas pelo SEBRAE-Pa, IBGM e secretarias estaduais procurando promover a visibilidade e a promoção comercial do setor – no qual o governo estadual se posiciona junto as atividades desenvolvidas pelo setor.

Nesses catálogos, entre os anos de 2004-2006, as ações do governo estadual são apresentadas como bastante significativas quanto a organização e capacitação de setor especialmente em Belém, e que no decorrer de 8 anos, com os cursos de capacitação técnica e

⁵⁵ Nicho de Mercado é a porção específica de um mercado, geralmente uma parte pequena, com necessidades e hábitos específicos, com consumidores exigentes, ou é um segmento de público, que muitas vezes suas necessidades não são bem exploradas.

de profissionalização e gestão empreendedora e que isso refletia em uma coleção de jóias com qualidade.

E que tanto o governo estadual como seus parceiros mostravam a consolidação da política pública e apresentavam para a sociedade como esse setor da economia mineral podia ser capaz de oferecer um produto de qualidade, agregando elementos da cultura amazônica. E no qual esperava que no decorrer dos anos o estado desenvolvesse uma indústria joalheira

Já a partir de 2007, os discursos colocados referem-se como um novo modelo de desenvolvimento ligado a sustentabilidade e há um acerto político ao valorizar um setor como este. A ênfase passa à estar ligada a fatores ligados à cultura, arte e a valorização do trabalho artesanal – como uma espécie de carro chefe das ações desenvolvidas pelo governo estadual, que estava ligado ao fato de valorizar a cultura local demonstrada através das jóias.

Embora também ressalte-se o crescimento quanto a formalização de empreendimentos no setor, isso é interpretado como o crescimento da consciência empreendedora e uma importante conquista do setor – a passagem de uma atividade informal para a formação de microempresa.

Emergiu também um discurso por parte de diversas instituições do governo estadual assim como das OS que aturam junto ao setor, enfatizando que essa política pública provoca uma “*mudança de vida*” para os que fazem parte dela.

Diante disso cabe atentar que essa política tem seu foco no desenvolvimento econômico, ou seja, trabalhar um setor produtivo da economia mineral, que até então estava marginalizado, visando dinamismo econômico para o estado.

Nesse sentido é importante atentar que as ações desenvolvidas para o setor de gemas e jóias são de caráter setorial, ou seja, uma política pública setorial. Que procura através de um conjunto de ações governamentais reduzir/ou extinguir os desequilíbrios acarretados por fatores históricos ou econômicos vivenciado em um determinado território ou período de tempo.

Isso é bastante nítido quando do início das ações para a profissionalização de ourives e lapidários, não estavam ligadas à questões individualizadas, provisão de emprego ou foco na assistência social. O objetivo principal das ações do governo estadual era formalizar os profissionais que trabalhavam na informalidade, para que através dos cursos de capacitação oferecidos pudessem criar suas empresas, pagar os tributos e com o crescimento das atividades produtivas e comerciais empregarem mais pessoas.

Tanto, que então ex-governador Almir Gabriel, enfatizou no período de formulação e implementação do Polo Joalheiro, que os esforços humanos e os recursos orçamentários fossem destinados para o benéfico de cooperativas e associação de ourives ou joalheiros.

E até mesmo com a inauguração do ESJL, produtores e clientes do Programa Polo Joalheiro foram incentivados a se organizar em associação para, entre outros objetivos, preservar o Programa, visando tanto benefícios sociais, como a geração de emprego e renda, a formalização e a especialização da mão de obra desse segmento produtivo.

Assim esse discurso é proferido em especial ao “avaliar” que há um crescimento no número de empresas formalizadas e na percepção empírica da melhoria da condição social apresentada pelos integrantes do setor, como a aquisição de bens materiais como automóveis, casa própria entre outros fatores da vida pessoal.

Assim como o processo de formalização, ou seja, passar de pessoa física para pessoa jurídica – com a criação de micro empresas – não significa necessariamente uma mudança social e até mesmo, produtiva e profissional.

Todavia o governo estadual e as instituições ligadas setor não apresentam nenhum indicador para tais afirmações, assim como não foi realizada nenhuma pesquisa *in lócus* para confirmar se tais ”mudanças” são rebatimentos diretos da política pública.

Todavia é muito vantajoso para o governo estadual proferir esse discurso, pois o mesmo demonstra o impacto as ações desenvolvidas.

Quanto a estratégia de atuação via cooperativa e associação, isso não se mostrou muito eficaz. Pois muitas dos atores da cadeia produtiva priorizam o trabalho de forma individualizada, o que acarretou e ainda acarreta como um dos entraves para um desenvolvimento de atividades oferecidas pelo por instituições privadas, que poderiam contribuir para a aquisição de novos conhecimentos e estratégias para o fomento do setor.

Registre-se que o Diagnóstico citado contatou, nas entrevistas realizadas junto às empresas do Pólo, o desinteresse em desenvolver ações integradas, preferindo-se manter a individualidade. Algumas delas, porém, ao identificarem os conflitos existentes, sinalizaram a necessidade de o SEBRAE ministrar cursos de sensibilização para ações cooperativas de interesse mútuo. (SEBRAE, 2008, p. 18)

Já no que se refere a participação a nível federal, foram encontradas no decorrer da pesquisa documental diversas citações de ações e diretrizes por parte do MDIC, MME, MI, MINC.

Sendo todos os direcionamentos do nível de governo federal, estão pautados em questões em torno de: competitividade e exportação através de pequenas empresas;

valorização dos recursos locais em prol do desenvolvimento local; formação de APL, fomento à tecnologia e inovação entre outros.

Todavia não encontrado nenhum plano concreto, seja via secretaria estadual ou até mesmo uma intervenção federal direta, que demonstre que essas diretrizes foram implementadas no estado do Pará para o setor de gemas e jóias.

Apenas encontrou-se registros de diagnósticos e dos recursos repassados pela FINEP no ano de 2005 para a formação de um APL de gemas e jóias.

Cabe esclarecer que todas e quaisquer direcionamentos via governo federal, foram baseados nos diagnósticos e ações empreendidas pelo governo do estado do Pará, por isso é que encontram-se apenas informações a nível federal após os anos 2000.

Com base nisto, o que ficou constatado, é que o setor de gemas e jóias de Belém conta APENAS com a política pública/ações realizada pelo governo estadual ao longo desses 16 anos – o famoso Polo Joalheiro do Pará. Já que essa é a única intervenção realizada pelo estado com recursos orçamentários, diretrizes e ações que conseguem concretamente atuar no setor.

Outra questão a ser observada diz respeito as denominações dadas ao setor de gemas e jóias em Belém.

As denominações encontradas tratam o setor como: redes de microempresas, Arranjo Produtivo Local – devorante APL - de Gemas e Jóias (APL Mineral), APL de Artesanato, APL de Moda e Acessórios, Economia Criativa e Território Criativo, essas denominações estão ligadas à estudos acadêmicos e instituições como MME, MDIC, IBGM, MINC, sendo atualmente questões sobre o APL tem permeado as discussões da SEICOM em prol de um alinhamento com as diretrizes das políticas públicas federais.

Quanto as denominações citadas é importante destacar a questão dos APL e do Território Criativo - uma vez que as demais denominações tem pouco rebatimento acadêmico, social e econômico para o setor.

No que tange a questão sobre ser um APL⁵⁶ de Gemas e Jóias, isso está relacionado à dois fatores: um no que se refere a história de desenvolvimento do setor e as ações dos governos estaduais e o outro aos mapeamentos e diretrizes nacionais em prol do desenvolvimento regional.

⁵⁶ A conceituação de APL - aglomerações de empresas, localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, tais como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. (MDIC 2011 e SEBRAE, 2011).

No histórico da formulação e implementação da política pública estadual, a mesma tinha em seu bojo idéias similares as de um APL – tanto que foi convocado o SEBRAE-Pa para atuar na estruturação do setor - embora em momento algum sejam citados esforços por parte do governo estadual para que a política pública contribuísse para a formação de um APL mineral no estado do Pará. Embora em janeiro de 2004, a ASJL que gerenciava a política pública, adota as diretrizes de APL e consegue recursos via FINEP para o desenvolvimento de ações futuras para consolidar o setor como um APL de Gemas e Jóias.

O mapeamento do MDIC datado dos anos de 2000 e as ações para o desenvolvimento mineral do MME, que tratam que o estado do Pará possui APL de Gemas e Jóias nas cidades de Belém e Parauapebas.

Porém Chaves (2011) coloca não foi sinalizado por parte do SEBRAE/PA sua atuação em consolidar APL de Gemas e Jóias em Belém, pois sua atuação é de parceria é voltada para capacitação dos produtores na área de gestão e mercado, assim como não foi confirmado, à época da pesquisa [ano de 2010/2011], por nenhum órgão do governo estadual que o setor de gemas e jóias de Belém se constituísse em um APL. E a autora ainda observa que não foi presenciado a participação do GTP – APL Pará com ações voltadas para setor de gemas e jóias de Belém, cabendo qualquer tipo de ação para o setor ao IGAMA – gerenciador do Programa de Gemas e Jóias e não um APL mineral.

Essas colocações são fatídicas quando se observa o setor de gemas e jóias de Belém, no qual ainda não acompanha as diretrizes nacionais no que tange as questões de inovação e tecnologia e até mesmo a formação de APL. Pois até o ano de 2011, o setor era apenas uma política pública estadual. E ainda hoje não tem uma indústria joalheira e nem consegue beneficiar seus minérios no próprio território.

A gestão estadual de 2010/2014 tem enfatizado a questão em torno da concretização de um APL mineral no estado do Pará, para as cidades de Belém, Itaituba e Parauapebas em consonância com as diretrizes do governo federal e do Plano Estadual da Mineração (2014-2030).

Sendo que este plano coloca o setor de gemas e jóias do estado do Pará como um dos prioritários para os próximos anos no que tange a economia e política mineral do estado. Sendo essa prioridade fortemente atrelada aos problemas da baixa verticalização da produção mineral no estado, que vem se arrastando o longo de 20 anos e ainda não surtiu os efeitos esperados no estado do Pará.

Mesmo assim, o governo estadual não coloca o setor joalheiro nas ações que tangem ao fortalecimento de APL nos PPA, o mesmo apresenta-se isolado e apenas com recursos para

a manutenção do ESJL. Sendo o ESJL recebe seis vezes mais recursos do que para o fomento e desenvolvimento de outros APL no estado do Pará.

As verificações quanto a consolidação de um APL de gemas de jóias em Belém, no atual governo (2010/2014) mostraram-se de forma impositiva, procurando “criar” um APL com as ações do governo estadual através do IGAMA.

Quanto a isso se faz necessário atentar as colocações de Chaves (2013), no qual a autora afirma que o setor apresenta diversas fragilidades como governança, capital social, baixa interação espacial. Assim como atenta Costa (2010 p. 214, 215):

Neste sentido que o papel das ações estatais tornam-se fundamentais, devendo incentivar o desenvolvimento da interação dos agentes locais de modo que estes, paulatinamente, ganhem autonomia na resolução dos problemas do aglomerado. [...] O desenvolvimento de um APL não é algo pré-concebido. Depende de que as ações implementadas condigam com as especificidades locais e que estejam política e socialmente respaldadas, tanto interna como externamente. [...] O papel do Estado é incentivar, participar e, quando for o caso, coordenar e arbitrar sua montagem.

Já no que se refere ao Território Criativo⁵⁷, tal denominação esta ligada à outro mapeamento, dessa vez realizado pelo MINC, no qual colocou o ESJL como um território criativo, pois neste local se desenvolvem atividades ligadas ao artesanato e valorização da cultura local, que se expressa através dos produtos produzidos manualmente – isso se refere tanto aos produtos comercializados na casa do artesão como aos produzidos pelos joalheiros.

A concepção de Território Criativo também vem sendo colocada pela SEICOM e SECULT, como forma de atrair visitantes e consumidores ao ESJL, embora não haja recursos orçamentários e nem extra-orçamentário com foco nessa denominação.

Contudo, o que fica nítido é que mesmo com todas essas denominações e mudanças bojo das diretrizes no governo estadual, é que o setor de gemas e jóias de Belém é sempre relacionado ao Polo Joalheiro e ao Espaço São José Liberto. Isso também traz consigo, uma falsa impressão e compreensão de que esse setor da economia mineral, só esta neste local. O que de fato não é!

O setor joalheiro de Belém não se restringe as microempresas que desenvolvem suas atividades no ESJL. Pois no próprio ESJL há a Loja UNA que comercializa jóias de micro empreendedores individuais (MEI), microempresas (ME), design e profissionais não

⁵⁷ Segundo o MINC, o Território Criativo é um ambiente que reúne um conjunto de atores e ações estruturantes voltadas para a redução das desigualdades intra e inter-regionais brasileiras, mediante o desenvolvimento interno do potencial criativo de espaços selecionados (Bacias, Cidades e Arranjos Produtivos Locais), em um processo articulado com a sociedade local. Ou um Espaço para a fruição cultural com apresentações artísticas de grupos e programas do Sistema Estadual de Cultura, circulação de acervos do Sistema (artes visuais, cinema, cultura popular etc.) e apresentações de grupos e instituições regionais locais.

formalizados (pessoas físicas), ou seja, somente nesse local há uma gama significativa de pessoas, em especial ligada a confecção e produção de jóias.

Embora tais empreendimentos não apareçam nas estatísticas econômicas da região metropolitana de Belém, e nem como um dos principais setores econômicos do estado, o mesmo apresenta uma quantitativo significativo quanto ao número de empregos gerados- seja nas lojas ou nas oficinas de produção.

Pois foi verificado que em média, as microempresas empregam em torno de 15 pessoas diretamente [ligado a produção e a venda]. Isso sem levar em conta as relações com fornecedores de matéria-prima e outros profissionais que permeiam indiretamente com atividades junto ao setor. (essa questão será abordada melhor no desenvolvimento desta análise).

4º) O papel das instituições que atuam junto ao setor.

Quando do processo de implementação da política pública houve um elevado quantitativo de instituições participantes abrangendo áreas como: tecnologia e inovação, pesquisa geológica, design, qualificação profissional, capacitação mercadológica crédito, ensino e pesquisa.

Entre os anos de 1998-2004 foram mobilizadas as mais diversas instituições a nível local e nacional. No ano de 2004, as ações eram integradas por 30 instituições com atuação em diversas áreas afins, nas cidades de Belém, Itaituba e Marabá. (ASJL, 2004)

Observou-se também a redução no número de instituições atuantes. Exemplo disso são os cursos técnicos na área de lapidação⁵⁸ [um dos gargalhos do setor], e os de ourivesaria os quais não são mais oferecidos por instituições de ensino.

O decréscimo deve-se em grande parte ao setor não ter se alavancado como se esperava nos planos do governo estadual, assim instituições de ensino, por exemplo, deixaram de ofertar os cursos, já que não havia demanda e nem visibilidade e um baixo rebatimento social.

Cabe atentar neste ponto, que os cursos profissionalizantes oferecidos pelo SENAI (ourivesaria) e CEFET-Pa (lapidação e design – curso de desenho em jóias), que foram demandados pelos planos elaborados pelo governo do estado, atualmente não estão mais disponíveis. Sendo a única escola formadora de mão de obra em atividade é a Escola Rahma.

⁵⁸ O curso de lapidação era oferecido pelo CEFET-PA, atualmente IFPA através do curso técnico em mineração. O SENAI-PA também não oferece mais cursos de ourivesaria.

Sendo que todos os cursos capacitação profissional foram ofertados, pois não havia em nenhuma cidade paraense cursos de ourivesaria, cravação e lapidação. Logo para que houvesse mão-de-obra para atuar junto ao setor joalheiro foi necessário o estado ativar as instituições de ensino com o objetivo de qualificar e profissionalizar pessoas.

Tudo o que se sabia sobre essas atividades estava intrinsecamente ligado a um conhecimento completamente empírico, repassado de pai para filho, com pesquisas experimentais na área da incrustação do metal e a lapidação realizada com máquinas de tecnologia ultrapassadas.

Porém, mesmo no decorrer dos anos não houve incentivos ou estímulos a pesquisa a nível das universidades locais, assim como por pesquisadores da área do design com algo de ganhos coletivos.

Frente á isso, ressalta-se que constam em relatórios oficiais que o setor de gemas e jóias, conta vários parceiros a nível federal como os ministérios: MDIC, MI, MRE, MME não se apresentam ativos quanto as suas parcerias. Assim como as secretarias estaduais como a SECTI, SEPID também não se apresentam como instituições com atividades regulares.

Uma instituição que merece destaque é o SEBRAE-Pa, em virtude de sua contribuição desde o inicio das ações para o desenvolvimento do setor.

O SEBRAE-Pa foi o principal parceiro no processo de implementação da política pública, entre os anos de 1998-2006, suas atividades eram pontuais e conforme as demandas das secretarias estaduais e depois da ASJL.

Após 2008 passou a atuar com um projeto setorial e a partir de 2011, tal projeto teve seu encerramento. As ações do SEBRAE/Pa, no caso desse projeto setorial, foi destinado para apenas para um grupo de empresas de produção de jóias em Belém, Pois seus clientes são Micro e Pequenas Empresas, não atendia a cadeia produtiva.

Segundo o SEBRAE/Pa o encerramento do projeto setorial, foi uma decisão tomada junto com os clientes [os joalheiros], que após análise, verificou que todos os produtos já haviam sido ofertados ao setor, foi uma relação de 10 anos e por isso resolveram pelo encerramento de projetos para o setor joalheiro em todo o Pará.

Ademais houveram outras demandas de novos clientes e o SEBRAE/Pa resolveu priorizar essas novas demandas. Ressalta-se aqui que o SEBRAE-Pa tem autonomia à formulação de seus projetos.

Quanto ao resultado das ações SEBRAE/Pa, o mesmo não apresenta uma ferramenta ou método para observar o crescimento do setor ou o acompanhamento da evolução ou involução do setor, há apenas resultados pactuados na estruturação do projeto.

Porém, considera como sucesso de suas ações: Os resultados pactuados, faturamento das empresas - crescimento na ordem de dois dígitos; Melhorias de processos e de produtos; Acesso a novos mercados. E como insucesso do setor de gemas e jóias em Belém aponta: Organização social é baixa; Elevada verticalização produtiva, desde a concepção até o produto final; Produção artesanal ou semi-industrial; Produto considerado supérfluo.

Uma importante contribuição dada pelo SEBRAE/Pa, além dos cursos de capacitação oferecidos, foi na formação do Consórcio Jóias do Pará em parceria com CIN/FIEPA, que é tido como um caso de sucesso na economia do estado do Pará.

Em virtude do consórcio FIEPA volta a integrar, mesmo que de forma indireta, o *hall* de instituições que atuam junto ao setor de gemas e jóias e Belém. Pois embora houvesse o interesse em por parte da FIEPA em contribuir com a exportação de jóias no estado, as primeiras ações empreendidas fracassaram devido a falta de qualidade dos produtos, questões políticas [ligadas a gestão das ações dos governos para o setor] assim como a falta de comprometimento dos joalheiros quanto as demandas e responsabilidades ligadas a exportação.

Aqui cabe uma explicação quanto à relação das instituições, a política pública e o Consórcio Jóias do Pará. Pois a formação do mesmo se deu através da parceria do SEBRAE-Pa e a FIEPA e isso não tem uma ligação direta com as ações do estado. Uma vez que tal consórcio foi criado por iniciativa própria dos joalheiros que fazem parte dessa política pública, mesmo tendo recebi um breve apoio institucional da SEICOM e o IGAMA ambas as instituições não tem nenhum envolvimento no que tange a formação e as ações desenvolvidas pelo consórcio dentro e fora do país.

6 ANÁLISE DA PESQUISA ⁵⁹

Em virtude dos dados/informações apresentados pelas instituições ligadas ao setor de gemas e jóias estarem defasados, pois a última pesquisa publicada [e pública] data do ano de 2004, e que após esse ano não houve nenhum estudo por parte do governo estadual, governo federal e até mesmo por instituições parceiras de forma a fornecer subsídios de como se encontra o atual cenário do setor de gemas e jóias em Belém. Foi necessário a realização de pesquisa de campo, com a visita ao ESJL na busca de contatos e a solicitação da participação dos integrantes do Polo Joalheiro.

A amostra obtida, embora possa parecer pequena, frente aos dados apresentados pelo IGAMA no qual aponta um total de 47 empreendimentos formalizados, apresenta qualidade quanto ao repasse de informações sobre a trajetória da política pública desenvolvida em Belém.

Antes de dar continuidade a análise, cabe fazer questionar o quantitativo apresentado pelo IGAMA. A OS mostra que há um crescimento de empreendimentos formalizados, ou seja, produtores e jóias que deixaram de ser informais e passaram a ser microempresários (ME) ou micro empreendedores individuais (MEI).

Todavia a planilha apresentada com as informações organizadas pela OS é passível de questionamento quanto a sua veracidade.

O primeiro questionamento a ser feito, esta relacionado a natureza jurídica das empresas, que segundo o IGAMA são: 37 MEI, 1 Consórcio de Sociedade, 1 ERELI e 8 Sociedades Empresarial Limitada. Porém foi realizada uma consulta junto a Receita Federal⁶⁰ do Brasil, com base nos CNPJ dos registrados e deparou-se com outro quantitativo que demonstra que há 21 Microempresas e 16 MEI, ou seja, um total de 37 empreendimentos formalizados.

Mesmo com essa consulta tal quantitativo também é passível de questionamento, pois embora os CNPJ estejam ativos, junto aos registros na Receita Federal, isso não significa que as mesmas ainda estejam atuando no setor joalheiro e bem como desenvolvam suas atividades junto ao Polo Joalheiro.

Tecer esse esclarecimento aqui é importante, pois o registro apresentado pelo IGAMA coloca que grande parte dos participantes do Polo Joalheiro são MEI, o que na verdade não

⁵⁹ Todas as citações colocadas no decorrer deste capítulo são sínteses das falas obtidas através da aplicação de questionário, roteiro de entrevista e de conversas informais. Não será em momento oferecida a identificação, isso conforme foi acordado entre a pesquisadora e os pesquisados.

⁶⁰ Os CNPJ disponibilizados pelo IGAMA foram consultados um a um no site da Receita Federal do Brasil <http://www.receita.fazenda.gov.br/pessoajuridica/cnpj/cnpjreva/Cnpjreva_Solicitacao2.asp?cnpj>.

são. Pois na legislação fiscal brasileira existe uma diferença sobre MEI e ME, sucintamente a diferença é: Microempresa tem um teto máximo faturamento de R\$360.000,00/ano e pode ter até 16 funcionários, já MEI tem um teto máximo de faturamento de R\$ 60.000,00/ano podendo contratar somente um funcionário, além de ter diferenças quanto ao pagamento de impostos.

Não foi encontrado nenhum registro, seja MEI ou Microempresa que esteja localizada fora da região metropolitana de Belém.

Cabe salientar que os quantitativos, quanto a crescimento da cadeia produtiva ordenada, também são passíveis de equívocos, pois não há comprovações sobre tal crescimento. Também verificou-se que várias micro empresas que já participaram da Pará Expojóias Design Amazônia Brasil, não constam nos registros do IGAMA e [ver capítulo 5.1].

O IGAMA, quando questionado sobre por que e quais os motivos que levam ao crescimento da cadeia produtiva na região metropolitana de Belém, não soube explicar tal elevação nos quantitativos, apenas proferiu que há um crescimento no setor e que devido à produção ser artesanal cresce também o número de mão de obra. Nem sequer apresenta um indicador ou pesquisa para validar tais números.

A partir desse momento relatam-se algumas verificações auferidas via pesquisa documental, as entrevistas com as instituições ligadas ao setor de gemas e jóias e observações realizadas pela pesquisadora.

O primeiro ponto da análise da pesquisa, esta relacionado sobre a forma de organização do setor de gemas e jóias de Belém.

Quando a implementação da política pública, seu foco era de atuar com associações/cooperativas, que significam uma atuação em conjunto, ou como SEBRAE-Pa coloca “*Junto somos fortes*”, foram fracassadas. Pois quando as ações iniciaram em Belém, apenas 2 empresários eram formais, dificultando a criação de associação para o setor. Embora os empresários se conhecessem, chegaram a tentar se organizar como associação, mas não tiveram sucesso. Pois o comportamento cooperativo inexistia.

Houve um encontro realizado pelo SEBRAE-Pa no intuito da formação do arranjo produtivo local, porém a questão do cooperativismo esbarrou novamente no fracasso de tal ação.

Foi possível identificar através da observação [e de conversas informais] que há uma relação de cumplicidade entre os empresários. Porém isso não significa que os mesmo tenham o interesse em atuar de forma conjunta.

Pois mesmo instalados no mesmo local e possuindo as mesmas informações em relação ao curso, eventos entre outros. Ainda é baixo o nível de confiança e parceria estabelecida entre eles, pois confiança entre os empresários é complementada pelo próprio interesse comercial.

Devido não existirem entidades interlocutoras, o governo estadual priorizou a organização de cooperativas e associações. Podem ser citadas as cooperativas de joalheiros em Itaituba e Marabá, a Associação dos Mineradores de Ouro do Tapajós (AMOT) e a Associação Comunitária dos Artesãos e Lapidários de Floresta do Araguaia (ACOALFA). Em Belém, encontra-se em processo de organização, e legalização, a Associação de Joalheiros do Espaço São José Liberto (AJEPA) (SEBRAE, 2008). Todavia essas cooperativas e associações não têm visibilidade quanto à atuação em questões ligadas e melhorias produtivas ou ao pleito de reivindicações junto ao governo estadual.

A única atuação em conjunto com êxito, até o momento foi o Consórcio Jóias do Pará – que tem seu foco na comercialização/exportação. Embora tenha haja o Garimpo Coletivo Design o mesmo ainda não é associação informal, baseada em relações de estudos e pesquisa sobre o desenvolvimento de jóias com a valorização de novos tipos de materiais e integrando o trabalho de *mestres artesãos* locais.

Quanto aos cursos oferecidos para o fomento do setor, cabe realizar algumas considerações:

1) Que a oferta de cursos pela OS (tenha sido a ASJL ou atualmente o IGAMA) para formação de mão de obra não significam a entrada de novos integrantes para o setor.

Quem procura pelos cursos oferecidos não está necessariamente disposto a fazer parte do setor de gemas e jóias. Muitos dos que realizam os cursos estão apenas para conhecer a joalheria, ou estão sem ocupação empregatícia, como aposentados e idosos. E não tem um comprometimento profissional - que implica indiretamente na falta de efetividade das ações realizadas.

2) Cursos apresentam um baixo nível de procura, isso em grande parte é reflexo da pouquíssima divulgação dada aos cursos, assim como o desconhecimento da Escola Rahma, como uma agente de formação de mão de obra profissional para o setor. Sendo esse um dos motivos de queixas quanto a mão de obra qualificada.

3) O elevado número de participantes apresentados pelas OS em relatórios de avaliação anual. Esses números são passíveis de questionamento, pois apresentam um número elevadíssimo para a realidade do setor.

Pois segundo explicações, o quantitativo é somado conforme as vagas preenchidas, não levando em consideração se uma mesma pessoa faz o curso repetidas vezes. Ademais, tais quantitativos foram questionados pelos próprios integrantes da política pública, que desconhecem o fato de haver um elevado número de pessoas participando e dizem: “*são sempre as mesmas pessoas que fazem os cursos, não há pessoas novas e nem tem tudo isso de gente.*”(informação verbal).

4) A falta de comprometimento também é algo que chama a atenção quanto ao comportamento do setor. Pois existem diferentes perfis integrantes atuando no setor, isso significa, que há pessoas que produzem jóias apenas como *hobby* e outras que utilizam o setor como sua principal forma de sustento.

Quanto isso foram identificados dois fatores: i) o baixo nível de comprometimento acarreta na baixa mobilização quanto à busca de interesses do setor; ii) a discrepância quanto possibilidade de investimentos, uma vez que possuem outra fonte de renda e podem realizar melhores investimentos.

Observa-se uma mudança no perfil dos cursos. No início das ações eram para a capacitação da produção hoje estão mais voltados para o design – criação de coleções, já com a colaboração de design locais oriundos de universidades como a UEPA, por exemplo.

No que se refere especificamente a política pública, ou seja, a atuação do estado para com o setor, constatou-se que há apenas o conhecimento do Programa Polo Joalheiro e nada além dessa ação em prol do desenvolvimento do setor.

Assim o governo estadual é colocado com um ator principal em tudo o que se refere ao mesmo, seja nos aspectos positivos quanto negativos.

Entre os aspectos positivos levantados está ao de o governo estadual ser visto como um dos principais parceiros do setor:

Pois sem o governo estadual não haveria pólo joalheiro e nem o reconhecimento do setor. Sem os cursos oferecidos, a realização das feiras e exposições nós não teríamos a divulgação do nosso trabalho, assim como continuaríamos trabalhando de maneira informal. Não teríamos o ESJL. (informação verbal)

Emergindo como ponto positivo o ESJL e sua relação com o turismo e cultura do Estado. Sendo muito vantajoso participar de uma política pública que oferece comodidades locais. “*O ESJL é algo maravilhoso para nós, uma vez que não tínhamos nenhum local para poder mostrar no nosso trabalho.*”(informação verbal)

Já o lado negativo está ligado em os governos estaduais não atentarem para as demandas proferidas ao longo dos anos pelo setor em Belém. Pois houve relatos da participação em diversas reuniões junto ao governo estadual, e que as demandas nunca foram atendidas em especial as sobre facilitar a aquisição de matéria-prima como ouro, prata de paládio de forma legalizada, ou que fosse criada alguma lei/decreto lei que obrigasse as grandes mineradoras a beneficiarem esses metais dentro do próprio estado tendo como destino a produção joalheira.

Todavia é preciso destacar que o Consórcio Empresarial Jóias do Pará, já está conseguindo fazer parte de negociações e pleitos junto ao governo estadual. Por que mesmo fazendo parte de uma política pública, o microempresário não era atendido, mas já o consórcio consegue negociar e obter, mesmo que tímidos alguns benefícios.

Foram colocadas algumas queixas por parte dos joalheiros, quanto às instituições que atuam junto ao setor e desconhecem sua realidade. Isso se refere a duas situações:

A primeira está ligada que toda e qualquer ação para o setor é implementada de forma Top Down, nada até hoje teve a efetiva participação dos joalheiros, tudo sempre foi planejado pelo governo do estado e as OS.

Embora quando implementação da política pública, houve uma participação ativa de vários integrantes da cadeia produtiva, porém, isso não necessariamente significava a participação com um “agente de plano de ação”. A participação dos integrantes da cadeia produtiva estava mais relacionada ao governo do estadual conhecer o desenvolvimento de suas atividades e a partir daí fazer um diagnóstico e elaborar um plano de trabalho para os anos seguintes.

O segundo, está relacionado ao desconhecimento de como se processam as ações do estado para o setor. Isso demonstra que há um distanciamento entre o operador da política e o sujeito da política. O que nos anos iniciais houveram, vários atritos junto instituições devido às demandas não atendidas, porém hoje, em virtude de tantas respostas negativas não há um “descrédito” quanto às possíveis/ ou futuras solicitações.

No que concerne a atuação do Estado e como os governos desenrolaram/desenrolam suas ações para o setor, há falta desconhecimento quanto aos Programas definidos pelo governo Estado, os valores orçamentários, diretrizes políticas e até mesmo a avaliação da política pública, bem como as denominações apresentadas ao setor.

Embora tenha sido sublinhado que reconhecem que o ESJL possui um alto custo para o governo estadual devido a toda a sua infra-estrutura disponível. Mas desconhecem os

valores repassados pelo governo estadual e como isso é ou deveria ser aplicado, bem como os processos de avaliação realizados pelas secretarias estaduais.

Em momento algum se referiram que fazem parte de um APL Mineral de Gemas e Jóias ou Território Criativo conforme é vinculado junto às secretárias estaduais e até mesmo pelos ministérios e instituições nacionais correlacionados ao setor de gemas e jóias, como essas denominações rebatem-se junto ao setor.

Todavia quando questionados se tinham conhecimento sobre tais denominações, houve relatos: “já ouvimos falar” dessas denominações dadas ao setor, porém não apresentaram nenhum conhecimento quanto às ações, projetos e recursos são empregados para tal. Apenas houve breves comentários e o interesse, quanto ao APL de Modas e Acessórios, em especial pelos designes e artesãos, ligados ao programa que trabalham com materiais orgânicos. Isso é visto como algo em um futuro próximo pode trazer mais resultados de ordem financeira já que vão poder diversificar mais sua área de atuação e buscar novas oportunidades, além da joalheria.

Embora, a consolidação de um APL de Moda e Acessórios possa trazer uma nova dinâmica do setor [conforme opinam alguns integrantes], isso precisa ser analisado com cautela frente ao que é produzido atualmente. Pois a idéia de acessórios esta muito mais relacionada a bijuterias do que as jóias produzidas com metal nobre, isso pode acabar acarretando em uma mudança produtiva para o setor.

Inexiste o processo de ampla difusão por parte das instituições de forma a apresentar as vantagens e desvantagens em ser pertencente a tais estratégias de desenvolvimento. Bem como as mudanças das diretrizes da política pública e sua avaliação que não são sequer citadas.

Isso denota unilateralidade da política pública, onde tudo é resolvido apenas pelas instituições que atuam junto ao setor. E que os resultados apresentados podem ser questionados quando analisados pela ótica de seus integrantes.

Foi verificado que o Polo Joalheiro ainda não foi capaz de sair de sua idéia embrionária, poucas atitudes [ou quase nenhuma] foram em prol de mudanças visando à transformação de tal cenário.

O que pode ser reflexo de como foram conduzidos os processos de avaliação, que não apresentam indicadores, pesquisas de mercado e nem tão pouco verificam *in locus* a realidade dos joalheiros, seja isso por parte da OS como das secretarias estaduais.

O que acarreta na repetição das mesmas estratégias de fomento, como cursos e o mesmo foco, no qual é muito nítido em relação ao SEBRAE-Pa. Uma vez que para o governo

e até mesmo para os joalheiros o setor não apresenta à evolução e dinamismo econômico esperado (uma relação entre o que é investido e o retorno em número de empresas, emprego e renda).

Por último, ressaltam-se ainda dois pontos nesta análise: As Eleições e o Tempo.

A questão da política - entenda-se aqui como política as intenções de partidos políticos ao chegarem ao poder junto ao governo do estado - estas se representam um importante papel no desenrolar a nível institucional e de operação e diretrizes da política pública.

Pois foi possível observar que ao longo dos três governos que mantiveram a política pública para o setor de gemas e jóias, deixando o seu Plano de Governo impresso nos rumos que a política pública toma.

Assim o período eleitoral de 4 em 4 anos tem um papel de continuidade e movimentação da política pública. E quando se aproxima o período de eleição há sempre o incremento de atividades e utilização de recursos, procurando mostrar que algo esta sendo realizado.

Todavia foi observado que as eleições não têm um reflexo direto sobre as o comportamento e movimentação do setor joalheiro, uma vez que não conseguem observar mudanças no seu cotidiano em relação às mudanças políticas.

O tempo se coloca como uma variável importante, no que tange aos processos da política pública como os resultados auferidos por ela, por isso que no período em que se aproxima as eleições

Partindo para análise da pesquisa de campo sob a ótica da Teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann.

Assim iniciou-se a observação da cadeia produtiva ordenada da joalheria na cidade de Belém. No entanto não poderia se identificar o sistema focal: o setor de gemas e jóias, baseado na diferenciação dos indivíduos que compõem o setor. Entretanto isso não significa que o ser humano esteja fora do foco da pesquisa, mas para saber qual é o sistema, é fundamental para estabelecer a relação do individuo com os sistemas sociais. Pois como coloca Luhmann, os sistemas são formados por comunicações e a pelas comunicações que é possível o acoplamento de indivíduos aos sistemas.

Tomando como base a conformação da economia mineral, coloca-se o setor de gemas e jóias como um sub sistema, uma vez que as atividades da joalheiras e de lapidação de gemas utilizam-se de minerais nobres para sua produção. Sendo o setor joalheiro colocado como uma das últimas etapas presenciadas dentro do cenário de produção da economia mineral.

Observou-se também que os limites das atividades do setor de gemas e jóias não estão apenas ligadas as lojas ou ao ESJL, para poder diferenciar o sistema. Pois os sistemas se constituem a mantêm sua identidade, operando por meio de sua auto-referência, utilizando a diferença entre ele e o seu ambiente para estabelecer suas fronteiras.

Ao tomar, que o setor de gemas e jóias como um sistema autopoietico, infere-se, que como tal, o sistema autopoietico, tem como característica marcante os seus próprios elementos que se diferenciam do meio e com isso resulta em um processo de reprodução autopoietica, por sua própria dinâmica, conforme apontam Rodrigues e Torres (2003). Porém cabe atentar que a reprodução autopoietica não deve ser entendida com uma replicação, mas sim como uma construção de eventos conectados. Bem como a diferenciação é efetivada graças aos sistemas terem a característica de observarem o que é externo à eles com baseado na sua auto referência.

E baseado nessa distinção é que as fronteiras do sistema podem ser identificadas, pois o sistema cria suas próprias operações de observação do que lhe é externo.

Logo os sistemas autopoieticos se caracterizam por apresentarem algumas propriedades como: autonomia [permite a identificação do que é importante para o sistema e do que é indiferente para o sistema, o que estabelece a distância entre o sistema e o meio ambiente], fechamento operacional [ajuda a compreender a produção de seus próprios elementos, relacionando a com o fato de que a operação tende a se realizar no seu interior], auto construção de estruturas e reprodução autopoietica [reforçam a idéia de que os sistemas não captam informações do meio ambiente].

A utilização dessa categoria luhmaniana, contribui para compreender o estabelecimento de seus limites na medida em que fazem a distinção entre o que faz parte do setor de gemas e jóias ou não. Logo os sistemas devem ser capazes de realizar a diferenciação com base no sentido, ou seja, toda a comunicação dentro do sistema relaciona-se a produção e comercialização de gemas e jóias.

O sistema como reduz sua complexidade interna e lida com a complexidade externa, e assim assume uma “postura” de indiferença em relação ao meio isso em decorrência o seu fechamento operacional e de suas estruturas que adotem níveis de seleção que permitem lidar com o seu meio. Isso significa que mesmo tendo estruturas que permitam lidar com o seu meio, os sistemas precisam selecionar o que lhes é apresentado. Para isso é preciso selecionar o que é útil/inútil para a sua função além de criarem o seu próprio nível de realidade.

Partindo dessa conceituação, procura-se à elucidar, como se estrutura e se comporta esse setor. Pois muitas colocações inferidas por algumas instituições [ligadas direta ou

indiretamente] relatam que o setor de gemas e jóias é formado por artesãos ou apenas de ourives.

Logo, joalheiros são aqueles que trabalham na comercialização de jóias, e que os artesãos são utilizados através de suas técnicas para empíricas para agregarem valor e diversidade ao que é produzido pelos ourives e design.

Ainda sobre autopoieses, também infere-se que os sistemas podem ser irritados por outros sistemas/ou seu meio. Isso fica bastante claro em dois momentos, o primeiro e quando observa-se a forma como o Estado intervem junto ao setor, pois com base em suas ações de organização e promoção para o setor. E o segundo esta relacionado aos cursos oferecidos pelo SEBRAE-Pa e também por outras instituições ligadas ao setor.

Mesmo qualquer forma de intervenção, não há a possibilidade de o meio/ou outros sistemas atingirem diretamente o interior do sistema.(RODRIGUES e TORRES, 2003).

[...] a linha de demarcação que divide o meio, entre aquilo que estimula o sistema e aquilo que não o estimula[...]

Os sistemas podem reagir a irritações e estímulos, não quando tudo pode influir no sistema, mas somente quando existem padrões altamente seletivos. Ou seja, o sistema reage quando pode processar informação e transformá-la em estrutura. As irritações surgem de uma confrontação interna (não especificadas num primeiro momento) entre eventos do sistema e possibilidades próprias, que consistem, antes de tudo, em estruturas estabilizadas, expectativas. Portanto não existe *transfer* de nenhuma irritação do meio ao sistema. Trata-se de uma construção própria do sistema; é sempre uma autoirritação (naturalmente posterior aos influxos provenientes do meio). (LUHMANN, 2009 p. 132)

Observou-se que os joalheiros são constantemente irritados nas interações e nas comunicações dirigidas à eles no que se refere a sua forma de produção[artesanal] e para serem inovadores, competitivos e quanto a forma com que comercializam seus produtos.

Também foram observadas que existem várias comunicações relacionadas ao setor de gemas e jóias, tendo como código que pode ser descrito como jóia/não jóia isso no que tange a sua produção. Sendo possível identificar a código dinheiro/não dinheiro do sistema econômico com um código latente junto ao setor.

Outra característica da comunicação é que ela não constitui um ato isolado, ou seja, envolve sempre mais de uma pessoa, ou na linguagem de Luhmann, vários —sistemas de consciência. O sistema como agrupamento de operações do mesmo tipo é também uma forma de explicar a diferenciação entre sistema e meio. Uma operação interior do sistema se articula com outras, excluindo as que não fazem parte do sistema, ou seja, não estão de acordo com a lógica das suas operações.

Outra observação a ser inferida sobre a teoria luhmaniana é a interação. Que é um tipo de sistema social no qual a comunicação é baseada na presença física dos participantes. Portanto cada comunicação se refere ao fato de que há uma percepção e de seu papel na interação – isso implica em uma pré-condição para a comunicação. (CORSI et.al. 1996; RODRIGUES e NEVES, 2012).

As interações são a base para a constituição dos sistemas sociais. Embora sejam formas simples de sistemas, podem ser observadas com facilidade em virtude para necessidade da presença física dos participantes. Constrói-se uma tudo através da dinâmica comunicativa referente aquele momento de interação.

Porém por meio da interação é possível que os indivíduos tragam novos temas para o sistema, temas esses que inseridos possibilitam a mudança de ações, decisões e os comportamentos futuros.

Seidl (2004) coloca que a interação, assim com os demais os sistemas sociais é sistema complexo, o que significa que eles são forçados a fazer seleções. As interações costumam produzir temas para a comunicação; eles colocam em comunicação uma sequência e particularmente também e particularmente também levar a extremidade da interação em conta; eles desenvolvem regras para retorno tendo na comunicação.

Isso implica que só faz parte desse sistema quem tem como tema as jóias ou algo ligado à ela, caso não pertença a essa temática e excluído do processo de comunicação. Assim a diferenciação se relaciona com a capacidade de observação do sistema.

No que tange a questão da trajetória histórica, os cursos e ações já desenvolvidas pelo governo estadual, cabe atentar para a questão da memória, pois os cursos se apresentam de forma repetida com o foco em questões como competitividade, gestão de negócios, marketing. Sendo que esses cursos já foram realizados e não são mais interessantes para os joalheiros uma vez que não vêm resultados “práticos” de tais cursos.

A emersão dessa categoria é algo a ser considerado, uma vez que foi observado a repetição de cursos e das ações do governo estadual. Além de serem elencadas que as expectativas são frustradas uma vez que ao participarem dos cursos isso não irá necessariamente refletir em ganhos financeiros e mercadológicos. Porém isso não quer dizer que uma invalidação dos cursos oferecidos.

Corsi et.al. (1996) e Luhmann (2009) colocam que a memória não é o passado, mas gera expectativas quanto ao futuro.

Seidl (2003) coloca que a memória para Luhmann refere-se ao fato de que os sistemas de discriminar entre esquecimento e lembrança. Isso traz um contraste sobre as conceituações

tradicionais que colocam a memória como 'armazenamento de informações. Mas sob a ótica da teoria luhmanniana a memória tem como uma função que relaciona situações presentes às operações anteriores do sistema. Pode-se dizer que define a "realidade" da situação concreta relacionada com o sistema.

Outra inferência referente a teoria de Luhmann diz respeito a auto organização. No qual observou-se com a formação do Consórcio Jóias do Pará e do Criativo Garimpo Design.

Pois os dois exemplos da auto organização que emergiram como: um reflexo positivo da política pública e como uma forma de encontrar uma nova dinâmica econômica para o setor, através da exportação. Isso pode ser compreendido sob a ótica da teoria dos sistemas sociais, com base no encerramento operativo do sistema, leva ao autopoiesis e auto organização.

Porém Luhmann (2009) chama a atenção para que tais conceitos são distintos e devem ser tratados de forma separada, pois esses conceitos atenuam aspectos do fechamento operacional.

Auto-organização significa a construção de estruturas próprias dentro do próprio sistema. Como sistemas estão enclausurados em sua operação, eles não podem conter estruturas. Eles mesmos devem construí-la [...] Portanto, o conceito de auto organização deverá ser entendido, primeiramente, como produção de estruturas próprias, mediante operações específicas.

[...]

Por fim , no que se refere a auto-organização, deve-se considerar que o sistema só pode operar com as estruturas auto construídas: não pode haver importação de estruturas. (LUHMANN, 2009, p. 112-113;116)

Uma explicação dada por Luhmann, pertinente, quanto a se observa a formação de empresas e as formas de atuação de instituições como o SEBRAE-Pa e as demais secretarias esta ligada ao fato de organizações se comunicarem com organizações. Luhmann (1997) coloca que as organizações tomam decisões e possuem as suas próprias estruturas sem depender necessariamente dos indivíduos para a sua continuidade. Logo o SEBRAE-Pa como uma organização de apoio ao setor de gemas e jóias, não vai se comunicar [ou relacionar-se] com empreendimentos informais ou com pessoas que produzem jóias, uma vez que tais não possuem o mesmo canal, tema e linguagem de comunicação. Assim como o governo estadual não trata de questões econômicas e políticas com produtores.

Pois os sistemas sociais que são compostos por comunicações semelhantes podem ser alvo das micro empresas do setor joalheiro, isso em outras palavras infere que o relacionamentos entre as instituições e o setor joalheiro só se comunicarão com base nos mesmos temas e sentido.

Em continuidade a análise da pesquisa, dados primários foram obtidos através das entrevistas e questionários, além da observação da pesquisadora, com o intuito de procurar mostrar as diferenças apresentada entre as informações institucionais e a realidade dos no qual mos como o setor joalheiro se estrutura, movimentação e as suas expectativas futuras.

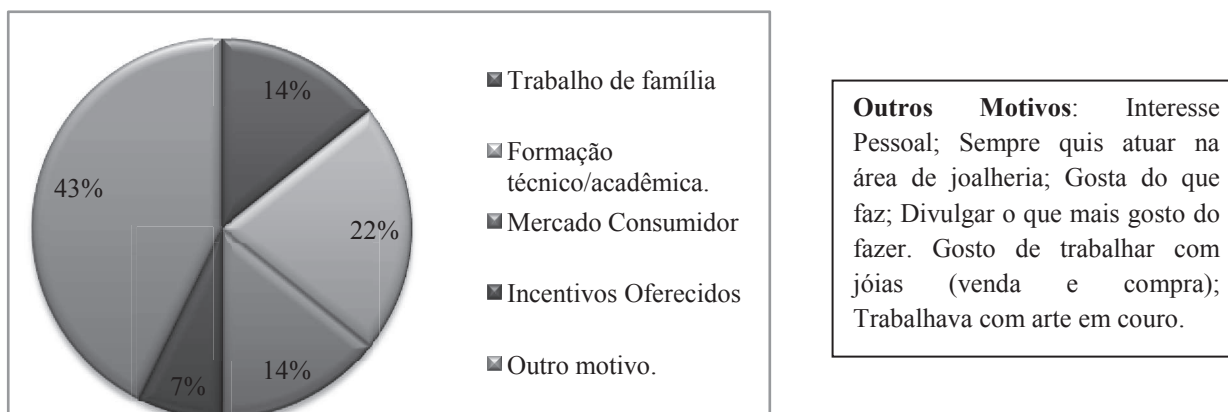
Os questionamentos levantados procuraram compreender o por quê de tal comportamento; O que o setor observa quanto à intervenção do estado e quais as expectativas futuras.

6.1 Tabulações de dados

a) 1º Bloco – Sobre Você:

A amostra compreendeu a participação, de apenas, 7 microempresas e 1 MEI, todas ligada à política pública para o setor de gemas e jóias. Sendo 2 Design/Microempresárias; 1 Lápídaría/MEI; 1 Microempesária (revenda de jóias); 4 Ourives/Microempresários.

Gráfico 1 – O que faz você atuar no setor de gemas e jóias?



Fonte: Pesquisa de Campo
N= 8 tabulado conforme a frequência de respostas.

Este quesito demonstrou que o trabalho junto ao setor joalheiro está estreitamente relacionado às características pessoais e de sua história de vida e trabalho, quanto à produção e comercialização de jóias, tanto que Outro Motivo foi a alternativa com maior frequência entre os participantes.

Pois muitos dos participantes têm uma história de vida ligada a joalheria, seja no sentido de profissão passada de pai para filho, tendo sua formação profissional relacionada ao setor joalheiro e assim foram se desenvolvendo nessa atividade ao longo dos anos. Tanto que

em momento algo foi citado estão em tal setor advindos de ações governamentais ou de instituições privadas.

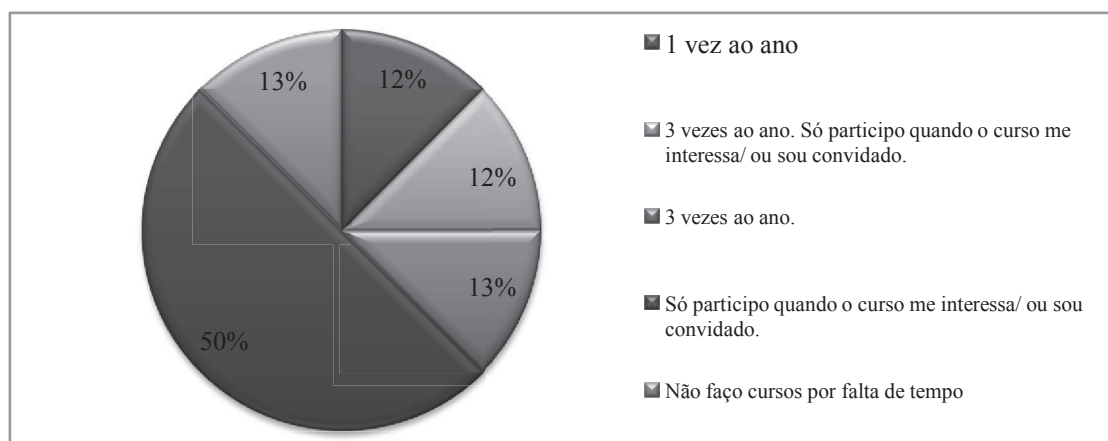
Formação Técnica/Acadêmica e Mercado Consumidor também apresenta-se de forma relevante. Que neste caso esta ligada, em grande parte, a participação de design no setor. E no caso do mercado consumidor, pois Belém é uma cidade que dispõe de um mercado consumo de produtos joalheiros.

Também foi inferido junto à resposta desta questão que o tempo médio de atividade no setor joalheiro de cada um dos participantes gira em torno de 20 anos. Sendo os designs com menos tempo, em torno de 7 a 10 anos de atuação. Porém demonstraram que não tem a intenção de mudar de ramo de atividade, uma vez conforme expressam em suas respostas: “*gostam do que fazem*”.

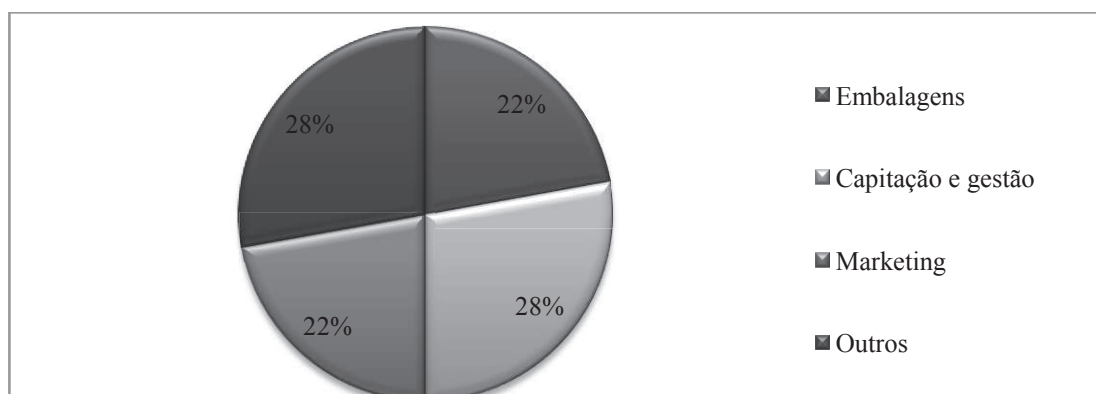
No quesito 3 - Quanto à participação em cursos ou eventos de capacitação/qualificação - **100% dos entrevistados marcaram a alternativa SIM**, afirmando que já participaram de algum dos cursos ligado a instituições parceiras ao setor.

E quanto às justificativas para tal afirmação elencaram: Capacitação na área de Ourivesaria e Lapidação; Conhecimento do produto que vende; Aprimorar os conhecimentos; Crescimento do junto ao Programa; Aperfeiçoamento profissional e competitividade; Investimento na área administrativa; Necessidade de qualificação permanente.

Gráfico 2 – Com que frequência participa?



Fonte: Pesquisa de Campo
N= 8 tabulado conforme a frequência das respostas.

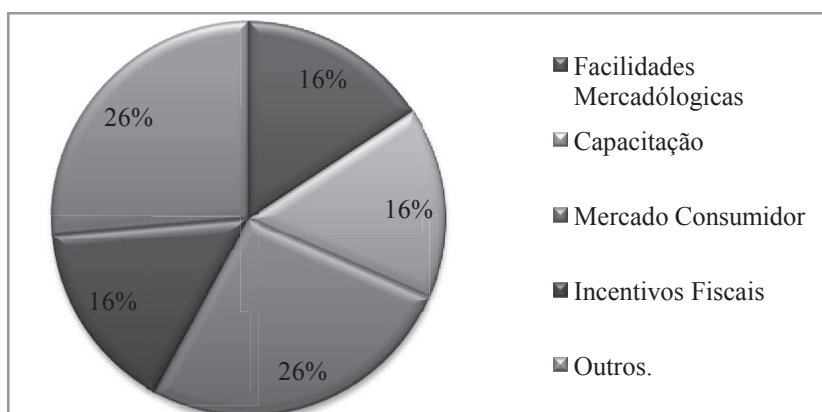
Gráfico 3 - De quais cursos já participou?

Fonte: Pesquisa de Campo.
N= 8 tabulado conforme a frequência das respostas.

Quanto à frequência dos cursos, os mesmos apresentam a maior inferência que só participam de cursos quando o mesmo é interessante para o seu empreendimento. Pois como já pode ser visto no histórico, já houveram vários cursos oferecidos por instituições públicas e privadas para o setor, e devido a isso manifestaram o desinteresse em fazer cursos frente aos resultados alcançados e as repetições dos mesmos.

Entre os outros cursos elencados os de capacitação e gestão e marketing são os que mais se destacam. Porém foram elencados como outros cursos: negociação, comércio exterior, exportação, finanças, departamento pessoal, formação de preços – esses em especial citados pelos componentes do Consórcio Empresarial Jóias do Pará. Além de citarem que fazem cursos que são oferecidos no Pólo Joalheiro [sem citar o tipo dos cursos]; Gemas; Empretec.

b) BLOCO 2 – Sobre a sua atividade

Gráfico 5 – Quais principais vantagens de atuar nesse setor?

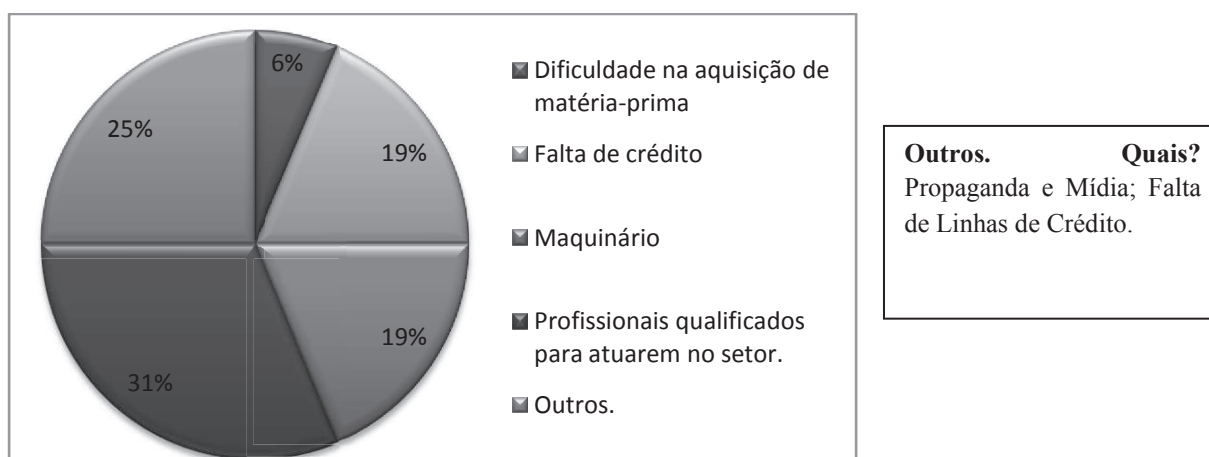
Outros. Quais? A existência de um Polo Joalheiro que viabiliza esse setor; Por ter um projeto produtivo que apóia o setor; Único profissional no setor. Nenhuma.

Fonte: Pesquisa de Campo.
N= 8 tabulado conforme a frequência das respostas.

As vantagens apresentadas esta relacionada ao Mercado Consumidor seja pelas facilidades apresentadas ou pelo consumo de jóias na cidade. Com destaque a questão de terem um espaço para a comercialização de seus produtos e um “projeto governamental”.

Porém houve muitas inferências quanto a esse quesito e nem percebeu o entusiasmo quanto tais vantagens em atuar no setor.

Gráfico 6 – Quais os entraves?



Fonte: Pesquisa de Campo.

N=8 Tabulado conforme a frequência de respostas.

Em oposição ao quesito 4, o quesito 5, procurou saber sobre os entraves apresentados pelo setor. No qual emergiu-se os mesmos problemas do início da implementação da política pública: mão de obra qualificada para atuar junto as oficinas de produção e a falta de crédito para investimentos.

Nesse quesito se elevou três colocações interessantes:

1) A falta de divulgação do ESJL, em especial a nível local. Pois já foi percebido por vários microempresários que pessoas que residem na região metropolitana de Belém, desconhecem o ESJL como um ponto turístico e comercial da cidade, pois o local não tem uma baixíssima divulgação na mídia seja impressa ou televisiva. Sem contar que só em 2014 passou a fazer parte do roteiro turístico da PARATUR na capital.

Isso é visto como uma situação que contribui, por exemplo, para o baixo fluxo de pessoas que adentram nos dias de semana no ESJL, o que indiretamente reduz o consumo e o conhecimento dos produtos comercializados no local.

2) A falta de crédito e máquinas é acarretada pela deficiência apresentada pelos Bancos Públicos e Privados em oferecerem créditos ao setor. Isso se deve ao fato dos bancos

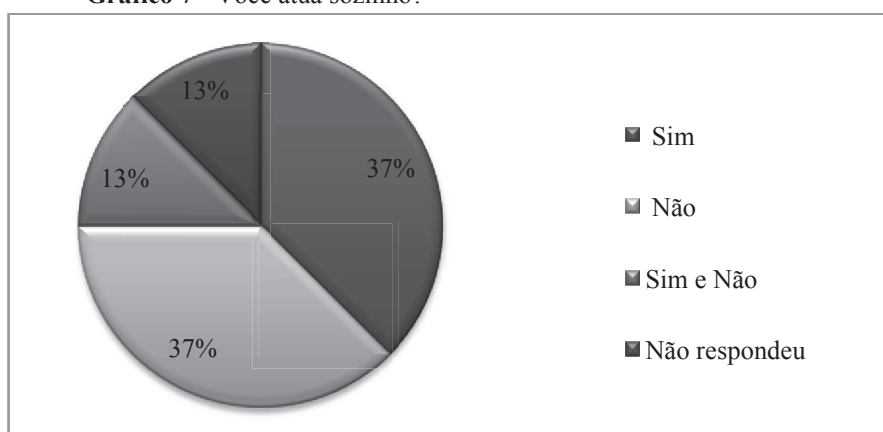
não terem esse setor como um alvo de financiamento e nem tão pouco realizado pesquisas para entender em que patamar se encontra o setor atualmente. Sem contar no fato da baixa dinâmica econômica que o mesmo apresenta, uma vez que as jóias são um produto supérfluo.

Pois o crédito disponível, de forma generalista, ou seja, destinado à MPMES, e que alguns casos gira em torno de R\$ 5.000,00 que não é suficiente para atender demandas, como por exemplo, na aquisição das máquinas de lapidação que custam em torno de R\$ 60.000,00 (Lapidart).

Isso demonstra que as demandas iniciais fracassaram e que hoje o setor precisa se auto financiar com baixos recursos o que na prática acarreta na deficiência nos processos produtivos e na forma de competição e competitividade dos produtos nacionais e com a indústria joalheira nacional.

3) A falta de mão de obra qualificada, esta diretamente ligada, a empregada nas oficinas de produção. Pois um para capacitar um profissional na área da ourivesaria leva anos, e para a lapidação tem um elevado custo de investimento. Sem contar que no estado do Pará não se encontra mais instituições que ofereçam cursos para as demandas do setor, em especial a lapidação. Pois atualmente só há a Escola Rahma com cursos de joalheria (básica e avançada), mas que tem baixa divulgação de suas atividades, logo leva ao desconhecimento de pessoas que poderiam atuar junto ao setor como uma nova profissão.

Gráfico 7 - Você atua sozinho?



Fonte: Pesquisa de Campo.

Esse quesito as respostas precisam de interpretação quanto ao SIM e o NÃO.

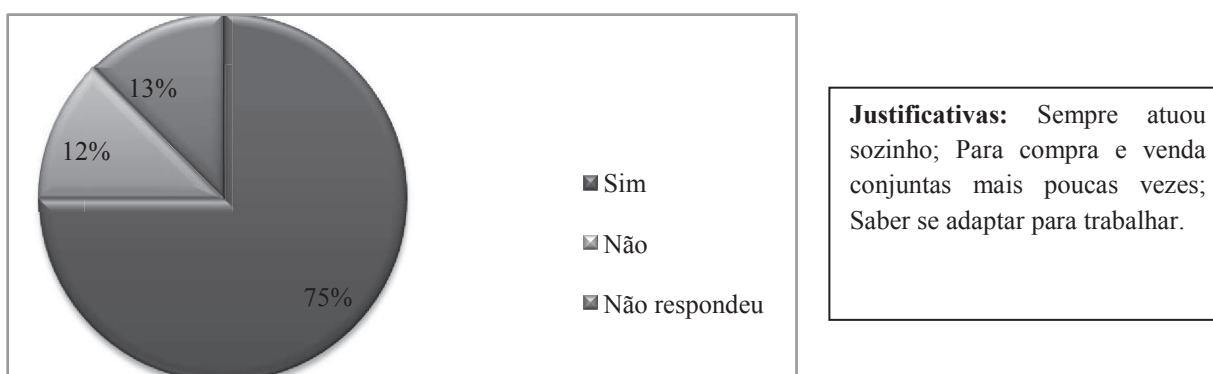
Quanto aos que marcaram SIM, elegeram essa alternativa pelo fato de atuarem apenas na sua microempresa no ESJL.

Já aos que marcaram NÃO compreenderam essa alternativa pelo fato de trabalharem com outras pessoas - isso ligado a produção e a venda - no qual verificou-se atuação de parentes próximos, como filhos, sobrinhos. O que na verdade mostra que ainda atuam de forma isolada.

Ou então pelo fato de precisarem de serviços externos de outros profissionais que atuam no pólo joalheiro ou fora dele e da integração de diversos componentes da cadeia produtiva.

Esse quesito procurou verificar se existe cooperação entre as MPMES. Sendo que alguns não compreenderam o que é o “conjunto”, no sentido de atuar com outras empresas para benefícios coletivos. No caso das microempresas do Consórcio Jóias do Pará o mesmo já tem a compreensão da atuação em conjunto, frente aos ganhos comerciais que obtêm com relação às exportações.

Gráfico 8 - Já atuou em conjunto com outros produtores?



Fonte: Pesquisa de Campo

Em complemento procurou verificar se houve alguma intenção de atuação de forma cooperada entre os microempresários. E ao marcarem a alternativa SIM isso só ocorreu em virtude de relações comerciais, ou em participação em feiras e eventos, isso apenas de forma pontual ou esporádica. A única exceção são os integrantes do Consórcio Jóias do Pará.

Nesse quesito também não se observou a aprendizagem, adquirir conhecimentos para melhoria de produtos e estratégias mercadológicas quanto dessa atuação pontual.

As respostas apresentadas apenas corroboram com as colocações feitas pelo SEBRAE-Pa no qual só há atuação em conjunto para vendas, caso contrário, não há o interesse em atuar em parceria com os demais joalheiros, uma vez que ainda não compreendem que as MPMES possuem dificuldades em sobreviver sozinhas frente as grandes empresas e as demandas do

mercado, e que ao atuarem em conjunto podem ter facilidades mercadológicas e competitivas. A única atuação em conjunto que deu certo foi o Consórcio Jóias do Pará – no qual tem como um de seus principais objetivos a comercialização das jóias no exterior.

c) BLOCO 3 - Sobre os Parceiros do Setor

Da questão 7 – Sobre o conhecimento de algum parceiro do setor e a atuação junto à eles pesquisados, a **afirmação foi de 100% SIM**. Entre os parceiros destacam-se: SEBRAE-Pa, SEICOM, SECULT, SECTI, PARATUR, IGAMA e Universidades. E quanto à atuação foram elencados a participação em cursos para comercialização, divulgação e produção; Empreentec e Cooperativismo; Cursos oferecidos pelo SEBRAE-PA e FIEPA na área gestão, ação produtiva, comércio exterior, Feiras e negociação; Produções terceirizadas; Em Eventos como a Expojóias Pará Amazônia Design.

E o resultado da parceria é visto como algo positivo e que trouxe ganhos em vendas, clientes e visibilidade do setor e dos produtos comercializados no pólo joalheiro, novos conhecimentos e amadurecimento, além de adquirir conhecimentos do mercado de jóias e administração dos negócios.

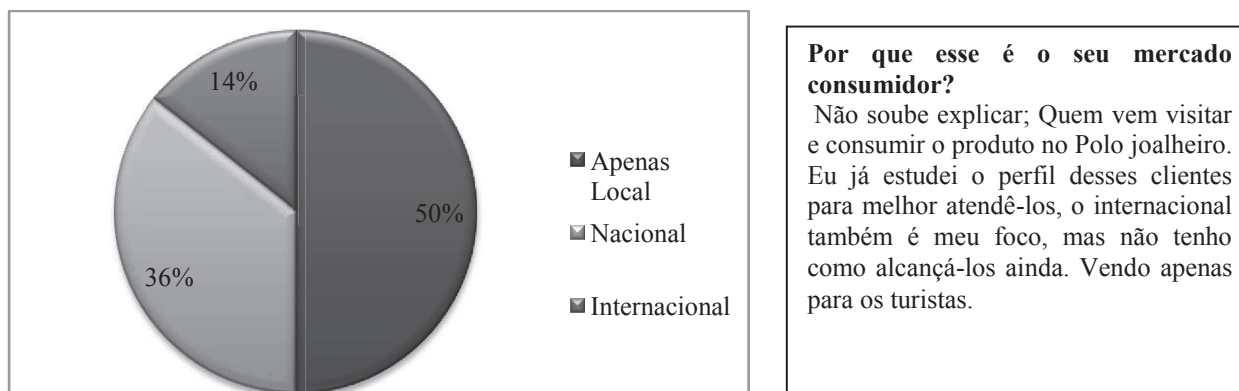
Com destaque ao SEBRAE-Pa que atuou desde o início do pólo joalheiro e ofereceu diversos cursos na área de gestão, produção e marketing, além de ser uma instituição mais presente e atuante.

A retomada da FIEPA, também é destacada, em especial, por ter sido apontada como uma das parceiras que trouxe melhores resultados para os joalheiros (aos que fazem parte do Consórcio), uma vez que os oferecidos pela FIEPA trouxeram resultados à curto, especialmente, financeiros e mercadológicos.

A postura da FIEPA quanto ao direcionamento dos cursos, o retorno das ações realizadas, novos conhecimentos e informações sobre Feiras Internacionais e exportação visto como benéfico para o setor.

d) BLOCO 4 – Sobre suas estratégias para o mercado.

Gráfico 9 - Qual o seu mercado consumidor?



Fonte: Pesquisa de Campo. $N= 8$ tabulado conforme a frequência das respostas.

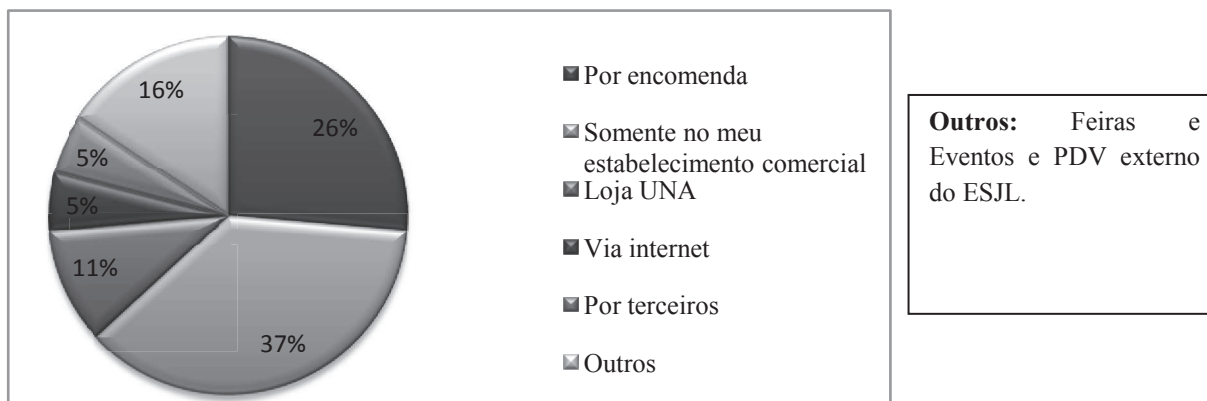
Esse quesito foi considerado o mais problemático a ser respondido. Pois embora haja a frequência de mais de repostas de mercado local e nacional, foi perceptível que há um desconhecimento sobre o real do mercado consumidor.

Uma vez que compreendem que vender para visitantes estrangeiros e de outras localidades do país é mercado internacional e nacional, respectivamente. Outros entendem que quem vai ao ESJL Liberto é turista, e se compram os produtos – vendem para turistas.

Embora relatem que tem uma carteira de cliente - que são consumidores que conhecem seus produtos e confiem em trabalho executado pelos joalheiros - grande parte desses clientes é local, ou seja, consumidores que residem na região metropolitana de Belém.

Outro fato a ser inferido, esta relacionado ao desconhecimento sobre o que é exportação - no qual colocaram que ao venderem para algum estrangeiro (sem nacionalidade brasileira) como se isso fosse exportar. O que na verdade não é.

Já que o processo de exportação requer uma série de procedimentos aduaneiros e fiscais que não são simplesmente um processo de compra e venda por um estrangeiro em território nacional.

Gráfico 10 - Qual a principal forma de comercialização?

Fonte: Pesquisa de Campo

N= 8 tabulado conforme a frequência de respostas.

Nesse quesito se apresentam com principais respostas a comercialização apenas nas lojas locadas no ESJL e as vendas por encomendas.

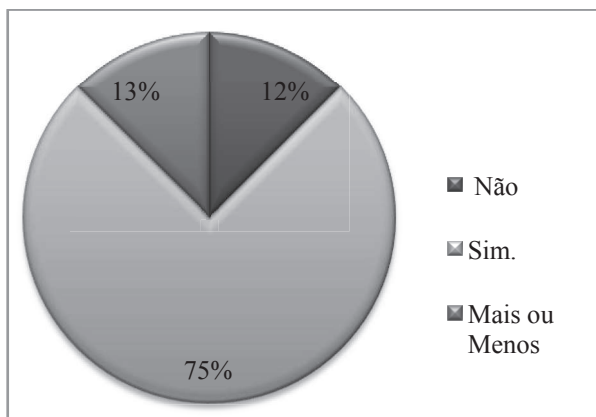
Também observou-se que não há a expansão dos negócios no que tange a espaço físico das lojas, seja fora do ESJL ou em locais próprios, pelo menos à curto prazo.

E que a venda por encomenda ainda são expressivas para comercialização de jóias, em especial quanto aos anéis de formatura e a confecção de adornos de caráter religioso que em especial, são produzidos no período de Setembro e Outubro em virtude o Círio de Nazaré, que ocorre no mês de outubro na cidade de Belém.

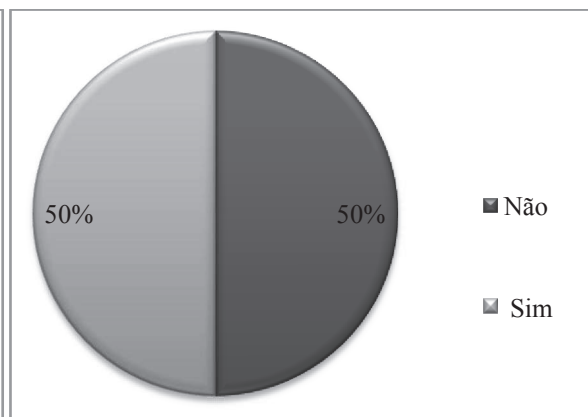
Destaca-se o papel da Loja UNA como uma alternativa para a comercialização de jóias de microempresas no ESJL. Que na realidade esse espaço é uma vitrine importante para quem ainda não dispõe de um espaço físico para comercializar seus produtos e pode usufruir do ESJL com suas externalidades positivas.

Entretanto apresentam o desconhecimento quanto a comercialização em sites de vendas no modelo B2B. E nem utilizam as redes sociais de acesso gratuito como Facebook, Twitter, Linked, Google Plus para a divulgação e comercialização das jóias e muito menos os pagos como Alibaba.com e Etsy.com com fontes para a comercialização e novos negócios [Ver apêndice com a lista das micro empresas que utilizam a rede mundial de computadores para a divulgação de seus produtos].

Além disso, houve relatos que a participação em Feiras e Eventos ainda não geram um retorno significativo na demanda de consumo de jóias no mercado nacional e também internacional. Pois conforme alguns relatos, grande parte dos eventos nacionais e internacionais no qual as jóias são levadas, mas mesma servem somente para a exposição e não para a comercialização ou fechamento de parcerias com novos clientes.

Gráfico 41 - Você conhece a Marca Jóias do Pará?

Fonte: Pesquisa de Campo

Gráfico 52 - Se sim, você utilizou essa marca para comercialização de seus produtos?

Fonte: Pesquisa Campo

A Marca Jóias do Pará foi criada e desenvolvida pelo governo do Estado, quando da implementação da política pública para a comercialização das jóias produzidas pelos integrantes do Polo Joalheiro. Mais do que uma marca, isso significa, em ter uma logo e um nome, ela também é um conceito de produção de jóias que é realizada no Estado do Pará, no qual agrega os recursos naturais não renováveis como ouro e prata, recursos renováveis como sementes, casca, cifres de animais e a representação da cultura local como um agregador de valor e diferencial as jóias.

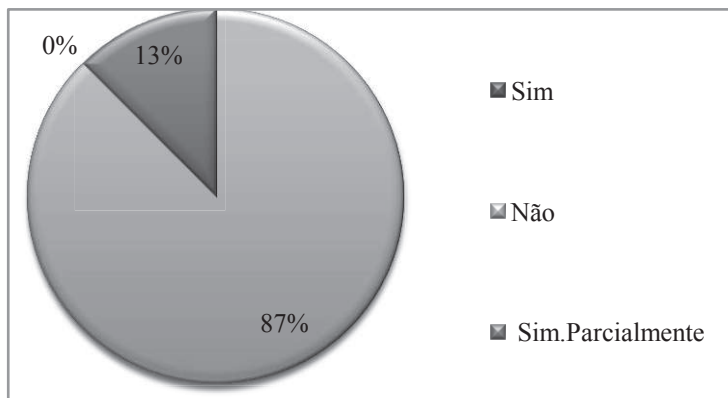
A elaboração dessa pergunta se deu pelo fato, de no decorrer da pesquisa documental, foi verificado a baixa divulgação dessa marca. Cabe ressaltar aqui que mais que uma marca as Jóias do Pará são um conceito de jóias que procura agregar valores e a cultura da Amazônia nas jóias produzidas no estado.

Os que utilizaram a Marca Jóias do Pará, a fizeram para junto ao Consórcio que tem nome de Consórcio Jóias do Pará, embora não utilize a mesma logo do programa, entretanto tem a mesma ideia de agregar valor as jóias com a identidade regional; Divulgação de um conceito do setor joalheiro, que existe apenas aqui e não apenas nas temáticas das jóias.

Já os que não utilizaram é porque tem a sua própria marca - o nome de sua loja - e por isso não precisam recorrer a essa marca. Assim como outros que não tem interesse ou não acreditam ter a necessidade de utilizar tal marca para a comercialização das jóias.

e) BLOCO 5 – AS AÇÕES DO ESTADO PARA O SETOR.

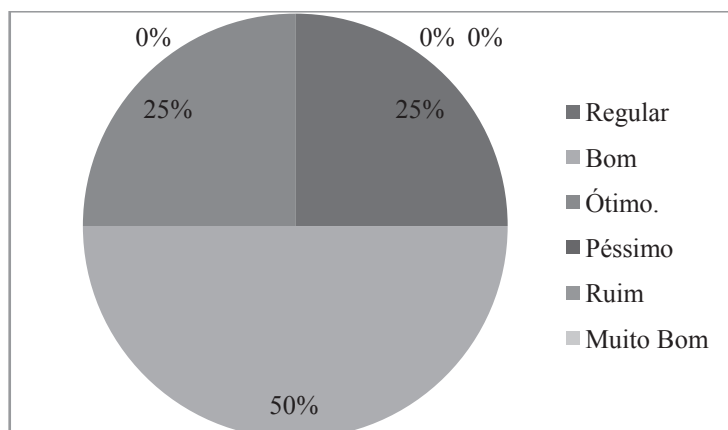
Gráfico 13 - A participação do governo é importante para o setor de gemas e jóias?



Por que? Poder de viabilizar incentivos fiscais, investimentos as atividades relacionadas e correlacionadas ao setor. Apoio na divulgação do setor; Dar apoio para estrutura e marketing.; Recursos para ESJL; Fomenta o Turismo; O governo devia criar uma linha de crédito específica para o setor, pois o mesmo já possui capacidade para tal.

Fonte: Pesquisa de Campo

Gráfico 64 - Como você avalia a atuação governamental para o setor?

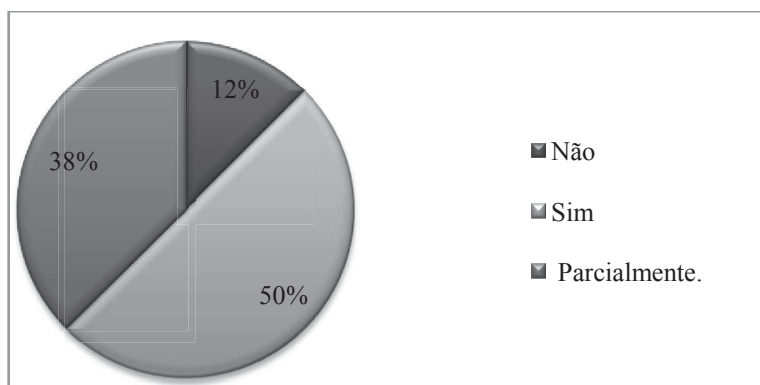


Por que? Falta de investimentos em especial no parte do beneficiamento das gemas - que são levadas como entulho e voltam lapidadas à um preço altíssimo; As instituições governamentais vem apoiando intensamente o setor mineral correlacionando com o turismo e a cultura; Se não fosse o Estado não haveria o ESJL; Falta divulgar mais o setor e incentivos financeiros. Apoio nos eventos e na divulgação do nosso trabalho.

Fonte: Pesquisa de Campo.

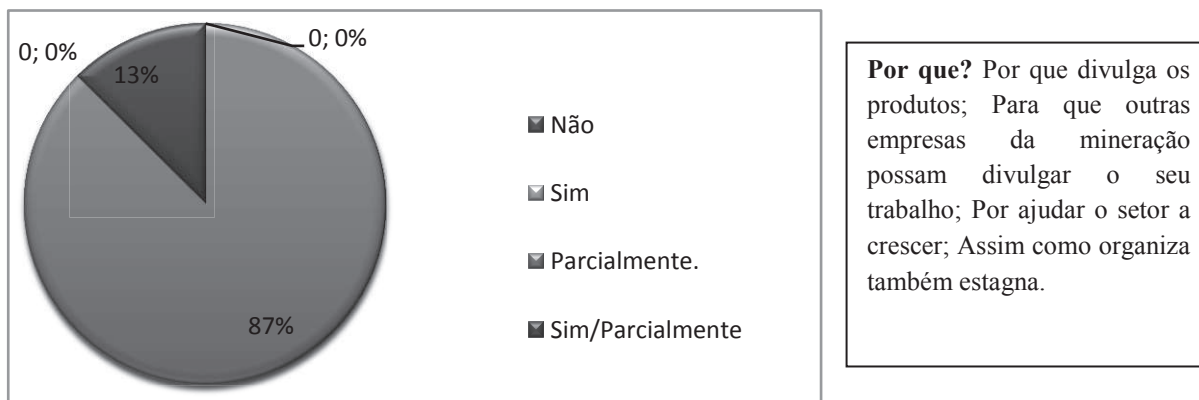
N= 8 tabulado conforme a frequência das respostas.

Gráfico 15 – Processo de evolução da atuação do Estado para o setor?



Por que? Precisa fomentar o setor; Estagnação; Crescimento do setor; Propaganda.

Fonte: Pesquisa de Campo.

Gráfico 76- Há vantagens em ter uma política pública para o setor?

Fonte: Pesquisa de Campo

Esse bloco foi tratado de forma sintética, uma vez que as questões foram elaboradas de forma encadeadas para a compreensão de como observam a participação do estado através dos governos quanto sua atuação junto ao setor de gemas e jóias.

A participação do Estado como um agente de intervenção foi praticamente unânime no que tange a organização, desenvolvimento e fortalecimento do setor – pois conforme apontaram os questionados:

Sem o Estado como indutor de ações para esse setor, continuaríamos nas ruas e na informalidade. Sem a possibilidade de novos conhecimentos e de ter o nosso trabalho reconhecido. (informação oral)

Recebendo o maior destaque a questão da divulgação dos produtos e ter um local para comercializar como o ESJL como uma das ações mais importantes para o fortalecimento do setor joalheiro.

Quanto ao quesito 12: Sobre quais ações governamentais conhecem - colocada com uma questão aberta - apenas foi citado a política pública do pólo joalheiro, nada além dessa ação do governo estadual.

Isso reafirma a pesquisa documental, no qual não se verifica a efetivação de nenhuma instituição, além das OS que gerenciaram o ESJL e o SEBRAE-Pa com os cursos de capacitação, ou até mesmo do governo federal de forma efetiva para o setor. E se há diretrizes sobre novos conceitos de desenvolvimento econômico as mesmas ainda não conseguiram atingir a realidade do setor.

Quanto as quesito 13, sobre a avaliação e observação das ações do governo as informações obtidas isso mostrou um cenário de contradição.

Iniciando pela questão de como avaliam a atuação do governo, não foi inferido nenhuma colocação de péssimo ou ruim, mas as respostas oscilam entre o bom e o ótimo. Porém tecem, novamente, críticas quanto a falta de divulgação do ESJL e a falta de crédito para o setor, no qual caberia ao governo estadual em conjunto com outras instituições tentarem sanar isso e ainda não o fizeram. Logo a colocação de uma boa atuação esta estritamente ligada à questão da manutenção do ESJL como um espaço referencia para a comercialização das jóias.

No que se refere a evolução das ações governamentais, isso é feito em relação: tempo - > ações-> resultados. Embora infiram a que o setor evoluiu, isso olhando do presente para o passado, observam do presente para o futuro que o setor joalheiro esta estagnado e se não houve alguma mudança da parte dos futuros governos ou dos próprios joalheiros a situação tende a ter resultados negativos.

A questão da estagnação ficou latente devido ao setor não crescer, não apresenta atrativos para novas pessoas, sem contar na escassez de mão de obra para atuar junto ao setor.

Quanto a ter um espaço para comercializar os produtos foi apontado por 100% como algo vantajoso. E as questões 14 e 15 não foram respondidas no questionário uma vez que a concessão da entrevistas as mesmas foram refeitas.

6.2 Análise das entrevistas

As perguntas proferidas no roteiro de entrevista procuram compreender como os integrantes do setor de gemas jóias de Belém observam a sua trajetória, como se movimentaram com o passar dos anos de atuação no setor e como a política pública rebate sobre os mesmo.

O inicio das entrevistas foi marcado por indicar o tempo de trabalho no setor, o que demonstrou um traço histórico de mais de duas décadas de atuação, sendo que grande parte atuava informalmente, em oficina em sua própria casa, ou para outros produtores de jóias e até mesmo *hippies* que produziam “jóias” e vendiam nas praças de Belém e em outras cidades do estado.

Viram na política pública a oportunidade de transformação profissional para suas atividades. Sendo a chamada pública realizada no ano de 1999 apontada como marco inicial de sua atuação em conjunto com as ações governamentais, porém houve relatos que alguns dos integrantes foram indicados para fazerem parte da política pública em virtude de serem

profissionais conhecidos nas cidades de Belém, Itaituba, Marabá, Abaetetuba quanto atividade de ourivesaria e lapidação.

Sendo que todos apontam uma mudança gradual quanto a sua trajetória de vida (pessoal e profissional), pois com sua inserção na Política Pública.

As principais mudanças apontadas esta ligada a sua formalização e em consequência a melhoria dos processos produtivos nas oficinas, conseguindo a aquisição de máquinas e equipamentos. Também observam melhorias frente a sua condição anterior a política pública, como o reconhecimento de seu trabalho e pelo fato de terem uma micro empresa, e com isso gradativamente poderem oferecer emprego para outras pessoas.

Tem como principais produtos jóias de ouro e prata, e quanto ao tipo de produto há maior o destaque a produção de colares, pingentes, braceletes, pingentes, anéis.

Possuem oficina própria ou terceirizada. Em média conseguem agregar em torno de 10 empregados de forma direta, sendo o rebatimento em mais de 100 pessoas em alguns casos, de forma indireta. Mas compreendem que a cadeia da produtiva é muita mais extensa do que ter apenas uma loja. E que o sucesso de suas ações rebatem em uma grande quantidade de pessoas.

Inferem que vários dos funcionários que trabalham, seja nas lojas ou nas oficinas de produção, muitas vezes é responsável pelo sustento de sua família, logo as atividades desenvolvidas pelo setor, tem o rebatimento de forma a impactar na vida de várias pessoas que não tem envolvimento direto com as atividades do setor joalheiro.

E até mesmo o Pólo joalheiro, mesmo com baixa visibilidade local e nacional, é uma fonte de geração de emprego e renda, isso ligado com a questão do turismo e vendas diretas e indiretas.

Mesmo assim não foi possível observar por parte dos entrevistados a sua postura quanto a ser um empresário um agente responsável para o desenvolvimento local. Seu horizonte de atuação limita-se a produção e venda de jóias.

O que demonstra uma comunicação pautada em um sistema econômico – dinheiro/não dinheiro.

A principal motivação de terem vindo ao Polo Joalheiro foi a oportunidade de crescimento profissional, capacitação - no sentido terem um melhor acesso ao mercado e novos mercados - ter acesso a cursos de design e tendências em joalheria de forma gratuita.

Nesse questionamento observou-se que a formalização das empresas veio como consequência do Polo Joalheiro e também da inauguração do ESJL. Foi perceptível que grande parte deles foram formalizados após 2003, em especial como microempresários, sendo

que essa formalização, não se apresentou como algo forçado, porém com forte incentivo de instituições como o SEBRAE-Pa para sua formalização através da realização de cursos e workshops que visavam a formalização de empresas.

Tal processo foi acontecendo gradualmente e os que se formalizaram fizeram isso em virtude do apoio institucional, poderem ter acesso à crédito e participação em eventos, feiras do setor joalheiro.

Quando se procurou verificar se quem atua no setor de gemas e jóias, observa esse setor de forma diferente dos demais produtivos, essa pergunta teve o intuito de saber se eles fazem comparações com outros setores produtivos que também recebem incentivos e ações por parte do estado, assim como podem comparar a sua evolução com à de outros setores - ligados a mineração ou não.

Neste caso a intenção era procurar entender a autopoises do setor, sua forma de observar o meio ou outros sistemas, utilizando a sua autoreferência e heteroreferencia.

As respostas apresentadas demonstram as imagens construídas com base na sua trajetória profissional e nas próprias condições e contextos vividos por cada um dos entrevistados.

Todavia as respostas inferidas também refletem o isolamento pelo qual o setor foi passando ao longo do tempo, pois como já visto no capítulo anterior, em momento algum presenciou-se que o setor de gemas e jóias se articulou com outros setores produtivos

Além disso, também apresentaram as particularidades que se encontram nesse setor, em especial no que se refere a compra de matéria-prima, no caso o metal e a venda. Isso esta relacionado ao alto valor que precisam empregar para obterem os metais e gemas para confecção das jóias, pois não há muitas facilidades quanto a conseguir produtos fornecedores confiáveis.

Alguns entrevistados colocaram que não têm/ou nunca tiveram o interesse de comparar o setor de gemas e jóias com outros setores do estado, ou então o desconhecimento sobre tal. Porém os que inferiram respostas apontam que uma das diferenças esta ligada a ser um setor com um crescimento em um período curto de tempo em relação à outros setores produtivos. E ao tipo de produto que é supérfluo e que tem uma dinâmica econômica bastante peculiar. *“Só compra jóia quem pode, quem precisa e quem tem dinheiro. Você não tem necessidade de comprar jóia para viver. É um produto que não pode ser comprado por qualquer um.” (informação verbal).*

Além disso, também apresentaram as particularidades que se encontram nesse setor, em especial no que se refere a compra de matéria-prima, no caso o metal e a venda. Isso esta

relacionado ao alto valor que precisam empregar para obterem os metais e gemas para a confecção das jóias, pois não há muitas facilidades quanto a conseguir produtos e fornecedores confiáveis.

No setor joalheiro tudo é muito único, tudo é muito difícil, muito específico, você não acha um (ourives) profissional em cada esquina. Você não compra nada nesse setor no cartão parcelado tudo é à vista. Ouro não se compra parcelado, mas a jóia você compra parcelada no cartão de crédito nas lojas, mas o metal tudo precisa de dinheiro (em espécie) (informação verbal)

As questões em torno do lucro e dos conflitos, foram realizadas a fim de confirmar ou refutar as colocações e discursos proferidos pelo SEBRAE-Pa, Secretarias Estaduais e as OS que atuaram junto ao setor.

Com relação ao lucro, isso está ligado ao discurso proferido, em especial, pelo governo estadual de que o setor de gemas e jóias embora tenha um espaço para comercializar sua produção, ainda não é um dos mais expressivos na economia local, pois tem baixa lucratividade devido a problemas de produção e comercialização.

Embora o governo estadual faça tal afirmação, em momento algum apresenta um dado ou construiu um indicador para validar seu discurso. Tais colocações ficam mais uma vez no plano das observações empíricas, no qual supõem tais questões sem verificar a veracidade de suas observações.

Porém, foi apontado pelos entrevistados que o setor é lucrativo sim! Embora mesmo com dificuldades quanto a divulgação dos produtos, os mesmos conseguem auferir lucro para manter seu negócio funcionando, porém tem problemas quanto a utilizar desse lucro para fazerem investimentos, devido ao alto custo de investimentos para aquisição de máquinas e tecnologia para o setor.

Essas colocações demonstram a diferença entre o que é lucro para o governo estadual e o que lucro para os joalheiros.

Uma observação pertinente a ser levantada é a questão da produção e vendas ao longo do ano. Na pesquisa realizada pelo SEBRAE-Pa, com 26 entrevistados, que atuam no Polo Joalheiro, foi apresentado quantitativo de produção anual, que demonstrou uma oscilação forte quanto a produção e isso está estreitamente relacionada com as vendas.

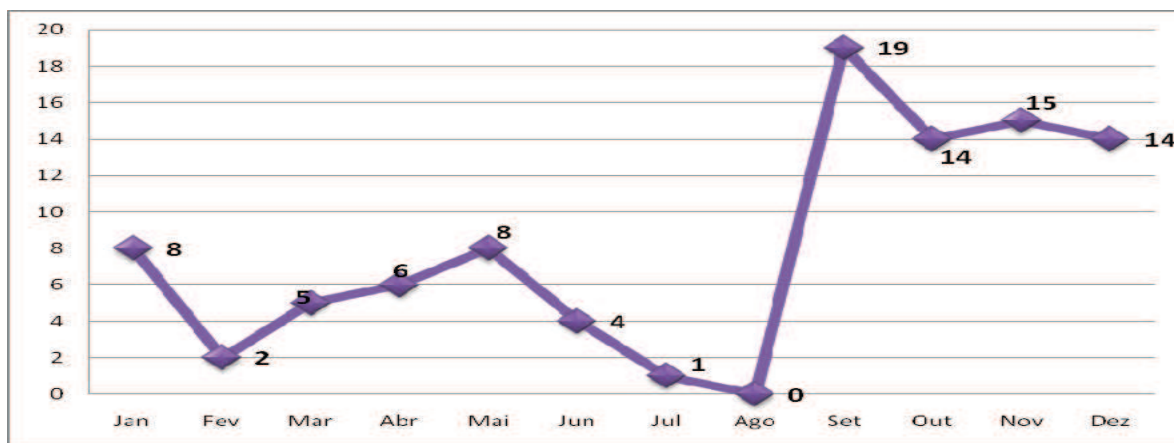
Com base no gráfico elaborado pelo SEBRAE-Pa, fica nítido a sazonalidade de consumo junto ao ESJL. Pois os meses mais rentáveis são:

*Maio: em virtude da data comemorativa do Dia das Mães, sendo esta data com ações de promocionais e de divulgação por parte da OS.

* Setembro e Outubro: em virtude da festividade do Círio de Nossa Senhora de Nazaré que traz um quantitativo expressivo de turistas para cidade de Belém.

*Dezembro e Janeiro: em virtudes das festividades de Natal e Ano Novo e das formaturas nas instituições de ensino superior na cidade, o que demanda, especialmente a confecção de anéis de formatura.

Gráfico 17 - Variação anual da produção em citações pelos entrevistados.



Fonte: SEBRAE-Pa, 2008.

O Gráfico 17 demonstra também que em quase a metade do ano [6 meses], há uma baixa comercialização. O que reforça as informações proferidas nas entrevistas, de que há necessidade de um plano de marketing e que seja estimulado o mercado consumidor local para a compra de jóias no ESJL.

Observou-se que a ênfase em lucro é muito mais intensa em quem faz parte do Consórcio Jóias do Pará, que vem na exportação uma nova fonte de ganhos financeiros e mercadológicos.

Outro ponto colocado pelas instituições, seja pública ou privada, é que o setor é marcado por conflitos e que isso é um dos fatores que contribuem para o insucesso de muitas ações.

Questionados quanto isso, demonstram que muitas atitudes conflituosas já foram resolvidas em relação a maturidade das atividades, anos de experiência e as tentativa de ações de parceria em prol de um desenvolvimento conjunto.

Mas que atualmente eles se apresentam de forma menos intensa, pois o aprendizado com o decorrer dos anos e a consolidação de seus próprios negócios foram minimizando tais reações.

Entretanto, apontam que ainda há conflitos possuem diferentes fatores como: insatisfação das pessoas com as atividades desenvolvidas pela política pública, a competição por mão de obra – em ter o melhor profissional para trabalhar - pessoas com idéias e comportamento empresarial diferentes, não compreendem que fazer parte de um setor e que contribui individualmente para que haja de ganhos coletivos.

Uma contribuição da teoria luhmanniana quanto aos conflitos, é que estes são compreendido como um sistema social parasitário, que se aproveita das contradições da comunicação para ampliar seus recursos. Assim o que é maléfico no conflito é o fato de que ele amplia seus recursos, logo é necessário que ele esteja sempre em limites aceitáveis. (CORSI et.al. 1996). E ainda como coloca Luhmann (2009) que os conflitos permitem que o outro seja tratado como inimigo, como oposto, o que acarreta na rejeição sistemática do sentido dos outros, mediante a utilização recursiva do NÃO, ou seja, em negar tudo o que lhe é diferente do seu sentido.

Também foi destacado a falta de participação dos integrantes do setor quanto as diretrizes do governo e as ações desenvolvidas pela OS. O que gera a insatisfação quanto aos planos desenvolvidos e o não cumprimento das metas ou projetos estabelecidos.

Pois muitos pedidos que foram realizados, seja para as OS, devido ao acesso fácil acesso, e outras também foram levadas as secretarias estaduais quanto á reunião realizadas junto ao setor. Mesmo assim não houve sucesso com á esses pleitos.

Já fomos pleitear muitas coisas junto ao governo e até hoje não conseguimos nada. Nós não somos atendido, por isso paramos de ir pedir. Pensam tudo por nós, mas não conhecem a nossa realidade (informação verbal).

No que se refere ao pleito ou queixas junto ao governo estadual e as ações que promovam melhorias para setor, observou-se que os mesmo são agentes passivos da política pública, apenas recebendo os —benefícios que são destinados por ela.

Porém isso remete a reflexão de que nem todos os planos dos governos estaduais e até mesmo os projetos do SEBRAE-Pa são pertinentes à dinâmica vivenciada pelo setor e que as queixas precisam ser levadas em consideração no sentido de procurar sanar os problemas, assim como se propõe uma política pública.

Tanto que os problemas apresentados se repetem: baixas vendas, mão de obra qualificada e investimentos financeiros.

Sendo que as vendas são um dos pontos mais enfatizados, pois mesmo com o ESJL e a participação das jóias produzidas no Polo Joalheiro, isso ainda não traz retorno em vendas.

O problema esta na condução do projeto do governo - O Polo Joalheiro é uma vitrine para o governo, mas só mostra o que é bonito o que é belo, mas nós precisamos viver com o nosso dinheiro. Levam os produtos para a Europa, mas isso não traz dinheiro. Há muitas dificuldades de vendas, levam o trabalho dos joalheiros para fora como o belo, bonito que maravilha - mas não tem vendas. (informação verbal).

Pois como já foi mencionado no capítulo 5 a mudança nos discursos do governo contribuem para tal relato. Pois não foi apresentado nós últimos anos esforços na expansão do setor em outras cidades paraenses e que a participação em eventos relacionados a joalheria ou à outros setores produtivos, estão mais ligados a mostrarem o produto como algo diferente e que isso é produzido devido as ações do governo estadual.

Ainda não houve uma ação conjunta em prol de um plano de marketing que acarrete na maior comercialização das jóias.

E a falta de investimentos é apontada como uma dos pontos da falta de evolução do setor. Pois sem acesso a recursos financeiros não há como desenvolverem-se: comprar máquinas e se capacitarem.

A falta de acesso a recursos financeiros, pode estar também relacionado ao fato do setor de gemas e jóias se apresentar de forma relativa na economia local e ainda ser marcado pela informalidade, isso acarreta na falta de crédito para investimentos. Além de não ter sido apresentado até hoje nenhum estudo por parte dos bancos, principalmente dos públicos que tem o foco em questões de desenvolvimento regional com qualquer diretriz para o fomento desse setor.

Mesmo assim, foram apontadas como soluções uma gestão participativa no qual pudessem interagir com os operadores da política pública. Também é cobrado por parte do estado que o mesmo ofereça cursos profissionalizantes na área da lapidação e ourivesaria para formar profissionais para atuarem de fato no setor.

Quanto as expectativas futuras elas não mostram muito entusiasmo e nem planos longo prazo.

Pois quando observam a forma como a política pública é gerida não há prospecção em nada de novo, já que o cenário não apresenta mudanças e nem dá bases para que possam despontar ações de forma segura.

Elencaram também a necessidade de se efetivar a verticalização das gemas produzidas no estado, pois continua sendo um gargalo da cadeia produtiva. Já que a produção de gemas é inferior a de jóias e o baixo número de profissionais na lapidação também contribui para o desenho de tal cenário.

Pegam as nossas pedras com entulho e levam tudo para Minas e São Paulo. Porque lá não tem pedra mais.... levam as pedras tudinho daqui. Ai chega eles lapidam tudo e querem vender aqui, vender para nós joalheiros com um preço muito alto. Isso encarece o nosso produto, isso encarece o que é nosso. E ninguém ainda não fez nada para mudar isso.(informação oral)

O que deixa nítido que a política publica não consegue atuar em toda a cadeia produtiva da joalheria, e que os rebatimentos se dão de forma indireta para as oficinas de ourivesaria e fundição.

Outra sugestão é uma maior participação em eventos internacionais a fim de gerar uma nova dinâmica para o setor. No qual esses eventos gerem vendas à curto prazo. E a volta da Expojóia Pará Amazônia Design que foi apontada como uma perda significativa para os joalheiros locais.

Pois quando citam o tal evento demonstram que os dias do evento apresentavam a visibilidade para o mercado local do que é produzido pelo pólo joalheiro além de utilizarem os catálogos produzidos pelas OS em parceria com o SEBRAE-Pa e IBGM como um instrumento de vendas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário desenhado pelas atividades minerais, no estado do Pará, desencadearam diversas disparidades territoriais, sociais e econômicas que apresentam reflexos ainda hoje de forma negativa para o estado. A evidência disto é que o estado do Pará mesmo diagnosticando que as exportações de minérios de forma *in natura* não estavam sendo suficientes para seu desenvolvimento econômico e social, e mesmo assim é latente até hoje, em sua pauta de exportação, grandes cifras financeiras compostas da comercialização de diversas *comodittes* minerais com baixo beneficiamento e pouca expansão vertical de suas atividades.

O ensejo de desenvolvimento econômico e social pautado na utilização das riquezas minerais abundantes do estado do Pará acarretaram em ações e até mesmo políticas públicas por parte dos governos estaduais para que fosse possível, de fato, consolidar tal ensejo. Procurando transformar tal cenário o governo estadual, veio de forma tardia, somente após 1990, com alguma ação propondo tal mudança, como verticalizar a produção no próprio estado com base em empresas locais. É nesse contexto que o setor de gemas e jóias passa a ter a atenção do governo estadual como um dos possíveis agentes dessa mudança.

Tanto que este setor foi implementada e desenvolvida uma política pública para atender a toda a sua cadeia produtiva, visando proporcionar a um setor marginalizado uma oportunidade de ascender na economia local, gerando emprego e renda.

Embora, quanto do período da implementação, o governo estadual tenha conseguindo emergir a participação de diversas instituições para esse fim, as ações que não conseguiram apresentar uma base sólida para que nas décadas seguintes e o culminou em um processo de desenvolvimento a passos lentos, e que ainda hoje não foram capazes de gerar desencadeamentos positivos suficientes para que o setor de gemas e jóias possa despontar no cenário da economia local.

Uma evidencia disso é que a política pública estadual de verticalização mineral ainda não tem efeitos significativos no cenário da mineração do estado do Pará e muito menos reflete positivamente nas MPMEs do setor de Gemas e Jóias que atuam economia mineral do paraense. As considerações finais tecidas ao final desta dissertação são amplas e ao mesmo tempo bastante complexas.

A primeira delas esta relacionado ao fato de que desenvolver uma política pública prol do desenvolvimento regional no Estado do Pará, utilizando por exemplo, o setor de gemas e jóias não tem se mostrado como uma tarefa fácil.

Pois inúmeros são os discursos referem às MPMES como importantes para o desenvolvimento econômico e social do país, entretanto esses discursos tendem a cair em uma falácia quando se observa a real situação de muitas MPMES espalhadas pelo país. E no estado do Pará não é diferente.

Há ainda a carência quanto a informações sistematizadas sobre qual o a função e papel das MPMES e como essas podem ou são utilizadas com tal finalidade. E mesmo com a participação de instituições como o SEBRAE e as Secretarias Estaduais, são as inúmeras evidências de que, infelizmente, as MPMES do setor mineral não foram suficientemente beneficiadas pelos governos passados – embora haja alguns esforços no sentido de promover uma melhor estruturação e regulação das suas atividades. Como fica nítido na questão do Polo Joalheiro.

A segunda é que dado objeto de estudo e seu recorte empírico, se põe como algo desafiador e complexo que requer, inexoravelmente, a participação do Estado enquanto agente chave do processo. Contudo, tal desiderato requer, para que se obtenha o escopo colimado, um conhecimento aprofundado do objeto e com seus desencadeamentos se processam de forma positiva e negativa.

A outro passo ao utilizar a Teoria dos Sistemas Sociais de Luhmann, trouxe a possibilidade de compreender como ser processa essas relações complexas: entre o governo estadual e o setor de gemas e jóias. Em especial ao utilizar a categoria analítica de observador de 2ª ordem, observou-se várias comunicações e fenômenos que ocorrem quanto do desenvolvimento das ações do governo estadual. Uma delas é a compreensão de que os planos, ações, projetos, diretrizes e as demais inferências realizadas por qual instituição ligada ao setor de gemas e jóias, precisam considerar, conforme coloca Luhmann que cada sistema social tem uma descrição particular de mundo e que a descrição de um sistema —particular não é mais importante do que as descrições feitas pelos outros sistemas sociais.

Embora a teoria luhmanniana enfatize a autonomia comunicativa dos sistemas sociais enquanto realidades autônomas, esta também são dependentes.

Porém tal colocação de Luhmann não foi observada no estudo em questão. Pois mesmo o setor joalheiro contando com uma política pública, que emana do sistema político e de suas organizações estas não provocam nenhum ruído ou irritação em sua auto-organização e auto referencia. Pois o código binário do sistema político (poder/não poder) não gera ruídos e nem irritações no setor de gemas e jóias. Pois as comunicações que se efetuam no setor joalheiro estão ligada à dois códigos: jóia/não jóias e dinheiro/ não dinheiro, ou seja, uma

relação estritamente econômica e não com relações e poder e nem tão pouco com as decisões que as organizações tomam para a sua manutenção.

Porém quando o sistema político, através da SEICOM ou até mesmo do IGAMA intervém no setor e isso é selecionado pela sua hetero-referencia, ocorrem sim mudanças em suas estruturas de forma a processar as informações e excluir o que não é conveniente ao sistema. O que em muitos casos acarreta em atritos entre os envolvidos no setor de gemas e jóias nas instituições que atuam junto ao setor.

Entende-se também que nenhuma instituição, seja pública ou privada, se constitui como a detentora de verdades e certezas, e não esta em ponto privilegiado de observação do mundo. Logo qual ação de planejamento, seja público ou privado, não tem a capacidade de abarcar toda a complexidade dos sistemas sociais. E no que tange especificamente ao ciclo da política pública, esta não podem ser compreendidas apenas como operações técnicas, mas sim operações de cunho político e social, uma vez que o objeto e o foco das políticas públicas em questão é o desenvolvimento social e econômico do estado do Pará.

Partindo dos pressupostos já levantados, especialmente, no capítulo 5.3 e 5.2, mostram que a política pública estadual se apresenta como um ciclo vicioso frente a forma com vem sendo conduzida nos últimos 12 anos. Pois assevera-se que a avaliação da política pública deveria configura-se como mecanismo de auto-observação do sistema político, o que de fato não ocorre. Sendo que por meio da avaliação da política pública, espera-se que o sistema político tenha a capacidade de se auto-observar e de perceber o que se ajusta ou não a ele. Contudo, a opção adotada até então [seja a metodologia ou forma] da avaliação condiciona seu processo de avaliação, á apenas um acompanhamento de recursos destinados/recursos empregados. Além emanar os resultados da adoção de valores organizacionais que incidem direta/indiretamente para explicar os resultados da avaliação.

Logo o papel da avaliação deviria ser o de possibilitar que tanto o IGAMA como a SEICOM relacionar os códigos comunicativos dos sistemas sociais: político e econômico. Já que a idéia embutida na avaliação é, também de um processo que depende do estabelecimento de uma comunicação precisa entre as organizações à qual competem a concretizam da política pública.

Assim como precisa ser enfatizado e vinculada à ideia de —aprendizagem‖ para ambas organizações, por meio de interações e acoplamentos estruturais capazes de modificar a comportamentos em prol de um resultado mais efetivo da política pública. Pois entende-se que a avaliação de políticas públicas como uma das seleções operativas do sistema político, que embora seja um processo complexo que busca compreender e oferecer alternativas para

agir sobre a complexidade tanto do sistema político e dos demais sistemas sociais. Isto quer dizer que os diferentes sistemas sociais funcionais estão apoiados em comunicações próprias e particulares. Sendo diferentes e conflitantes articulando-se com todos os outros tipos de comunicação. Nesse sentido, surgem conflitos, e isso passa a ser relacionado com a disponibilidade de recursos orçamentários, a eficiência, eficácia, efetividade e a pressão sobre a responsabilidade de quem exerce as funções organizacionais que atuam em prol do desenvolvimento do setor.

Ao fim e ao cabo, a manutenção da forma de gerenciamento da política pública e sua forma de avaliação acarretarem ao longo prazo numa —crise de efetividade— uma vez que muitos dos planos não cumpridos em sua totalidade, passando a falsa idéia de que tudo ocorre de forma satisfatória mas não apresenta os resultados esperados. E que a busca com um alinhamento baseado nas diretrizes federais precisam de uma precisa de uma revisão quanto a estrutura e conjuntura econômica que apresenta o estado Pará. Pois qualquer ação desenvolvida pode se tornar inócua ou até mesmo prejudicial se não tiver base tal. O que coloca a economia mineral do estado em atraso em relação à outras economias do mineras do país, que já desenvolvem ações para o consolidação de APL, por exemplo.

REFERÊNCIAS

- ABRAHIM, L.M.P. **A Técnica da incrustação paraense**: ilustrada através da coleção de jóias 'mangueirosas'. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Design) - Universidade do Estado do Pará, Centro de Ciências Naturais e Tecnologia, Belém, 2007.
- ACERTAR, I. **O Pará é jóia**: pesquisa com os produtores de jóias do Estado do Pará. Belém: Associação São José Liberto, 2004.
- _____. **Mapa da mina**. Pesquisa com os compradores de Jóias do Pará. Belém: Associação São José Liberto, 2004.
- ALAHARJA, M.; HELGASON, S. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, *Brasília*, v. 51, n. 4, p. 5-59, 2000.
- ALMEIDA, B. J. B. **Polos Produtivos de Belém e as perspectivas de APL em Parauapebas**. 2010. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Planejamento do Desenvolvimento Regional). Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.
- ALTENBURG, T.; MESSNER, D. (Ed.) **América Latina competitiva**: Desafios para La economía, la sociedad y el estado. Instituto Alemán de Desarrollo (IAD) / Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ). Venezuela, Nueva Sociedad, 2002.
- ÁLVAREZ, E. G. A. La Teoria de Niklas Luhmann. **Convergência**. México. n. 32. maio/ago./2003.
- AMARAL, J. A. Endogenização no Desenvolvimento Econômico Regional. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 27, 1999, Belém. **Anais...** Belém: ANPEC, 1999.
- _____. Desenvolvimento regional endógeno: (re) construção de um conceito, reformulação das estratégias. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 26, n.3, jul./set. Fortaleza, 1995.
- _____. É negócio ser pequeno, mas em grupo. In: CASTRO, Ana Célia (Org.). **Desenvolvimento em debate, painéis do desenvolvimento brasileiro II**. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.
- _____. Globalização, transformações estruturais, desenvolvimento local e regional, um olhar sobre o nordeste In: AMARAL, J.; CARRILLO, J. **Trajetórias de Desenvolvimento Local e Regional**: uma comparação entre a região da Nordeste do Brasil e a Baixa Califórnia. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.
- ANTERO, S. A. Monitoramento e avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Escravo. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: p. 791-828, set/out., 2008.
- ARAUJO, C. WAIZBORT, L. Sistema e evolução na teoria de Luhmann (mais: Luhmann sobre o sistema mundial). **Lua Nova**, n.47. 1999. p. 179-251.

ARRETCHE, M. T. S. Tendências no Estudo sobre Avaliação. In: RICO, E. M. (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais**: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Agenda Institucional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 22. n. 64, 2007.

ARBIX, G. **Arranjos Produtivos Locais e a ação do Governo Federal no Fomento às Pequenas Empresas**. Disponível em: <www.ipea.org.br> Acesso em: 25 ago.2011.

ASSOCIAÇÃO SÃO JOSÉ LIBERTO. **Catálogo da II Pará Expojóia – Amazônia Design**. Belém: ASJL, 2006.

BABBIE, E. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

BARQUERO, A. V. **Desarrollo local**: una estrategia de creación de empleo. Ediciones Pirámide S.A. Ramón de la Cruz, Madrid – 1988.

_____. **Desenvolvimento endógeno em tempos desglobalização**. Tradução de Ricardo Brinco. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2001.

BAYME, K. **Theorie der Politik im 20. Jahrhundert**: von der Moderne zur Posmoderne. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1991.

BOISIER, S. **Desarrollo endógeno**: ¿para qué?, ¿para quién? [S.l.:s.n.], 2004.

_____. ¿Y si el desarrollo fuese una emergencia sistémica? **Revista del CLAD Reforma y Democracia**, Caracas, n. 27. Oct. 2003.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior - MDIC. Secretária de Comércio Exterior. Disponível em: <www.mdic.gov.br>. Acesso em: 10 jul. 2011.

_____. **Plano de Desenvolvimento Preliminar - PDP do APL de gemas e jóias do distrito Federal**. Disponível em:< www.mdic.gov.br>. Acesso em: 30 mar. 2011.

_____. Ministério de Minas e Energia – MME. Disponível em: < www.mme.gov.br> Acesso em: 25 maio 2011.

_____. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Secretaria da Reforma do Estado. **Organizações sociais**. Brasília, DF: 1997. (Cadernos MARE da reforma do estado; v. 2).

CARVALHO, M. A. Uma introdução à análise de políticas públicas: análise custo-benefício, árvores de decisão e modelos de multiatributos. In: ENANPAD, 29., 2005, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPAD, 2005. CD-ROM.

CARVALHO, L. S. C. et. al. **Dossiê técnico**: indicações geográficas aplicadas ao setor de gemas e jóias. Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais – CETEC. 6 jan. 2014.

CARVALHO, M.C.B. Avaliação Participativa – uma escolha metodológica. In: RICO, E. M. (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais**: uma questão em debate. 3. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2001.

CHAGAS, C. F. **Classificação da joalheria Paraense quanto aos processos produtivos e inserção da cultura local.** Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharelado em Design), Universidade Federal do Pará, 2009.

_____. O imaginário amazônico na joalheria paraense: Programa Polo Joalheiro. In: CHAGAS, Clarisse Fonseca (Org.). **Cultura e design em produtos amazônicos: pesquisa em design.** Belém: Cromos, 2012.

CHAVES, D. A. **O setor de gemas e jóias de Belém: um arranjo produtivo local?** Artigo de Especialização em Economia Regional e Meio Ambiente. Belém: PPGE; UFPA, 2011.

_____. A mineração no Pará: o setor de gemas e jóias de Belém. In: CONGRESSO NORTE E NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO (CONNEPI), 7, 2012, Palmas, TO. **Anais...** Palmas, TO, out. 2012.

_____. As MPMES e o setor de gemas e jóias de Belém. In: SIMPÓSIO DE GEOLOGIA DA AMAZÔNIA, 13, 2013, Belém, PA. **Anais...** Belém, PA, set. 2013.

_____. Política Pública na Mineração no Estado do Pará: o que está sendo avaliado?. In: SEMEAD – Seminários de Administração da FEA/USP. 17, 2014, São Paulo, SP, **Anais...** Novembro, 2014.

CHIZZOTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais.** 2. ed. Petrópolis. RJ: Vozes, 2008.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de Projetos Sociais.** 7 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CORSI, G.; ESPOSITO, E.; BARALDI, C. **Glosário de la teoria de Nikas Luhmann.** Traducción de Miguel Romero Perez, Carlos VÍJJaJohos. Guadalajara, México: Intitulo Tecnológico y Estudios Superiores de Ucciderne (FTESO); Barcelona. España: y Editoria) *Anihropos*, 1996.

COSTA, E. J. M. **Políticas públicas para o desenvolvimento de arranjos produtivos locais em regiões periféricas: um estudo de caso a partir de aglomerações produtivas paraenses.** 198 f. Campinas, SP, UNICAMP, 2003. Dissertação - (Mestrado em Economia)

_____. **Arranjos Produtivos Locais, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional.** Brasília: Mais Gráfica, 2010.

_____. Políticas Públicas e o Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais. **Revista do IESAM**, v.2, n. 1,2, jan./2004.

CRISTO, C.M.P.N. Prospectiva Estratégica Instrumento para a construção do futuro e para Elaboração de políticas. **Revista do Serviço Público.** Brasília: ENAP, 2003.

DALLIBRIDA, V. R. et.al. Desenvolvimento territorial: uma revisão teórica na perspectiva da territorialização do desenvolvimento. In: WITTMANN, M. L.; RAMOS, M. P. (Org.). **Desenvolvimento regional: capital social, redes e planejamento.** Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

DESLAURIERS, J. ; KÉRISIT, M. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos, teóricos e metodológicos**. 2. ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2010.

DIAS, R. **Comércio Exterior: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2004.

DINIZ, E. Empresariado e estratégias de desenvolvimento. **Lua Nova**, nº 55-56, 2006.

DUARTE, M.Y.M. Estudo de Caso. In: DUARTE, J.; BARROS.A. (Org.). **Métodos e Técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

DUARTE, J. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, J.; BARROS.A. (Org.). **Métodos e Técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FARIA, C.A.P. Idéias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 21-29, fev. 2003.

FARIA, C. A. P. (Org.). **Implementação de Políticas Públicas: teoria e prática**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012.

FARIA, R. M. Avaliação de Programas Sociais – evoluções e tendências. In: RICO, E. M. (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2001.

GABRIEL, A. **Mensagem do Governo do Pará à Assembléia Legislativa: 2000**. Belém, PA: 2000. Disponível em: <www.sepof.pa.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2014.

GALVÃO, A.C. F. **Políticas de Desenvolvimento Regional e Inovação: lições da experiência europeia**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

GASKILL, L. A. A Qualitative investigation into developmental relationships for small business apparel retailers: networks, mentors and role models. *The Qualitative Report*, v. 6, n. 3, sep. 2001. Disponível <<http://www.nova.edu/ssss/QR/QR6-3/gaskill.html>> Acesso em: 25 fev. 2014.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 64-89.

GUIA do Museu de Gemas, Jóias e Artesanato do Pará. Belém, PA, [2002].

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *RAE*, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, maio/ jun. 1995.

GOMÉZ, R. La modernización del Estado y la reforma administrativa em América Latina In: ALTENBURG, T.; MESSNER, D. (Ed.) **América Latina competitiva: Desafíos para La economía, la sociedad y el estado.** Instituto Alemán de Desarrollo (IAD) / Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ). Venezuela, Nueva Sociedad, 2002.

GONÇALVES, R. **Ó abre-alas: a nova inserção do Brasil na economia mundial.** Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GÜNTHER, H. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 22, n. 2, p. 201-210, maio/ago. 2006.

HALDENWANG, C. **Instituciones para el desarrollo productivo en América Latina.** In: ALTENBURG, T.; MESSNER, D. (Ed.) **América Latina competitiva: Desafíos para La economía, la sociedad y el estado.** Instituto Alemán de Desarrollo (IAD) / Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ). Venezuela, Nueva Sociedad, 2002.

HARTMANN, L. A. SILVA, J. T. (Org.) **Tecnologias para o setor de gemas, jóias e mineração.** CTPedras Gemas e Jóias do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: IGEO; UFRGS, 2010.

HENRIQUE, D. C. S. **Jóias do Pará: possibilidades construtivas do projeto de jóias de estruturas modulares.** 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Bacharelado em Design), Universidade do Estado do Pará, 2010.

HOPCHMAN, G.; ARRETCHE, M. ; MARQUES, E. **Políticas Públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2007.

HURLBUT JR, C. S.; SWITZER, G. S. **Gemologia.** Nova York: Jonh Willey & Sons Inc, 1979.

IBGE. As micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil 2001. **Estudos e Pesquisas: Informação Econômica**, n. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. II. Série.

IGAMA - Instituto de Gemas e Jóias da Amazônia. **Coleção Anima Mundi.** Belém: IGAMA/SEDECT/SEBRAE-Pa, 2010.

_____. **VII Pará Expojóia - Amazônia Design: o luxo da cultura e da natureza amazônica.** Belém: IGAMA/ SEDECT/SEBRAE-Pa, 2010.

_____. **V Pará Expojóia- Amazônia Design: A poesia das águas amazônicas.** Belém: IGAMA/ SEDECT/SEBRAE-Pa, 2008.

_____. **IV Pará Expojóia - Amazônia Design: Coleção Jóias do Pará 2007/2008.** Belém: IGAMA, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEMAS E METAIS PRECIOSOS - IBGM. Informações setoriais. *Perfil / Grandes números. O setor de gemas e metais preciosos em grandes números 2004/2005/2007/2008.* Disponível em: <www.ibgm.com.br>. Acesso em: 10 jul, 2011.

_____. **Boletim Trimestral IBGM Informa**, ano. 12, n. 38, Brasília, DF. 2004. Disponível em: <www.ibgm.com.br>. Acesso em: 23 jul. 2011.

_____. **Políticas e ações para a cadeia produtiva de gemas e jóias**. Hécliton Santini Henriques, Marcelo Monteiro Soares (Coord.). Brasília, DF: Brisa, 2005.

_____. **O setor em grandes números**. 2010. Disponível em: <<http://www.ibgm.com.br/>>. Acesso em: 2 fev. 2014.

_____. **Sou Legal, Sou Formal**. v 1, 2007. Disponível em <http://www.infojoia.com.br/pdf/cartilha_sou_formal_sou_legal.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2014.

_____. **Sou Legal, Sou Formal**. v. 2. 2010. Disponível em <http://www.infojoia.com.br/pdf/cartilha_sou_formal_sou_legal.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2014.

JATENE, S. R. O. **Mensagem do Governo do Pará à Assembléia Legislativa: 2005-2006; 2011, 2013-2014**. Belém, PA, 2014. Disponível em: <www.sepof.pa.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2014.

KATZ, J. M. El nuevo modelo económico latinoamericano. Aspectos de eficiencia y equidad que cuestionan su sostenibilidad. In: ALTENBURG, T.; MESSNER, D. (Ed.) **América Latina competitiva: Desafios para La economía, la sociedad y el estado**. Instituto Alemán de Desarrollo (IAD) / Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ). Venezuela, Nueva Sociedad, 2002.

KOSACOFF, B. **Estrategias empresariales y ajuste industrial**. In: ALTENBURG, T.; MESSNER, D. (Ed.) **América Latina competitiva: Desafios para La economía, la sociedad y el estado**. Instituto Alemán de Desarrollo (IAD) / Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ). Venezuela, Nueva Sociedad, 2002.

KUNKLER, C. M. A teoria dos sistemas de Niklas Luhmann. **Estudos de Sociologia**. Araraquara, 16, 123, 2004.

LALLEMENT, Michel. **História das Idéias Sociológicas: de Parsons aos Contemporâneos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

LOTTA, G. S. Desvendando do papel dos burocratas de nível da rua no processo de implementação: o caso dos agentes comunitários de saúde. In: FARIA, C.A.P. (Org.) **Implementação de Políticas Públicas: Teoria e Prática**. Belo Horizonte. Ed. PUC Minas, 2012.

LOBO, T. Avaliação de processos e impactos em programas sociais algumas questões para reflexão. In: RICO, E.M. (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2001.

LUHMANN, N. **Introdução a teoria dos sistemas**. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____. **La Arte de la Sociedad**. Mexico: Herder, 2005.

_____. **Organización y decisión autopoiesis, acción, y entedimento comunicativo.** México: Anthropos; Barcelona: Universidad Iberoamericana, 1997. 103 p. 252 p.

_____. **Sociologia do Direito II.** Rio de Janeiro: 1985.

_____. **Sociología del Riesgo.** Universidad Iberoamericana; Universidad de Guadalajara, México, 1992.

_____. **Legitimação pelo procedimento.** Brasília, DF: UNB. 1980. (Coleção pensamento político, 15). 210 p.

_____. **Complejidad y modernidad de la unidad a la diferencia.** (Colección Estructuras Y Procesos.Serie Ciencias Sociales). Madrid: Trotta, 1998.

LUZ, A. B.; LINS, F. F. (Ed.). **Rochas e Minerais industriais: usos e especificações.** Rio de Janeiro: MCT; CETEM, 2005.

MARTINELLI, D. P.; JOYAL, A. **Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas.** Barueri, SP: Monole, 2004.

MARQUES, E. As políticas públicas na Ciência Política. In: MARQUES, E. ; FARIA, C.A. P. (Org.). **A política pública como campo multidisciplinar.** São Paulo: UNESP; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013.

MARTINS, H. H. T. S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e pesquisa.** São Paulo, v. 30, n. 2, p. 289-300, maio/ago, 2004.

MATHIS, A. O fim da supremacia da política: possibilidades e limites da intervenção do Estado na interpretação da teoria dos sistemas. **Paper do NAEA**, nº 102, 1998.

_____. Política de Desenvolvimento sob a perspectiva da teoria dos sistemas. In: ALTVATER, E. et.al. **Terra Incógnita: reflexões sobre globalização e desenvolvimento.** Belém: UFPA/NAEA, 1999.

_____. *A sociedade na teoria dos sistemas de Niklas Luhmann.* Disponível em: www.infoamerica.org/documentos_pdf/luhmann_05.pdf, 2003.

_____. Instrumentos para o Desenvolvimento Sustentável Regional. **Adcontar. Revista do Centro de Estudos Administrativos e Contábeis.** Belém, v.2, n.2, p. 19-30. 2001.

_____. Inclusão, Exclusão e Cidadania como desafio para a política em regiões de modernidade periférica. **Novos Cadernos do NAEA**, v.10, n.1, p. 217-240. jun. 2007.

McDANIEL, C. D.; GATES, R. **Pesquisa de marketing.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

MESSNER, D. Estructurar la globalización. Nuevas exigências a los Estados, las regiones, las empresas y la política de desarrollo. In: ALTENBURG, T. ; MESSNER, D. (Ed.) *América Latina competitiva: Desafíos para La economía, la sociedad y el estado.* Instituto Alemán de

Desarrollo (IAD) / Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ). Venezuela, Nueva Sociedad, 2002.

MINERVINI, N. **Exportar: competitividade e internacionalização**. São Paulo: Makron Books, São Paulo, 1997.

MOREIRA, S. V. Análise Documental como método e como técnica. In: DUARTE, J.; BARROS.A. (Org.). **Métodos e Técnicas de pesquisa em comunicação**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NEVES, C. E. B.; NEVES, F. M. O que há de complexo no mundo complexo? Niklas Luhmann e a teoria dos sistemas sociais. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, n. 15. Jan/Jun, 2006. p. 182-207.

_____. SAMAIOS, E. M. B (Org.). **Niklas Lhumann: a nova teoria dos sistemas**. Porto Alegre: UFRGS; Goethe-Institut; ICBA, 1997.

NEVES. R. **Desenho da teoria dos Sistemas Sociais de Niklas Luhmann: Acoplamento estrutural, fechamento operacional e outros conceitos fundamentais**. Disponível em: <www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com>. Acesso em: 30 abr. 2014.

OLIVO, L. C. C. **As Organizações sociais e o novo espaço público**. São Paulo: Editorial Studium, 2005.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da Pesquisa: abordagem teórico - prática**. Campinas: Papyrus, 2000, 132 p.

PARÁ. Decreto nº 3.876, de 21 de janeiro de 2000. Regulamenta a Lei nº 5.980, de 19 de julho de 1996, que dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organização Social, institui e disciplina o Contrato de Gestão, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.alepa.pa.gov.br/alepa/arquivos/bleis/leis037722.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

_____. Lei n. 5.980, de 19 de julho de 1996. Disponível em: <<http://www.alepa.pa.gov.br/alepa/arquivos/bleis/leis037722.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2014.

_____. **Plano Diretor Joalheiro do Estado do Pará: proposta de viabilização**. Belém: SEICOM, 1996.

_____. Secretaria de Especial de Trabalho e Emprego e Promocional Social. **Jóias do Pará – Amazônia – Brasil: Programa de desenvolvimento do Setor de Gemas e Jóias do Pará**. Belém, [1998].

_____. Secretária Executiva de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente – SECTAM. **Diagnóstico do setor joalheiro do Estado do Pará: Belém, Ananindeua e Marituba**. Belém, 2002.

_____. Decreto Lei n. 5.375 de 11 de junho de 2002. Institui tratamento tributário aplicável ao segmento industrial joalheiro, relativo ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação

de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação-ICMS. *Diário Oficial do Estado do Pará*. Belém, 2002.

_____. Diário Oficial do Estado do Pará. Decreto Lei n. 5.497, de 12 de Setembro de 2002. Define a carga tributária do Imposto sobre Operações Relativa à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação- ICMS, nas operações específicas. *Diário Oficial do Estado do Pará*. Belém, 2002.

_____. Decreto nº 1082 de 24 de Junho de 2008. Desqualificação de Organização Social da Associação José Liberto.

_____. Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. **Programa Paraense de Tecnologias Apropriadas. Faceta das Jóias**. Belém: SECTAM; PPTA, 2002. (Série Joalheiro, n. 1).

_____. Programa de Desenvolvimento do setor de Gemas e Jóias do Estado do Pará. Belém, **Dossiê**. [2004].

_____. Secretaria Especial de Gestão. Secretaria Executiva de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. **Relatório de avaliação de Programas de governo plano plurianual: 2004-2007**. Disponível em: <www.sepof.pa.gov.br>. Acesso em: 10 maio 2014.

_____. Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. *Relatório de Avaliação Plurianual: 2001 - 2008*. Belém, PA: 2011. Disponível em: <www.sepof.pa.gov.br>. Acesso em: 10 maio 2014.

_____. Plano Estadual da Mineração (2014-2030). Disponível em: <www.seicom.pa.gov.br>. Acesso em: 10 maio 2014.

_____. Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia. Disponível em: <www.seduct.pa.gov.br> Acesso em: 25 maio, 2011.

_____. Plano Estadual da Mineração do Pará (2014-2030). Disponível em <www.seicom.pa.gov.br> Acesso em: 15 abr., 2014.

_____. Secretaria Estadual de Indústria Comércio e Mineração. RELATÓRIOS DE AVALIAÇÃO CONTRATO DE GESTÃO DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL INSTITUTO DE GEMAS E JOIAS DA AMAZÔNIA-IGAMA, RESPONSÁVEL PELA ADMINISTRAÇÃO DO ESPAÇO SÃO JOSÉ LIBERTO. Anos 2012-2014. Dôssie.

PELLÉGRINI, S. E. M. Clusters e sistemas produtivos locais, competitividade e articulação nas regiões da Baixa Califórnia, México. In: AMARAL, J.; CARRILLO, J. **Trajetórias de Desenvolvimento Local e Regional: uma comparação entre a região da Nordeste do Brasil e a Baixa Califórnia**. Rio de Janeiro: E-papers, 2011.

PEREIRA, G. H. Cluster industrial como modelo para formulação de políticas locais de desenvolvimento. **Estudos Empresariais**. Brasília, DF, ano 3, n.3, p. 17-26, dez, 1998.

PEREZ, J. R. R. Avaliação do Processo de implementação: algumas questões metodológicas. In: RICO, E.M. (Org.). **Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 2001.

PINTO, R. G. **O estado da arte do setor de gemas e jóias no município de Belém**. Pará. 2012. 105 f. Dissertação – (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia). Belém, 2012.

PIRES, R. R. C. Estilos de implementação e resultados de políticas públicas: fiscais do trabalho e o cumprimento da lei trabalhista no Brasil. **Dados- Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 3, p. 735-769, 2009.

PORTER, M. E. **A vantagem das nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

_____. **Competição: estratégias competitivas essenciais**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

POSSAS, M. L. **Competitividade: fatores sistêmicos e política industrial, implicações para o Brasil**. Forense Universitária, 1996.

REESSE –SHÄFER, W. **Luhmann zur einföhrung**. Hamburg: Junius, 1992.

RODIGUES, D.; TORRES, J. Autopoesis, la unidad de una diferencia: Luhmann y Maturana. **Sociologia**, Porto Alegre, ano 5, n. 9, jan./jun. 2003, p. 106-104.

RUA, M. G.; AGUIAR, A. T. A Política Industrial no Brasil 1985-1992: Políticos, Burocratas e Interesses Organizados no Processo de Policy-Making. **Planejamento e Políticas Públicas**. nº. 12, jul-dez 1995.

RUA, M.G. Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, M.G.; VALADÃO, M. I. **O Estudo da Política: Temas Seleccionados**. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SACHS, I. **Inclusão social pelo Trabalho: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SALGADO, V. A. B. (Org.). **Fundação Instituto para o Fortalecimento das Capacidades Institucionais – IFCI**. Brasília-DF: IABS; Agencia Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, 2012.

SARFATI, G. Políticas Públicas de Empreendedorismo e de Micro e pequenas empresas (MPMEs): O Brasil em perspectiva comparada. In: GOMES, M.V.P. ; ALVES, M.A.; FERNANDES, R. J. (Org.) **Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo e às Micro e Pequenas Empresas**. São Paulo: Programa de Pós Graduação Gestão Pública e Cidadania, FGV, 2013.

SALOMÃO, E. **Abrindo a Caixa: dimensões e desafios na análise de Políticas Públicas**. Disponível em< www.revistappgp.caedufjf.net/index.php/revista1/article/download/.../22>. Acesso em: 10 fev. 2014.

SECCHI, L. **Políticas Públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SEIDL, D. Luhmann's theory of autopoietic social systems. *Münchner Betriebswirtschaftliche Beiträge*: **Munich School of Management**, Ludwigmaximilians - Universität München, v. 2, n. 1, p.1-28, 2004.

_____. Organisational Interactions in Luhmann's Theory of Social Systems. *Münchner Betriebswirtschaftliche Beiträge*: **Munich School of Management**, Ludwigmaximilians - Universität München, v. 2, n. 1, p.1-44, 2003.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE. Projeto Formação e informação. Programas de desenvolvimento de gemas e jóias do Estado do Pará. **Diagnostico do Setor de Gemas e Jóias do Estado do Pará**. Belém, 1999. Relatório.

_____. **Desenvolvimento Local e Pequenos Negócios**: experiências de sucesso. Brasília, DF, 2003.

_____. **Indústria de jóias**: lapidando a jóia brasileira. Brasília, DF: SEBRAE, 2006.

_____. **Arranjos produtivos locais**. Disponível em: <www.sebrae.com.br>. Acesso 30 mar. 2011.

_____. **Projeto gemas e jóias na Região Metropolitana de Belém**: diagnóstico participativo setorial. Belém, PA: 2008. 78.

_____. **Histórias de sucesso** - experiências empreendedoras: joalheria no Pará – a cultura regional cravada nas peças. Brasília, DF, 2004.16 p. (Casos de sucessos, v. 2)

SENGENBERG, W. ; PIKE, F. Distritos Industriais e recuperação econômica local: questões de pesquisa e política. In: URANI, A. et. al. (Org.). **Empresários e emprego nos novos territórios produtivos**: o caso da terceira Itália. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SILVA; SILVA, M. O. Avaliação de políticas e programas sociais: aspectos conceituais e metodológicos. In: SILVA; SILVA, M. O.; et. al. (Org.). **Avaliação de políticas e programas sociais**: teoria & prática. São Paulo: Veras, 2001.

SILVA, M. A. R. **A mineração no Pará**: elementos para uma estratégia de desenvolvimento regional. Governo do Estado do Pará: SEICOM, 1996.

SOLOMON, S. **A grande importância da pequena empresa**: a pequena empresa nos Estados Unidos, no Brasil e no Mundo. Nórdica: Rio de Janeiro, 1989.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p.20-44. jul. /dez. 2006.

SOUZA, M. C. A. F. **Pequenas e médias empresas na reestruturação industrial**. 1993. Tese (Doutorado), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

_____. MAZZALI, L. **Gestão da Produção**. São Carlos, v. 15, n. 3, p. 591-603, set.-dez. 2008.

SOUZA, C. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. In: HOPCHMAN, G.; ARRETCHE, M.; MARQUES, Eduardo. **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: E Fio Cruz, 2007.

SUTZ, J. Los sistemas de innovación en Latinoamérica. ¿Ascenso o descenso en una economía mundial basada en la tecnología? In: ALTENBURG, T. ; MESSNER, D. (Ed.) **América Latina competitiva: Desafíos para La economía, la sociedad y el estado**. Instituto Alemán de Desarrollo (IAD) / Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ). Venezuela, Nueva Sociedad, 2002.

VALE, G. M. V. **Territórios vitoriosos: o papel das redes organizacionais**. Brasília, DF: SEBRAE, 2007.

VIDAL, R M. **A inserção de micro, pequenas e médias empresas no processo negociador do MERCOSUL**. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2010

WEISS, C. H. **Evaluation, methods for the studying programs and policies**. New Jersey: Prentice-Hall, 1998.

APÊNDICES

APENDICE A - Carta de Apresentação

Belém, 07 de Dezembro de 2014.

Prezado Produtor,

Estou desenvolvendo a minha pesquisa de dissertação de mestrado no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA), sobre o setor de gemas e jóias que se desenvolve na cidade de Belém.

Nesta dissertação estudo como a intervenção do Estado, através de suas políticas públicas, age em prol do desenvolvimento de um setor da economia mineral paraense, no qual tomei como recorte empírico o setor de gemas e jóias da região metropolitana de Belém, uma vez que este setor é composto de pequenos empreendimentos.

Dentre os meus objetivos estão em verificar: a) comportamento da cadeia produtiva do setor, sua estrutura e desenvolvimento; b) quais as vantagens e entraves que são apresentados pelos produtores quanto às ações desenvolvidas pelo Estado para o fomento e desenvolvimento setor de gemas e jóias; c) as expectativas futuras sob a visão dos produtores para os próximos anos para o setor.

Espero muito contar com sua colaboração para a realização da minha pesquisa.

Cordialmente,

Débora Almeida Chaves

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO

Olá Prezado,

Este questionário faz parte da minha pesquisa de dissertação de mestrado, que tem como foco de estudo o setor de gemas e jóias que se desenvolve na cidade de Belém.

Contêm 15 perguntas.

As informações obtidas serão utilizadas para fins acadêmicos não sendo divulgados dados pessoais dos participantes e nem sua opinião individual. Sua participação é muito importante!

Favor devolver questionário para o endereço eletrônico: deboralmeidachaves@gmail.com

Grata - Débora Almeida

Nome: _____ Idade: _____

Tempo de atuação no setor joalheiro: _____

SOBRE VOCÊ

1) Quem é você na cadeia produtiva ordenada da joalheria?

Se for empresário, por favor, especifique sua classificação: EPP, MEI, ME. _____

2) O que fez/faz você atuar no setor de gemas e jóias?

() Trabalho de família () Formação técnico/acadêmica () Mercado Consumidor () Incentivos oferecidos ao setor. () Outro motivo, qual? _____

3) Você já participou de algum curso ou evento de capacitação/qualificação?

() Sim* () Não**.

** Caso Não. Por que não participa?

* Caso sim. Por que participou?

* Com que frequência participa?

() 1 vez ao ano () 2 vezes a ano () 3 vezes ao ano () Já faz mais de 1 ano que não participo de eventos () Só participo quando o curso me interessa/ ou sou convidado.

** De quais cursos participou?

() Embalagens () Capacitação e gestão () Marketing () Outros.
Quais? _____

SOBRE A SUA ATIVIDADE

4) Quais as principais vantagens em atuar nesse setor?

() Facilidade mercadológicas () Capacitação () Mercado consumidor ()
Incentivos fiscais ()
Outros. Quais? _____

5) Quais os entraves?

() Dificuldade na aquisição de matéria prima () Falta de crédito () Maquinário
() Profissionais qualificados para atuarem no setor () Outros. Quais?

6) Como você atua sozinho?

() Sim () Não*

Por que dessa
escolha? _____

Já atuou em conjunto com outros produtores?

() Sim () Não .

Justifique sua resposta. _____

SOBRE OS PARCEIROS PARA O SETOR

7) Você conhece algum parceiro do setor joalheiro?

() Sim* () Não

*Se sim, qual parceiros do setor você conhece?

Já atuou junto a eles?

() Não () Sim . Se Sim, em que situação?

Qual o resultado dessa parceria para você?

SOBRE SUAS ESTRATÉGIAS PARA O MERCADO

8) Qual o seu mercado consumidor?

() Apenas Local / () Nacional / () Internacional.

Por que esse é o seu mercado consumidor?

9) Qual o principal forma de comercialização?

() Por encomenda () Somente no meu estabelecimento comercial () Loja UNA () Via internet () Por terceiros () Outros. Quais?

10) Você conhece a Marca Jóias do Pará?

() Não () Sim.

Se sim, você utilizou essa marca para a comercialização de seus produtos?

() Não () Sim

Se Sim, como a utilizou? E quais as vantagens e desvantagens que isso trouxe.

SOBRE AS AÇÕES DO ESTADO PARA O SETOR

11) A participação do governo é importante para o setor de gemas e jóias?

() Sim () Não () Parcialmente. Por que? _____

12) Como você avalia a atuação governamental para o setor?

() Péssimo () Ruim () Regular () Bom () Muito Bom () Ótimo.

Por que? _____

12) Quais ações governamentais para o setor, você conhece?

13) Você observa:

a) processo de evolução da atuação do Estado para o setor?

() Não () Sim () Parcialmente. Por que? _____

b) há vantagens em ter uma política pública para o setor?

() Não () Sim () Parcialmente. Por que? _____

c) há vantagens em ter um espaço para comercializar seus produtos?

() Não () Sim () Parcialmente. Por que? _____

14) Que tipo de ações governamentais, você acredita que são importantes para o desenvolvimento do setor joalheiro.

15) Nessa questão você pode deixar registrado, o quê, na sua opinião, é importante quanto ao setor joalheiro.

APÊNDICE C – ENTREVISTA

Olá Prezado,

Este arquivo contém o roteiro de entrevistas, faz parte da minha pesquisa de dissertação de mestrado, que tem como foco de estudo o setor de gemas e jóias que se desenvolve na cidade de Belém.

Esta composto de 12 questões abertas.

As informações obtidas serão utilizadas para fins acadêmicos não sendo divulgados dados pessoais dos participantes e nem sua opinião individual. Sua participação é muito importante!

Caso seja de seu interesse podemos agendar dia e horário para a realização da mesma pessoalmente.

Mas caso não seja possível, favor devolver para o endereço eletrônico: deboralmeidachaves@gmail.com

Grata - Débora Almeida

- 1) Há quanto tempo você trabalha no setor joalheiro? (Datas)
- 2) Me conte, de forma breve, como é a sua história e sua trajetória no setor joalheiro: O que lhe fez atuar no setor? Quantas pessoas trabalham com você (direta e indiretamente)? Você possui oficina de produção? Que tipo de produto da joalheira você produz e comercializa? Quais as mudanças que isso trouxe?
- 3) Onde você comercializa? Para quem você vende?
- 4) Você observa o setor joalheiro como um setor diferente dos demais setores econômicos do estado? Qual seria essa diferença para você?
- 5) Por que você faz parte do "Polo Joalheiro"?
- 6) Você acha lucrativo atuar nesse setor?
- 7) Você atua sozinho ou em conjunto com outros produtores? (Sozinho/ em conjunto) Qual a vantagem e desvantagem dessa atuação?
- 8) Você já realizou investimentos em sua produção/loja/ oficina? Quais tipos de investimentos? (Financeiro, Material, Tecnologia, Inovação, Pessoas). Isso trouxe que resultados? (Bom/ Ruim)
- 9) Você observa conflitos no setor? De que ordem?
- 10) Quais os problemas que você enfrenta ao atuar no setor? E no geral quais os problemas que você observa no setor? Como você solucionaria isso? Por que dessa solução?
- 11) Como você observa a participação do Estado/governo no desenvolvimento do setor? (o lado positivo e o lado negativo)
- 12) Quem você considera importante para o desenvolvimento do setor? Quais os planos e expectativas para o futuro? Por que esses planos e expectativas?

APÊNDICE D – QUESTIONÁRIO PARA O GARIMPO CRIATIVO

Prezado (a) artesão/designer,
 este questionário que você está recebendo, faz parte da minha pesquisa de dissertação de mestrado (NAEA/UFPA), no qual estou estudando o setor de gemas e jóias de Belém - no qual também estou em busca de mais informações sobre o Garimpo Criativo.
 Espero contar com a colaboração de todos.
 Cordialmente,
 Débora Almeida Chaves.
 deboralmeidachaves@gmail.com

1- Quem é você?

Nome: _____

Sua faixa de idade: () mais de 20 anos / () mais de 30 anos / () mais de 40 anos / () mais de 50 anos.

Atividade que realiza: _____

Há quanto tempo atua: _____ anos / _____ meses.

Você é formalizado? () SIM () NÃO.

2- Por que foi criado o Garimpo Criativo?

3- Por que você faz parte do Garimpo Criativo?

4- Como você descreve o Garimpo Criativo?

5- Quais as vantagens e desvantagens de participar do Garimpo Criativo?

6- Quais os principais materiais utilizados?

*Há dificuldades na aquisição desses materiais?

() SIM () NÃO. Justifique a sua

resposta. _____

Vocês têm parceiros?

() SIM () NÃO

Se Sim, quais? _____

7- As atividades desenvolvidas pelo Garimpo Criativo possuem/ou algum apoio institucional ou governamental?

() SIM () NÃO

Se Sim, quais? _____

8- Quais as expectativas futuras para o Garimpo Criativo?

9- Aqui fica um espaço livre para você colocar informações que considerar relevantes.

APÊNDICE E - Roteiro de Entrevista para Assessora Técnica de Exportação. Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA) Centro Internacional de Negócios (CIN)

- 1) Quando iniciaram as ações para o setor de gemas e jóias?
- 2) O que motivou tais ações?
- 3) Como se processa a atuação do CIN junto ao setor?
- 4) Quais os entraves? Quais as facilidades? E os resultados?

APÊNDICE F - ROTEIRO DE ENTREVISTA PARA GERENTE DO CONSÓRCIO JÓIAS DO PARÁ

- 1) Como iniciou o consórcio e por que se formou um consórcio?
- 2) O foco do consórcio era a exportação?
- 3) Quais foram as ações iniciais? Os primeiros contatos?
- 4) Como ocorreu esse processo?
- 5) Quem faz parte desse consórcio? Qual o critério para entrar?
- 6) Como acompanham as ações? Vocês têm metas? Isso está ligado ao lucro, quantidade de peças vendidas?
- 7) Qual o mercado consumidor?
- 8) O consórcio trouxe melhorias para a produção? Investimentos? Tecnologia? Inovação?
- 9) Quais os fatores que contribuíram para o consórcio? E os que atrapalharam?
- 10) Por que o Consórcio tem o nome: Consórcio Jóias do Pará?
- 11) Essa marca facilita alguma ação mercadológica?
- 12) Considera o Consórcio um Case de sucesso? Quais as expectativas futuras?

APÊNDICE H - Box 2 - Relatório de Avaliação de Programas do Governo/2004.

Nome do Programa: Pólo Joalheiro.
Secretaria Responsável: Secretaria Especial de Estado de Produção (SEPROD).
Órgão Executor: Secretaria Executiva de Indústria, Comércio e Mineração (SEICOM).
Objetivo do Programa: Dinamizar o setor produtivo de jóias e artefatos minerais, agregando valor à cadeia e beneficiando os segmentos sociais envolvidos.
Ações do Programa:
1. Dinamização e Potencialização da Cadeia Produtiva do Setor;
2. Funcionamento do Espaço Comercial e Turístico;
3. Promoção de Eventos de Educação Profissional.
Aspectos Destacados
Criação de 215 novas ocupações no âmbito da cadeia produtiva joalheira; Beneficiamento de média de 30Kg/mês de ouro e prata; Crescimento nas vendas no Espaço São José Liberto em torno de 23%.
Análise dos Resultados
O Programa foi contemplado, em 2004, com recursos orçamentários da ordem de R\$ 2,0 milhões, dos quais foram utilizados 68%, ou seja, R\$ 1,4 milhão, incluindo as ações finalísticas e a cobertura para a manutenção do Espaço São José Liberto.
Com base nas informações apresentadas em relatórios por parte da Organização Social, ressalta-se que o Programa estimulou, em 2004, a criação de 215 novas ocupações no âmbito da cadeia produtiva joalheira, beneficiando em média 30Kg/mês de ouro e prata, superando em 20 Kg o volume médio de 2003, contribuindo para que as vendas no Espaço São José Liberto crescessem em torno de 23%. beneficiamento de média de 30Kg/mês de ouro e prata; crescimento nas vendas no Espaço São José Liberto em torno de 23%.
No que se refere à qualificação profissional, foram realizados cursos específicos de desenvolvimento tecnológico e designer, beneficiando 759 pessoas nos municípios de Belém, Parauapebas, Itaituba e Floresta do Araguaia.
Os Indicadores de resultado demonstram a execução das atividades do Pólo Joalheiro como instrumento de fomento da cadeia produtiva de jóias e similares. É importante considerar o papel desempenhado pelo Programa na formação de recursos humanos com objetivo de estruturar um segmento que impacta em toda a cadeia produtiva.
O Indicador de ocupação de mão-de-obra (direta e indireta), em 2004, foi de 215 postos de trabalho, número que revela a incorporação, no mercado de trabalho, de novos trabalhadores. A produção anual de Jóias, também acompanhou o movimento ascendente, observado na geração de ocupação, através do beneficiamento de 215 Kg de ouro, pelos produtores.
A Taxa de incremento, na comercialização em 2004, foi de 23% maior em relação a de 2003. Este resultado demonstra, o processo de maturação do Programa e, de sua repercussão no campo econômico, melhorando a renda dos produtores envolvidos na confecção e oferta de jóias.
No mesmo relatório de Avaliação do PPA, também apresenta que no município de Itaituba também ganhou novo aeroporto o que melhorou a qualidade no atendimento aos passageiros e facilitou o transporte de metais preciosos para a produção do Pólo Joalheiro, consolidando a base produtiva de gemas do Pará.

Fonte: SEPOF/Pa. Disponível em: www.sepof.pa.gov.br

APÊNDICE I - Box 3 - São José Liberto apresenta resultados de 2005

O crescimento do número de ocupações diretas e indiretas, do volume de vendas de jóias e artesanato, e do processamento de metal foram alguns dos resultados alcançados em 2005 pela Associação São José Liberto, expostos na última quinta-feira (12), durante o Workshop de Integração promovido pela Secretaria Especial de Produção (Seprod), no hotel Beira Rio. O evento reuniu todas as secretarias e demais órgãos vinculados ao setor produtivo do Governo do Estado, como Secretaria Executiva de Indústria, Comércio e Mineração (Seicom), Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (Sectam), Companhia Paraense de Turismo (Paratur) e Banco do Estado do Pará (Banpará). Pela primeira vez, a Associação São José Liberto, criada há três anos para gerenciar o Pólo Joalheiro do Pará, foi convidada a expor seus resultados para o setor produtivo do Estado. A explanação, que durou 30 minutos, foi feita pelo gerente do Núcleo de Produção e Comercialização da ASJL, Mário Sérgio Borges. Entre outros pontos, ele destacou o fortalecimento do São José Liberto como espaço turístico, comercial, cultural e de qualificação do setor de gemas e jóias.

Em 2005, além da participação em 11 feiras e eventos, dentro e fora do Brasil, para exposição e comercialização de jóias e artesanato, o São José Liberto investiu na ampliação do Programa de Gemas e Jóias no interior do Pará, promovendo cursos e consultorias nos municípios de Itaituba, Floresta do Araguaia e Parauapebas, produtores de ouro, artesanato mineral e gemas.

Também foram destacados no workshop os aumentos – em relação a 2004 - de 100% no número de ocupações diretas e indiretas, em unidades produtivas nos municípios de Belém, Floresta do Araguaia e Abaetetuba; de 31% na venda de jóias e 69% na venda de artesanato, e a qualificação de cerca de 500 profissionais por meio de cursos e consultorias, resultantes do convênio firmado pela ASJL com o Sebrae-PA. Os investimentos nessa área, frisou Mário Sérgio, são fundamentais para colocar no mercado profissionais capazes de atender à demanda crescente pelas jóias produzidas no Pólo Joalheiro do Pará.

Para 2006, a ASJL intensificará as ações de qualificação, em parceria com a Financiadora de Estudos e Pesquisas (FINEP); aumentará sua participação nos mercados nacional e internacional, em feiras e demais eventos de negócios e culturais, e fortalecerá ainda mais a vocação turística do espaço, com investimentos em divulgação dentro e fora do Pará, em parceria com o Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos (IBGM).

Fonte: Jornal O Liberal. (2005).

APÊNDICE J -Box 4 - Relatório de Avaliação de Programas do Governo/2005.

Nome do Programa: Pólo Joalheiro

Secretaria Responsável: Secretaria Especial de Estado de Produção (SEPROD).

Órgão Executor: Secretaria Executiva de Indústria e Comércio (SEICOM).

Objetivo do Programa: Dinamizar o setor produtivo de jóias e artefatos minerais, agregando valor à cadeia e beneficiando os segmentos sociais envolvidos.

Ações do Programa:

1. Dinamização e Potencialização da Cadeia Produtiva do Setor;
2. Funcionamento do Espaço Comercial e Turístico;
3. Promoção de Eventos de Educação Profissional.

Aspectos Destacados

Das 493 ocupações diretas e indiretas, registradas em 2005, no âmbito da cadeia produtiva joalheira, 207 são novas ocupações; Beneficiamento de 250 Kg de ouro e prata; Crescimento médio de 41% no faturamento médio das empresas/produtores autônomos que operam através do Espaço São José Liberto.

Análise dos Resultados

Para o Programa foram previstos recursos financeiros na ordem de R\$1,5 milhão, sendo executado na sua totalidade. Esse recurso foi previsto através de recursos provenientes do Tesouro Estadual, para atender atividades finalísticas e dar cobertura à manutenção do Espaço São José Liberto, o qual vem sendo administrado pela Organização Social São José Liberto, via Contrato de Gestão.

O recurso do Tesouro Estadual foi destinado à Ação Dinamização e Potencialização da Cadeia Produtiva do Setor, que tem por objetivo dinamizar os diversos elos da cadeia produtiva do setor joalheiro, o qual foi utilizado em sua totalidade, atingindo a meta prevista, alcançando um grau de valoração Excelente no GP-Pará.

As demais ações, Funcionamento do Espaço Comercial e Turístico e Promoção de Eventos de Educação Profissional são ações custeadas com recursos provenientes da Associação, via recursos próprios e Convênios firmados com outras instituições, entre elas o SEBRAE. Além de Convênios, a associação vem mantendo articulação institucional com o SESC, BANPARÁ, FUNTELPA, PARATUR, IAP, UEPA, cada um em sua área de competência, somando esforços no apoio à produção, na promoção e divulgação das jóias, do artesanato e do Espaço São José Liberto, dentro e fora do Pará.

A Associação acompanhou, ainda, as reuniões de trabalho do Fórum de Competitividade do Setor de Gemas e Jóias, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), com o objetivo de discutir ações prioritárias que possam ter impactos na modernização industrial e tecnológica do setor, na comercialização e no apoio aos APL's do setor. Esta participação permitiu maior visibilidade ao Pólo Joalheiro do Pará, pelos Ministérios e demais organizações participantes, resultando em ações concretas de destinação de recursos para o Estado.

O Programa traz como destaque, em 2005, a realização da II Pará Expojóia – Amazônia Design, a única feira de jóias do Norte do Brasil, a qual movimentou o setor joalheiro do Estado com exposição e comercialização de jóias, lançamento de coleções, desfiles de jóias e moda, apresentações culturais e ciclo de palestras, estando incluído na programação o II Encontro do Setor Joalheiro. O evento permitiu melhor visualização dos avanços do Programa, no design, na produção, na comercialização e na divulgação das jóias do Pará, fortalecendo as relações com parceiros estratégicos, entre eles o IBGM e as prefeituras de abrangência do Programa, contribuindo para dar uma dinâmica mais consistente ao novo momento que vive o setor joalheiro no Pará, servindo como espaço de intercâmbio com outros centros mais avançados, entre eles: Minas Gerais e Goiás.

A atuação da PARATUR tem sido importante para a consolidação do São José Liberto como espaço turístico, com a inclusão do espaço no roteiro de grupos estratégicos, bem como, com a participação da ASLJ em feiras e eventos do setor de turismo em âmbito nacional e internacional.

O Programa apresenta como área de abrangência os municípios de Belém, Itaituba, Marabá, Parauapebas e Floresta do Araguaia, sendo priorizado consultorias técnicas nas áreas de gestão da qualidade, produção de embalagens, design e desenvolvimento de produtos, tendo como principal objetivo estabelecer um atendimento direcionado a cada empresa/produtor, de acordo com a realidade, buscando a participação de todos os envolvidos na linha de produção.

Resultante do Convênio SEBRAE, com a Associação, bem como das parcerias com a Escola Rahma e a Escola de Trabalho e Produção, o Programa qualificou 617 pessoas, por meio de cursos, oficinas e consultorias, abrangendo os municípios de Belém, Itaituba e Parauapebas.

Os indicadores do Programa foram favoráveis, ratificando seu desempenho. A produção de jóias anual cresceu cerca de 13% em relação a 2004, passando de 221 para 249 Kg/ano. O número de ocupações diretas e indiretas superaram em mais de 100% a registrada em 2004. Das 493 ocupações registradas, 207 foi de novas ocupações. Enquanto isso, o incremento do valor da produção comercializada, passou de 23% para 41%.

Cont.

Considerações Finais

A Associação São José Liberto vem consolidando a missão do Programa, de tornar-se referência na produção de jóias na região, destacando-se diante do setor no Brasil. A execução das ações finalísticas do Programa e sua manutenção estão contidas no Contrato de Gestão entre a SEICOM e a ASJL, com objetivos, metas e responsabilidades. Contudo, os resultados alcançados pelo Programa dependem do encaminhamento de relatórios por parte da ASJL para a SEICOM, a fim de ser lançado no Sistema de Gestão de Programa (GP Pará). Uma outra sugestão é do Programa ter suas ações aglutinadas ao Programa Nova Economia, tendo em vista que este tem por objetivo “Aumentar a inserção de produtos paraenses de maneira competitiva nos mercados nacional e internacional, especialmente de empresas de pequeno porte, inclusive ao microempreendimento de concessão de crédito”, tendo como público-alvo empreendedores. Buscando, dessa forma, harmonizar as informações, com vista a uma avaliação da economia paraense.

Fonte: SEPOF-Pa (2006)

APENDICE L - Mensagens do Governador

Ano	SOBRE O SETOR DE GEMA E JÓIAS
2000	Em se tratando da cadeia mineral, toda a ação do governo estadual esta direcionada para atrair empreendimentos que favoreçam a reprodução de valor agregado e reforcem a integração desse potencial, inestimável das atividades minerais com a economia paraense. [...] o governo do estado vem trabalhando, também, na consolidação de pólos joalheiros no Pará, ação que vem sendo coordenada pela SETEPES, com participação direta de organismo do executivo da área de produção. Nesse sentido, o Governo do Estado do Pará vem implementando a instalação de 3 pólos joalheiros, estrategicamente localizados nas cidades de Marabá, Itaituba e Belém , onde a partir desse ano irá começar a funcionar o Museu de Gemas e Artesanato do Pará, no atual presídio São José. Essas ações, vem contemplando também, o treinamento de mão de obra, a preparação da gestão empresarial e as instalações de modernas máquinas e instrumentos de trabalho, bem como o aprimoramento de matéria prima em todo estado. (p. 62-63)
2001	
2002	
2003	
2004	SEM CITAÇÕES SOBRE O SETOR
2005	O incentivo ao setor mineral, as ações do Programa Pará Mineral, propiciaram, em 2004, a identificação, de novos depósitos minerais, com ênfase, aos pequenos e médios, cujo os produtos sejam utilizados(...) na indústria joalheira.[...]O Programa Pólo Joalheiro do Pará tem como objetivo estimular o desenvolvimento do segmento joalheiro e do artesanato mineral, incentivando a produção diferenciada, com forte apelo regional. Em 2004 o programa estimulou a criação de 215 novas ocupações no âmbito da cadeia produtiva joalheira, beneficiada uma média de 30kg/mês de ouro e prata, superando em 20 kg o volume médio de 2003. Isso fez com que as vendas no Espaço São José Liberto crescesse 23% , com um aumento de 18% no número de expositores. No que concerne a qualificação profissional, foram realizados cursos específicos de desenvolvimento tecnológico e designer, beneficiando artesãos dos municípios de Belém, Itaituba e Floresta do Araguaia. (p.85)
2006	A performance da produção mineral tem sido uma das principais referencias para o crescimento do PIB e das exportações paraenses. Quando se analisa a situação da Balança Comercial do Estado, constata-se, nesse setor, um saldo líquido crescente que o Estado vem acumulando a cada ano. Destaque em 2005, para os resultados decorrentes do projeto de desenvolvimento do setor de gemas e jóias, implementado pelo Governo do Estado e desenvolvido concretamente pela Associação São José Liberto (ASJL), nos municípios de Belém, Itaituba, Parauapebas, Marabá, Redenção e Floresta do Araguaia, que ganha amplitude, pelo salto na qualidade e na capacidade produtiva dos artesãos, propiciando condições para a consolidação da marca “Jóias do Pará” enquanto estratégia comercial e de marketing, tanto no mercado local quanto nacional, bem como no mercado internacional. Por outro lado, deu-se o prosseguimento ao processo de qualificação de profissionais de todos os segmentos da cadeia produtiva de gemas e jóias, por meio de cursos e consultorias atendendo 617 profissionais no ano. Em parceria com as Escolas de Trabalho e Produção foi possível elevar a agregação de valor aos trabalhos desenvolvidos pelos produtores, no que tange ao design, com o lançamento de coleção própria. A realização da segunda Pará Expojóias - Amazônia Design - única feira de jóias do Norte do País, mostrou a evolução do setor, com o lançamento de várias coleções, consolidando-se como vitrine da produção de gemas, jóias e artesanato.(p. 96)
2007	
2008	
2009	
2010	SEM CITAÇÕES SOBRE O SETOR
2011	A verticalização da produção é uma prioridade absoluta de governo notadamente da produção mineral inclusive com o fortalecimento dos arranjos produtivos de gemas e jóias do Estado.(p. 44)
2012	SEM CITAÇÕES SOBRE O SETOR

2013	<p>No que tange a comercio e serviços. A manutenção de contrato de Gestão do Espaço São José Liberto-Polo Joalheiro – com o Instituto de Gemas e Jóias da Amazônia - IGAMA , permitiu a continuidade do fomento ao setor de gemas, jóias e artesanato, bem como em conjunto com a Paratur e SECULT contribui para o turismo, á valorização da cultura local. O ESJL, recebeu em 2012 aproximadamente 290 mil visitantes, destacando-se 24 visitas técnico científicas para instituições de ensino, com guia especializado. Assim, foi possível alcançar os seguintes resultados:*[...] Ampliação em 15% da comercialização de jóias e artesanato, em relação á 2011, devido a manutenção dos pontos de vendas da Loja UMA, Casa do Artesão e Loja Estação das Docas, além da participação em Eventos.*Elaborado o cadastro de artesãos do ESJL por tipologia de arte todas as associações e autônomos - registrados 754 artesãos em 2012. Realizada a Promoção turística do ESJL em duas feiras nacionais e cinco internacionais, e oito exposições. Foram atendidos 243 produtores dos 250 previstos, sendo que foram capacitados 411 profissionais em três cursos de qualificação, quatro workshops e nove palestras. (p. 73)</p>
2014	<p>Outra importante iniciativa realizada pelo Governo do Estado, em 2013, diz respeito à aprovação junto ao SEBRAE Nacional do projeto Compras Governamentais, para capacitação de fornecedores e compradores no valor de R\$ 2,5 milhões, o que permitirá maior competitividade empresarial e desenvolvimento da economia local. Nesse período, o Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias (PROCOMPI) aprovou o Projeto de Qualificação e Capacitação no valor de R\$ 300 mil, que irá atender 25 micro e pequenas empresas do setor de gemas e joias sediadas no Espaço São José Liberto. (p.228) O São José Liberto desenvolveu atividades de apoio aos artesãos e pequenos produtores criativos de gemas e joias, como a realização de 20 eventos que visaram ampliar o mercado, promovendo a comercialização dos produtos gerados, com receita estimada em R\$ 1 milhão. Do total de eventos realizados, destacam-se seis feiras locais, três nacionais, além de exposições nacionais e internacionais. A Casa do Artesão e sua Loja Incubadora atenderam 2.712 produtores, gerando receita de R\$ 1,5 milhão, sendo R\$ 972 mil provenientes da Loja Incubadora e R\$ 615 mil da Casa do Artesão. Além disso, buscou-se aprimorar o processo de produção joalheira artesanal paraense e a atualização técnica, capacitando 693 profissionais, sendo 568 voltados a joias e acessórios de moda e 125 de artesanatos. Foram realizados, ainda, três workshops de geração de produtos, seis cursos e 11 palestras. Os workshops possibilitaram a produção de duas coleções de joias e uma coleção de acessórios de moda, lançadas no Espaço São José Liberto e comercializadas nos pontos de venda direta do Polo Joalheiro, em eventos e feiras. (p.229)</p>

Apêndice K

Quadro 12 – Relação de Micro Empresas e Empreendedores Individuais que utilizam internet para a divulgação de seus produtos.⁶¹

Nome da Empresa	Amazonita	Amorimendes	Yemara	HS Criações	Rahma Joalheria	Joartimiro	Belém da Saudade	Zeus Joalheria	Amajoia	Ourogema	Sila Brasila	Consórcio Jóias do Pará
FACEBOOK	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	SIM
Utiliza para vendas?	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Tem contato, via correio eletrônico?	SIM	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Tem outra forma de contato?	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM - telefone	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
BLOG	NÃO	SIM (desatualizado)	SIM (desatualizado)	SIM	NÃO	SIM	SIM (desatualizado)	NÃO	SIM (desatualizado)	NÃO	NÃO	NÃO
Utiliza para vendas?	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Tem contato?	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
SITE	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
Utiliza para vendas?	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM
Tem contato?	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM

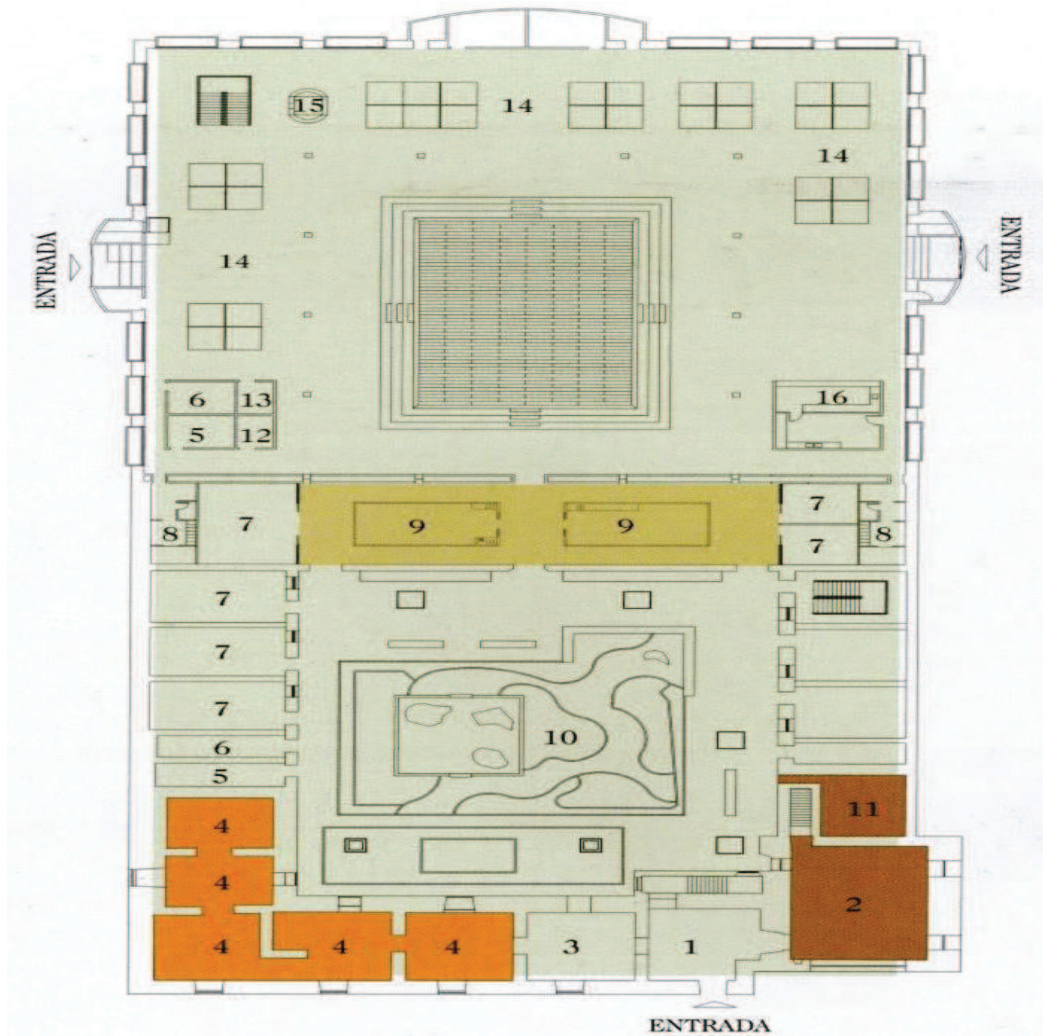
⁶¹ Esse quadro foi elaborado em virtude da dificuldade de contato com os micro empresários que esta no ESJL. E a partir dessa dificuldade surgiu a necessidade de demonstrar como utilizam a internet como uma ferramenta para divulgar seus produtos.

Nomes dos Empreendedores	FACEBOOK	BLOG	SITE	Apresentam contato via correio eletrônico?	Comercializa via internet?
Ivete Negrão	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
Celeste Heitmann	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Mônica Matos	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
Barbara Muller	SIM	NÃO	NÃO	SIM	NÃO
Clara Amorim	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO
Rosa Castro	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

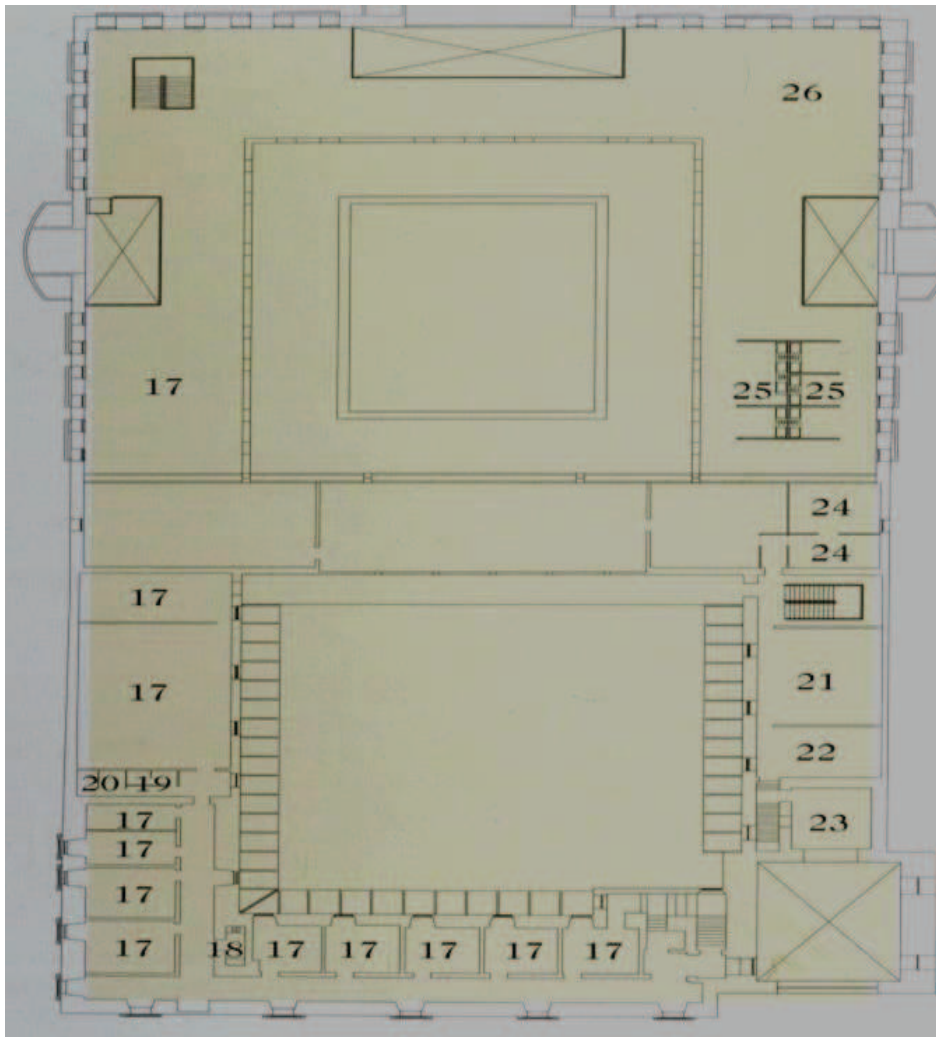
ANEXOS

Anexo A – Plantas do Polo Joalheiro.



Pavimento Térreo

- | | |
|---------------------------------|------------------------------|
| 1 Entrada | 2 Auditório |
| 3 Recepção | 4 Exposição de Longa Duração |
| 5 WC Feminino | 6 WC Masculino |
| 7 Vendas de Jóias | 8 WC Serviço |
| 9 Oficinas (atualmente Lojas) | |
| 10 Jardim da Liberdade | |
| 11 Memorial da Cella “Cinzeiro” | |
| 12 WC Especial Masculino | |
| 13 WC Especial Feminino | |
| 14 Vendas de Artesanato | |
| 15 Embalagem | |
| 16 Lanches | |



Pavimento Superior

- | | |
|----------------------------------|-----------------|
| 17 Administração | 18 Copa |
| 19 WC Masculino | 20 WC Feminino |
| 21 Biblioteca | 22 Sala de Aula |
| 23 Espaço Integrado ao Auditório | |
| 24 Laboratório Gemológico | |
| 25 Oficinas | 26 Vídeos |

ANEXO B - RELAÇÃO DE EMPRESAS CADASTRADAS JUNTO AO IGAMA – COM MODIFICAÇÕES REALIZADAS PELA AUTORA.

INSTITUTO DE GEMAS E JÓIAS DA AMAZÔNIA -IGAMA								
PROGRAMA POLO JOALHEIRO/PA								
NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E ORGANIZACIONAL								
SETOR CRIATIVO DE GEMAS E JÓIAS								
RELAÇÃO DAS PEQUENAS E MICRO EMPRESAS FORMAIS DE JÓIAS E GEMAS E DA LOJA UNA-INCUBADORA								
Lojas no ESJL								
EMPRESA	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	ÁREA/ ATUAÇÃO	CNPJ	NOME RESPONSÁVEL	NOME EMPRESARIAL	CLASSIFICAÇÃO JUNTO A RECEITA FEDERAL	PORTE DA EMPRESA	DATA DA ABERTURA
AMAZONITA ART & MODAS	Jóias Artesanais	PRODUTOR/OURIVESARIA	00.496.549/000119	Maria de Nazaré Cardoso	CARDOSO & PAIXAO LTDA ME	Sociedade Empresarial Limitada	Micro Empresa	22/03/1995
AMORIMENDES DA AMAZONIA	Jóias Artesanais	PRODUTOR/OURIVESARIA	15.155.061/000103	Julia Mendes	J. MENDES DA COSTA ME.	Empresário Individual	Micro Empresa	23/01/2012
DANATUREZA	Jóias Artesanais	PRODUTOR/DESIGN	08.707.816/000161	Joseli Limão	J R LIMAO BARROS ME	Empresário Individual	Micro Empresa	19/03/2007
HS CRIACOES & DESIGN	Jóias Artesanais	PRODUTOR/OURIVESARIA	16.514.276/000128	HELENA BEZERRA	H S COMERCIO E FABRICACAO DE JOIAS, ROUPAS E ACESSORIOS LTDA ME	Sociedade Empresarial Limitada	Micro Empresa	18/07/2012
OUROGEMA	Jóias Artesanais	PRODUTOR/OURIVESARIA	05.395.600/000110	Marcelo Monteiro	SILVA & FREITAS LTDA ME	Sociedade Empresarial Limitada	Micro Empresa	08/11/2002
JOIARTMIRO	Jóias Artesanais	PRODUTOR/DESIGN	10.964.314/000168	Argemiro Muñoz	M DAS GRACAS A DE MENEZES & CIA LTDA ME	Sociedade Empresarial Limitada	Micro Empresa	13/05/2009
MONTENEGRO'S	Jóias Artesanais	PRODUTOR/DESIGN	08.720.451/000105	Selma Montenegro	S H MONTENEGRO BOTELHO ME	Empresário Individual	Micro Empresa	23/03/2007



BELÉM DA SAUDADE	JÓIAS ANTIGAS	REVENDA DE JÓIAS	22.988.214/0001-23	Maria da Conceição Alencar de Souza	M.C.S. PEREIRA ME	Empresário Individual	Micro Empresa	sem data
RAHMA JOIAS & GEMAS	Jóias Artesanais	PRODUTOR/OURIVESARIA	18.597.128/000140	Ramirez Garcia	RAMIREZ GARCIA GOMES ME	Empresário Individual	Micro Empresa	01/08/2013
AMAZON ART	Jóias Artesanais	PRODUTOR/OURIVESARIA	07.180.467/000100	Lindalva da Conceição Azevedo	L. DA C. SOARES AZEVEDO ME	Empresário Individual	Micro Empresa	10/01/2005
GEMAS DO MUNDO	Gemas	LAPIDAÇÃO DE GEMAS	17.818.308/000141	Leila Salame	LEILA NICEIA IAGHY SALAME 43162142253	Empresário Individual	MEI	26/03/2013
CONSORCIO EMPRESARIAL JOIAS DO PARA	Jóias Artesanais	PRODUTOR/DESIGN	15.717.723/000183	João Amorim	CONSORCIO EMPRESARIAL JOIAS DO PARA	Consórcio Empresarial	Consórcio Empresarial	15/06/2012

LOJA UNA - INCUBADORA

EMPRESA	ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO	ÁREA/ ATUAÇÃO	CNPJ	NOME RESPONSÁVEL	NOME EMPRESARIAL	CLASSIFICAÇÃO JUNTO A RECEITA FEDERAL	PORTE DA EMPRESA	DATA DA ABERTURA
TAVARES-ARTE JÓIAS	Jóias Artesanais	OURIVESARIA	20.497885/0001-93	Adriano Castro Tavares Diniz	ADRIANO CASTRO TAVARES DINIZ 00530163206	Empresário Individual	MEI	25/06/2014
HANNA MARIAH JOIAS	Jóias Artesanais	PRODUTOR/DESIGN	22.914.972/000124	Ana Maria Oliveira.	TAVEIRA DOS SANTOS COMERCIO DE JOIAS E EXPORTACAO LTDA ME	Sociedade Empresarial Limitada	Micro Empresa	30/03/1988
YEMARA	Jóias Artesanais	PRODUTOR/DESIGN	19.018.708/000106	Lídia Mara Pereira Abrahim	L M PEREIRA ABRAHIM & CIA LTDA ME	Empresário Individual	Micro Empresa	07/10/2013

DESIGN M	Jóias Artesanais	PRODUTOR/ DESIGN	19.946.951/0001 86	Barbara Muller	BARBARA MULLER DAS NEVES 00521600251	Empresário Individual	MEI	25/03/2014
MOA-ARAN JOALHERIA	Jóias Artesanais	OURIVESARIA	13.588.317/0001- 32	Cleber Costa Tavares	CLEBER COSTA TAVARES 00057421293	Empresário Individual	MEI	04/05/2011
Não tem nome	Jóias Artesanais	OURIVERASIA/ DESIGN	11.570.836/0001 48	Camilla Amaral	CAMILLA DACIER LOBATO AMARAL 65152182220	Empresária Individual	MEI	19/02/2010
Não tem nome	Jóias Artesanais	OURIVESARIA	12.057.975/0001 35	Carlos Eduardo Girão	CARLOS EDUARDO GIRAO DE SOUSA 07670168234	Empresário Individual	MEI	09/06/2010
Não tem nome	Jóias Artesanais	OURIVESARIA	20.835.817/0001 97	Charles Duarte Cordovil	GLEICIANE COSTA TAVARES 77813278291	Empresario Individual	MEI	14/08/2014
REALIZA JÓIAS	Jóias Artesanais	OURIVESARIA	20.404.717/0001 06	Lucilene Soares Azevedo	CRISTIANO COSTA TAVARES 85688339268	Empresario Individual	MEI	06/06/2014
Não tem nome	Jóias Artesanais	OURIVESARIA	17.306.562/0001 60	Ednaldo Costa Pereira	EDNALDO COSTA PEREIRA 63360047249	Empresario Individual	MEI	14/12/2012
Não tem nome	Jóias Artesanais	PRODUTORA	13.754.566/0001 50	Telvia Sales	FRANCISCA TELVIA PORTELA DE SALES 74597973249	Empresario Individual	MEI	03/06/2011
ARTE JOIAS DA AMAZONIA	Jóias Artesanais	OURIVESARIA	19.794.599/0001 00	Francisco Assis.	FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA CARDOSO	Empresario Individual	MEI	26/02/2014

					04200438291			
ATELIER ARTEGOLD	Jóias Artesanais	OURIVESARIA	15.390.282/0001 58	Gervásio Silva Fonseca	GERVASIO SILVA FONSECA 52708357204	Empresario Individual	MEI	18/04/2012
Não tem nome	Jóias Artesanais	PRODUTOR/ DESIGN	12.721.228/0001 50	IVETE NEGRAO	MARIA IVETE MELO NEGRAO 15919110287	Empresario Individual	MEI	22/10/2010
Não tem nome	Jóias Artesanais	OURIVESARIA	17.876.664/0001 11	Luiz Nilo Silva	LUIZ NILO ALVES DA SILVA 42933706253	Empresario Individual	MEI	04/04/2013
CELESTE HEITMANN	Jóias Artesanais	PRODUTOR/ DESIGN	12.682.545/0001 04	Celeste Heitmann	MARIA CELESTE GODINHO HEITMANN 45965730268	Empresario Individual	MEI	18/10/2010
Não tem nome	Jóias Artesanais	PRODUTOR/ DESIGN	13.526.556/0001 68	Monica Matos	MONICA GABRIELA PEREIRA MATOS 63548690220	Empresario Individual	MEI	18/04/2011
Não tem nome	Jóias Artesanais	PRODUTOR/ DESIGN	12.355.456/0001 53	Roberta Freitas	ROBERTA FREITAS DE AZEVEDO COSTA 42566320268	Empresario Individual	MEI	10/08/2010
ROSA LEAL	Jóias Artesanais	PRODUTOR/ DESIGN	07.400.966/0001 65	Rosa Leal	R. M. DE CASTRO LEAL ME	Empresario Individual	Micro Empresa	24/05/2005
Não tem nome	Jóias Artesanais	PRODUTOR/ OURIVESARIA	12.685.492/0001 85	José Coelho Lucas	JOSE COELHO LUCAS 14735571272	Empresario Individual	MEI	19/10/2010

JOD JOIAS	Jóias Artesanais	PRODUTOR/ OURIVESARIA	07.892.888/0001 63	José Odir Bastos	JOSE ODIR BASTOS DE DEUS ME	Empresario Individual	Micro Empresa	19/09/1985
Não tem nome	Jóias Artesanais	PRODUTOR/ DESIGN	12.721.228/0001 50	IVETE NEGRAO	MARIA IVETE MELO NEGRAO 15919110287	Empresario Individual	MEI	22/10/2010
MICHELE EGUCHI ARTE GEMAS E JÓIAS	Jóias Artesanais	PRODUTOR/ DESIGN	17.721228/00015 0	Michele Eguchi	MICHELE EGUCHI ARTE E JÓIAS ERELI- ME	Empresario Individual	ERELI	21/12/2012
Não tem nome	Jóias Artesanais	OURIVESARIA	13.032.608/0001 40	Paulo Roberto Filgueira	PAULO ROBERTO VEIGA FILGUEIRA 24674702291	Empresario Individual	MEI	21/12/2010
Não tem nome	Jóias Artesanais	OURIVESARIA	13.643.164/0001 89	Ronald Duarte	RONALD ACACIO CARDOSO DUARTE 75895579272	Empresario Individual	MEI	13/05/2011
AMAJOIA	Jóias Artesanais	OURIVESARIA	16.854.279/0001 00	Joelson Leão	AMAJOIA CONFECOES E COMERCIO DE JOIAS LTDA ME	Sociedade Empresarial Limitada	Micro Empresa	14/09/2012
Não tem nome	Jóias Artesanais	OURIVESARIA	13.588.317/0001 32	Antonio Tavares	CLEBER COSTA TAVARES 00057421293	Empresária Individual	MEI	04/05/2011
Não tem nome	Jóias Artesanais	OURIVESARIA	13.796284/00016 1	Tiago Bezerra Sales	TIAGO BERREZA DE SALES 45499632200	Empresario Individual	MEI	sem data
SILABRASILA	Jóias Artesanais	PRODUTOR/ DESIGN	10.421.939/0001 83	Marcilene Rodrigues	MARCILENE GOMES RODRIGUES ME	Empresário Individual	Micro Empresa	12/09/2008

LOJA INCUBADORA			
Eliete Caescaes	Jóias Artesanais	PRODUTOR/ DESIGN	INFORMAL
Clara Amorim	Jóias Artesanais	PRODUTOR/ DESIGN	INFORMAL
Erivaldo de Jesus Araújo Jr.	Jóias Artesanais	PRODUTOR/ DESIGN	INFORMAL
Fabiano Pereira Caiado	Jóias Artesanais	OURIVESARIA	INFORMAL
Fabio Monteiro	Jóias Artesanais	PRODUTOR/ DESIGN	INFORMAL
Francileudo Ferreira Furtado	Jóias Artesanais	OURIVESARIA	Consta que possui loja Leudo Jóias
Isabel Tereza Roque Cavalcante	Jóias Artesanais	PRODUTOR/ DESIGN	INFORMAL
Ivam Pereira e Silva	Jóias Artesanais	OURIVESARIA	INFORMAL
Joelson Lameira de Oliveira	Gemas	LAPIDAÇÃO	INFORMAL
Nilma Chagas Arrares	Jóias Artesanais	PRODUTOR/ DESIGN	INFORMAL
Paloma Vale	Jóias Artesanais	PRODUTOR/ DESIGN	INFORMAL
Rosaura da Cunha Simões	Jóias Artesanais	PRODUTOR/ DESIGN	INFORMAL
Láise Lobato	Jóias Artesanais	PRODUTOR/ DESIGN	INFORMAL
Ana Cassia	Jóias Artesanais	OURIVESARIA	INFORMAL
Ismael Lima	Jóias Artesanais	OURIVESARIA	INFORMAL
Leila Célia Santos do Vale	Jóias Artesanais	PRODUTOR/ DESIGN	INFORMAL
Circe Silva	Jóias Artesanais	PRODUTOR/ DESIGN	INFORMAL
Vânia Carla Sabat	Jóias Artesanais	PRODUTOR/ DESIGN	INFORMAL

Fonte IGAMA, 2014 com modificações realizadas pela autora.



PROGRAMA DE TRABALHO

24 Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração
 24101 Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração

R\$ 1,00

Especificação	E S F	Total	Pessoal e Encargos	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimento	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Outras Despesas de Capital
Energia e Recursos Minerais		2.112.973	323.130	0	1.789.843	0	0	0	0
Recursos Minerais		2.112.973	323.130	0	1.789.843	0	0	0	0
Corretivos e Fertilizantes		1.656.243	0	0	1.656.243	0	0	0	0
09 053 0078 1098 Transferências à Companhia de Mineração do Pará - Projeto Calcário	F	1.656.243	0	0	1.656.243	0	0	0	0
Prospecção e Avaliação de Jazidas		456.730	323.130	0	133.600	0	0	0	0
09 053 0289 2200 Transferências à Companhia de Mineração do Pará	F	456.730	323.130	0	133.600	0	0	0	0
Indústria, Comércio e Serviços		3.764.204	2.144.324	0	1.613.280	6.600	0	0	0
Administração		2.239.951	1.500.219	0	739.732	0	0	0	0
Administração Geral		2.239.951	1.500.219	0	739.732	0	0	0	0
11 007 0021 2102 Gestão Administrativa	F	2.151.811	1.500.219	0	651.392	0	0	0	0
11 007 0021 2234 Encargos com Serviços de Utilidade Pública	F	74.000	0	0	74.000	0	0	0	0
11 007 0021 2235 Abastecimento de Veículos	F	14.340	0	0	14.340	0	0	0	0
Telecomunicações		1.100	0	0	1.100	0	0	0	0
Telefonia		1.100	0	0	1.100	0	0	0	0
11 022 0134 2378 Habitação de Telefone	F	1.100	0	0	1.100	0	0	0	0
Recursos Minerais		34.543	0	0	34.543	0	0	0	0
Extração e Beneficiamento		34.543	0	0	34.543	0	0	0	0
11 053 0290 1206 Programa Estratégico de Gestão da Atividade Mineral	F	26.449	0	0	26.449	0	0	0	0
11 053 0290 1207 Programa Estratégico de Verticalização da Produção Mineral	F	9.094	0	0	9.094	0	0	0	0
Indústria		380.470	176.000	0	204.470	0	0	0	0
Promoção Industrial		236.322	176.000	0	60.322	0	0	0	0
11 062 0346 2202 Transferências à Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará	F	236.322	176.000	0	60.322	0	0	0	0
Produção Industrial		144.148	0	0	144.148	0	0	0	0
11 062 0347 1038 Desenvolvimento da Produção Industrial no Estado	F	144.148	0	0	144.148	0	0	0	0
Comércio		236.840	0	0	230.240	6.600	0	0	0
Promoção Interna do Comércio		186.000	0	0	179.400	6.600	0	0	0



PROGRAMA DE TRABALHO

24 Secretaria Executiva de Indústria, Comércio e Mineração

24101 Secretaria Executiva de Indústria, Comércio e Mineração

R\$ 1,00

Especificação	ESF	FONTE	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Transf. Correntes	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização de Dívidas	Outras Transf. de Capital
VERTICALIZAÇÃO DO FERRO			20.961	0	0	0	20.961	0	0	0	0
22 663 0040 1055 Apoio à Implantação e/ou Ampliação de Unidades Produtivas de Aço	F	001	15.361	0	0	0	15.361	0	0	0	0
	F	024	6.600	0	0	0	6.600	0	0	0	0
ZONEAMENTO, MONITORAMENTO E GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA			40.000	0	0	0	40.000	0	0	0	0
22 663 0053 1132 Compilação e Elaboração do Mapa Geológico do Estado	F	006	40.000	0	0	0	40.000	0	0	0	0
INSUMOS MINERAIS NA AGRICULTURA			49.894	0	0	0	49.894	0	0	0	0
22 663 0054 1137 Fomento à Instalação de Unidades Moageiras	F	046	49.894	0	0	0	49.894	0	0	0	0
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO DA ATIVIDADE MINERAL			787.521	0	0	0	732.521	55.000	0	0	0
22 663 0058 2136 Acompanhamento e Orientação à Exploração de Pequenos Depósitos Minerais	F	001	17.360	0	0	0	17.360	0	0	0	0
	F	024	2.068	0	0	0	2.068	0	0	0	0
22 663 0058 2137 Registro, Acompanhamento e Fiscalização da Atividade Mineral	F	001	67.867	0	0	0	12.867	55.000	0	0	0
	F	024	9.564	0	0	0	9.564	0	0	0	0
22 663 0058 2139 Promoção à Prospecção e Pesquisa de Recursos Minerais	F	024	657.066	0	0	0	657.066	0	0	0	0
22 663 0058 2140 Levantamento de Recursos Minerais e Dados Sócio - Econômicos	F	001	14.264	0	0	0	14.264	0	0	0	0
	F	024	8.631	0	0	0	8.631	0	0	0	0
22 663 0058 2142 Elaboração dos Mapas Geológico, Gemológico, Metalogenético e de Produção dos Municípios	F	001	6.601	0	0	0	6.601	0	0	0	0
	F	024	5.100	0	0	0	5.100	0	0	0	0
PÓLO JOALHEIRO			1.233.072	0	0	0	48.972	1.185.000	0	0	0
22 663 0059 1149 Aparelhamento do Museu de Ouro, Gemas e Artesanato Mineral	F	024	1.213.000	0	0	0	28.000	1.185.000	0	0	0



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

2001

PROGRAMA DE TRABALHO

24 **Secretaria Executiva de Indústria, Comércio e Mineração**
 24101 **Secretaria Executiva de Indústria, Comércio e Mineração**

Especificação	E S F E R R A	F O N T E	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Transf. Correntes	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Outras Transf. de Capital	R\$ 1,00		
COMPLEXO DA PECUÁRIA														
22 661 0138 1379 Atracção de Investimentos para Indústria Pecuária	F	046	55.000	0	0	0	40.000	15.000	0	0	0	0		
APOIO E INCENTIVO À PRODUÇÃO														
22 861 0141 1406 Análise dos Projetos para Avaliação da Concessão de Benefícios Fiscais, Financeiros e Infraestruturais	F	046	50.000	0	0	0	50.000	0	0	0	0	0		
22 661 0141 2643 Acompanhamento e Avaliação do Sistema de Incentivos Fiscais, Financeiros e Infraestruturais	F	046	25.000	0	0	0	25.000	0	0	0	0	0		
MINERAÇÃO														
VERTICALIZAÇÃO MINERAL														
22 663 0136 1054 Atracção de Investidores em Processados de Alumínio	F	024	234.000	0	0	0	234.000	0	0	0	0	0		
22 663 0136 1055 Atracção de Investidores em Indústrias Siderúrgicas	F	024	21.075	0	0	0	21.075	0	0	0	0	0		
22 663 0136 1137 Fomento a Instalação de Unidades Moageiras	F	024	22.250	0	0	0	22.250	0	0	0	0	0		
22 663 0136 1150 Implantação do Pólo Joalheiro	F	024	52.888	0	0	0	52.888	0	0	0	0	0		
22 663 0136 2137 Gerenciamento da Atividade Mineral	F	024	51.900	0	0	0	51.900	0	0	0	0	0		
COMÉRCIO E SERVIÇOS														
PROMOÇÃO COMERCIAL														
NOVA ECONOMIA														
23 691 0055 1139 Apoio à Implantação de Microunidades Produtivas e de Serviços	F	001	85.887	0	0	0	85.887	0	0	0	0	0		
23 691 0055 2119 Sistematização de Informações do Comércio e Serviços - SISIC	F	001	338.280	0	0	0	338.280	0	0	0	0	0		
NOVA ECONOMIA														
23 691 0055 1139 Apoio à Implantação de Microunidades Produtivas e de Serviços	F	001	186.488	0	0	0	186.488	0	0	0	0	0		
23 691 0055 2119 Sistematização de Informações do Comércio e Serviços - SISIC	F	001	186.488	0	0	0	186.488	0	0	0	0	0		
COMÉRCIO E SERVIÇOS														
23 691 0055 2119 Sistematização de Informações do Comércio e Serviços - SISIC	F	001	25.702	0	0	0	25.702	0	0	0	0	0		
COMÉRCIO E SERVIÇOS														
23 691 0055 2119 Sistematização de Informações do Comércio e Serviços - SISIC	F	001	31.800	0	0	0	31.800	0	0	0	0	0		



PROGRAMA DE TRABALHO

20 Secretaria Executiva de Saúde Pública
20112 Centro Regional de Saúde - Cametá

R\$ 1,00

Especificação	F O N T E		TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida
	E	S F E R A							
10 SAÚDE			174.000	96.000	0	78.000	0	0	0
301 ATENÇÃO BÁSICA			174.000	96.000	0	78.000	0	0	0
0143 ATENÇÃO AS FAMILIAS			174.000	96.000	0	78.000	0	0	0
2666 Coordenação e Execução da Atenção Básica de Saúde das Famílias	S	032	174.000	96.000	0	78.000	0	0	0
Total			174.000	96.000	0	78.000	0	0	0

S - Seguridade F - Fiscal



PROGRAMA DE TRABALHO

23 Secretaria Executiva de Trabalho e Promoção Social
 23101 Secretaria Executiva de Trabalho e Promoção Social

R\$ 1,00

Especificação	ESF	FONTE	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Invenções Financeiras	Amortização da Dívida
332 RELAÇÕES DE TRABALHO			450.000	0	0	450.000	0	0	0
0007 APOIO À GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA			450.000	0	0	450.000	0	0	0
2186 Apoio Técnico e Jurídico à Gestão de Unidades Produtivas e Associativas	F	001	350.000	0	0	350.000	0	0	0
2188 Educação Preventiva de Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais	F	001	50.000	0	0	50.000	0	0	0
2190 Orientação Trabalhista e Previdenciária	F	001	50.000	0	0	50.000	0	0	0
334 FOMENTO AO TRABALHO			11.147.737	0	0	11.147.737	0	0	0
0007 APOIO À GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA			11.147.737	0	0	11.147.737	0	0	0
2182 Realização de Laboratórios Utilizando Metodologia de Capacitação Massiva - PIREA	F	001	147.737	0	0	147.737	0	0	0
2182 Qualificação e Requalificação Profissional de Trabalhadores	F	006	9.600.000	0	0	9.600.000	0	0	0
2185 Coordenação de Ações de Financiamento à Pessoa Física ou Jurídica para Micro e Pequenos Empreendimentos - Crédito Produtivo e PROGER	F	021	430.000	0	0	430.000	0	0	0
2187 Apoio à Organização, Produção e Comercialização do Artesanato	F	001	550.000	0	0	550.000	0	0	0
2716 Fomento à Implementação de Pólos Joalheiros	F	001	100.000	0	0	100.000	0	0	0
	F	001	320.000	0	0	320.000	0	0	0
Total			31.844.954	7.900.366	0	23.719.354	225.234	0	0



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PROGRAMA DE TRABALHO

24 Secretaria Executiva de Indústria, Comércio e Mineração

24101 Secretaria Executiva de Indústria, Comércio e Mineração

R\$ 1,00

Programa	ESFERA	MD	FONTE	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida
Função / Sub Função										
Projeto / Atividade / Operações Especiais										
Apoio à Inserção de Empreendimentos Paraenses no Comércio Regional e Nacional				213.817	0	0	213.817	0	0	0
	F	90	001	133.714	0	0	133.714	0	0	0
	F	90	006	80.103	0	0	80.103	0	0	0
Objetivo : Consolidar a participação de empresas paraenses como fornecedoras de produtos e serviços ao comércio local e nacional, em especial aos grandes empreendimentos instalados no Pará										
Produto : Empreendimento Apoiado 73 Un										
COMÉRCIO E SERVIÇOS / COMÉRCIO EXTERIOR										
Apoio à Inserção de Empreendimentos Paraenses do Comércio Exterior - Exporta Pará				272.910	0	0	243.355	29.555	0	0
	F	90	001	152.242	0	0	152.242	0	0	0
	F	90	006	120.668	0	0	91.113	29.555	0	0
Objetivo : Promover a inserção de empresas paraenses no comércio exterior, especialmente àquelas de pequeno porte, visando o incremento do potencial exportador do Estado										
Produto : Empreendimento Apoiado 24 Un										
PÓLO JOALHEIRO				2.192.762	614.695	0	1.538.067	40.000	0	0
INDÚSTRIA / ADMINISTRAÇÃO GERAL										
Funcionamento do Espaço Comercial e Turístico				1.610.947	614.695	0	956.252	40.000	0	0
	F	90	006	74.210	0	0	74.210	0	0	0
	F	90	024	1.536.737	614.695	0	882.042	40.000	0	0
Objetivo : Desenvolver o gerenciamento do espaço comercial e turístico do São José Liberto, de modo a assegurar a manutenção patrimonial e a gestão de recursos humanos e financeiros, buscando a eficiência administrativa										
Produto : Espaço Mantido 1 Un										



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PROGRAMA DE TRABALHO

24 Secretaria Executiva de Indústria, Comércio e Mineração

24101 Secretaria Executiva de Indústria, Comércio e Mineração

R\$ 1,00

Programa	E S F E R A	MD	F O N T E	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida
INDÚSTRIA / ENSINO PROFISSIONAL										
Promoção de Eventos de Educação Profissional				378.386	0	0	378.386	0	0	0
	F	90	006	315.123	0	0	315.123	0	0	0
	F	90	024	63.263	0	0	63.263	0	0	0
Objetivo : Desenvolver ações de educação continuada para atendimento das necessidades de aperfeiçoamento, qualificação e formação profissional dos atores envolvidos no setor joalheiro										
Produto : Pessoa Qualificada 739 Pes										
INDÚSTRIA / MINERAÇÃO										
Dinamização e Potencialização da Cadeia Produtiva do Setor				203.429	0	0	203.429	0	0	0
	F	90	006	203.429	0	0	203.429	0	0	0
Objetivo : Dinamizar os diversos elos da cadeia produtiva, de forma a potencializar a capacidade produtiva do setor joalheiro										
Produto : Unidade Estimulada 793 Un										
PARÁ MINERAL				1.003.800	0	0	846.800	157.000	0	0
INDÚSTRIA / MINERAÇÃO										
Estudos e Pesquisas Voltados à Gestão Integrada da Atividade Mineral				483.800	0	0	326.800	157.000	0	0
	F	90	001	169.445	0	0	169.445	0	0	0
	F	90	006	279.354	0	0	122.354	157.000	0	0
	F	90	024	35.001	0	0	35.001	0	0	0
Objetivo : Gerar as informações necessárias ao registro, ao acompanhamento e à fiscalização da atividade mineral, estimulando a produção mineral no território paraense.										
Produto : Estudo Realizado 56 Un										
Identificação e Aproveitamento de Novos Depósitos Minerais				520.000	0	0	520.000	0	0	0
	F	90	001	325.366	0	0	325.366	0	0	0



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PROGRAMA DE TRABALHO

24 Secretaria Executiva de Indústria, Comércio e Mineração

24101 Secretaria Executiva de Indústria, Comércio e Mineração

R\$ 1,00

Programa	ESFERA	MD	FONTE	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos da Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida
Função / Sub Função										
Projeto / Atividade / Operações Especiais										
Apoio à Inserção de Empreendimentos Paraenses no Comércio Regional e Nacional				227.801	0	0	227.801	0	0	0
	F	90	001	227.801	0	0	227.801	0	0	0
Objetivo : Consolidar a participação de empresas paraenses como fornecedoras de produtos e serviços ao comércio local e nacional, em especial aos grandes empreendimentos instalados no Pará										
Produto : Empreendimento Apoiado 63 Un										
COMÉRCIO E SERVIÇOS / COMÉRCIO EXTERIOR										
Apoio à Inserção de Empreendimentos Paraenses do Comércio Exterior - Exporta Pará				210.242	0	0	210.242	0	0	0
	F	90	001	210.242	0	0	210.242	0	0	0
Objetivo : Promover a inserção de empresas paraenses no comércio exterior, especialmente àquelas de pequeno porte, visando o incremento do potencial exportador do Estado										
Produto : Empreendimento Apoiado 24 Un										
PÓLO JOALHEIRO				1.577.610	0	0	1.577.610	0	0	0
INDÚSTRIA / MINERAÇÃO										
Dinamização e Potencialização da Cadeia Produtiva do Setor				1.577.610	0	0	1.577.610	0	0	0
	F	50	024	1.577.610	0	0	1.577.610	0	0	0
Objetivo : Dinamizar os diversos elos da cadeia produtiva, de forma a potencializar a capacidade produtiva do setor joalheiro										
Produto : Unidade Estimulada 574 Un										
PARÁ MINERAL				445.499	0	0	445.499	0	0	0
INDÚSTRIA / MINERAÇÃO										
Estudos e Pesquisas Voltados à Gestão Integrada da Atividade Mineral				198.448	0	0	198.448	0	0	0
	F	90	001	198.448	0	0	198.448	0	0	0



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR PROGRAMA E ÓRGÃO

FISCAL E SEGURIDADE SOCIAL

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	CORRENTE	CAPITAL	TOTAL
Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente	0	317.466	0	317.466
PANEIRO DE MERCADORIAS - NOVA CEASA	0	1.230.226	30.000	1.260.226
Centrais de Abastecimento do Pará S/A	0	1.230.226	30.000	1.260.226
PARÁ MINERAL	0	273.555	0	273.555
Secretaria Executiva de Indústria, Comércio e Mineração	0	273.555	0	273.555
PARÁ RURAL	0	8.214.892	3.585.312	11.800.204
Núcleo de Gerenciamento do PARÁ RURAL	0	8.214.892	3.585.312	11.800.204
PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL	0	1.520.368	6.550	1.526.918
Departamento de Trânsito do Estado do Pará	0	105.000	0	105.000
Polícia Civil do Estado do Pará	0	216.000	0	216.000
Polícia Militar do Estado do Pará	0	791.868	0	791.868
Secretaria Executiva de Justiça	0	172.500	6.550	179.050
Secretaria Executiva de Segurança Pública	0	235.000	0	235.000
PAZ NAS RUAS	0	34.219.164	12.245.855	46.465.019
Centro de Perícias Científicas	0	757.745	120.000	877.745
Corpo de Bombeiros Militar do Pará	0	680.000	0	680.000
Fundo de Investimento de Segurança Pública	0	2.023.153	2.626.855	4.650.008
Polícia Civil do Estado do Pará	0	8.154.442	7.499.000	15.653.442
Polícia Militar do Estado do Pará	0	22.603.824	2.000.000	24.603.824
PÓLO JOALHEIRO	0	2.076.000	0	2.076.000
Secretaria Executiva de Indústria, Comércio e Mineração	0	2.076.000	0	2.076.000
POR UMA CULTURA DE PAZ ENTRE JOVENS - PRÓ-PAZ	0	1.793.167	6.020	1.799.187
Ação Social Integrada do Palácio do Governo	0	30.000	0	30.000
Centro de Perícias Científicas	0	28.000	0	28.000
Corpo de Bombeiros Militar do Pará	0	50.000	0	50.000
Defensoria Pública	0	240.723	0	240.723



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PROGRAMA DE TRABALHO

Secretaria Executiva de Indústria, Comércio e Mineração

24101 Secretaria Executiva de Indústria, Comércio e Mineração

R\$ 1,00

Programa	Função / Subfunção	Projeto-Atividade / Operações Especiais	E S F	M O D	F T E	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Reserva de Contingencia
2810	Apoio à Inserção de Empreendimentos Paraenses do Comércio Exterior - Exporta Pará					152.242	0	0	152.242	0	0	0	0
			F	90	024	152.242	0	0	152.242	0	0	0	0
Objetivo:	Promover a inserção de empresas paraenses no comércio exterior, especialmente àquelas de pequeno porte, visando o incremento do potencial exportador do Estado												
Produto:	Empreendimento Apoiado Qde.: 836 Un												
1045 PARÁ MINERAL	22-Indústria / 663-Mineracao					273.555	0	0	273.555	0	0	0	0
2812	Estudos e Pesquisas Voltados à Gestão Integrada da Atividade Mineral					66.436	0	0	66.436	0	0	0	0
			F	90	024	66.436	0	0	66.436	0	0	0	0
Objetivo:	Gerar as informações necessárias ao registro, ao acompanhamento e à fiscalização da atividade mineral, estimulando a produção mineral no território paraense.												
Produto:	Estudo Realizado Qde.: 504 Un												
2813	Identificação e Aproveitamento de Novos Depósitos Minerais					207.119	0	0	207.119	0	0	0	0
			F	90	024	207.119	0	0	207.119	0	0	0	0
Objetivo:	Identificar e promover oportunidades de investimentos minerais e executar estudos tecnológicos e econômicos em depósitos minerais, especialmente para uso na agricultura, na produção de jóias, artesanato e artefato mineral, na construção civil e na produção de gás.												
Produto:	Depósito Pesquisado Qde.: 168 Un												
1043 PÓLO JOALHEIRO	22-Indústria / 663-Mineracao					2.076.000	0	0	2.076.000	0	0	0	0
2834	Dinamização e Potencialização da Cadeia Produtiva do Setor					2.076.000	0	0	2.076.000	0	0	0	0
			F	50	024	2.076.000	0	0	2.076.000	0	0	0	0



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PROGRAMA DE TRABALHO

Secretaria Executiva de Indústria, Comércio e Mineração

24101 Secretaria Executiva de Indústria, Comércio e Mineração

R\$ 1,00

Programa	E	M	F	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Reserva de Contingencia
Função / Subfunção	S	O	T								
Projeto-Atividade / Operações Especiais	F	D	E								
Objetivo: Dinamizar os diversos elos da cadeia produtiva, de forma a potencializar a capacidade produtiva do setor joalheiro											
Produto: Unidade Estimulada											
Qde.: 1 Un											
Total				8.084.306	2.455.338	0	4.078.968	1.550.000	0	0	0

F - Fiscal S - Seguridade Social



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PROGRAMA DE TRABALHO

Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia

48101 Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia

R\$ 1,00

Programa	E	M	F	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Reserva de Contingencia
Função / Subfunção	S	O	T								
Projeto-Atividade / Operações Especiais	F	D	E								
	F	90	0101	200.000	0	0	200.000	0	0	0	0
	F	90	0121	1.000.000	0	0	300.000	700.000	0	0	0
	F	90	0130	7.000.000	0	0	0	7.000.000	0	0	0
Objetivo:	Criar instrumentos indutores de inovação voltados ao desenvolvimento regional integrado e sustentável.										
Produto:	Parque Tecnológico Implantado Qde.: 3 Un										
6020	Implementação do Sistema Regional de Inovação - SRI										
	F	90	0101	100.000	0	0	100.000	0	0	0	0
	F	90	0101	100.000	0	0	100.000	0	0	0	0
Objetivo:	Articular redes e instrumentos de inovação no âmbito regional.										
Produto:	Sistema Implementado Qde.: 4 Un										
19-Ciência e Tecnologia / 573-Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
6026	Divulgação de Informações sobre Ciência, Tecnologia e Inovação										
	F	90	0101	390.000	0	0	370.000	20.000	0	0	0
	F	90	0101	390.000	0	0	370.000	20.000	0	0	0
Objetivo:	Difundir a produção em Ciência, Tecnologia e Inovação, reforçando a cultura nessa temática.										
Produto:	Informação Disseminada Qde.: 100 Un										
1919	Implantação de Sistemas de Aplicação em Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I										
	F	90	0101	450.000	0	0	450.000	0	0	0	0
	F	90	0122	30.000	0	0	0	30.000	0	0	0
Objetivo:	Criar sistemas de informação e realizar prospecções voltados às necessidades da ação governamental em CT&I.										
Produto:	Sistema de Aplicação Implantado e Prosp Qde.: 3 Un										
19-Ciência e Tecnologia / 691-Promoção Comercial											
6027	Apoio ao Desenvolvimento dos Setores de Gemas, Jóias e Artesanatos - São José Liberto										
	F	50	0101	2.124.000	0	0	2.124.000	0	0	0	0
	F	50	0101	2.124.000	0	0	2.124.000	0	0	0	0
Objetivo:	Fortalecer a comercialização de gemas, jóias e artesanatos, induzindo processos e produtos inovadores.										
Produto:	Comércio de Gemas, Jóias e Artesanatos Qde.: 1 Un										



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
CONSOLIDAÇÃO DA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia

48101 Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia

R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROJETO-ATIVIDADE OU OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Reserva de Contingência
19.691.1259-6019	Fomento às Micro e Pequenas Empresas - MPE	250.000	0	0	250.000	0	0	0	0
19.691.1261-6027	Apoio ao Desenvolvimento dos Setores de Gemas, Jóias e Artesanatos - São José Liberto	2.124.000	0	0	2.124.000	0	0	0	0
Total		24.760.331	4.861.971	0	10.361.079	9.537.281	0	0	0



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
CONSOLIDAÇÃO DA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia

48101 Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia

R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROJETO-ATIVIDADE OU OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Reserva de Contingência
19.122.0125-4534	Operacionalização das Ações Administrativas	4.585.000	0	0	3.285.000	1.300.000	0	0	0
19.122.0125-4535	Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	3.193.972	3.133.972	0	60.000	0	0	0	0
19.122.0125-4668	Implementação do Gerenciamento de Unidades de Abastecimento do Estado	155.000	0	0	155.000	0	0	0	0
19.122.1259-6018	Gestão da Política de Fomento às Atividades Estratégicas da Economia Paraense	244.000	0	0	244.000	0	0	0	0
19.122.1261-6190	Implementação de Mecanismos de Promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I	650.000	0	0	650.000	0	0	0	0
19.126.1261-6137	Implementação de Tecnologia de Informação e Comunicação para o Desenvolvimento do Estado - NAVEGA PARÁ	8.674.105	0	0	3.859.800	4.814.305	0	0	0
19.128.1201-4098	Desenvolvimento de Competências Profissionais	180.000	0	0	180.000	0	0	0	0
19.128.1201-4117	Formação Profissional	270.000	0	0	270.000	0	0	0	0
19.331.1201-6003	Assistência Médica e Odontológica	57.600	0	0	57.600	0	0	0	0
19.331.1201-6004	Auxílio Alimentação	1.030.200	0	0	1.030.200	0	0	0	0
19.422.1261-6139	Indução à Tecnologia Industrial Básica a Processos Produtivos	171.404	0	0	171.404	0	0	0	0
19.572.1261-6136	Implementação de Parques Tecnológicos	19.221.704	0	0	1.396.000	17.825.704	0	0	0
19.572.1261-6138	Implementação do Sistema Paraense de Inovação - SIPI	25.678.688	0	0	441.790	25.236.898	0	0	0
19.572.1261-6189	Apoio à Incubação de Empresas	234.000	0	0	234.000	0	0	0	0
19.573.1261-6026	Divulgação de Informações sobre Ciência, Tecnologia e Inovação	434.356	0	0	434.356	0	0	0	0
19.661.1259-6140	Fortalecimento da Cadeia Produtiva de Gemas, Jóias, Metais Preciosos e Artesanatos	3.730.032	0	0	3.730.032	0	0	0	0
19.661.1259-6142	Apoio à Diversificação e Integração da Base Produtiva	366.000	0	0	366.000	0	0	0	0
19.662.1259-6011	Apoio ao Desenvolvimento de Infra-Estruturas Industriais	5.444.000	0	0	444.000	5.000.000	0	0	0
19.691.1259-6019	Fomento às Micro e Pequenas Empresas - MPE	282.210	0	0	282.210	0	0	0	0
19.691.1259-6141	Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais-APL	426.000	0	0	426.000	0	0	0	0
19.691.1259-6143	Apoio à Inserção Competitiva nos Mercados Nacional e Internacional	1.892.629	0	0	1.892.629	0	0	0	0



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PROGRAMA DE TRABALHO

Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia

48101 Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia

R\$ 1,00

Programa	ESF	MOD	FTE	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Reserva de Contingencia
Função / Subfunção											
Projeto-Atividade / Operações Especiais											
	F	90 0101		119.800	0	0	119.800	0	0	0	0
	F	90 0131		12.839.940	0	0	0	12.839.940	0	0	0
Objetivo:	Articular redes e instrumentos de inovação no âmbito estadual.										
Produto:	Sistema Implementado Qde.: 7 Un										
6189 Apoio à Incubação de Empresas				51.400	0	0	51.400	0	0	0	0
	F	90 0101		51.400	0	0	51.400	0	0	0	0
Objetivo:	Induzir a criação e fortalecimento de ambientes de inovação para viabilizar empreendimentos competitivos.										
Produto:	Empresa Apoiada Qde.: 1 Un										
19-Ciência e Tecnologia / 573-Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
6026 Divulgação de Informações sobre Ciência, Tecnologia e Inovação				157.000	0	0	157.000	0	0	0	0
	F	50 0101		35.000	0	0	35.000	0	0	0	0
	F	90 0101		122.000	0	0	122.000	0	0	0	0
Objetivo:	Difundir a produção em Ciência, Tecnologia e Inovação, reforçando a cultura nessa temática.										
Produto:	Instrumento de Divulgação Apoiado Qde.: 50 Un										
1259 DESENVOLVE PARÁ				3.543.685	0	0	3.543.685	0	0	0	0
19-Ciência e Tecnologia / 122-Administração Geral											
6018 Gestão da Política de Fomento às Atividades Estratégicas da Economia Paraense				8.000	0	0	8.000	0	0	0	0
	F	90 0101		8.000	0	0	8.000	0	0	0	0
Objetivo:	Implementar a política de fomento às atividades produtivas.										
Produto:	Empreendimento Acompanhado Qde.: 1 Un										
19-Ciência e Tecnologia / 661-Promoção Industrial											
6140 Fortalecimento da Cadeia Produtiva de Gemas, Jóias, Metais Preciosos e Artesanatos				2.676.476	0	0	2.676.476	0	0	0	0
	F	50 0101		2.676.476	0	0	2.676.476	0	0	0	0




GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PROGRAMA DE TRABALHO

Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia

48101 Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia

R\$ 1,00

Programa	Função / Subfunção	Projeto-Atividade / Operações Especiais	E S F	M O D	F T E	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Reserva de Contingência
	Objetivo:	Induzir o adensamento da cadeia produtiva de gemas, jóias, metais preciosos, com ênfase na comercialização e difusão de processos e produtos inovadores.											
	Produto:	Atividade Indutora Realizada											
	Qde.:												
						1	Un						
6142	Apoio à Diversificação e Integração da Base Produtiva					132.000	0	0	132.000	0	0	0	0
			F	50	0101	80.000	0	0	80.000	0	0	0	0
			F	90	0101	52.000	0	0	52.000	0	0	0	0
	Objetivo:	Diversificar e integrar as atividades produtivas estratégicas, visando a internalização da riqueza gerada.											
	Produto:	Cadeia Produtiva Integrada											
	Qde.:												
						13	Un						
19-Ciência e Tecnologia / 662-Produção Industrial													
	6011	Apoio ao Desenvolvimento de Infra-Estruturas Industriais				85.400	0	0	85.400	0	0	0	0
			F	90	0101	85.400	0	0	85.400	0	0	0	0
	Objetivo:	Apoiar a reestruturação e ampliação de Infra-Estrutura de área e distritos industriais.											
	Produto:	Infra-Estrutura Industrial Apoiada											
	Qde.:												
						1	Un						
19-Ciência e Tecnologia / 691-Promoção Comercial													
6019	Fomento às Micro e Pequenas Empresas - MPE					86.400	0	0	86.400	0	0	0	0
			F	90	0101	86.400	0	0	86.400	0	0	0	0
	Objetivo:	Alavancar qualitativa, quantitativa e espacialmente as MPE voltadas ao mercado nacional e internacional.											
	Produto:	MPE Atendida											
	Qde.:												
						310	Un						
6141	Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais-APL					123.600	0	0	123.600	0	0	0	0
			F	50	0101	50.000	0	0	50.000	0	0	0	0
			F	90	0101	73.600	0	0	73.600	0	0	0	0
	Objetivo:	Induzir o desenvolvimento e a consolidação de atividades produtivas afins com potencial para estruturação em APL.											
	Produto:	Arranjo Produtivo Consolidado											
	Qde.:												
						17	Un						



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
CONSOLIDAÇÃO DA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia

48101 Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia

R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROJETO-ATIVIDADE OU OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Reserva de Contingência
19.122.0125-4534	Operacionalização das Ações Administrativas	907.958	0	0	907.958	0	0	0	0
19.122.0125-4535	Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	4.860.986	4.769.992	0	90.994	0	0	0	0
19.122.0125-4668	Implementação do Gerenciamento de Unidades de Abastecimento do Estado	51.940	0	0	51.940	0	0	0	0
19.122.1202-1577	Conservação de Imóveis Públicos	300.000	0	0	0	300.000	0	0	0
19.122.1259-6018	Gestão da Política de Fomento às Atividades Estratégicas da Economia Paraense	8.000	0	0	8.000	0	0	0	0
19.122.1261-6190	Implementação de Mecanismos de Promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I	99.000	0	0	99.000	0	0	0	0
19.126.1261-6137	Implementação de Tecnologia de Informação e Comunicação para o Desenvolvimento do Estado - NAVEGA PARÁ	2.700.149	0	0	700.149	2.000.000	0	0	0
19.331.1201-6004	Auxílio Alimentação	798.000	0	0	798.000	0	0	0	0
19.422.1261-6139	Indução à Tecnologia Industrial Básica a Processos Produtivos	39.000	0	0	39.000	0	0	0	0
19.572.1261-6136	Implementação de Parques Tecnológicos	13.124.516	0	0	419.000	12.705.516	0	0	0
19.572.1261-6138	Implementação do Sistema Paraense de Inovação - SIPI	12.959.740	0	0	119.800	12.839.940	0	0	0
19.572.1261-6189	Apoio à Incubação de Empresas	51.400	0	0	51.400	0	0	0	0
19.573.1261-6026	Divulgação de Informações sobre Ciência, Tecnologia e Inovação	157.000	0	0	157.000	0	0	0	0
19.661.1259-6140	Fortalecimento da Cadeia Produtiva de Gemas, Jóias, Metais Preciosos e Artesanatos	2.676.476	0	0	2.676.476	0	0	0	0
19.661.1259-6142	Apoio à Diversificação e Integração da Base Produtiva	132.000	0	0	132.000	0	0	0	0
19.662.1259-6011	Apoio ao Desenvolvimento de Infra-Estruturas Industriais	85.400	0	0	85.400	0	0	0	0
19.691.1259-6019	Fomento às Micro e Pequenas Empresas - MPE	86.400	0	0	86.400	0	0	0	0
19.691.1259-6141	Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais-APL	123.600	0	0	123.600	0	0	0	0
19.691.1259-6143	Apoio à Inserção Competitiva nos Mercados Nacional e Internacional	431.809	0	0	431.809	0	0	0	0
Total		39.593.374	4.769.992	0	6.977.926	27.845.456	0	0	0



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PROGRAMA DE TRABALHO

Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia

48101 Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia

R\$ 1,00

Programa	Função / Subfunção	Projeto-Atividade / Operações Especiais	E S F	M O D	F T E	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Dívida	Outras Despesas Correntes	Investi- mentos	Inversões Financeiras	Amortiza- ção da Dívida	Reserva de Contingencia
			F	90	0101	20.800	0	0	20.800	0	0	0	0
			F	90	0131	10.000.000	0	0	0	10.000.000	0	0	0
Objetivo:	Articular redes e instrumentos de inovação no âmbito estadual.												
Produto:	Sistema Implementado	Qde.:		7	Un								
6189	Apoio à Incubação de Empresas					17.400	0	0	17.400	0	0	0	0
			F	90	0101	17.400	0	0	17.400	0	0	0	0
Objetivo:	Induzir a criação e fortalecimento de ambientes de inovação para viabilizar empreendimentos competitivos.												
Produto:	Empresa Apoiada	Qde.:		1	Un								
19-Ciência e Tecnologia / 573-Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	6026 Divulgação de Informações sobre Ciência, Tecnologia e Inovação					251.860	0	0	251.860	0	0	0	0
			F	90	0101	251.860	0	0	251.860	0	0	0	0
Objetivo:	Difundir a produção em Ciência, Tecnologia e Inovação, reforçando a cultura nessa temática.												
Produto:	Instrumento de Divulgação Apoiado	Qde.:		25	Un								
1259 DESENVOLVE PARÁ	19-Ciência e Tecnologia / 122-Administração Geral					13.747.164	0	0	4.489.346	9.257.818	0	0	0
6018	Gestão da Política de Fomento às Atividades Estratégicas da Economia Paraense					15.485	0	0	15.485	0	0	0	0
			F	90	0101	15.485	0	0	15.485	0	0	0	0
Objetivo:	Implementar a política de fomento às atividades produtivas.												
Produto:	Empreendimento Acompanhado	Qde.:		5	Un								
19-Ciência e Tecnologia / 661-Promoção Industrial	6140 Fortalecimento da Cadeia Produtiva de Gemas, Jóias, Metais Preciosos e Artesanatos					3.061.894	0	0	3.061.894	0	0	0	0
			F	50	0101	3.061.894	0	0	3.061.894	0	0	0	0



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PROGRAMA DE TRABALHO

Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia

48101 Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia

R\$ 1,00

Programa	E	M	F	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Reserva de Contingencia
Função / Subfunção	S	O	T								
Projeto-Atividade / Operações Especiais	F	D	E								
Objetivo: Induzir o adensamento da cadeia produtiva de gemas, jóias, metais preciosos, com ênfase na comercialização e difusão de processos e produtos inovadores.											
Produto: Atividade Indutora Realizada Qde.: 1 Un											
6142 Apoio à Diversificação e Integração da Base Produtiva				148.200	0	0	148.200	0	0	0	0
	F	50	0101	100.000	0	0	100.000	0	0	0	0
	F	90	0101	48.200	0	0	48.200	0	0	0	0
Objetivo: Diversificar e integrar as atividades produtivas estratégicas, visando a internalização da riqueza gerada.											
Produto: Cadeia Produtiva Integrada Qde.: 1 Un											
19-Ciência e Tecnologia / 662-Produção Industrial											
6011 Apoio ao Desenvolvimento de Infra-Estruturas Industriais				9.335.165	0	0	77.347	9.257.818	0	0	0
	F	90	0101	77.347	0	0	77.347	0	0	0	0
	F	90	0130	4.726.078	0	0	0	4.726.078	0	0	0
	F	90	4121	4.531.740	0	0	0	4.531.740	0	0	0
Objetivo: Apoiar a reestruturação e ampliação de Infra-Estrutura de área e distritos industriais.											
Produto: Infra-Estrutura Industrial Apoiada Qde.: 7 Un											
19-Ciência e Tecnologia / 691-Promoção Comercial											
6019 Fomento às Micro e Pequenas Empresas - MPE				101.000	0	0	101.000	0	0	0	0
	F	90	0101	101.000	0	0	101.000	0	0	0	0
Objetivo: Alavancar qualitativa, quantitativa e espacialmente as MPE voltadas ao mercado nacional e internacional.											
Produto: MPE Atendida Qde.: 50 Un											
6141 Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais-APL				734.120	0	0	734.120	0	0	0	0
	F	50	0101	50.000	0	0	50.000	0	0	0	0
	F	90	0101	62.700	0	0	62.700	0	0	0	0
	F	20	0106	621.420	0	0	621.420	0	0	0	0



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
CONSOLIDAÇÃO DA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia

48101 Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia

R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROJETO-ATIVIDADE OU OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Reserva de Contingência
19.122.0125-4534	Operacionalização das Ações Administrativas	1.211.857	0	0	1.211.857	0	0	0	0
19.122.0125-4535	Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	4.673.447	4.558.823	0	114.624	0	0	0	0
19.122.0125-4668	Implementação do Gerenciamento de Unidades de Abastecimento do Estado	60.389	0	0	60.389	0	0	0	0
19.122.1259-6018	Gestão da Política de Fomento às Atividades Estratégicas da Economia Paraense	15.485	0	0	15.485	0	0	0	0
19.122.1261-6190	Implementação de Mecanismos de Promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I	42.000	0	0	42.000	0	0	0	0
19.126.1261-6137	Implementação de Tecnologia de Informação e Comunicação para o Desenvolvimento do Estado - NAVEGA PARÁ	8.197.000	0	0	797.000	7.400.000	0	0	0
19.331.1201-6004	Auxílio Alimentação	984.310	0	0	984.310	0	0	0	0
19.331.1201-6243	Auxílio Transporte	97.552	0	0	97.552	0	0	0	0
19.422.1261-6139	Indução à Tecnologia Industrial Básica a Processos Produtivos	21.000	0	0	21.000	0	0	0	0
19.572.1261-6136	Implementação de Parques Tecnológicos	20.328.400	0	0	486.400	19.842.000	0	0	0
19.572.1261-6138	Implementação do Sistema Paraense de Inovação - SIPI	10.020.800	0	0	20.800	10.000.000	0	0	0
19.572.1261-6189	Apoio à Incubação de Empresas	17.400	0	0	17.400	0	0	0	0
19.573.1261-6026	Divulgação de Informações sobre Ciência, Tecnologia e Inovação	251.860	0	0	251.860	0	0	0	0
19.661.1259-6140	Fortalecimento da Cadeia Produtiva de Gemas, Jóias, Metais Preciosos e Artesanatos	3.061.894	0	0	3.061.894	0	0	0	0
19.661.1259-6142	Apoio à Diversificação e Integração da Base Produtiva	148.200	0	0	148.200	0	0	0	0
19.662.1259-6011	Apoio ao Desenvolvimento de Infra-Estruturas Industriais	9.335.165	0	0	77.347	9.257.818	0	0	0
19.691.1259-6019	Fomento às Micro e Pequenas Empresas - MPE	101.000	0	0	101.000	0	0	0	0
19.691.1259-6141	Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais-APL	734.120	0	0	734.120	0	0	0	0
19.691.1259-6143	Apoio à Inserção Competitiva nos Mercados Nacional e Internacional	351.300	0	0	351.300	0	0	0	0
Total		59.653.179	4.558.823	0	8.594.538	46.499.818	0	0	0



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PROGRAMA DE TRABALHO

Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração

24101 Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração

R\$ 1,00

Programa	Função / Subfunção	Projeto-Atividade / Operações Especiais	E S F	M O D	F T E	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Reserva de Contingência
6671	Apoio à Dinamização da Economia Local em Bases Sustentáveis		F	90	0101	177.686	0	0	175.686	2.000	0	0	0
						177.686	0	0	175.686	2.000	0	0	0
	Objetivo:	Criar ambiente favorável ao desenvolvimento da economia de baixo carbono e alto valor agregado.											
	Produto:	Município Atendido					13	Un					
1347 PARÁ COMPETITIVO	22-Indústria / 661-Promoção Industrial					3.931.654	0	0	3.919.654	12.000	0	0	0
6388	Incentivo a Produção Industrial no Estado		F	90	0101	136.017	0	0	134.017	2.000	0	0	0
						136.017	0	0	134.017	2.000	0	0	0
	Objetivo:	Apoiar a diversificação dos produtos industriais paraense.											
	Produto:	Indústria Atendida					40	Un					
6389	Fortalecimento das Micros e Pequenas Empresas		F	90	0101	136.020	0	0	134.020	2.000	0	0	0
						136.020	0	0	134.020	2.000	0	0	0
	Objetivo:	Fomentar o aumento, a produtividade e a competitividade das micro e pequenas empresas do estado.											
	Produto:	Empresa Atendida					66	Un					
6390	Dinamização do Setor Mineral-Metalúrgico Paraense		F	90	0101	136.008	0	0	134.008	2.000	0	0	0
						136.008	0	0	134.008	2.000	0	0	0
	Objetivo:	Incrementar as oportunidades de novos investimentos para o setor mineral-metalúrgico.											
	Produto:	Empreendimento Implantado					28	Un					
22-Indústria / 662-Produção Industrial													
6691	Manutenção do Contrato de Gestão do Espaço São José Liberto - Pólo Joalheiro		F	50	0101	2.979.454	0	0	2.979.454	0	0	0	0
						2.979.454	0	0	2.979.454	0	0	0	0



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
CONSOLIDAÇÃO DA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração

24101 Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração

R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROJETO-ATIVIDADE OU OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Reserva de Contingência
22.122.1297-4534	Operacionalização das Ações Administrativas	1.555.000	0	0	1.105.000	450.000	0	0	0
22.122.1297-4535	Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	5.886.212	5.862.212	0	24.000	0	0	0	0
22.122.1297-4668	Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	87.000	0	0	87.000	0	0	0	0
22.126.1377-6719	Comunicação de Dados	55.000	0	0	55.000	0	0	0	0
22.128.1201-4098	Desenvolvimento de Competências Profissionais	20.000	0	0	20.000	0	0	0	0
22.331.1201-6004	Auxílio Alimentação	328.800	0	0	328.800	0	0	0	0
22.331.1201-6243	Auxílio Transporte	24.696	0	0	24.696	0	0	0	0
22.541.1359-6678	Implementação de Ferramentas de Responsabilidade Territorial	136.020	0	0	134.020	2.000	0	0	0
22.661.1347-6388	Incentivo a Produção Industrial no Estado	136.017	0	0	134.017	2.000	0	0	0
22.661.1347-6389	Fortalecimento das Micros e Pequenas Empresas	136.020	0	0	134.020	2.000	0	0	0
22.661.1347-6390	Dinamização do Setor Mineral-Metalúrgico Paraense	136.008	0	0	134.008	2.000	0	0	0
22.661.1381-6671	Apoio à Dinamização da Economia Local em Bases Sustentáveis	177.686	0	0	175.686	2.000	0	0	0
22.662.1347-6691	Manutenção do Contrato de Gestão do Espaço São José Liberto - Pólo Joalheiro	2.979.454	0	0	2.979.454	0	0	0	0
23.662.1347-6431	Atração de Investimentos	136.026	0	0	134.026	2.000	0	0	0
23.691.1347-6014	Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	272.103	0	0	270.103	2.000	0	0	0
23.691.1347-6386	Apoio à Inserção de Empresas nos Mercados Nacional e Internacional	136.026	0	0	134.026	2.000	0	0	0
Total		12.202.068	5.862.212	0	5.873.856	466.000	0	0	0



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PROGRAMA DE TRABALHO

Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração

24101 Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração

R\$ 1,00

Programa	Função / Subfunção	Projeto-Atividade / Operações Especiais	E S F	M O D	F T E	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Reserva de Contingência
	Objetivo:	Apoiar o desenvolvimento do setor industrial, possibilitando a organização, a ampliação e a competitividade do setor industrial.											
	Produto:	Plano Elaborado		11	Un								
22-Indústria / 662-Produção Industrial													
6691	Manutenção do Contrato de Gestão do Espaço São José Liberto - Pólo Joalheiro					3.277.398	0	0	3.277.398	0	0	0	0
			F	50	0101	3.277.398	0	0	3.277.398	0	0	0	0
	Objetivo:	Repassar recursos para a gestão do Espaço São José Liberto - Pólo Joalheiro.											
	Produto:	Repasse Realizado		12	Un								
23-Comércio e Serviços / 334-Fomento ao Trabalho													
6387	Implementação de Ações do Setor Produtivo - Banco do Produtor					75.457	0	0	74.457	1.000	0	0	0
			F	90	0101	75.457	0	0	74.457	1.000	0	0	0
	Objetivo:	Financiar empreendimentos econômicos de interesse estratégico para o desenvolvimento, a diversificação e a transformação da base produtiva do Estado do Pará.											
	Produto:	Projeto Financiado		1	Un								
23-Comércio e Serviços / 662-Produção Industrial													
6431	Atração de Investimentos					150.205	0	0	148.205	2.000	0	0	0
			F	90	0101	150.205	0	0	148.205	2.000	0	0	0
	Objetivo:	Fomentar o aumento do parque industrial paraense, da produtividade e da competitividade empresarial do estado.											
	Produto:	Investidor Atendido		50	Un								
23-Comércio e Serviços / 691-Promoção Comercial													
6014	Apoio aos Arranjos Produtivos Locais					150.245	0	0	144.245	6.000	0	0	0
			F	90	0101	150.245	0	0	144.245	6.000	0	0	0



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
CONSOLIDAÇÃO DA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração

24101 Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração

R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROJETO-ATIVIDADE OU OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Reserva de Contingência
22.122.1297-4534	Operacionalização das Ações Administrativas	1.794.296	0	0	1.315.296	479.000	0	0	0
22.122.1297-4535	Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	4.183.024	4.158.064	0	24.960	0	0	0	0
22.122.1297-4668	Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	93.960	0	0	93.960	0	0	0	0
22.126.1377-6719	Comunicação de Dados	60.500	0	0	60.500	0	0	0	0
22.128.1201-4098	Desenvolvimento de Competências Profissionais	21.600	0	0	21.600	0	0	0	0
22.331.1201-6004	Auxílio Alimentação	380.118	0	0	380.118	0	0	0	0
22.331.1201-6243	Auxílio Transporte	45.688	0	0	45.688	0	0	0	0
22.541.1359-6678	Implementação de Ferramentas de Responsabilidade Territorial	150.210	0	0	148.210	2.000	0	0	0
22.661.1347-6389	Fortalecimento das Micros, Pequenas e Médias Empresas	150.204	0	0	149.204	1.000	0	0	0
22.661.1347-6390	Dinamização do Setor Minerado-Metalúrgico Paraense	150.192	0	0	148.192	2.000	0	0	0
22.661.1347-7501	Gestão da Política de Incentivo as Atividades Produtivas	75.106	0	0	74.106	1.000	0	0	0
22.661.1347-7502	Elaboração do Plano Estadual do Setor Industrial	75.106	0	0	74.106	1.000	0	0	0
22.661.1381-6671	Apoio à Dinamização da Economia Local em Bases Sustentáveis	150.210	0	0	148.210	2.000	0	0	0
22.662.1347-6691	Manutenção do Contrato de Gestão do Espaço São José Liberto - Pólo Joalheiro	3.277.398	0	0	3.277.398	0	0	0	0
23.334.1347-6387	Implementação de Ações do Setor Produtivo - Banco do Produtor	75.457	0	0	74.457	1.000	0	0	0
23.662.1347-6431	Atração de Investimentos	150.205	0	0	148.205	2.000	0	0	0
23.691.1347-6014	Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	150.245	0	0	144.245	6.000	0	0	0
23.691.1347-6386	Apoio à Inserção de Empresas nos Mercados Nacional e Internacional	150.205	0	0	148.205	2.000	0	0	0
23.691.1347-6744	Desenvolvimento dos Setores de Comércio e Serviços	75.106	0	0	74.106	1.000	0	0	0
Total		11.208.830	4.158.064	0	6.550.766	500.000	0	0	0



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PROGRAMA DE TRABALHO

Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração
24101 Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração

Inciso III do Art.13 da LDO nº 7.722,15/07/13

OGE 2014

R\$ 1,00

Programa	ESF	MOD	FTE	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Reserva de Contingencia
22-Indústria / 661-Promoção Industrial											
6671 Apoio à Dinamização da Economia Local em Bases Sustentáveis				167.860	0	0	166.860	1.000	0	0	0
	F	90 0101		167.860	0	0	166.860	1.000	0	0	0
Objetivo: Potencializar o desenvolvimento da economia de baixo carbono e alto valor agregado.											
Produto: Município Atendido			10 Un								
Qde.:											
1347 PARÁ COMPETITIVO				12.512.257	0	0	8.503.257	3.909.000	100.000	0	0
22-Indústria / 661-Promoção Industrial											
6389 Fortalecimento das Micros, Pequenas e Médias Empresas				206.689	0	0	205.689	1.000	0	0	0
	F	90 0101		206.689	0	0	205.689	1.000	0	0	0
Objetivo: Fomentar o aumento, a produtividade e a competitividade das micros, pequenas e médias empresas do Estado.											
Produto: Empresa Atendida			148 Un								
Qde.:											
6390 Dinamização do Setor Minerio-Metalúrgico Paraense				223.012	0	0	221.012	2.000	0	0	0
	F	90 0101		223.012	0	0	221.012	2.000	0	0	0
Objetivo: Incrementar as oportunidades de novos investimentos para o setor minerio-metalúrgico.											
Produto: Empreendimento Orientado			27 Un								
Qde.:											
7501 Gestão da Política de Incentivo as Atividades Produtivas				167.689	0	0	166.689	1.000	0	0	0
	F	90 0101		167.689	0	0	166.689	1.000	0	0	0
Objetivo: Gerir a política de Incentivos do Estado por meio da concessão de incentivos e acompanhamento das empresas incentivadas.											
Produto: Empresa Incentivada			20 Un								
Qde.:											
22-Indústria / 662-Produção Industrial											
6691 Manutenção do Contrato de Gestão do Espaço São José Liberto - Pólo Joalheiro				3.277.560	0	0	3.277.560	0	0	0	0
	F	90 0101		3.277.560	0	0	3.277.560	0	0	0	0



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
PROGRAMA DE TRABALHO

Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração
24101 Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração

Inciso III do Art.13 da LDO nº 7.722,15/07/13

OGE 2014

R\$ 1,00

Programa	E	M	F	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Reserva de Contingencia
Função / Subfunção	S	O	T								
Projeto-Atividade / Operações Especiais	F	D	E								
Objetivo: Repassar recursos para a gestão do Espaço São José Liberto - Pólo Joalheiro.											
Produto: Repasse Realizado											
Qde.: 12 Un											
22-Indústria / 663-Mineração											
6792 Fiscalização de Empreendimentos Minero-Metalúrgicos				7.626.368	0	0	3.626.368	3.900.000	100.000	0	0
	F	40	0101	660.000	0	0	660.000	0	0	0	0
	F	90	0101	6.966.368	0	0	2.966.368	3.900.000	100.000	0	0
Objetivo: Realizar controle, acompanhamento e fiscalização em empreendimentos minero-metalúrgicos do Pará.											
Produto: Fiscalização Realizada											
Qde.: 48 Un											
23-Comércio e Serviços / 334-Fomento ao Trabalho											
6387 Implementação de Ações do Setor Produtivo - Banco do Produtor				83.978	0	0	82.978	1.000	0	0	0
	F	90	0101	83.978	0	0	82.978	1.000	0	0	0
Objetivo: Financiar empreendimentos econômicos de interesse estratégico para o desenvolvimento, a diversificação e a transformação da base produtiva do Estado do Pará.											
Produto: Projeto Financiado											
Qde.: 1 Un											
23-Comércio e Serviços / 662-Produção Industrial											
6431 Atração de Investimentos				503.583	0	0	501.583	2.000	0	0	0
	F	90	0101	503.583	0	0	501.583	2.000	0	0	0
Objetivo: Fomentar o aumento do parque industrial, da produtividade e da competitividade empresarial do Estado.											
Produto: Empresa Atendida											
Qde.: 55 Un											
23-Comércio e Serviços / 691-Promoção Comercial											
6014 Apoio aos Arranjos Produtivos Locais				216.689	0	0	215.689	1.000	0	0	0
	F	50	0101	10.000	0	0	10.000	0	0	0	0
	F	90	0101	206.689	0	0	205.689	1.000	0	0	0



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
CONSOLIDAÇÃO DA FUNCIONAL PROGRAMÁTICA

Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração

24101 Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração

Inciso III do Art.13 da LDO nº 7.722,15/07/13

OGE 2014

R\$ 1,00

FUNCIONAL	PROJETO-ATIVIDADE OU OPERAÇÕES ESPECIAIS	TOTAL	Pessoal e Encargos Sociais	Juros e Encargos Dívida	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida	Reserva de Contingência
22.122.1297-4534	Operacionalização das Ações Administrativas	1.856.500	0	0	1.706.500	150.000	0	0	0
22.122.1297-4535	Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	3.597.019	3.557.019	0	40.000	0	0	0	0
22.122.1297-4668	Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	127.000	0	0	127.000	0	0	0	0
22.126.1377-6719	Comunicação de Dados	60.000	0	0	60.000	0	0	0	0
22.128.1201-4098	Desenvolvimento de Competências e Habilidades Profissionais	21.600	0	0	21.600	0	0	0	0
22.331.1201-6004	Auxílio Alimentação	312.667	0	0	312.667	0	0	0	0
22.331.1201-6243	Auxílio Transporte	47.388	0	0	47.388	0	0	0	0
22.541.1359-6678	Implementação de Ferramentas de Responsabilidade Territorial	167.860	0	0	166.860	1.000	0	0	0
22.661.1347-6389	Fortalecimento das Micros, Pequenas e Médias Empresas	206.689	0	0	205.689	1.000	0	0	0
22.661.1347-6390	Dinamização do Setor Minerio-Metalúrgico Paraense	223.012	0	0	221.012	2.000	0	0	0
22.661.1347-7501	Gestão da Política de Incentivo as Atividades Produtivas	167.689	0	0	166.689	1.000	0	0	0
22.661.1381-6671	Apoio à Dinamização da Economia Local em Bases Sustentáveis	167.860	0	0	166.860	1.000	0	0	0
22.662.1347-6691	Manutenção do Contrato de Gestão do Espaço São José Liberto - Pólo Joalheiro	3.277.560	0	0	3.277.560	0	0	0	0
22.663.1347-6792	Fiscalização de Empreendimentos Minerio-Metalúrgicos	7.626.368	0	0	3.626.368	3.900.000	100.000	0	0
23.334.1347-6387	Implementação de Ações do Setor Produtivo - Banco do Produtor	83.978	0	0	82.978	1.000	0	0	0
23.662.1347-6431	Atração de Investimentos	503.583	0	0	501.583	2.000	0	0	0
23.691.1347-6014	Apoio aos Arranjos Produtivos Locais	216.689	0	0	215.689	1.000	0	0	0
23.691.1347-6744	Desenvolvimento dos Setores de Comércio e Serviços	206.689	0	0	205.689	1.000	0	0	0
Total		18.870.151	3.557.019	0	11.152.132	4.061.000	100.000	0	0



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
Plano Plurianual 2004-2007

Área: **PRODUÇÃO**

Programa: **PÓLO JOALHEIRO**

VALOR: **R\$ 13.094.466,00**

Tipo: **Finalístico**

Objetivo:

- Dinamizar o setor produtivo de jóias, gemas e artefatos minerais, agregando valor à cadeia e beneficiando os segmentos sociais envolvidos

INDICADOR DE AVALIAÇÃO

◆ Produção de jóias mensal

◆ Número de ocupações diretas e indiretas

AÇÃO	PRODUTO	UNID MED	ESPACIALI-ZAÇÃO	METAS FÍSICAS			
				2004	2005	2006	2007
✓ Dinamização e Potencialização da Cadeia Produtiva do Setor	Unidade Estimulada	Un	Metropolitana	793	520	574	550
			Sudeste PA	152	86	87	83
			Sudoeste PA	117	41	33	20
✓ Funcionamento do Espaço Comercial e Turístico	Espaço Mantido	Un	Metropolitana	1	1	1	1
✓ Promoção de Eventos de Educação Profissional	Pessoa Qualificada	Pes	Marajo	37	37	23	23
			Metropolitana	366	382	501	501
			Nordeste PA	37	37	23	23
			Sudeste PA	117	223	284	23
			Sudoeste PA	182	339	217	217

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Tabela 96 - Metas Físicas do Programa 2008-2010

AÇÃO	PRODUTO	2008			2009			2010		
		PPA	Realizado	%	PPA	Realizado	%	PPA	Realizado	%
Apoio à Implantação do Sistema Estadual de Avaliação de Qualidade e Certificação de Produtos	Sistema de Certificação Implantado (Un)	100	NI	-	100	NI	-	100	NI	-
Apoio à Incubação de Empresas	Empresa Apoiada (Un)	REVISÃO DO PPA			3	3	100	3	3	100
Apoio à Proteção dos Direitos de Propriedade Intelectual	Propriedade Intelectual Protegida (Un)	26	10	38	26	NI	NI	26	NI	NI
Apoio ao Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação no Ensino Fundamental, Médio e Tecnológico.	Estudante Beneficiado (Un)	100	884	884	100	887	887	100	1.409	1409
Apoio ao Desenvolvimento dos Setores de Gemas, Jóias e Artesanatos - São José Liberto.	Comércio de Gemas, Jóias e Artesanatos Intensificado (Un).	1	NI	-	1	NI	-	1	NI	-
Atração para o Estado de Empresas Detentoras de Capacidade Inovativa	Empresa Implantada (Un)	3	1	33	3	NI	NI	3	NI	-
Avaliação do Impacto do Investimento de Ciência, Tecnologia e Inovação no Desenvolvimento do Estado.	Avaliação Efetivada (Un)	1	NI	NI	1	NI	NI	1	NI	-
Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação.	Cooperação Efetivada (Un)	10	NI	NI	10	NI	NI	10	NI	-
Divulgação de Informações sobre Ciência, Tecnologia e Inovação.	Informação Disseminada (Un)	100	44	44	100	90	90	100	96	96
Fomento à Difusão da Ciência, Tecnologia e Inovação.	Mecanismo de Difusão Consolidado (Un)	100	166	166	100	7	7	100	44	44
Fomento à Incubação de Empresas	Empresa Incubada (Un)	14	5	36	8	NI	NI	8	NI	-
Fomento à Pesquisa Científica, Tecnológica e de Inovação em Áreas de Conhecimento Estratégicas para o Desenvolvimento do Estado.	Projeto Apoiado (Un)	100	99	99	100	224	224	100	24	24
Formação de Redes de Pesquisa em Ciência e Tecnologia.	Rede de Pesquisa Formada (Un)	100	100	100	100	100	100	100	5	5
Formação e Fixação de Recursos Humanos.	Recurso Humano Formado (Un)	100	151	151	100	117	117	100	968	968
Implantação de Parques Tecnológicos.	Parque Tecnológico Implantado (Un)	3	1	33	3	NI	NI	3	NI	-
Implantação de Sistemas de Aplicação em Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I.	Sistema de Aplicação Implantado e Prospecção Realizada (Un)	3	1	33	3	NI	NI	3	NI	-
Implantação do Sistema de Gestão de Projetos em Ciência, Tecnologia e Inovação	Sistema de Gestão de Projetos Implantado (Un)	1	NI	NI	1	1	100	1	1	100
Implementação de Ações da GASPARÁ.	Unidade Implementada (Un)	1	NI	NI	1	NI	NI	1	NI	-
Implementação de Ações do Uso de Gás Natural	Gás Natural Distribuído (M3)	1.000	NI	NI	1.100	NI	NI	1.210	NI	-
Implementação de Infra-Estrutura de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) para o Desenvolvimento do Estado - PARÁ NAVEGAR	Infra-Estrutura de TIC Implementada (Un)	13	10	77	13	NI	NI	13	NI	NI
Implementação de Mecanismos de Promoção da Ciência, Tecnologia e Inovação - CT&I.	Sistema Implantado (Un)	REVISÃO DO PPA			3	3	100	3	2	67
Implementação de Parques Tecnológicos.	Parque Tecnológico Implementado (Un)	REVISÃO DO PPA			3	1	33	3	1	33
Implementação de Tecnologia de Informação e Comunicação para o Desenvolvimento do Estado - NAVEGA PARÁ.	Usuário Atendido (Un)	REVISÃO DO PPA			1.175.154	534.235	45	883.588	2.449.995	277
Implementação do Sistema Paraense de Inovação - SIPI	Sistema Implementado (Un)	REVISÃO DO PPA			7	6	79	7	7	100
Implementação do Sistema Regional de Inovação - SRI	Sistema Implementado (Un)	4	1	25				4	NI	NI
Indução à Inovação de Processos e Produtos em Empresas que atuam no Pará	Empresa Apoiada (Un)	100	13	13	100	NI	NI	100	13	13
Indução à Tecnologia Industrial Básica a Processos Produtivos	Instituição Atendida (Un)	REVISÃO DO PPA			24	42	175	24	61	254
Transferências à Companhia de Gás do Pará	Transferência Realizada (Mês)	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Sistema de Gestão de Programas do Estado do Pará (GPPará)
Sistema de Gestão do PPA (GEpPA)

Nota: NI = Não Informado

Percentual (%) - proporção do alcance das metas previstas no PPA.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

Tabela 102 - Metas Físicas do Programa 2008-2010

AÇÃO	PRODUTO	2008			2009			2010		
		PPA	Realizado	%	PPA	Realizado	%	PPA	Realizado	%
Apoio à Inserção Competitiva nos Mercados Nacional e Internacional	Atividade Indutora Realizada (Un)	REVISÃO DO PPA			26	28	108	26	56	215
Apoio ao Desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais-APL	Arranjo Produtivo Consolidado (Un)	REVISÃO DO PPA			18	25	139	18	13	72
Apoio ao Desenvolvimento de Infra-Estruturas Industriais	Infra-Estrutura Industrial Implementada (Un)	2	NI	0	2	35	1.750	2	3	150
Apoio aos Arranjos Produtivos Locais - APL	Arranjo Produtivo Local Consolidado (Un)	6	5	83	6	NI	0	6	NI	0
Contribuição Estadual ao Fundo para o Desenvolvimento Sustentável da Base Produtiva do Estado	Repasse Efetivado (Mês)	12	NI	0	12	NI	0	12	NI	0
Crédito Especializado - Agropecuário	Crédito Concedido (Un)	100	NI	0	100	NI	0	100	NI	0
Crédito Especializado – Indústria e Turismo	Crédito Concedido (Un)	50	NI	0	50	NI	0	50	NI	0
Desenvolvimento de Projetos Estratégicos	Projeto Desenvolvido (Un)	7	NI	0	7	NI	0	7	NI	0
Estruturação dos Arranjos Produtivos Locais – APL	Arranjo Produtivo Local Estruturado (Un)	12	2	17	12	NI	NI	12	NI	0
Financiamento a Micro e Pequenos Empreendimentos - CREDPARA	Empreendimento Atendido (Un)	REVISÃO DO PPA			48	-	-	47	-	-
Fomento às Micro e Pequenas Empresas - MPE	MPE Atendida (Un)	400	67	17	400	382	96	420	NI	0
Fortalecimento da Cadeia Produtiva de Gemas e Metais Preciosos	Cadeia Produtiva Fortalecida (Un)	3	2	67	5	NI	0	5	NI	0
Fortalecimento da Cadeia Produtiva de Gemas, Jóias, Metais Preciosos e Artesanatos	Atividade Indutora Realizada (Un)	REVISÃO DO PPA			5	5	100	5	1	20
Gestão da Política de Fomento às Atividades Estratégicas da Economia Paraense	Empreendimento Analisado e Acompanhado (Un)	40	3	8	40	82	205	40	26	65
Gestão de Áreas e Distritos Industriais	Empresa Atendida (Un)	REVISÃO DO PPA			169	-	-	277	88	32
Gestão e Acompanhamento das Ações do Banco do Produtor	Projeto Financiado (Un)	6	NI	0	8	NI	0	10	NI	0
Identificação das Lacunas à Complementaridade das Atividades Produtivas em suas Dimensões Vertical e Horizontal	Setor Estratégico Identificado (Un)	12	7	58	12	NI	0	12	NI	0
Implantação de Novas Unidades de Atendimento Bancário	Ponto de Atendimento Implantado (Un)	4	NI	0	4	NI	0	4	NI	0
Implantação do Sistema Estadual de Mineração	Sistema Estadual Implantado (Un)	3	NI	0	3	NI	0	3	NI	0
Implantação e Otimização de Infra-Estrutura Industrial	Infra-estrutura Adequada (Un)	REVISÃO DO PPA			4	NI	0	4	4	100
Implementação das Ações do BANPARÁ	Unidade Implementada (Un)	1	NI	0	1	NI	0	1	NI	0
Implementação de Ações do Fundo do Desenvolvimento do Estado - FDE	Ação Implementada (Un)	105	98	93	146	NI	0	125	NI	0
Operacionalização das Ações Administrativas do Fundo de Desenvolvimento do Estado - FDE	Ação Realizada (Prc)	200	13	7	200	NI	0	200	NI	0
Projeto BELÉM 400 ANOS	Projeto Elaborado (Un)	1	NI	0	1	NI	0	1	NI	0
Transferências à Companhia de Gás do Pará	Transferência Realizada (Mês)							-	-	-

Fonte: Sistema de Gestão de Programas do Estado do Pará (GPPará)
Sistema de Gestão do PPA (GEpPA)

Nota: NI = Não Informado

Percentual (%) - proporção do alcance das metas previstas no PPA.

A ação *Apoio ao Desenvolvimento de Infra-Estruturas Industriais*, com o objetivo de “ampliar a infra-estrutura dos parques industriais existentes e implementar novas infra-estruturas em áreas com potencial industrial”, aplicou 100% dos recursos orçamentários, R\$ 3,6 milhões. No entanto, não há registro de resultados da meta física. Da meta prevista de 03 infraestruturas a serem implementadas, há registro apenas em 2008 do início das atividades de reforma dos distritos industriais de Ananindeua e Icoaraci.

Em 2009, com o produto “infraestrutura industrial implementada” alterado para “infra-estrutura industrial apoiada”, registra-se resultado muito acima da meta física prevista, pois de 09 estruturas industriais previstas foram apoiadas 35, com aplicação de recursos no valor de R\$ 14,1 milhões, do total de dotação atualizada de R\$ 29,6 milhões, o que indica que embora o produto tenha sido alterada a meta não foi redimensionada para adequar ao novo produto.

A meta alcançada pela ação, em 2010, é o resultado das ações preparatórias desenvolvidas nos anos anteriores. Embora a meta física programada seja de 01 infra-estrutura apoiada, observa-se que registro de 03 infraestruturas apoiadas: Distritos Industriais de Marabá, de Ananindeua e de Icoaraci, com aplicação de R\$ 18, 7 milhões de um total de recursos orçamentários disponíveis de R\$ 22,0 milhões.

A outra ação na qual foi aplicado o maior volume de recursos, em 2008, R\$ 849,00 mil do valor da dotação orçamentária de R\$ 1,2 milhão, foi *Desenvolvimento de Projetos Estratégicos*, que tem como objetivo “identificar as potencialidades econômicas e transformá-las em projetos estratégicos de negócios”. Com meta física prevista de 07 projetos a serem desenvolvidos, foram realizadas apenas ações preparatórias, não havendo registro das metas físicas.

A terceira ação com maior volume de recursos aplicados, em 2010, foi a ação *Fortalecimento da Cadeia Produtiva de Gemas, Jóias, Metais Preciosos e Artesanatos*, na qual foram aplicados 100% dos recursos orçamentários disponíveis, cerca de R\$ 2,8 milhões. Quanto às metas físicas, há registro de 01 atividade indutora realizada, correspondente a 100% da meta prevista.



PPA 2012 - 2015

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças - SEPOF

PROGRAMA FINALÍSTICO

PODER EXECUTIVO

ÁREA: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INCENTIVO À PRODUÇÃO

PROGRAMA: PARÁ COMPETITIVO

R\$: 456.838.780,00

Objetivo: Fomentar o desenvolvimento sustentável dos setores produtivos.

Público Alvo: Setor Produtivo

Órgãos Executores: BANPARÁ, CAZBAR, CDI, FDE, IGAMA, JUCEPA, SEICOM, SEPOF

Diretriz(es) do Governo: Promoção da produção sustentável

Indicadores do Programa

Denominação	Unidade de Medida	Fonte	Índice de Referência	Apurado em	Índice Esperado	
					2012	Até 2015
Incremento das Exportações de Produtos Industrializados	Percentual	SECEX / SEICOM	20	2010	10	20
Incremento do número de Empregos Formais	Percentual	MTE/RAIS/SEICOM	9	2010	10	10
Participação das Micros e Pequenas Empresas no Número de Empregos Formais	Percentual	MTE/RAIS/SEICOM	29	2010	30	33

Ação	Objetivo	Produto	Região de Integração	2012		2013-2015		Total (R\$ 1,00)	
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro
Ampliação do Portfólio de Produtos do BANPARÁ	Fortalecer a atuação e vinculação institucional do banco junto à sociedade paraense.	Produto Lançado (Un)		3	9.433.048	6	23.941.858	9	33.374.906
			Metropolitana	3	9.433.048	6	23.941.858	9	33.374.906
Ampliação dos Mercados de Jóias e Artesanato	Possibilitar as diversas formas de comercialização da produção joalheira.	Evento Realizado (Un)		15	1.512.583	60	5.507.317	75	7.019.900
			Metropolitana	15	1.512.583	60	5.507.317	75	7.019.900
Apoio à Implantação de Zonas de Processamento de Exportação	Fomentar a criação legal de áreas adequadas à instalação de empresas de produção de bens a serem comercializados no exterior.	ZPE Criada (Un)		1	4.154.553	1	10.869.270	1	15.023.823
			Baixo Amazonas	1	4.154.553	1	10.869.270	1	15.023.823
Apoio à Inserção de Empresas nos Mercados Nacional e Internacional	Estimular o aumento da inserção de bens de serviços nos mercados nacional e internacional.	Empresa Atendida (Un)		179	328.026	560	1.369.551	739	1.697.577
			Araguaia	4	10.882	10	21.122	14	32.004
			Baixo Amazonas	0	0	4	13.075	4	13.075
			Carajás	16	50.000	52	348.315	68	398.315
			Guamá	3	5.441	7	12.975	10	18.416
			Marajó	0	0	3	13.127	3	13.127
			Metropolitana	120	184.542	378	607.723	498	792.265



Programa: CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

Total do Programa(R\$): 176.058.349

Ação	Objetivo	Produto/Un.Med.	Região de Integração	2008		2009		2010		2011		Total (R\$ 1,00)
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	
			Carajás	20	254.400	20	264.271	20	273.124	20	283.776	1.075.571
			Metropolitana	50	636.000	50	660.677	50	682.809	50	709.438	2.688.924
			Rio Caeté	10	127.200	10	132.135	10	136.562	10	141.888	537.785
Apoio ao Desenvolvimento dos Setores de Gemas, Jóias e Artesanatos - São José Liberto	Fortalecer a comercialização de gemas, jóias e artesanatos e induzir processos e produtos inovadores.	Comércio de Gemas, Jóias e Artesanatos Intensificado (Un)		1	2.424.000	1	2.518.051	1	2.602.405	1	2.703.900	10.248.356
			Metropolitana	1	2.424.000	1	2.518.051	1	2.602.405	1	2.703.900	10.248.356
Atração para o Estado de Empresas Detentoras de Capacidade Inovativa	Fortalecer a economia a partir do desenvolvimento de produtos inovadores em ambientes como parques e incubadoras de empreendimentos.	Empresa Implantada (Un)		3	60.000	3	62.328	3	64.416	3	66.928	253.672
			Baixo Amazonas	1	20.000	1	20.776	1	21.472	1	22.309	84.557
			Carajás	1	20.000	1	20.776	1	21.472	1	22.309	84.557
			Metropolitana	1	20.000	1	20.776	1	21.472	1	22.310	84.558
Avaliação do Impacto do Investimento de Ciência, Tecnologia e Inovação no Desenvolvimento do Estado	Eficientizar a aplicação dos recursos financeiros de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I).	Avaliação Efetivada (Un)		1	150.000	1	155.820	1	161.040	1	167.320	634.180
			Metropolitana	1	150.000	1	155.820	1	161.040	1	167.320	634.180
Cooperação Internacional em Ciência, Tecnologia e Inovação	Promover Intercâmbio de conhecimento com organismos internacionais, aperfeiçoando recursos humanos e Instituições de ensino e pesquisa.	Cooperação Efetivada (Un)		10	200.290	10	208.061	10	215.031	10	223.417	846.799
			Metropolitana	10	200.290	10	208.061	10	215.031	10	223.417	846.799



Programa: DESENVOLVE PARÁ

Total do Programa(R\$): 811.917.302

Ação	Objetivo	Produto/Un.Med.	Região de Integração	2008		2009		2010		2011		Total (R\$ 1,00)
				Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	Físico	Financeiro	
			Tocantins	20	20.000	20	20.776	20	22.600	20	22.867	86.243
			Xingu	10	10.000	10	10.388	10	11.300	10	11.500	43.188
Fortalecimento da Cadeia Produtiva de Gemas e Metais Preciosos	Induzir a implantação de um "Galpão Produtor" de jóias em Belém; formalizar a cadeia produtiva de extração e comércio de gemas e metais preciosos; viabilizar a interiorização do projeto São José Liberto.	Cadeia Produtiva Fortalecida (Un)		3	400.000	5	415.520	5	429.440	5	446.188	1.691.148
			Araguaia	0	0	1	83.104	1	81.594	1	53.543	218.241
			Baixo Amazonas	0	0	1	83.104	1	81.594	1	62.466	227.164
			Carajás	2	160.000	2	124.656	2	103.065	2	160.628	548.349
			Metropolitana	1	240.000	1	124.656	1	163.187	1	169.551	697.394
Gestão da Política de Fomento às Atividades Estratégicas da Economia Paraense	Implementar a Política de Fomento às atividades produtivas e monitorar os resultados obtidos.	Empreendimento Analisado e Acompanhado (Un)		40	300.000	40	311.640	40	322.080	40	334.641	1.268.361
			Araguaia	3	40.000	3	41.552	3	42.944	3	44.619	169.115
			Baixo Amazonas	4	37.000	4	38.436	4	39.724	4	41.273	156.433
			Carajás	4	32.000	4	33.241	4	34.355	4	35.695	135.291
			Guamá	3	22.500	3	23.373	3	24.156	3	25.098	95.127
			Lago de Tucuruí	3	22.500	3	23.373	3	24.156	3	25.098	95.127
			Marajó	3	28.000	3	29.086	3	30.060	3	31.232	118.378
			Metropolitana	5	15.000	5	15.582	5	16.104	5	16.732	63.418
			Rio Caeté	2	13.000	2	13.505	2	13.957	2	14.501	54.963
			Rio Capim	3	22.500	3	23.373	3	24.156	3	25.098	95.127